

Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento

Subsecretaria de Planejamento Governamental



Prestação de Contas Anual do Governador - Anexo V

Relatório de Atividades 2010



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Prestação de Contas Anual do Governador

VOLUME II

AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL até

**FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA
ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FUNDAP**

- 2010 -



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

Nelson Tadeu Filippelli

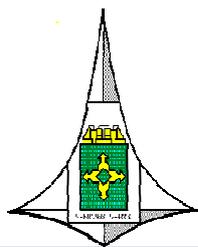
SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Edson Ronaldo Nascimento

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

José Agmar de Souza

- 2010 -

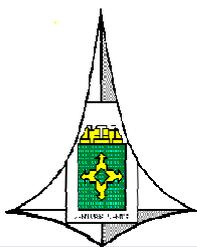


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

**ÓRGÃOS E ENTIDADES DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO
DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Deputado Patrício
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Marli Vinhadeli
CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Jacques de Oliveira Pena
ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
Gustavo Guilherme Leon Chauvet
GABINETE DA VICE GOVERNADORIA
Nelson Tadeu Filippelli
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
Paulo Tadeu Vale da Silva
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA I
José Messias de Souza
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA – RA II
Adauto de Almeida Rodrigues
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA – RA III
Daniel de Castro Sousa
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA – RA IV
José Luiz Ramos
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO – RA V
Maria América Menezes Bonfim Hamu
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA – RA VI
Nilvan Pereira de Vasconcelos
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ – RA VII
Carlos Antoneto de Souza Lima
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE – RA VIII
Bruno Bierrenbach Bonetti
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA – RA IX
Aridelson Sebastião de Almeida
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ – RA X
Carlos Nogueira da Costa
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI
Salin Siddartha Martins Diniz
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA – RA XII
Risomar da Silva Carvalho
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA – RA XIII
Márcio Gonçalves Ferreira
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO – RA XIV
Janine Rodrigues Barbosa
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS – RA XV
Izaudete Carneiro de Souza Abrantes

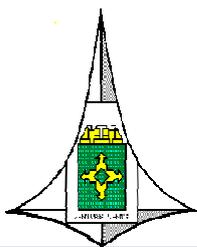
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL – XVI
Abdon Henrique de Araújo
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO – RA XVII
Artur da Cunha Nogueira
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE – RA XVIII
Marcos Fensterseifer Woortmann
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA – RA XIX
João Hermeto de Oliveira Neto
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS – RA XX
José Júlio de Oliveira
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II – RA XXI
Geralda Godinho de Sales
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL – RA XXII
Marcelo Ciciliano
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO – RA XXIII
José Maria Martins dos Santos
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY – RA XXIV
José Benevenuto Estrela
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAL DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO – RA XXV
Maria do Socorro Torquato Fagundes
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II – RA XXVI
Hamilton Alves da Cunha
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO – RA XXVII
César Trajano de Lacerda
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ITAPOÃ – RA XXVIII
Geisel Miguel da Silva
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO – RA XXIX
Saulo de Oliveira Duarte
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES – RA XXX
Maria Celeste Rego Liporoni
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Rogério Marinho Leite Chaves
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
Denilson Bento da Costa



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF
Francisco Jorgivan Machado Leitão
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Rogério Marinho Leite Chaves
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Lúcio Taveira Valadão
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL
Júlio César Menegotto
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL
Reinaldo Pena Lopes
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A.
Mário Hissashi Ikeziri
SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Samanta da Rocha Spiegel Sallum
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Hamilton Pereira da Silva
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA
Arlete Avelar Sampaio
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Regina Vinhais Gracindo
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Valdir Moysés Simão
BANCO DE BRASÍLIA – BRB
Edmilson Gama da Silva
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
José Moacir de Sousa Vieira
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Eduardo Dutra Brandão Cavalcante
JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – JBB
Jeanito Sebastião Gentilini Filho
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – SLU
João Monteiro Neto
AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DF – ADASA
Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides
FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA
José Belarmino da Gama Filho
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DF – Brasília Ambiental
Moacir Bueno Arruda

SECRETARIA DE ESTADO OBRAS
Luiz Carlos Pietschmann
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL – NOVACAP
Maurício Canovas Segura
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB
Célio Biavati Filho
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB
Rubem Fonseca Filho
CEB – LAJEADO S.A.
Vital Dias Ferreira
COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS – CEBGÁS
Carlos Antonio Leal
CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.
Rubem Fonseca Filho
CEB GERAÇÃO S.A.
Rubem Fonseca Filho
CEB PARTICIPAÇÕES S.A. – CEBPAR
Edgard Ketelhut Minari
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
Rafael de Aguiar Barbosa
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO - FHB
Beatriz Mac Dowell Soares
FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE – FEPECS
Luciano Gonçalves de Souza Carvalho
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Daniel Lorenz de Azevedo
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF
Coronel Paulo Roberto Witt Rosback
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – CBMDF
Coronel Márcio de Souza Matos
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Mailene Alvarenga
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN
José Alves Bezerra
FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO FUNAP
Verlúcia Moreira cavalcante
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO
Glauco Rojas Ivo
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
José Walter Vazquez Filho



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB
Carlos Alberto Koch Ribeiro
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS
Marco Antônio Tosetti Campanella
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – DERDF
Fauzi Nacfur Junior
COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ
David José de Matos
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO
Luís Otávio Rocha Neves
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
Geraldo Magela Pereira
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
Marcelo Piancasteli de Siqueira
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF – CODAHAB
Edson Machado Monteiro
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Edson Ronaldo Nascimento
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN
Miguel Lucena Filho

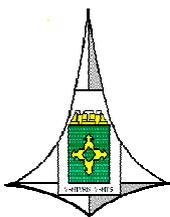
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE
Célio Rene-Trindade Vieira
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Gastão José de Oliveira Ramos
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – FAPDF
Gastão Reis
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Alírio de Oliveira Neto
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE
Carlos Hígino Ribeiro de Alencar
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Marcus Vinícius Britto A. Dias
CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DF – CEAJUR
Jairo Lourenço de Almeida
SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL
Tenente-Coronel Agrício da Silva
AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – AGEFIS
Gleiston Marcos de Paula
SECRETARIA DE ESTADO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL
Abimael Nunes de Carvalho



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

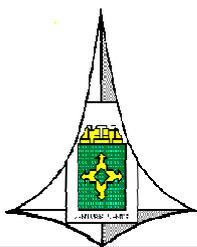
SUMÁRIO

Apresentação	
1.	Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF..... 13
1.1	Fundo de Assistência à Saúde da Câmara Legislativa do DF – FASCAL..... 16
2.	Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF..... 17
3.	Casa Civil do Distrito Federal..... 21
4.	Gabinete da Vice-Governadoria - GVG..... 23
5.	Secretaria de Estado de Governo – SEG..... 24
5.1	Administração Regional do Plano Piloto – RA I..... 31
5.2	Administração Regional do Gama – RA II..... 38
5.3	Administração Regional de Taguatinga – RA III..... 45
5.4	Administração Regional de Brazlândia – RA IV..... 53
5.5	Administração Regional de Sobradinho – RA V..... 60
5.6	Administração Regional de Planaltina – RA VI..... 67
5.7	Administração Regional do Paranoá – RA VII..... 74
5.8	Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII..... 79
5.9	Administração Regional de Ceilândia – RA IX..... 83
5.10	Administração Regional do Guará – RA X..... 96
5.11	Administração Regional do Cruzeiro – RA XI..... 103
5.12	Administração Regional de Samambaia – RA XII..... 108
5.13	Administração Regional de Santa Maria – RA XIII..... 118
5.14	Administração Regional de São Sebastião – RA XIV..... 127
5.15	Administração Regional do Recanto das Emas – RA XV..... 132
5.16	Administração Regional do Lago Sul – RA XVI..... 139
5.17	Administração Regional do Riacho Fundo – RA XVII..... 145
5.18	Administração Regional do Lago Norte – RA XVIII..... 153
5.19	Administração Regional da Candangolândia – RA XIX..... 157
5.20	Administração Regional de Águas Claras – RA XX..... 161
5.21	Administração Regional do Riacho Fundo II – XXI..... 166
5.22	Administração Regional do Sudoeste/Octogonal – RA XXII..... 169
5.23	Administração Regional do Varjão – RA XXIII..... 172
5.24	Administração Regional do Park Way – RA XXIV..... 176
5.25	Administração Regional do Setor Compl. de Indústria e Abastecimento – RA XXV..... 179
5.26	Administração Regional de Sobradinho II – RA XXVI..... 181



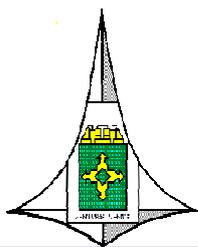
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

5.27	Administração Regional do Jardim Botânico – RA XXVII.....	186
5.28	Administração Regional de Itapoã – RA XXVIII.....	189
5.29	Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento – RA XXIX.....	193
5.30	Administração Regional de Vicente Pires – RA XXX.....	196
5.31	Agência de Comunicação Social	200
5.32	Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS.....	202
6	Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF.....	205
6.1	Fundo da Procuradoria Geral do Distrito Federal Pró-Jurídico.....	214
7.	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA.....	218
7.1	Centrais de Abastecimento de Brasília – CEASA.....	242
7.2	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.....	247
7.3	Sociedade de Abastecimento de Brasília S. A. – SAB.....	278
7.4	Fundo de Aval do Distrito Federal - FADF.....	280
7.5	Fundo de Desenvolvimento Rural do DF – FDR	282
7.6	Fundo Distrital de Sanidade Animal.....	284
8.	Secretaria de Estado de Cultura – SC.....	285
8.1	Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.....	294
8.2	Fundo de Apoio à Cultura – FAC.....	305
9.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF – SEDEST.	306
9.1	Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS.....	320
10.	Secretaria de Estado de Educação – SE.....	336
10.1	Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal.....	347
10.2	Fundo de Apoio ao Programa Perm. de Alfabetização e Educ. Básica de Jovens e Adultos.....	348
10.3	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissionais em Educação – FUNDEB.....	351
11.	Secretaria de Estado de Fazenda – SEF.....	354
11.1	Banco de Brasília S.A – BRB	413
11.2	BRB Crédito, Financiamento e Investimento S.A.....	423
11.3	BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	424
11.4	Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE	426
11.5	Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Administração Fazendária FUNDAF.....	428
12.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SDET.....	435
12.1	Empresa Brasileira de Turismo – BRASILIATUR.....	440
13.	Secretaria de Estado de Obras – SO.....	447
13.1	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.....	484
13.2	Companhia de Saneamento Ambiental do DF – CAESB.....	487
13.3	CAESB Participações S.A. - CAESBPAR.....	497



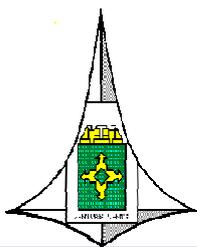
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

13.4	Companhia Energética de Brasília – CEB.....	499
13.5	CEB – Lajeado S/A	502
13.6	Companhia Brasiliense de Gás – CEBGÁS	504
13.7	CEB Distribuição S.A.....	506
13.8	CEB Geração S.A.....	524
13.9	CEB Participações S.A. CEBPar.....	527
14.	Secretaria de Estado de Saúde – SES.....	529
14.1	Fundação Hemocentro de Brasília – FHB.....	609
14.2	Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS	641
14.3	Fundo de Saúde do Distrito Federal – FSDF.....	656
15.	Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF – SSP/DF.....	661
15.1	Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.....	678
15.2	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.....	684
15.3	Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF.....	687
15.4	Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN.....	694
15.5	Fundo de Saúde da Polícia Militar – FSPMDF.....	701
15.6	Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros Militar do DF – FSCBMDF.....	702
15.7	Fundo de Reeq. dos Órgãos Integr. da Sec. de Segurança Pública – FUNDEF.....	706
15.8	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Militar do DF.....	707
15.9	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do CBMDF.....	708
15.10	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Civil do DF.....	709
15.11	Fundo Penitenciário do Distrito Federal – FUNP/DF.....	711
16	Secretaria de Estado de Trabalho do DF – SETRAB.....	713
16.1	Fundo para Geração de Emprego e Renda do DF- FUNGER/DF.....	730
17.	Secretaria de Estado de Transportes – ST	736
17.1	Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA – TCB.....	747
17.2	DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal.....	752
17.3	Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF.....	758
17.4	Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ/DF.....	799
17.5	Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FUNTPCDF.....	806
18.	Secretaria de Estado de Turismo - SETUR.....	807
18.1	Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal – FITUR	811
19.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDUMA.	812
19.1	Jardim Botânico de Brasília – JBB	834
19.2	Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.....	847
19.3	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA	869



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

19.4	Serviço de Limpeza Urbana – SLU	926
19.5	Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB.....	933
19.6	Companhia de Planejamento do DF – CODEPLAN	936
19.7	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF – BRASÍLIA AMBIENTAL	943
19.8	Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB	967
19.9	Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal – FUNAM	973
19.10	Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social do Distrito Federal – FUNDHIS.....	977
19.11	Fundo Habitacional do Distrito Federal – FUNDHABI	978
20.	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG	980
20.1	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF – INAS	1018
20.2	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF.....	1022
20.3	Fundo de Melhoria da Gestão Pública – PRÓ GESTÃO	1043
21.	Secretaria de Estado de Esporte – SEL.....	1048
21.1	Fundo de Apoio ao Esporte	1066
21.2	Fundo de Promoção ao Esporte Educação Física e Lazer	1069
22	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT	1070
22.1	Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF	1081
23.	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	1088
23.1	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP/DF.....	1108
23.2	Fundo de Prevenção e Controle de Dependentes Químicos	1114
23.3	Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor	1115
23.4	Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	1116
23.5	Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do Distrito Federal	1119
24	Corregedoria Geral do Distrito Federal – CGDF.....	1120
25.	Secretaria de Estado de Habitação do DF - SEHAB.....	1132
25.1	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF – CODHAB	1137
26	Centro de Assistência Judiciária – CEAJUR/DF.....	1150
26.1	Fundo de Apoio e Aparentamento do Centro de Assistência Judiciária do DF- PROJUR	1153
27.	Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social - SEOPS.....	1155



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

APRESENTAÇÃO

Conforme disposto inc. XVII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, compete privativamente ao Governador do Distrito Federal “*prestar anualmente à Câmara Legislativa, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior*”. O Relatório de Atividades, ora apresentado, é parte integrante do processo que compõe a Prestação de Contas Anual do Governador.

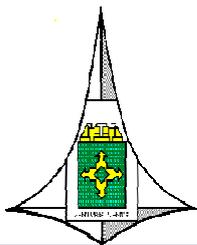
Este relatório tem por objetivo demonstrar as realizações governamentais referentes ao exercício de 2010. Para que seja possível conhecer os resultados alcançados em cada área de atuação do governo, o relatório encontra-se estruturado por Unidade Orçamentária, com respectivas unidades vinculadas.

Com o fim de manter a uniformidade, a coerência e a qualidade das informações, no âmbito de cada Unidade, a Diretoria de Elaboração e Avaliação/SUPLAN/SEPLAG elaborou instruções específicas que foram encaminhadas às Entidades do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal e disponibilizadas no site: <http://www.seplag.df.gov.br>.

Foi solicitado às Unidades Orçamentárias que em sua abordagem informassem todas as ações finalísticas e metas referentes à respectiva área de atuação, ressaltando os resultados alcançados, o público-alvo beneficiado e os dados estatísticos do período de 2008 a 2010. Solicitou também, que fossem destacados:

- os programas e projetos prioritários do Governo;
- as ações de investimento relacionadas a obras e serviços de engenharia;
- as realizações em parceria com a iniciativa privada e a comunidade;
- os valores autorizados, empenhados e liquidados, por programa de trabalho.

Conforme metodologia adotada para a elaboração do relatório, a informação quanto aos resultados alcançados deve ser acompanhada do diagnóstico da Unidade, a fim de contextualizar a análise de suas realizações à luz das dificuldades encontradas e dos fatores favoráveis ao seu desempenho e também das perspectivas para 2011.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Subsecretaria de Planejamento Governamental

De posse destes relatórios realizou-se criteriosa revisão, sempre com a preocupação de preservar a essência do texto original enviado pelas áreas setoriais de planejamento, sem interferir em seu conteúdo.

Com o fim de aprimorar o processo de planejamento, houve por parte da Subsecretaria de Planejamento Governamental, o cuidado de conscientizar os gestores públicos quanto à importância do Relatório de Atividades para a própria Unidade, uma vez que o mesmo constitui-se em uma oportunidade para demonstrarem a sua atuação, constatar o seu compromisso com a oferta de produtos e serviços de qualidade à população local e, ao mesmo tempo, de promover a transparência quanto à gestão dos recursos públicos, objetivo primeiro do processo de prestação de contas, seja aos órgãos de controle, seja à sociedade.

Levando-se em consideração que este Relatório apresenta, de forma detalhada, as realizações de todas as áreas do Governo, constitui-se, em conjunto com os demais documentos que integram a Prestação de Contas Anual do Governador, um importante instrumento de conhecimento da atuação Governamental e da Gestão dos recursos públicos em âmbito do Distrito Federal.

5.31. AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Agência de Comunicação Social, criada pelo Decreto nº 27.591, de 01/01/2007, com fulcro na Lei 2.299, de 21/01/1999, e estruturada pelo Decreto nº 27.603/2007, alterado pelos Decretos nºs 27.717, de 15/02/2007 e 28.191, de 15/08/2007, tem entre seus objetivos formular, supervisionar, coordenar e executar as ações, projetos e programas no âmbito do Governo do Distrito Federal, abrangendo as áreas de política de comunicação social do Governo do Distrito Federal, das autarquias, agências, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas ao Governo do Distrito Federal, na qualidade de órgão central do sistema de comunicação social do Governo do Distrito Federal, no que concerne a publicidade e propaganda e atividades de comunicação social.

À Agência de Comunicação Social compete, ainda, licitar e contratar serviços de comunicação social de interesse do Governo do Distrito Federal, coordenar e supervisionar a contratação de serviços de comunicação social a serem realizados por entidade da Administração Indireta do Distrito Federal e sugerir ao Governador do Distrito Federal a indicação dos nomes de assessores de imprensa e de coordenadores de comunicação social para os órgãos das administrações direta e indireta do Governo do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	09	02	01	01	13
Requisitados Órgãos do GDF	05	02	02	-	09
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	18	0	38	0	56
Subtotal (Força de Trabalho)	32	4	41	1	78
(+) Cedidos para outros órgãos	-	-	-	01	01
Total Geral	32	04	41	02	79

O Decreto nº 31.779, de 09 de junho de 2010, transformou a Agência de Comunicação Social em Secretaria de Estado de Comunicação Social. Durante o exercício de 2010 foi mantido o pagamento de 80 servidores ativos, sendo 36 na área administrativa e 43 na atividade fim de Comunicação Social, conforme quadro demonstrativo. Em 1º de janeiro de 2011 foi editado o Decreto nº 32.716, que estabelece em seu artigo 12, inciso III, que a gestão orçamentária e financeira da Secretaria de Estado de Comunicação Social compete à Secretaria de Estado de Publicidade Institucional do Distrito Federal.

Realizações

1. Programa 3000 – Administrando Nossa Cidade

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9068-Apoio à Realização de Eventos	7.596.000,00	10.570.080	9.673.959,14	9.673.959,14	001
8730-Apoio a Realização de Eventos no DF	7.596.000,00	10.570.080,	9.673.959,14	9.673.959,14	001

A Agência de Comunicação Social/Secretaria de Estado de Comunicação Social apoiou a realização de 09 eventos no Distrito Federal no exercício de 2010.

2. Programa 3200 – Divulgação Oficial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
6057-Promoção de Atividades de Comunicação Social	8.440.000,00	11.605.746,00	9.163.415,18	9.017.288,85	
3075-Promoção de Atividades de Comunicação Social da Agência de Comunicação Social	8.440.000,00	11.605.746,00	9.163.415,18	9.017.288,85	002
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	253.200,00	245.039,00	160.367,66	84.671,34	

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
6969-Concessão de Benefícios aos Servidores da Agência de Comunicação Social	253.200,00	245.039,00	160.367,66	160.367,66	004
8502-Administração de Pessoal	3.940.173,00	3.781.853,00	3.677.620,64	3.677.620,64	
6970-Administração de Pessoal da Agência de Comunicação Social	3.940.173,00	3.781.953,00	3.677.620,64	3.677.620,64	003
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	590.800,00	94.244,00	89.332,63	80.567,04	
6965-Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da Agência de Comunicação Social	590.800,00	94.244,00	89.332,63	80.567,04	010
8505-Publicidade e Propaganda	96.400.000,00	85.800.000,00	85.797.310,52	85.751.538,58	
7899-Publicidade de Utilidade Pública da Agência de Comunicação Social	20.440.000,00	17.340.000,00	17.339.351,89	17.336.503,45	009
6964-Publicidade Institucional da Agência de Comunicação Social	75.960.000,00	68.460.000,00	68.457.958,63	68.415.035,13	008

3. Informações Complementares

A Agência Comunicação Social/Secretaria de Estado de Comunicação Social distribuiu para veiculação na imprensa nacional material sobre as atividades da Administração direta e indireta, bem como publicações referentes a licitações, citações e avisos dos órgãos da Administração direta, por meio da Imprensa Nacional; e promoveu a gestão e manutenção do portal e-GDF e sítios do Governo do Distrito Federal.

Coordenou e realizou 56 (cinquenta e seis) campanhas publicitárias institucionais e 41 (quarenta e uma) campanhas publicitárias de utilidade pública no período de janeiro a dezembro de 2010.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Agência de Comunicação Social/Secretaria de Estado de Comunicação Social, dentro de sua função institucional, conseguiu desempenhar suas funções a contento, conforme consignado nas informações acima.

5.32. AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – AGEFIS

A Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS foi criada pela Lei nº 4.150, de 05 de junho de 2008, e normatizada através da Instrução nº 01, de 13 de junho de 2008.

Como atividade principal a AGEFIS se propõe a incrementar a política de fiscalização de atividades urbanas do Distrito Federal, em consonância com a política governamental e em estrita obediência a legislação vigente aplicável.

Norteadas por sua missão institucional que integra as áreas de fiscalização de atividades urbanas do Governo, em especial as áreas de atividades econômicas, obras, edificações, urbanismo e limpeza urbana, reduzindo a inadimplência e a sonegação fiscal e, principalmente, melhorando as condições de vida da população do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Requisitados	Órgãos do GDF	-	-	146	568	714
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo		205	-	-	-	205
Total Geral		205	-	146	568	919

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8502-Administração de Pessoal	7.600.000,00	7.997.083,00	7.420.598,51	7.420.598,51	
7027-Administração de Pessoal da Agência de Fiscalização do Distrito Federal	7.600.000,00	7.997.083	7.420.598,51	7.420.598,51	001
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	10.469.865,00	14.052.638,00	12.369.163,42	11.104.475,38	
7264-Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da Agência de Fiscalização do Distrito Federal	10.469.865,00	14.052.638,00	12.369.163,42	11.104.475,38	002

2. Programa 0136 – Cidadania Tributária

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
6040-Coordenação de Programas de Fiscalização e Arrecadação Fiscal	67.520,00	0,00	0,00	0,00	
0003-Coordenação de Programas de Fiscalização e Arrecadação Fiscal	67.520,00	0,00	0,00	0,00	003

No subtítulo 0003, os recursos foram transferidos para o Programa 0100 - Manutenção dos Serviços Administrativos da AGEFIS, através do Decreto nº 31.727, de 26/05/2010.

3. Programa 0202 – Gestão Urbana

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
4053-Administração e Fiscalização de Áreas Públicas	844.000,00	0,00	0,00	0,00	
0001-Administração e Fiscalização de Áreas Públicas da Agência de Fiscalização do Distrito Federal	844.000,00	0,00	0,00	0,00	006

Valor contingenciado para atender demandas da própria AGEFIS.

4. Programa 0750 – Gestão de Pessoas**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2422-Manutenção do Programa Bolsa estágio	50.640,00	0,00	0,00	0,00	
0004-Manutenção do Programa Bolsa estágio da Agência de Fiscalização do Distrito Federal	50.640,00	0,00	0,00	0,00	005
6038-Qualificação e desenvolvimento de Pessoas	25.320,00	0,00	0,00	0,00	
6015-Qualificação e desenvolvimento de Pessoal da Agência de Fiscalização do Distrito Federal	25.320,00	0,00	0,00	0,00	005
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	442.256,00	801.418,00	801.328,64	801.328,64	
7023-Concessão de Benefícios aos Servidores da Agência de Fiscalização do Distrito Federal	442.256,00	801.418,00	801.328,64	801.328,64	06,07,08 e 09

Os valores das ações 2422, 6038 foram remanejados para ajustes das demandas da AGEFIS.

5. Programa 3000 – Administrando Nossa Cidade**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3903-Reforma de Prédios e Próprios	55.704,00	0,00	0,00	0,00	
8529- Reforma de Prédios e Próprios da Agência de Fiscalização do Distrito Federal	55.704,00	0,00	0,00	0,00	011

Os valores foram contingenciados. Dentre as atribuições da AGEFIS não prevê a reforma de espaços públicos do Distrito Federal, no caso, reforma do Teatro Arena do Cave na cidade do Guará.

6. Programa 3200 – Divulgação Oficial**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
8505 – Publicidade e Propaganda	151.920,00	151.500,00	0,00	0,00	
7900-Publicidade e Propaganda da Agência de Fiscalização do Distrito Federal	151.920,00	151.500,00	0,00	0,00	010

Valores contingenciados.

7. Programa 0001 – Formação de Patrimônio Público**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9033 – Formar patrimônio do servidor	42.200,00	282.200,00	259.862,78	211.907,77	
6982 – Pagamento de PASEP aos servidores	42.200,00	282.200,00	259.862,78	211.907,77	012

8. Programa 0001 – Ressarcimentos, Indenizações e Restituições**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
9050 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	1.088.760,00	6.694.388,00	6.680.560,00	6.680.560,78	
7011 – Pagamento de despesas dos servidores da AGEFIS em exercício de suas funções	1.088.760,00	6.694.388,00	6.680.560,00	6.680.560,78	013

9. Informações Complementares

Os contingenciamentos no Orçamento da AGEFIS, foram realizados pela SEPLAG de acordo com a Portaria nº 51, de 22/04/2010 e Decreto nº 31.692, de 18/05/2010.

Os remanejamentos ocorridos nas Ações: 6040, 4053, 2422, 6038, 8505 ocorreram para atender as demandas da AGEFIS, especialmente, para o pagamento do PASEP e ressarcimento correspondente ao pagamento de despesas com Indenização de transportes dos servidores.

Atividades desenvolvidas- 2010

Descrição	Quantitativo
Laudo Técnico – Acessibilidade	48
Intimação Demolitória	1.448
Auto de Notificação	25.475
Auto de infração	3.797
Auto de Embargo	890
Auto de Interdição	916
Vistorias e Habite-se	1.666
Acompanhamento de Obras	305
Relatório de Ação Fiscal	55.601
Programação Fiscal	157
Cursos	32
Plantão Fiscal	1.828
Análise e julgamento "Isenção de Taxa"	2.000
Compensação de valores pagos	100
Restituição de valores pagos	23
Não-incidência de Fato Gerador	632
Baixa de Empr. p/ efeito c. Lançamento	400
Análise julgamento alteração de razão social, objeto social e endereço	2.000
Elaboração encaminhamento de publicação de decisão proc. analisados	460
Elaboração Editais Atos Declaratórios ref. Taxas de Competência da AGEFIS	65
Registro de entrada e saída Proc. CORE	
Arquivamento e guarda de processos e documentos encaminhados a Coordenadoria da Receita	18.354
Atendimento aos Contribuintes relativos aos processos em análise	500
Total	116.697

6. PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – PGDF

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, órgão central do Sistema Jurídico do Distrito Federal, é instituição de natureza permanente, essencial à Justiça e à Administração, dotada de autonomia funcional, administrativa e financeira, na forma do artigo 132 da Constituição Federal.

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal tem por finalidade exercer a advocacia pública, cabendo-lhe, ainda, prestar a orientação normativa e a supervisão técnica do sistema jurídico do Distrito Federal e tem por objetivos:

I. Orientar sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração Direta do Distrito Federal;

II. Zelar pelo cumprimento, na Administração Pública Direta e Indireta, das normas jurídicas, das decisões judiciais e dos pareceres jurídicos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

III. Publicar, manter e divulgar matéria doutrinária, legislativa e de jurisprudência visando o aperfeiçoamento de pessoal;

A PGDF tem por diretrizes:

I. Representar o Distrito Federal em juízo;

II. Cumprir suas competências legais e regimentais;

III. Defender os interesses públicos e a manutenção do patrimônio do Distrito Federal;

IV. Exercer a Consultoria Jurídica do Distrito Federal;

V. Uniformizar matérias de interesses comuns com Procuradorias Gerais e outros Estados e jurisprudências administrativas existentes;

VI. Efetuar a cobrança administrativa e judicial da dívida ativa do Distrito Federal;

VII. Ajuizar ações de improbidade administrativa e medidas cautelares e de seqüestro de bens;

VIII. Zelar pela obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais regras expressas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal, nas leis e atos normativos aplicáveis aos atos da Administração Pública Direta e Indireta do DF.

Força de Trabalho

Programa de Trabalho da LOA: 04.122.0127.8502-0071 – Etapa no SAG: 0002

Autorizado: R\$ 67.518.586,00 Empenhado: R\$ 76.463.096,60 Liquidado: R\$ 76.463.096,60

Servidor	Atividade-meio		Atividade-fim		Total	
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão		
Quadro do GDF	81	221	21	193	516	
Requisitados	Órgãos GDF	12	03	-	-	15
	Órgãos Governo Federal	01	-	-	-	01
Comissionado sem Vínculo Efetivo	-	-	-	-	72	
Estagiários	0	54	-	-	54	
Subtotal	94	278	21	193	658	
(+) Cedidos p/ outros órgãos	06	06	04	-	16	
Total Geral	100	230	25	193	674	

Obs: Foi publicado o Edital Normativo nº 01/2010 que trata do Concurso público para provimento de vagas, sendo: 23 (vinte e três) para analista e 46 (quarenta e seis) para técnico.

1. Programa 0127 – Defesa Jurídica do Distrito Federal

Programa de Trabalho da LOA: 04.122.0127.8517-0066 Nº das Etapas SAG: 07/08/ 09/10/11

Autorizado: R\$ 1.086.073,00 Empenhado: R\$ 876.433,78 Liquidado: R\$ 869.245,06

Ação SAG	Realizações	Realizado 2008	Realizado 2009	Padrão	Realizado 2010	Indicador de eficácia *
008	Exercer a Consultoria Jurídica do Distrito Federal (Pareceres emitidos)	2.450	4.085	2.800	3.617	129%

Ação SAG	Realizações	Realizado 2008	Realizado 2009	Padrão	Realizado 2010	Indicador de eficácia *
009	Representação do DF em juízo	132.251	228.130	180.000	* 247.169	137%
011	Controlar parcelamentos deferidos - Procuradoria Fiscal	2.681	2.681	2.200	5.479	144%
010	Representação da Fazenda Pública perante o TCU, TCDF e TRF	827	447	200	769	285%

* Refere-se a todas as ações judiciais iniciadas e em curso no ano de 2010

- Expedição de alvará que autoriza agentes de saúde do DF a adentrarem em imóveis fechados, abandonados ou naqueles em que o acesso tiver sido recusado pelo proprietário, com a finalidade de fazer a vistoria para combater a proliferação de focos do mosquito transmissor da dengue;
 - A Procuradoria Geral do Distrito Federal conseguiu prescrição de execução, que resultou em uma economia de R\$ 87 milhões aos cofres públicos;
 - O pedido de intervenção no Distrito Federal foi defendido pelo Procurador-Geral do Distrito Federal;
 - A Secretária de Saúde apresentou palestra do Sistema Integrado de Saúde-SIS na PGDF, visando à melhor eficiência na troca de informações entre a PGDF e a Secretaria de Saúde;
 - Defesa da viabilidade ambiental da implantação do novo Complexo Administrativo em Taguatinga;
 - Revogação de liminares que determinavam a paralisação da implementação do Setor Noroeste devido à ocupação da área por supostos silvícolas, assim como atuação em outras ações judiciais que tem como finalidade a paralisação das obras em que se discute ofensa ao tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília;
 - Atuação nas várias ações judiciais envolvendo a revogação de alvarás de transição e precários;
 - Atuação judicial na questão da Vila Estrutura em ação civil pública ajuizada para impedir a ocupação de área limítrofe ao aterro sanitário.

Execução Orçamentária

Ação/ Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
04.122.0127.3308-0001 - Construção do Edifício Anexo da PGDF	1.000,00	1.000,00	00	00	001
04.122.0127.8502.0071 - Administração de Pessoal	67.518.586,00	85.238.925,00	85.235.003,09	85.235.003,09	002
04.122.0127.00636 - Concessão de Benefícios a Servidores	1.367.280,00	1.304.729,00	1.304.727,90	1.304.727,90	003/004/005/006
04.122.0127.851.0066 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	1.333.520,00	886.073,00	876.433,78	869.245,06	007/009/010/011/015
04.122.0127.8502-8677 - Contribuição Patronal Para o RPPS	2.617.157,00	1.655.437,00	1.655.436,01	1.655.436,00	014
28.846.0001.9050-0062 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da PGDF	14.675.200,00	20.818.042,00	20.618.040,99	20.618.040,99	013

Consultoria Jurídica a Unidades Administrativas do GDF

Como órgão responsável pela orientação normativa e supervisão técnica do Sistema Jurídico do Distrito Federal, a PGDF recebeu 14.670 processos oriundos dos diversos Órgãos do Complexo Administrativo do DF, nos quais as Procuradorias Especializadas prestaram orientação jurídico-normativa.

Representação do Distrito Federal em Juízo

Foram recebidas 19.021 novas ações judiciais e distribuídas às Procuradorias Especializadas, para atuarem na defesa dos interesses do Distrito Federal.

Cabe ressaltar que tramitaram na PGDF 137.073 processos judiciais.

Atendimento ao Contribuinte/ Controle da Dívida Ativa e Divisão Fiscal

A Procuradoria Fiscal acompanhou 247.227 ações, sendo: 241.022 Ações de Execução Fiscal, 1.370 Ações de Embargos e 4.955 referentes a outras ações diversas.

Representação da Fazenda Pública junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais

Os Procuradores designados pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral submeteram a julgamento no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais 769 processos em defesa do Distrito Federal.

2. Cursos/eventos realizados em 2010

Cursos sem ônus para a PGDF

Curso/evento	Nº de participantes
Atualização em aposentadoria e pensões	01
Congresso de Administração – CONSAD	03
Dispensa de Licitação, inexigibilidade e suprimento	01
Excelência no Atendimento ao Cidadão	01
Gestão de Documentos	16
Gestão e Fiscalização de P. Administrativos	02
Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	01
Gestão por Competências	02
II Congresso Carreiras Jurídicas	11
Indicadores de Desempenho	01
Lei 8.666	03
Líder Coach – Turma fechada para PGDF	30
Líder Coach	01
MASP	01
Noções Básicas de Arquivologia	01
Organização de Eventos	01
RAV	02
SICOP	13
SICOP Turma fechada para PGDF	29
XIII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional	14
Elaboração de Pareceres e Relatórios Técnicos	02
Líder Coach	02
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	01
Ética e Serviço Público	05
Gestão de Tecnologia da Informação	01
Legislação Aplicada à Suprimentos	02
Planejamento e Logística de Suprimentos	01
Gestão e Fiscalização e Processo Administrativo	01
Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	01
Tratamento Documental	02
Elaboração e Projetos e Termo de Referência	01
Gerenciamento de Mudanças	02
Técnicas de Negociação e Solução de Conflitos	01
Gestão e Desenvolvimento de Equipes	01
Gestão do Tempo	01
Fundamentos em Gerência de Projetos	08
Gestão do Tempo	01
Comunicação Interna nas Organizações	01
Novo Acordo Ortográfico	02
Gerenciamento de Mudanças	01
Tomada de Decisão	02
Comunicação Interna nas Organizações	01
Gestão do Tempo	01
Gerenciamento de Mudanças	01
Lei 8.112	02
Oratória	01
Competência Intra e Interpessoal	01
Elaboração de Pareceres	01
Treinamento em Gestão por Competência	03
II Semana de tecnologia da PGDF	225
Total de Participantes	405

Ressalta-se que em 2010 houve a II Semana de Tecnologia da Informação, objetivando que servidores e procuradores se inteirassem dos recursos disponíveis de tecnologia.

3. Receitas auferidas

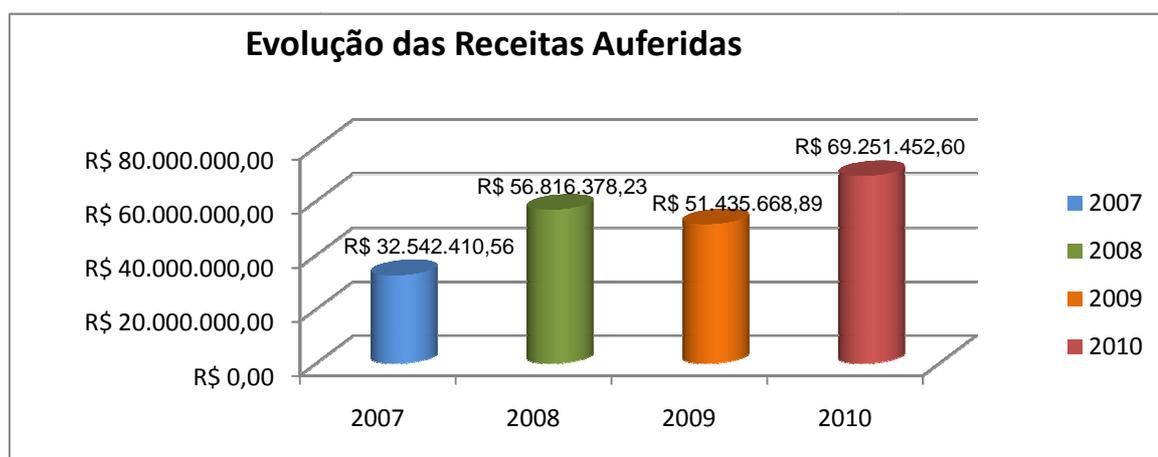
A PROFIS, por meio de execuções fiscais e de cobranças administrativas, contribuiu para o crescimento da receita do Governo do Distrito Federal.

Foram deferidos 5.015 parcelamentos de débitos com fulcro na Lei Complementar 432/01, equivalente ao montante de R\$ 71.537.574,55; quitados 1.128 parcelamentos (LC 432/01), perfazendo um montante de 4.190.013,19 e 03 parcelamentos (REFAZ) no montante de 138.418,67; cancelados 2.429 parcelamentos (LC 432/01) e 02 REFAZ; atendidas 4.613 contribuintes gerando assim 451 pedidos de providências para serem adotadas junto às varas de Fazenda pública do TJDF; e encaminhadas ao Núcleo de Executivos fiscais do TJ 8.257 solicitações de extinção/suspensão.

A Divisão de Inventário e Falências/DIFAL foi verificada a arrecadação de um montante de R\$ 8.335.687,28, relativos à Imposto de Transmissão *Causa mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos-ITCD, objeto da análise de 3.266 autos judiciais de inventários, arrolamentos, sobrepartilha e/ou alvarás. Foi requerido Junto ao Juízo de Direito da Vara de Falência recuperações judiciais insolvência civil e litígios empresariais do Distrito Federal a reserva de numerário no valor de R\$ 19.446.549,93.

Especificação	Referência	Total recolhido 2010
Recolhimento de débitos à vista de débitos ajuizados	Dívida Ativa	19.241.435,54
Valores recolhidos (5% inicial do parcelamento)	Dívida Ativa	4.337.176,11
Parcelas recolhidas	Dívida Ativa	19.360.514,42
Receita proveniente da cobrança da dívida ativa		42.939.126,07
Recolhimento de inventários (ITCD)	Outras Receitas	8.335.687,28
Recolhimento de Falências e Recuperação Judicial (alvará)	Outras Receitas	0,00
Créditos habilitados em Processos de Falência	Outras Receitas	17.976.639,25
Total de receita gerada pela PGDF		69.251.452,60

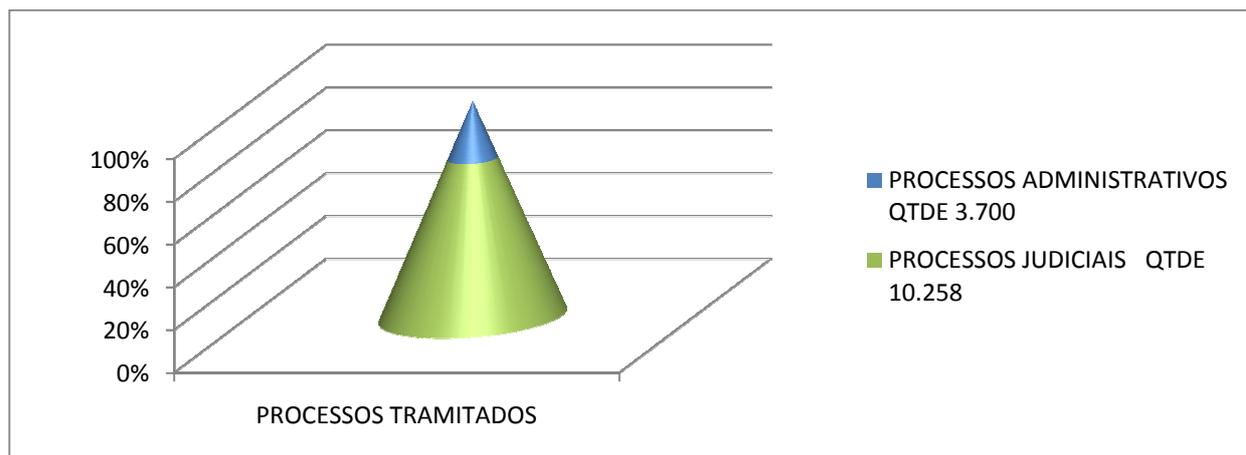
Foram emitidas 86.945 certidões de ajuizamento de débitos fiscais da SEF, contendo 448.767 termos de inscrições, perfazendo um total de R\$ 1.197.017.284,16 e 1.523 certidões do DETRAN, contendo 4345 termos de inscrições, no valor de R\$ 4.974.010,68, que resultou na propositura de 83.842 processos de execução fiscal distribuído no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF.



4. Centro de Apoio Técnico

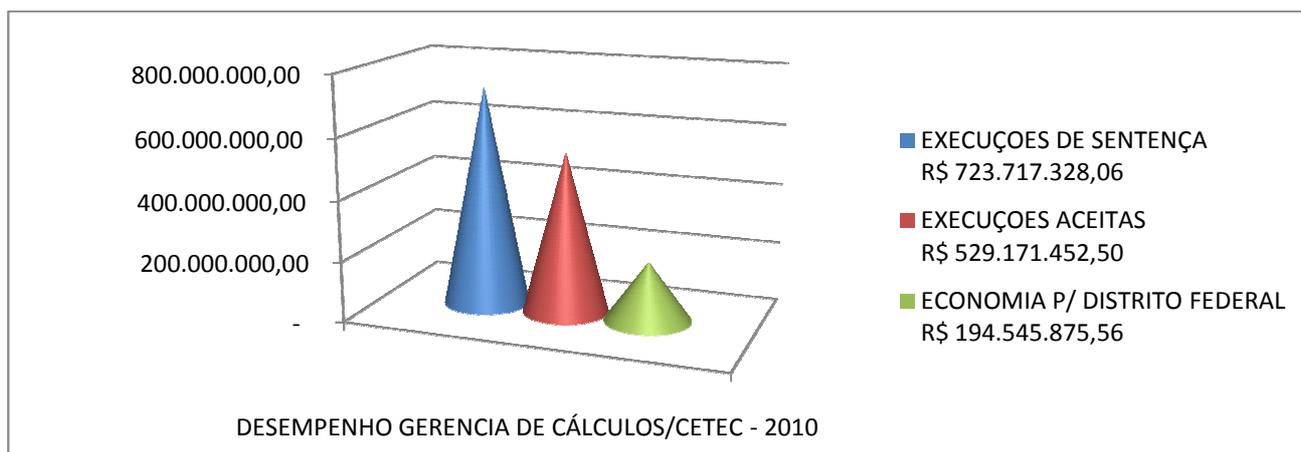
Cálculos

Foram analisados 10.258 processos judiciais 3.500 processos administrativos em 2010.



Durante o exercício de 2010, foram promovidas ações de Execução de Sentença em desfavor do Distrito Federal, no total de R\$ 723.717.328,06, correspondendo a um percentual majorado de 30,28% em relação ao ano anterior – R\$ 555.493.913,41.

Houve acordo em relação ao valor de R\$ 529.171.452,50 deste total, o que gerou ao Distrito Federal uma economia de 30% resultando no valor de R\$ 194.545.875,56.



Perícias Judiciais

Foram elaborados 400 Laudos Técnicos em processos administrativos e judiciais. Além disso, atuou como Assistente Técnico do Distrito Federal nas áreas de engenharia, urbanismo, arquitetura e meio ambiente, também se pronunciou em juízo em ações de usucapião, invasões de terras públicas, danos materiais e parcelamento irregulares.

Precatórios

Estão sendo acompanhados 14.597 processos Administrativos cadastrados, divididos entre processos de Precatórios pagos e não pagos, Requisições de Pequeno Valor e Compensação de Tributos.

Estão registrados 2.542 processos de natureza alimentar e 183 de natureza não alimentar. Com a promulgação da Emenda Constitucional 62 a PGDF passou a acompanhar todos os precatórios do SLU/BELACAP, DER, DETRAN, DFTRANS, IDABH além de todas as Fundações.

No Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO), estão inscritas 4.905 RPVS – Requisição de Pequeno Valor.

Há registro de 9.115 processos administrativos referentes às cessões de créditos, apresentadas para compensação de tributos de acordo com a Lei Complementar nº 052/98.

Foram emitidas 540 certidões de registro de escrituras, 1.086 certidões de titularidade de precatórios e 140 declarações.

Nova ordem de pagamento de precatórios foi estabelecida no DF, sendo o TJDF o Gestor de pagamento de precatórios, devido a Emenda Constitucional.

Entretanto, ao optar pela nova forma de pagamento instituída pela referida Emenda Constitucional, o DF fez o repasse a partir de janeiro/2010, foi de 1,5% da receita líquida corrente, cujo valor está destinado para a quitação de precatórios acumulando assim o valor de R\$ 112.000.000,00.

5. Apoio administrativo

Biblioteca Jurídica Onofre Gontijo

Principais atividades realizadas em 2010

A biblioteca Jurídica tem por finalidade facilitar, divulgar e disponibilizar os recursos documentais e informativos existentes, como: obras bibliográficas predominantes jurídicas, legislação do Distrito Federal, pareceres e toda a jurisprudência de interesse da Casa, atendendo às demandas internas, bem como às pesquisas e consultas solicitadas pelos órgãos, entidades que integram a Administração Pública Distrital e o público em geral.

Sistema Integrado de Normas Jurídicas – SIND/DF

Em 2010 o Comitê Gestor responsável pelo SIND/DF deu continuidade ao pleno desenvolvimento do Sistema aprimorando sistematicamente os requisitos previstos no documento de especificação como: o detalhamento dos objetivos do sistema, os requisitos de dados, os requisitos funcionais, definição das necessidades de infra-estrutura, e procedimentos para migração e implantação do sistema.

Pareceres

Em setembro foi iniciado e disponibilizado o processo de digitalização dos pareceres da PGDF aos procuradores. Atualmente com 1.102 documentos digitalizados foram disponibilizados 3.198 documentos aos procuradores.

6. Documentação

Acompanhamento das publicações oficiais relativas às decisões judiciais de interesse do Distrito Federal e produzir boletins diários contendo as publicações de interesse da Procuradoria-Geral.

Desde 19.05.2008 o Boletim de Publicações Oficiais – BPO passou a ser disponibilizado em versão eletrônica na Intranet da Procuradoria, em decorrência de alterações ocorridas na sistemática de acesso às publicações oficiais pela Imprensa Nacional, conforme Portaria nº 287/07.

A nova sistemática busca adequar as ações internas da PGDF ao disposto na Lei nº 11.419, de 19/12/2006, que instituiu o Processo Eletrônico e estabeleceu que os Tribunais adotassem o formato eletrônico como meio oficial de publicação dos atos judiciais sobre os feitos em andamento.

Comparativo de Produtividade

Ano	Publicações selecionadas	Publicações não capturadas	Total de publicações capturadas até 31/10/ 2010
2000	0	0	0
2001	0	0	0

Ano	Publicações selecionadas	Publicações não capturadas	Total de publicações capturadas até 31/10/ 2010
2002	74379	7	74372
2003	79487	1	153858
2004	79337	5	233190
2005	89934	2	323122
2006	104894	1	428015
2007	107768	0	535783
2008	124733	0	660516
2009	141537	0	802053
2010	141061	10	943104
Total	943.130	26	

Obs.: Em 2007, 2008 e 2009 foram capturadas 100% das publicações.

Dados Estatísticos de publicações solicitadas pelas Especializadas de Processos em tramitação em outras Comarcas.

Total de acompanhamento de processos em outras comarcas de janeiro a 31 de outubro de 2010

Especializadas	D.O Rio de Janeiro	D.O. Estado Goiás	D.O. Comarca Uberaba de João Pinheiro/MG	D.O. Comarca de Santa Catarina/RS	D.O. Estado Bahia Comarca de Juazeiro/BA	D.O. do Pará	D.O. Pernambuco	Diário da Justiça Federal de São Paulo.	Diário da Justiça do Rio Grande do Sul	D.O. Comarca Estado do Paraná	Total
PROCAD	0	7	3	0	2	0	0	0	4	0	16
PROFIS	1	16	0	8	0	0	0	0	0	1	26
PROMAI	0	0	0	0	0	0	02	02	0	0	04
PROPEs	13	0	0	0	0	1	0	0	0	1	15
Total	14	23	03	08	2	01	02	02	04	02	61

Obs.: Solicitação de Acompanhamento de Processos pelas Especializadas, em outras comarcas, em que o Distrito Federal, de forma direta /indireta, tem interesse sem, contudo, figurar como parte.

Principais atividades realizadas

Gerência de documentação – GEDOC/CETES Período de Janeiro a 31 de Outubro de 2010	Total
Leitura dos Diários Eletrônicos (STF, STJ, TST, TRF 1ª Reg., BJT 1ª Reg., TRT 10ª Região, TJDF e o Diário da Justiça Única da Imprensa Nacional (nº de páginas lidas)	1.473.320
Total de Publicações Judiciais selecionadas onde o Distrito Federal figura como parte	171.783
Confecção dos Boletins de Publicações Oficiais –BPO's	249
Conferência e Revisão dos Boletins – BPO's	0
Correspondências Recebidas	104
Correspondências Expedidas	560

7. Normas jurídicas editadas

Norma editada	Referência	DODF
Portaria N.º 01 PGDF, DE 07 de Janeiro de 2010.	Os pareceres relativos a precatórios omissos quanto à incidência de imposto de renda e/ou contribuição previdenciária deverão ser integrados, quanto a esse aspecto, pelos Procuradores lotados no Núcleo Consultivo da Procuradoria Fiscal-PROFIS, ficando a respectiva Chefia autorizada a aprová-los, em caráter final, antes de encaminhar os processos para o Centro de Cálculos-CETEC. Retificação Na Portaria nº 01, de 07 de janeiro de 2010, publicada no DODF nº 05, de 08 de janeiro de 2010, página 10, ONDE SE LÊ: "... Art. 1º - Os pareceres relativos a precatórios omissos...", LEIA-SE: "... Art. 1º - Os pareceres relativos a precatórios, já aprovados pelo Procurador-Geral, omissos...". (DODF DE 14 de janeiro 2010)	(DODF de 08 de janeiro 2010)
Portaria N.º 03 PGDF, de 18 de fevereiro de 2010.	Composição do preenchimento dos cargos em comissão e funções de confiança na Procuradoria-Geral do DF.	(DODF de 19 de fevereiro 2010)
Decreto Nº 31.543, de 09 de abril de 2010	Altera os cargos que especifica na estrutura orgânica da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências.	(DODF de 12 de abril de 2010)
Portaria conjunta SGA/PGDF Nº 15, de 06 de abril de 2010	Constituir grupo de trabalho para redefinir as especialidades e suas atribuições dos cargos que integram a Carreira de Apoio às Atividades Jurídicas.	(DODF de 7 de abril de 2010)
Provimento CG Nº 02, de 23 de abril de 2010.	Institui procedimentos a serem adotados nas inspeções correccionais no âmbito da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências	(DODF de 28 de abril de 2010)

Norma editada	Referência	DODF
Despacho do Governador em 08 de abril de 2010	Processo: 020.000.010/10 Comissão Criada pelo Decreto Nº 31.146, de 10 de Dezembro de 2009. Acolhido integralmente as conclusões do Relatório Final elaborado pela Comissão Especial criada pelo Decreto nº 31.146, de 10 de dezembro de 2009, e determinação para que a Corregedoria-Geral do Distrito Federal: 1. adote todas as providências necessárias para a imediata instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares tendentes à apuração dos fatos mencionados no Inquérito nº 650-STJ e de seus responsáveis, nos termos da alínea "a" do item V de referido relatório, responsabilizando-se pela sua deflagração e conclusão; 2. planeje e implemente as auditorias previstas na alínea "b", bem como as providências insertas nas alíneas "c" a "h" de referido relatório; 3. proponha, se for o caso, em relação aos contratos e ajustes mencionados no Inquérito nº 650-STJ, a instauração de procedimento tendente a declarar a inidoneidade de pessoas físicas ou jurídicas para celebrar contratos com o Distrito Federal, bem como a indicação de sua suspensão ou extinção, quando julgar cabível; 4. determine a apuração dos fatos novos a que se refere a alínea "g" do aludido relatório, responsabilizando-se pela instauração e conclusão dos procedimentos investigativos pertinentes.	(DODF de 09 de abril de 2010)
Decreto nº 31.738, de 28 de maio de 2010.	Altera, sem aumento de despesa, a estrutura administrativa da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências.	(DODF de 31 de maio de 2010)
Portaria nº 07, de 14 de maio de 2010 (PGDF).	Padronizar os procedimentos a serem adotados no âmbito da Procuradoria-Geral do Distrito Federal em relação às Ações de Usucapião propostas por particular.	(DODF de 18 de maio de 2010)
Resolução N.º 02 PGDF, de 03 de maio de 2010.	Dá nova redação aos artigos 10, 11, e 12 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 02, de 1º de dezembro de 2006, que trata da promoção por merecimento dos Procuradores do Distrito Federal.	(DODF de 04 de maio 2010)
Portaria nº 11, de 22 de junho de 2010. (Procuradoria-Geral do Distrito Federal)	Altera a Portaria nº 26, de 03 de novembro de 2009, que dispõe sobre os pedidos de dispensa de recursos e a criação de súmulas administrativas no âmbito da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e dá outras providências.	(DODF de 24 de junho de 2010)
Portaria conjunta (SEPLAG/PGDF) Nº 29, de 08 de julho de 2010	Estabelecer, nos termos do Anexo I e II desta Portaria, as especialidades e respectivas atribuições dos cargos Analistas de Apoio às Atividades Jurídicas. Assistente de Apoio às atividades Jurídicas e Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas da Carreira de Apoio às Atividades Jurídicas.	(DODF de 9 de julho de 2010)
Portaria nº 12, de 26 de julho de 2010 (PGDF)	Institui comissão de estudo com o intuito de aperfeiçoar as atividades dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Distrito Federal e da Vara de Execuções Fiscais do Distrito Federal.	(DODF 28 de julho de 2010)
Decreto nº 31.760, de 07 de junho de 2010(*).	Autorizo o reconhecimento de dívida, pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para pagamento das despesas de pessoal de que trata o processo 020.002.003/2006.	(* Republicado no DODF 26 de agosto de 2010)
Portaria PGDF nº 07, de 13 de agosto de 2010.	Divulga a tabela de pontuação dos Procuradores do Distrito Federal que concorrem à promoção por merecimento para o cargo de Subprocurador-Geral do Distrito Federal.	(DODF 16 de agosto de 2010)
Portaria PGDF Nº 08, de 13 de agosto de 2010.	Divulga a tabela de pontuação dos Procuradores do Distrito Federal que concorrem à promoção por merecimento para o cargo de Procurador do Distrito Federal. Categoria II.	(DODF 16 de agosto de 2010)
Portaria conjunta nº 01, CLDF/TCDF/PGDF/SEPLAG de 29 de setembro de 2010.	Altera a Presidência do Comitê Gestor do Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal – SINJ-DF e cria os Subcomitês de Indexação e de Padronização.	(DODF DE 1º DE Outubro DE 2010)
Portaria nº 17 PGDF de 23 de outubro de 2010	Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de confeccionar proposta de Planejamento Estratégico para a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, conforme sugiro no Processo nº 0020.001.349/2010.	(DODF de 27 de outubro de 2010)
Portaria conjunta nº 02, CLDF/TCDF/PGDF/SEPLAG de 20 de dezembro de 2010.	Portaria Conjunta Nº 02, CLDF/TCDF/PGDF/SEPLAG DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010. Institui e regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal – SINJ-DF.	(DODF de 21 de dezembro de 2010)
Portaria PGDF Nº 23, de 20 de dezembro de 2010	Súmulas (1-58).	(DODF de 21 de dezembro de 2010)
Decreto nº 32.704, de 29 de dezembro de 2010	.Dispõe sobre a implantação do Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal – SINJ-DF.	(DODF de 30 de dezembro de 2010)

8. Diagnóstico do desenvolvimento da unidade

Em face da complexidade e importância de sua missão, a PGDF vem procurando aparelhar-se adequadamente, no tocante a recursos humanos, materiais e tecnológicos, bem como modernizar-se e, em

decorrência, aprimorar ainda mais sua forma de atuação. Necessita-se de uma conscientização dos órgãos que elaboram as consultas sobre a necessidade de ser respeitado o prazo regimental para manifestações definido no Regimento Interno.

Entretanto, o Núcleo Consultivo encontra várias dificuldades, que poderiam ser corrigidas em curto ou médio prazo. Destaca-se a necessidade de criação de um sistema de informática com a disponibilização dos pareceres para pesquisa via internet, inclusive com o inteiro teor da manifestação (situação corriqueira em todos os Tribunais brasileiros), permitiria a disseminação das manifestações externadas por esta Procuradoria. O acesso às ementas dos pareceres para pesquisa remota permitiria, em especial, prestígio às manifestações já proferidas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, bem como simplificaria a unicidade de entendimento.

O aperfeiçoamento da defesa do Distrito Federal depende da melhora da comunicação entre os órgãos e entidades da Administração Pública a fim de agilizar e facilitar a gestão de documentos, assim como para a obtenção de uma informação mais qualificada, o que permitirá uma argumentação mais sólida em Juízo.

9. Perspectivas para 2011

- Implantação de solução Integrada da Gestão Documental;
- Melhora do Sistema Judicial, de tramitação de processos e documentos;
- Criação do núcleo de pesquisa e serviços vinculados aos tribunais;
- Expansão do espaço físico;
- Capacitação de Pessoal;
- Otimização do Sistema de Tramitação de Processos e Documentos;
- Realização de concurso Público (área meio);
- Construção do Anexo da PGDF;
- Adesão e implementação do planejamento estratégico da PGDF.

6.01. FUNDO DA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – PRÓ-JURÍDICO

O PRÓ-JURÍDICO, desenvolvido e coordenado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 2.605, de 18 de outubro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 21.624, de 20 de outubro de 2000, tem por finalidade propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual e material, que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício da advocacia pública.

Objetivos

- I. Aparelhamento das instalações da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;
- II. Aquisição de bens e serviços;
- III. Qualificação profissional dos seus integrantes;
- IV. Apoio aos setores jurídicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta do DF;
- V. Realização de outras atividades relacionadas ao bom exercício da advocacia pública.

Realizações

O Conselho de Administração do Fundo Pró-Jurídico no que lhe confere o disposto no Decreto nº 21.936, de 1º/02/2001, que aprovou o Regimento Interno, empregou os recursos arrecadados nos programas abaixo discriminados, mediante aprovação das despesas apresentadas em seis reuniões ordinárias realizados no exercício.

1. Programa 0071 – Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas de Informação

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3036-Implantação de Sistema de Tecnologia da Informação	1.934.558	7.135.558,00	0,00	0,00	010 e 011
0001 – Implantação de Sistema de Tecnologia da Informação do Fundo da Procuradoria Geral do DF	1.934.558	7.135.558,00	0,00	0,00	010 e 011

Foram iniciados, no mês de maio, procedimentos licitatórios, para contratação de empresa especializada em tecnologia da informação – TI, com a finalidade de prestar serviços de desenvolvimento, implantação e manutenção integrada de gestão de processos judiciais e administrativos para tramitação eletrônica no âmbito da PGDF, com valor médio estimado em R\$ 1.341.125,00. A intenção é de atender à demanda referente a sistemas, controle e execução das atividades da unidade, propiciando segurança às informações armazenadas, à tramitação de processos e aos autos suplementares de forma virtual, em consonância com a nova realidade apresentada nos Tribunais e demais Órgãos Federais.

Implementar Sistemas de Informatização e Suporte na Procuradoria-Geral do DF

Realização	2008	2009	Padrão	2010	Indicador de eficácia*
Contratar serviços de desenvolvimento tecnológico	-	1	3		Não iniciada
Adquirir Software para atualizações tecnológicas	-	-	3		Não iniciada

2. Programa 0127 – Defesa Jurídica do Distrito Federal

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2655 – Capacitação de Recursos Humanos	944.958,00	821.223,00	39.967,40	33.438,60	001 e 002
2831 – Coordenação dos Recursos do Fundo da Procuradoria-Geral do DF	1.791.606,00	6.932.323,94	1.277.782,31	505.333,31	003 a 007

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3903 – Reforma de Prédios e Próprios	551.838,00	2.489.957,00	188.125,28	188.125,28	008 e 009

A dotação inicial foi autorizada atendendo à proposta orçamentária apresentada, que foi baseada no cálculo da arrecadação de 2008 e 2009, mais a aplicação dos índices indicados pelo Órgão responsável. O Decreto nº 31.295, de 01/02/2010, publicado no DODF nº 23, de 02/03/2010, adequou o orçamento para atender ao superávit financeiro do Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Capacitação e Especialização de Servidores

Realização	2008	2009	Padrão	2010	Indicador de eficácia *
Capacitar e Especializar Servidores	86	1.247	120	88	32%
Custear Diárias e Passagens	-	-	10	-	Não iniciada

O Plano Anual de Capacitação dos Procuradores e dos Servidores da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, orientado para o desenvolvimento de habilidades e competências, é elaborado anualmente com base em prioridades estabelecidas pelos órgãos de direção e assessoramento superior, executivos, técnicos e administrativos, que teve como fomento os recursos do Fundo Pró-Jurídico, ofereceram 88 vagas para a participação de servidores em cursos e eventos nas áreas: Direito Tributário, Administrativo, Constitucional, Ambiental, Urbanístico e de Saneamento; Atualização em Língua Portuguesa; Informática – Montagem e Configuração de Computadores, Excel, Suporte Técnico; Execução Orçamentária e Financeira; Processo Eletrônico; Administração; Secretariado; Contabilidade; Perícia Judicial; Gestão e competência; Jornalismo Jurídico; Biblioteconomia e a participação dos integrantes da Carreira de Procurador no XXXVI Congresso Anual de Procuradores de Estado e do DF.

A etapa nº 02, apesar de ter projetos desenvolvidos para o prédio, não foi iniciada, atendendo às recomendações da Secretaria de Governo.

Coordenação dos Recursos do Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal

Realização	2008	2009	Padrão	2010	Indicador de eficácia *
Manter contratos	02	01	01	1	100%
Adquirir material Bibliográfico		06	20	11	-82%
Adquirir equipamentos de informática	12	366	60	257	77%
Adquirir material permanente	127	596	40	138	71%
Manter serviço de terceiros	01	01	03	4	25%

Dando continuidade ao Programa de Estágio Curricular para estudantes de nível médio e superior, o Fundo Pró-Jurídico manteve o contrato com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, com 55 (cinquenta e cinco) vagas, sendo 38 (trinta e oito) para estudantes do ensino médio e 17 (dezessete) para estudantes de ensino superior. O trabalho desenvolvido pelos estagiários, além de consistir em ferramenta de capacitação profissional desses jovens, é de grande relevância no apoio administrativo da Casa, contribuindo para bom andamento das atividades desempenhadas pela PGDF.

Na atualização do acervo da Biblioteca Jurídica/PGDF foram renovados e assinados 11 periódicos: LTR; Fórum de Direito; Boletins de Licitações e Contratos; Direito Administrativo; Revista Municipal e Direito Administrativo; Boletins IOB Jurisprudências, Revista Dialética Direito Tributário; Revista Direito Administrativo e LRF e Licitações e Contratos. São revistas e boletins, com distribuições mensais e semanais, que tratam de assuntos de interesse da unidade.

Para atender ao projeto de aparelhamento das instalações da Procuradoria-Geral do Distrito Federal foram adquiridos equipamentos de informática, dos quais destacam-se: 04 scanners de mesa, 03 conversores de mídia, 250 computadores e mobiliários em geral. Foram realizados serviços de substituição de cabo de fibra ótica para tráfego de dados dos sistemas GDF-NET, SICOP, SIGRH, SIGGO, e SITAF. Houve também consultoria de engenharia de transporte vertical, e está em andamento consultoria técnica para acompanhamento e fiscalização de obras.

Reforma de Prédios e Próprios

Realização	2008	2009	Padrão	2010	Indicador de eficácia*
Reformar e Manter as Instalações da PGDF	730	300	150		Contrato rescindido
Reformar Modernizar os Elevadores da PGDF	-	-	3	01	-2%

*coeficiente / indicador calculado sobre a previsão (padrão).

Em outubro de 2010 procedeu-se à rescisão amigável do Contrato nº. 004/2008, de acordo com os arts. 78, XIV e XVI c/c o art. 79, II e § 2º, da Lei nº 8.666/93 realizado por meio do Fundo da Procuradoria, para reforma do edifício-sede da PGDF, uma vez reconhecida pela Administração que os atrasos na execução contratual decorreram de entraves burocráticos imputáveis ao próprio Poder Público, sem culpa da Contratada.

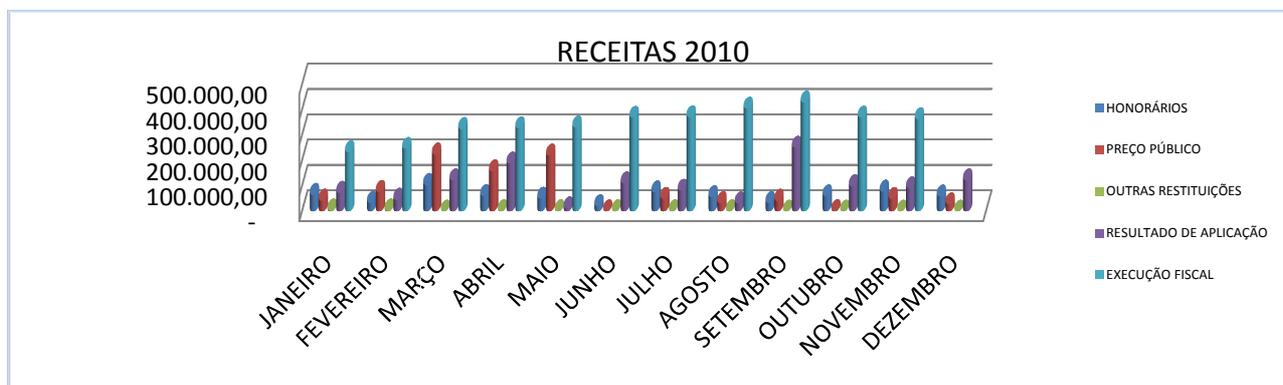
Em maio de 2010 iniciaram-se as obras de modernização, com troca dos equipamentos e manutenção preventiva nos 03 elevadores do edifício sede da PGDF, para assegurar a acessibilidade ao prédio. Os serviços estão sendo executados em um equipamento por vez. Em dezembro foi concluído o serviço de troca e modernização do primeiro elevador e iniciado o trabalho do segundo equipamento.

3. Informações Complementares

Produto de arrecadação

A arrecadação do Fundo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal é proveniente de:

- Honorários advocatícios arbitrados em favor do Distrito Federal, em face da aplicação do princípio da sucumbência e de acordo administrativos mediados pela PGDF.
- Encargos de que trata o Parágrafo Único do art. 42 da Lei Complementar Nº 4, de 30 de abril de 1994, em relação aos créditos cobrados de acordo com o inciso II do mesmo dispositivo; ou seja, 10% da dívida ativa ajuizada.
- Valores advindos da aplicação dos recursos do Fundo e saldo de exercícios anteriores;
- Parágrafo 4º, da Lei Complementar Nº 755/2008, de 28/01/2008 que define critérios para ocupação de área pública no DF mediante concessão de direito real de uso e concessão de uso.



Os recursos arrecadados a título de honorários advocatícios, tanto liquidados por meio de alvarás de levantamento, como consignados em folha de pagamento e referentes à lavratura do contrato de que trata o artigo 6º, § 4º e 5º da Lei Complementar nº 755 de 28 de janeiro de 2008, ingressaram diretamente na conta corrente do PRÓ-JURÍDICO, Fonte 120. Os recursos referentes à Dívida Ativa Ajuizada ingressaram na conta única do GDF, Fonte 100, sendo o repasse financeiro condicionado à solicitação por meio de ofícios a Subsecretaria do Tesouro/SEF após o décimo dia do mês subsequente.

Outras atividades desempenhadas

Consolidação de 1300 comprovantes de depósitos relativos a honorários e preços públicos, devidamente controlados e registrados no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e planilhas de acompanhamento.

Deram entrada 31 processos administrativos com proposta de despesas para aquisições e serviços, que foram devidamente preparados para a apreciação do Conselho Administrativo do Fundo Pró-Jurídico, dos quais 29 foram aprovados e 02 tiveram os pedidos indeferidos.

A Resolução Nº 02, de 08 de outubro de 2009, atribuiu à Secretaria Executiva do Pró-Jurídico a execução dos alvarás de levantamento. Foram recebidos 714 alvarás, sendo executados 681, 33 foram devolvidos às Especializadas por apresentarem restrições, que inviabilizaram o levantamento dos recursos.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O Fundo Pró-Jurídico, em conformidade com a legislação, possibilitou o desenvolvimento de projetos de natureza intelectual e material, com aquisições de equipamentos e capacitação dos integrantes das carreiras que compõem a PGDF.

A lotação de mais uma servidora na Secretaria Executiva do Fundo melhorou o andamento das atividades desempenhadas por este setor, que conta com rotinas criteriosas de controle e registros necessários à prestação de contas ao Conselho Administrativo do Fundo e aos Órgãos fiscalizadores do Governo do Distrito Federal. Cabe ressaltar a necessidade de ampliação do espaço físico e reestruturação devido ao volume de processos e documentações que tramitam na Unidade.

Perspectiva 2011

Para o exercício de 2011, a expectativa é de dar continuidade aos projetos de reforma e manutenção do Edifício Sede da PGDF, bem como possibilitar a execução do Projeto de Construção do Edifício Anexo. Será priorizada a atualização da tecnologia da informação, com projetos para a ampliação do parque computacional. Pretende-se, também, reestruturar o Plano Anual de Capacitação dos Procuradores e dos Servidores da PGDF, preservando a orientação e desenvolvimento com base em prioridades estabelecidas pelo Órgão.

7. SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL – SEAPA/DF

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal - Seapa/DF, Unidade Orgânica de Direção Superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, para execução de suas atividades, nos termos do Decreto nº 29.094, de 03 de junho de 2008, tem as seguintes competências:

- I. Elaborar e implementar a política agrícola do Distrito Federal, compreendendo as atividades de produção, comercialização, abastecimento e armazenagem;
- II. Desenvolver programas de fomento à produção agropecuária do Distrito Federal;
- III. Apoiar o desenvolvimento rural integrado, o associativismo e o cooperativismo;
- IV. Incentivar as pesquisas e práticas agrícolas relativas ao manejo sustentável;
- V. Supervisionar a prestação de serviços de orientação técnica e extensão rural;
- VI. Coordenar e executar a política de controle, defesa e inspeção sanitária dos produtos de origem vegetal e animal;
- VII. Fiscalizar o uso de agrotóxicos;
- VIII. Administrar e fiscalizar o plano de utilização das terras rurais.
- IX. Participar do processo de alienação de imóvel rural;
- X. Vistoriar e expedir atestado sobre as condições de uso produtivo e social da propriedade rural;
- XI. Apreciar e se manifestar sobre as condições de exequibilidade e viabilidade técnico-econômica e acompanhar o desempenho dos Projetos de Exploração Rural;
- XII. Proceder cadastramento e seleção de candidatos a arrendamento ou concessão de lotes rurais;
- XIII. Celebrar contratos de arrendamento ou concessão, renovação e transferência de lotes rurais, após autorização do Conselho de Administração e Fiscalização de Áreas Públicas Rurais Regularizadas, assim como suas aprovações; e
- XIV. Propor ao Conselho de Administração e Fiscalização de Áreas Públicas Rurais Regularizadas a rescisão de contrato de arrendamento ou concessão de lotes rurais, mediante processo fundamentado.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	41	179	25	359	604
Requisitados Órgãos do GDF	02	-	04	-	06
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	46	-	24	-	70
Cedidos para outros órgãos	39	-	-	-	39
Estagiários CIEE	-	01	-	02	03
Bolsistas remunerados /CIEE	-	03	-	-	03
Bolsistas sem remunerados /UnB e particulares	-	-	-	05	05
Conveniados FUNAP	-	21	-	-	21
Servidores ressarcidos/SAB/CEASA	02	58	-	-	60
Total					811

Realizações

1. Programa 0001 – Ressarcimento, Indenizações e Restituições

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
9050 - Ressarcimento, indenizações e restituições da Seapa	5.842.520	7.140.423	7.031.926,34	7.031.926,34	

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
0005-Implantação do sistema de Georreferenciamento no Distrito Federal	5.842.520	7.140.423	7.031.926,34	7.031.926,34	039 e 042

2. Programa 0071 – Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas de Informação

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
3866-Instalação do Sistema de Geoprocessamento	8.440	4.459	0,00	0,00	
0005-Implantação do Sistema de Georreferenciamento no Distrito Federal	8.440	4.459	0,00	0,00	012

Recursos contingenciados, conforme o Decreto nº 31.692, de 18 de maio de 2010.

3. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
6023-Concessão de Bolsas de Estudo	84.400	84.400	0,00	0,00	
0001-Concessão de Bolsas de Estudo	84.400	84.400	0,00	0,00	003
8502- Administração de Pessoal	32.962.553	54.060.109	48.049.495,68	48.049.495,68	
0004-Administração de Pessoal da Seapa/DF	32.905.584	53.077.290	47.068.372,43	47.068.372,43	004
8678-Contribuição Patronal para o RPPS	56.969	982.819	981.123,25	981.123,25	005
8517- Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	7.184.280	6.813.953	6.130.123,01	5.586.804,75	
0004-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Seapa/DF	7.184.280	6.813.953	6.130.123,01	5.586.804,75	006

Na ação 6023 Concessão de Bolsas de Estudo, os recursos foram contingenciados.

4. Programa 0169 – Promoção Comunitária

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
3246- Construção de Centro Comunitário	100.000	0	0	0	
9213-Construção do Galpão de Múltiplas Funções, no Setor Rural Mangueiral, BR 251 Km 34 (EP)	100.000	0	0	0	013
5741-Construção do Centro para Comercialização e Capacitação do Agricultor Familiar no Distrito Federal -PRONAT	4.187.176	4.033.281	1.160.287,37	514.716,94	
0004- Construção do Centro para Comercialização e Capacitação do Agricultor Familiar - Pronat no Distrito Federal	3.722.033	3.488.033	1.089.971,60	444.401,17	007
0005- Construção de Centros de Capacitação e Treinamento do Trabalhador e Produtor Rural no Distrito Federal	465.143	545.248	70.315,77	70.315,77	008

Na ação 3246.9213 os recursos foram remanejados.

5. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação / Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
8504-Concessão de benefícios a servidores	2.110.000	1.960.000	1.941.156,63	1.941.156,63	
0005- Concessão de Benefícios aos servidores da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.110.000	1.960.000	1.941.156,63	1.941.156,63	009, 040 e 041

6. Programa 1100 – Desenvolvimento dos Agronegócios**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
1832-Implantação de Pólos para o Desenvolvimento Rural	42.200	0	0	0	
0002-Implantação de Lavouras Comunitárias	42.200	0	0	0	020
1891-Implantação de Pólos de Agricultura Orgânica	218.800	84.400	4.135,05	4.135,05	
0001-Implantação de Pólos de Agricultura Orgânica	134.400	30.800	0,00	0,00	027
7525-Implantação de Hortas Escolares	84.400	53.600	4.135,05	4.135,05	028
2483-Promoção de Eventos Agropecuários	653.200				
1164-Apoio à realização de Eventos Agropecuários nas Regiões Administrativas do Distrito Federal	168.800	168.800	165.763,46	165.763,46	035
1164-Apoio à realização de Eventos Agropecuários Nas Regiões Administrativas do Distrito Federal (EP)	300.000	0,00	0,00	0,00	002
7212-Apoio à Realização de Eventos Esportivos Rural nas Regiões Administrativas do Distrito Federal	84.400	3.640	0,00	0,00	038
9215-Apoio à realização da festa da agrobrasília 2010 na COOPADEF (EP)	100.000	0,00	0,00	0,00	036
2770-Fomento à Produção Vegetal	160.360	110.360	42.118,86	42.118,86	
0001-Fomento à Produção Vegetal	160.360	110.360	42.118,86	42.118,86	021
2771-Fomento à Produção Animal	191.300	122.666	38.824,38	38.824,38	
0001-Fomento à Produção Animal	191.300	122.666	38.824,38	38.824,38	023
2779-Promoção e regulamentação de abastecimento de produtos agrícolas	25.320	0,00	0,00	0,00	
0001-Promoção e regulamentação do abastecimento de produtos agrícolas	25.320	0,00	0,00	0,00	029
2782-Administração e fiscalização das terras públicas rurais	84.400	0,00	0,00	0,00	
0001-Administração e fiscalização das terras públicas rurais no DF.	84.400	0,00	0,00	0,00	010
2861-Assistência aos produtores rurais	147.520	245.102	237.005,73	237.005,73	
0004-Programa compra direta local da Agricultura Familiar	67.520	225.102	217.005,73	217.005,73	043
9212-Instalação de tanque de resfriamento de Leite no Incra 07 – Chapadinha (EP)	60.000	0,00	0,00	0,00	001
9214-Festa do Leite de Brazlândia. encontro do produtor rural (EP)	20.000	20.000	20.000	20.000	024
5160-Construção de Centros de comercialização de produtos rurais	706.801	1.170.179	444.402	0,00	
0001-Construção de centros de comercialização de produtos rurais no DF	706.801	1.170.179	444.402	0,00	037

6.1. Implantação de Pólos de Agricultura Orgânica

Em abril ocorreu uma descentralização de crédito orçamentário para a EMATER/DF, conforme Portaria Conjunta nº 6 SEAPA/EMATER-DF, de 27 de abril de 2010, destinada à aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Esses materiais foram adquiridos pela EMATER-DF.

6.2. Implantação de Hortas Escolares e Comunitárias

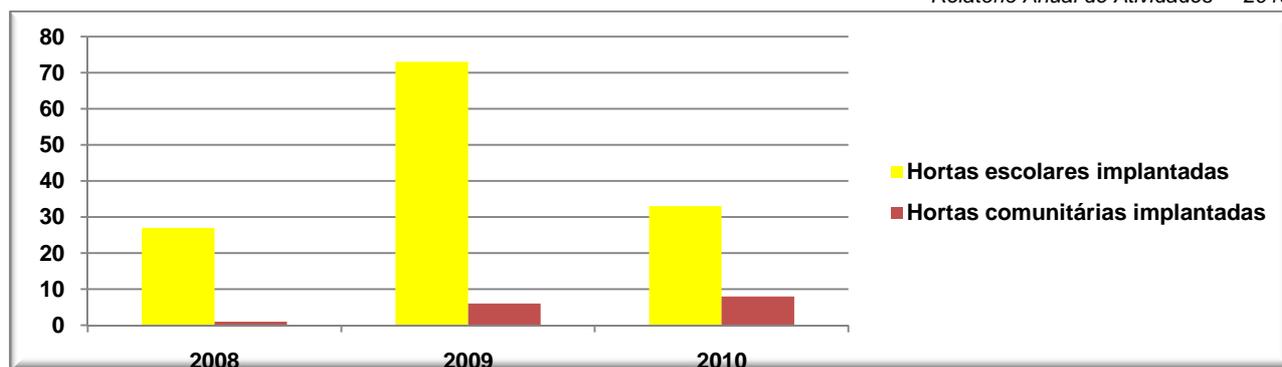
Indicativos	Unid. de Medida	2008	2009	2010
Hortas escolares implantadas	Unidade	27	73	33
Hortas comunitárias implantadas	Unidade	01	06	8

Hortas escolares

A meta prevista para o ano de 2010 era de 50 hortas escolares. Foram implantadas 33 hortas até maio.

Hortas Comunitárias

A meta prevista para o ano de 2010, foi de 06 hortas comunitárias. Foram implantadas 08 hortas.



6.3. Eventos Agropecuários Apoiados

Foram alcançadas as metas para o ano de 2010, com 73 eventos apoiados e promovidos.

Em todos eventos promovidos, a Seapa-DF teve participação em massa de todas as comunidades rurais, com grande sucesso, principalmente, para o Encontro Técnico Cultural Rural.

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Exposição Agropecuária de Brasília	1	1	1	1
Encontro Técnicos Rurais (várias regiões)	0	0	7	1
2ª PEC – Brasília	0	0	2	2
Encontro de Folia de Reis	1	1	1	6
Agrobrasil (PAD/DF)	0	1	1	1
Encontro de Jovens Rurais São Sebastião	0	0	0	1
Encontro Rural e Cavalgada de Barra Alta	0	0	0	2
Encontro dos Produtores de Tabatinga	0	0	0	1
Encontro de Produtores da Barra Alta	0	0	0	3
Encontro de Produtores de Pimentão	0	0	0	1
Pamonhada do Assentamento Chapadinha Sobradinho II	0	0	0	1
Exposição Agropecuária de Sobradinho	1	0	0	1
Exposição Agropecuária de São Sebastião	1	0	0	1
Festa do Morango de Brazlândia	1	1	2	1
Festa da Pamonha (Sobradinho, Planaltina e Brazlândia)	1	2	3	3
Cavalgada de Sobradinho II	0	1	1	2
Cavalgada da Paz de Brazlândia	0	0	0	1
Cavalgada dos Produtores de Tabatinga	0	0	0	4
Cavalgada do Gama	0	0	0	1
Cavalgada e Encontro dos Produtores de Leite	0	0	0	1
Semana da Saúde dos Produtores da Rajadinha II	0	0	0	1
Encontro de Folia do Divino de Brazlândia	0	1	2	1
Comemoração do Aniversário do Gama	0	0	0	1
Encontro de Produtores de Leite Laticínios Araguaia	0	0	0	1
Encontro da Primavera Escola Núcleo Rural Itapeti	0	0	0	1
Encontro Cavalgada do Gama	0	0	0	3
Aniversário do Assentamento do Monjolo	0	1	1	1
Aniversário do Núcleo Rural Casa Grande	0	0	0	1
Semana do Produtor em Tabatinga	0	0	1	2
Expogama	0	0	1	1
Expobrasília	1	0	1	2
Folia de Roça do Divino Espírito Santo de Ceilândia	0	0	0	1
Arraiá Escola Itapeti Núcleo Rural de Brazlândia	0	0	0	1
Pouso de Folia Ponte Alta	0	0	0	1
EXPOAMPA	0	1	1	1

Indicativos	2007	2008	2009	2010
VII Festa do Leite de Brazlândia	0	0	0	1
Reunião para entrega de 150 toneladas de adubo orgânico	0	0	0	1
Festa do Divino Espírito Santo - São João Batista – Taguatinga	0	0	0	1
Folia de Roça do Divino Espírito Santo de Planaltina –DF	0	0	0	9
Confraternização Natalina e aniversário do Assentamento Nova Vitória	0	0	0	1
Cavalgada de Brazlândia	0	0	0	1
Confraternização Natalina dos Bombeiros	0	0	0	1
II Encontro Natalino Rural do Distrito Federal e Entorno	0	0	0	1
Semana da Saúde dos Produtores da Rajadinha II	0	0	0	1
Feira Nacional da cadeia produtiva de flores e plantas	0	0	0	1
Total	21	28	45	73

6.4. Fomento à Produção Vegetal – Mudanças Produzidas e Vendidas

Mudas Produzidas, Vendidas e Doadas

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Mudas produzidas	70.071	58.049	94.228	61.728
Mudas vendidas	83.317	11.087*	0	0
Mudas doadas	6.623	1.148	54.134	75.265

A produção de mudas de plantas ornamentais, florestais, frutíferas e nativas do Cerrado foi desenvolvida pelo viveiro da Granja Modelo do Ipê. No ano de 2010, a produção de mudas de plantas arbóreas foi de espécies nativas do bioma cerrado. A decisão da prioridade na produção de espécies nativas foi motivada pela implementação do Programa de Reabilitação Rural e pelos contratos e convênios, visando à recuperação ambiental de áreas rurais no Distrito Federal e entorno.

6.5. Fomento à Produção Animal – Alevinos Produzidos e Vendidos

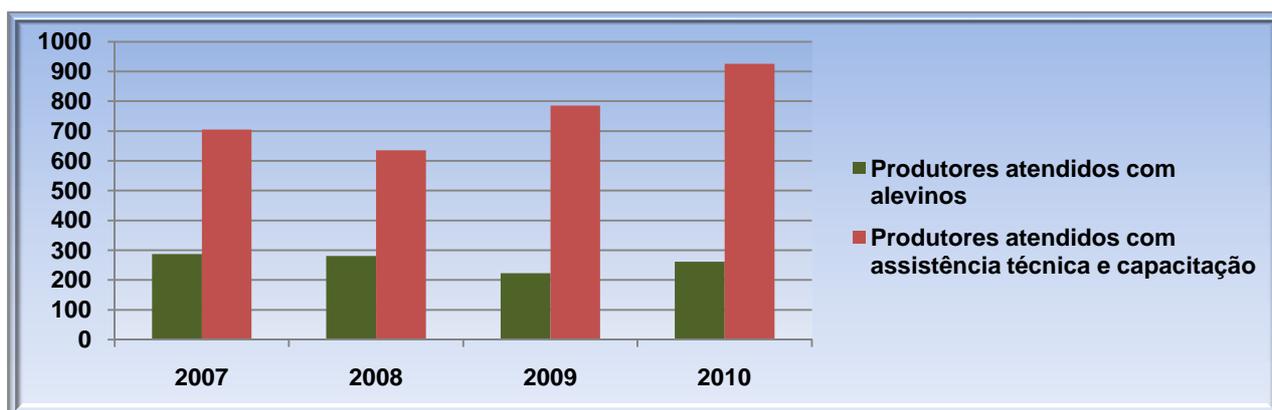
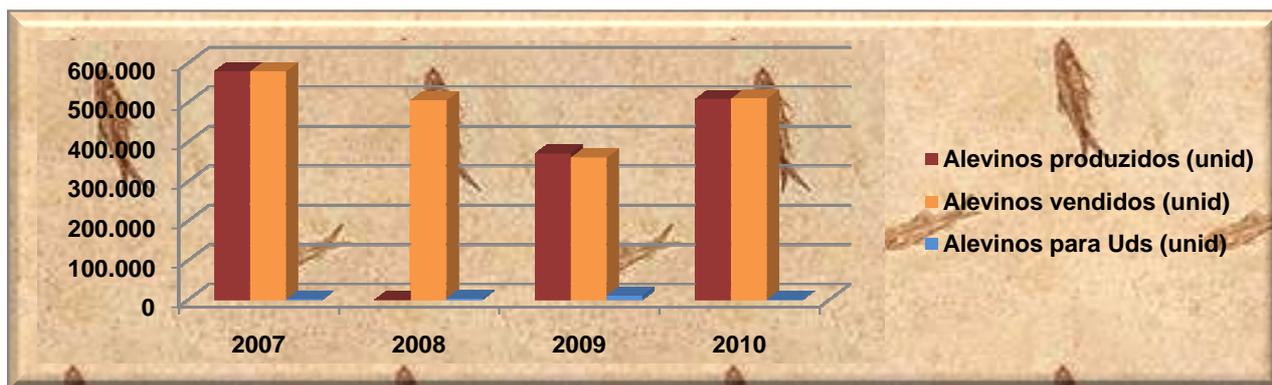
Produção e Venda de Alevinos

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Alevinos produzidos (unid)	579.430	508.711	370.838	509.020
Alevinos vendidos (unid)	578.430	505.605	360.338	509.620
Alevinos para Uds (unid)	1.000	3.106	10.500	400
Produtores atendidos com alevinos	287	281	223	261
Produtores atendidos com assistência técnica e capacitação	705	635	785	926

No ano de 2010, a produção de alevinos apresentou um crescimento de 37% em relação a 2009 e superou a meta prevista para o ano. Apesar do aumento no número de alevinos produzidos, nos meses de setembro a dezembro houve grande mortalidade de peixes devido à contaminação por microorganismos, em grande parte devido à qualidade da água de abastecimento. Diante desse quadro, para o próximo ano deve-se adotar medidas preventivas no manejo dos peixes e melhorar as instalações para aumentar a produção, beneficiando, dessa forma, um número maior de produtores.

O número de produtores atendidos com a venda de alevinos superou a meta prevista para 2010, com aumento de 17% em relação ao ano anterior. O público atendido com assistência técnica e capacitação também foi ampliado em 18% em 2010, quando comparado a 2009, superando a meta prevista para o ano que era de 800 pessoas, dentre produtores, estudantes e técnicos.

Além da produção de alevinos de tilápia e de espécies nativas de peixes, o Centro de Tecnologia em Piscicultura da Granja Modelo do Ipê desenvolveu atividades de difusão de tecnologia, assistência técnica e capacitação na área ambiental e de criação de peixes. Ao longo desse ano foram realizados no auditório do CTP 17 cursos de capacitação em piscicultura, além de palestras técnicas e reuniões, além do XI Encontro de Piscicultores do DF e Entorno. Somando esses eventos, no ano de 2010, foram capacitadas 450 pessoas.



6.6 Produtores Rurais e Comerciantes Assistidos/CEASA

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Produtor assistido (CEASA) – Pedra	460	443	442	440
Produtor assistido – Varejão	130	112	112	112
Produtor assistido - Flores	43	42	42	40
Produtor assistido – Mercado de Orgânicos	20	18	12	14
Comerciante assistido (CEASA) – Atacado	185	182	180	180
Comerciante assistido – Varejão	85	81	78	82
Orientação de Mercado	877	878	876	880

A partir de maio de 2010, as informações referentes a Produtores Assistidos, Comerciantes Assistidos e Orientação de Mercado foram transferidas para as Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A – Ceasa.

6.7 Produtores Rurais e Comerciantes Assistidos

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Produtores assistidos em Brazlândia	0	0	12	12
Produtores assistidos no Colorado	0	0	18	18
Produtores assistidos no Paranoá	0	0	02	02

A Diretoria de Abastecimento da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural, controla a comercialização e o apoio à agricultura familiar. São três empórios localizados em regiões estratégicas para os pequenos produtores formados em associações, comercializarem seus produtos.

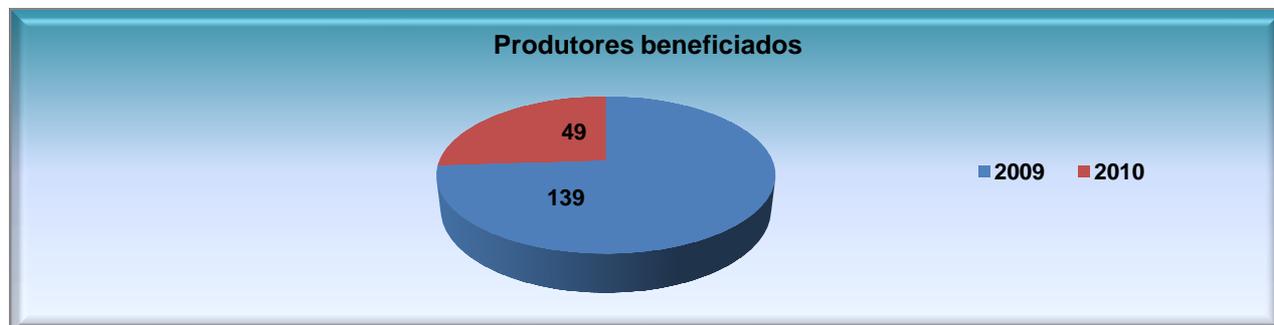
Os produtos comercializados são basicamente hortifrutigranjeiros, plantas ornamentais, artesanatos e comidas típicas regionais.

Estão localizados no Colorado em Sobradinho e Brazlândia e outros no Capão da Erva no Paranoá.

6.8. Assistência aos produtores rurais – Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar-2010

Indicativos	2009	2010
Produtores beneficiados	139	49

O Convênio nº 213/2008 - MDS/Seapa, referente ao Programa Compra Direta Local, objetivando a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, beneficiou em 2009, 139 produtores rurais familiares, com aquisição de produtos hortifrutigranjeiros distribuídos gratuitamente a 37 instituições cadastradas. Em 2010, o programa beneficiou 49 produtores com aquisição do produto e distribuídos a 37 instituições cadastradas, cumprindo assim, a meta prevista no referido convênio.

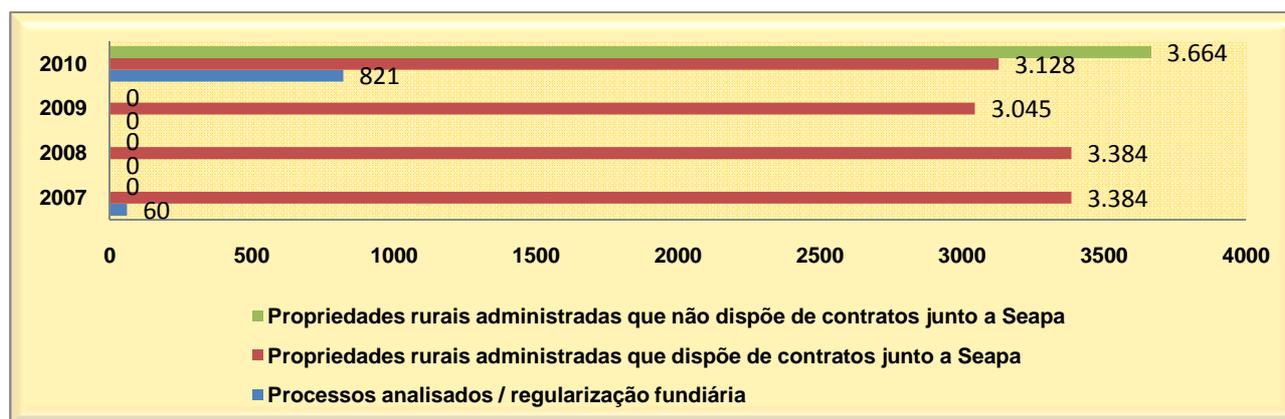


6.9. Demonstrativo de Desempenho

Administração e Fiscalização das Terras Públicas Rurais no Distrito Federal (unidades)

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Vistorias/fiscalizações	2.250	1.929	2.516	2.510
Notificações emitidas	137	180	314	316
Retiradas de invasões	07	04	04	3
Apurar denúncias	58	39	130	153
Levamento topográfica de área publica.	51	05	-	71
Cadastramento de áreas públicas rurais	-	-	191	68
Atendimento a área pública rural	10	1.193	1.213	2.820
Processos analisados / regularização fundiária	60	-	-	821
Propriedades rurais administradas que dispõe de contratos junto a Seapa	3.384	3.384	3.045	3.128
Propriedades rurais administradas que não dispõe de contratos junto a Seapa	-	-	-	3.664
Encaminhamento interno e externo de informações de áreas públicas rurais	-	558	1.093	1.771
Instrução de processos finalizados/regularização	-	76	78	153

Regularização Fundiária: continuar o desenvolvimento dessa atividade e aprimorar os procedimentos recebidos, análise e autuação de documentos/processos para contribuir com o atingimento do objetivo maior da missão da SEAPA, satisfação dos anseios dos produtores rurais/concessionários.



7. Programa 1300 – Difusão e Promoção Cultural

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2007-Promoção de Atividades Culturais	75.960	0	0	0	
2388-Encontro de Folia de Reis no Distrito Federal	75.960	0	0	0	015

8. Programa 1316 – Desenvolvimento Social da Área Rural

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2775-Execução de Serviços de Engenharia e Mecanização Agrícola	600.800	722.360	635.260,18	635.260,18	
0001-Execução de Serviços de Engenharia e Mecanização Agrícola	600.800	722.360	635.260,18	635.260,18	031
2889-Apoio e Promoção da Agricultura Familiar por meio do PRONAF	2.025.083	1.936.083	16.492,65	11.376,65	
0003-Apoio e Promoção da Agricultura Familiar por meio do PRONAF	2.025.083	1.936.083	16.492,65	11.376,65	032
4075-Distribuição de Sementes para Microprodutores Rurais	675.200	1.182.200	1.182.174,70	1.182.174,70	
0001-Distribuição de Sementes e Insumos Agrícolas para Microprodutores Rurais do Distrito Federal	675.200	1.182.200	1.182.174,70	1.182.174,70	022

8.1. Serviços de Engenharia e Mecanização Agrícola

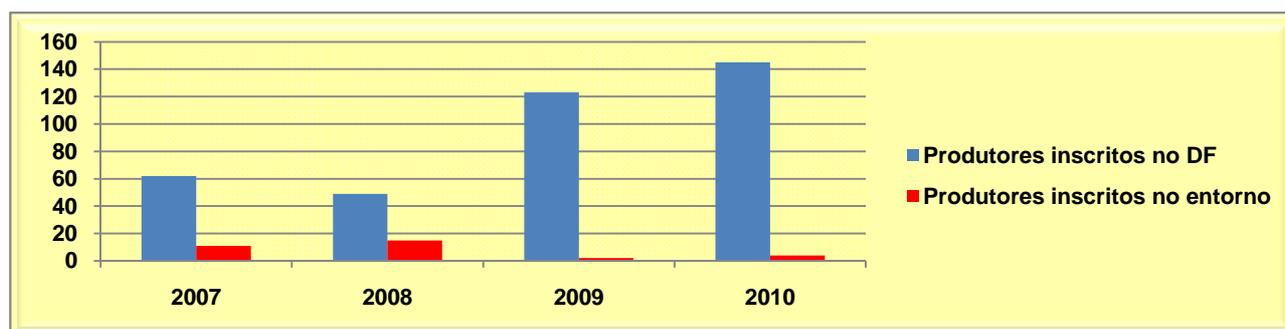
Serviços Executados

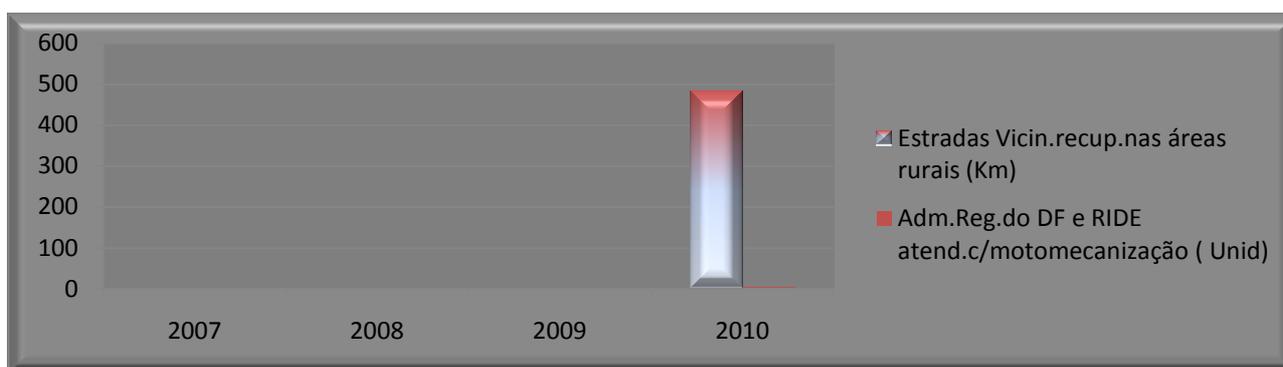
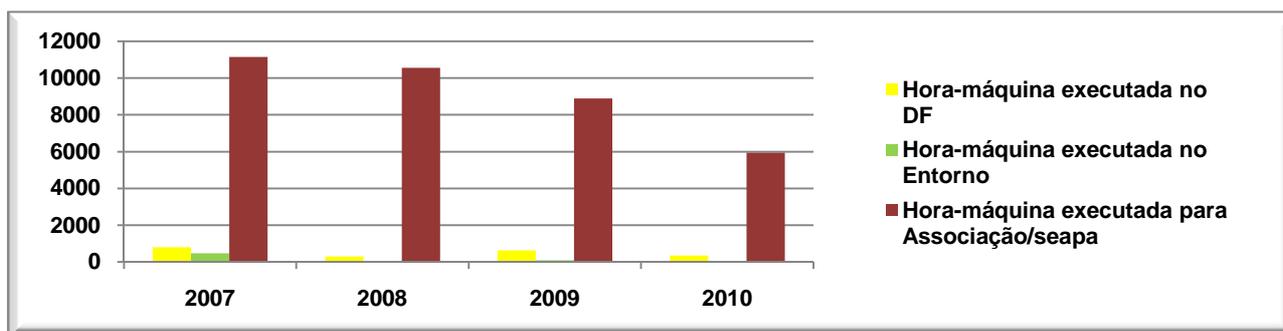
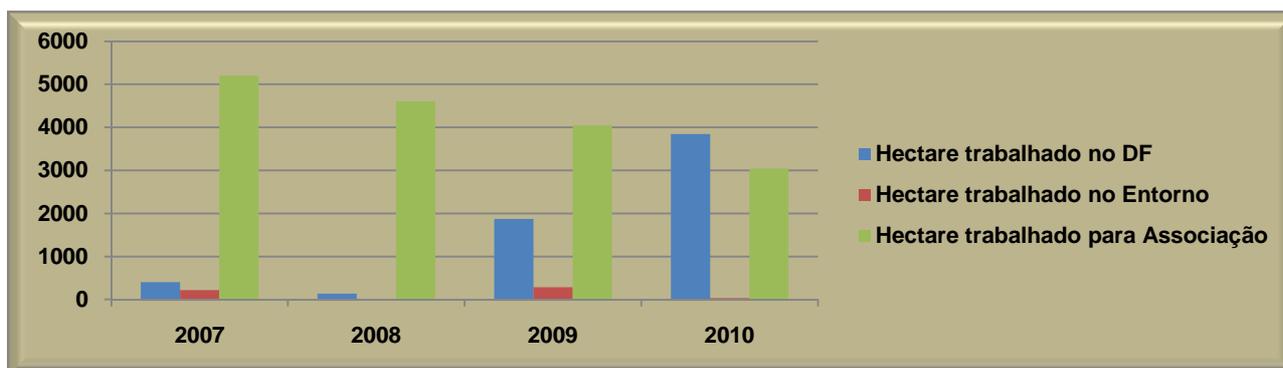
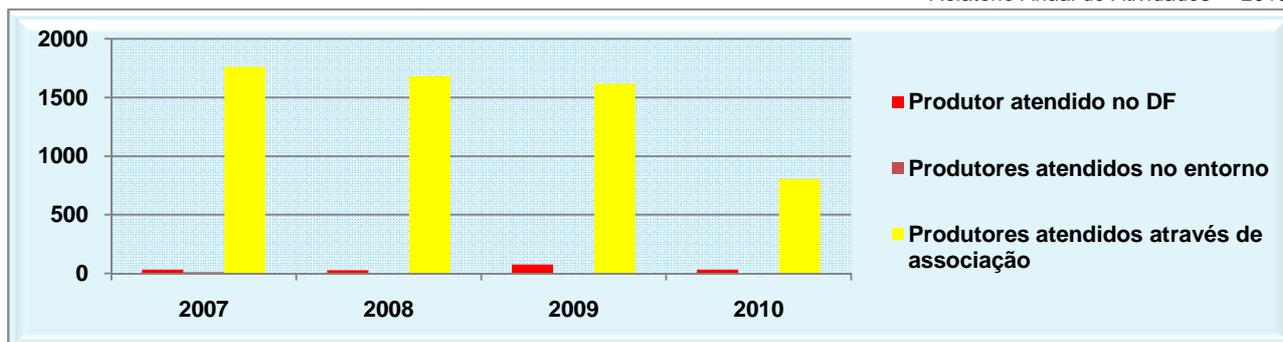
Indicativos	2007	2008	2009	2010
Produtores inscritos no DF	62	49	123	145
Produtores inscritos no entorno	11	15	2	4
Total de produtores inscritos	73	64	125	149
Produtores atendido no DF	33	29	77	34
Produtores atendidos no entorno	11	03	1	4
Produtores atendidos através de associação	1.760	1.680	1.615	807
Total de produtores atendidos	1.804	1.712	1.693	845
Hectare trabalhado no DF	403	134	1.871	3.845
Hectare trabalhado no Entorno	219	13	285	33
Hectare trabalhado para Associação	5.201	4.606	4.045	3.047
Total de hectare trabalhado	5.823	4.753	6.201	6.925
Hora-máquina executada no DF	796	306	631	349
Hora-máquina executada no Entorno	473	25	100	66
Hora-máquina executada para Associação/seapa	11.152	10.550	8.887	5.946
Total de hora-máquina executadas	12.421	10.881	9.618	6.361
Estradas Vicinais recuperadas nas áreas rurais (km)	0	0	0	484
Administrações Reg. do DF e RIDE atendidas com motomecanização (Unid)	0	0	0	4
Total	0	0	0	488

Os indicadores produtor atendido por meio de Associações, hectare trabalhado no entorno, hectare trabalhado pelas associações e hora máquina executada para associação/Seapa tiveram diminuição, pois os recursos financeiros para recuperação e manutenção de máquinas agrícolas somente foram liberados a partir de outubro de 2010, comprometendo o atendimento motomecanizado. Outro motivo que influenciou o recuo nos índices foi a quantidade expressiva de aposentadorias de servidores que atuavam na parte operacional e mecânica, sem a devida reposição dessa mão de obra especializada.

Apesar da queda no indicativo produtor atendido Por meio de associações, houve aumento no indicativo hectare trabalho no DF, devido à grande extensão das propriedades rurais que foram atendidas.

Os indicadores das estradas vicinais recuperadas nas áreas rurais (km), Administrações Regionais do DF e RIDE atendidos com motomecanização foram incluídos no relatório somente neste ano.





8.2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAT

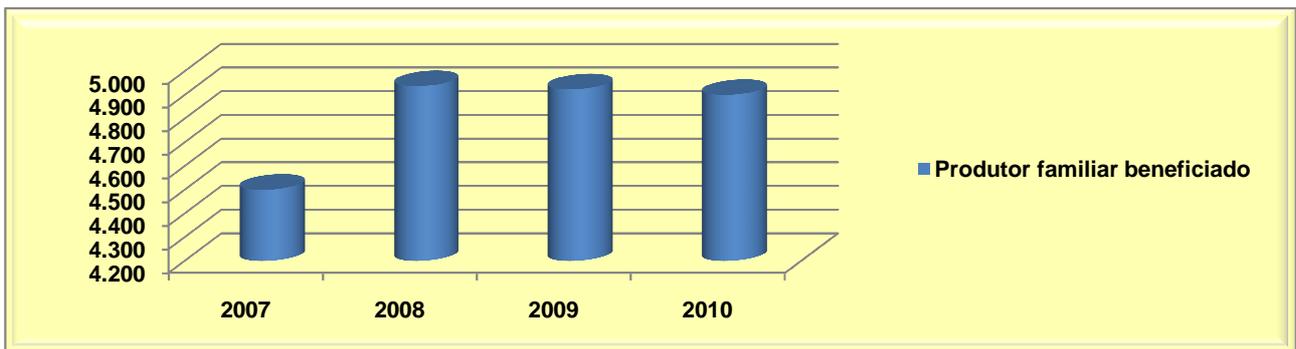
Ações PRONAT

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Produtor familiar beneficiado	4.500	4.937	4.924	4.900
Liderança rural assistida	300	302	303	296
Conselho Regional Assessorador	120	121	190	183
Conselho Regional de Desenvolvimento Rural assistido	84	95	96	96
Implantação das ações territoriais	120	116	115	110

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa executa ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, desenvolvido pelas Secretarias de Desenvolvimento Territorial da Agricultura Familiar e de Reordenamento Agrário, vinculadas ao Ministério

do Desenvolvimento Agrário, em parceria com a Emater-DF, Administrações Regionais do Distrito Federal, Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável, diversas instituições governamentais e com os movimentos sociais.

O programa tem por objetivo apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento do Território Rural de Águas Emendadas, composta pelos municípios de Mimoso - GO, Água Fria - GO, Padre Bernardo - GO, Planaltina de Goiás - GO, Formosa - GO, Cabeceiras - GO, Vila Boa - GO, Cabeceira Grande - MG, Buritis - MG, Unai - MG e o Distrito Federal, vejamos o fortalecimento da Agricultura Familiar, como segmento gerador de emprego e renda, através das linhas de ações de Infra-Estrutura, Serviços, Agroindústria, Associativismo, Crédito Rural e Capacitação de Agricultores e Técnicos em Projetos Territoriais.

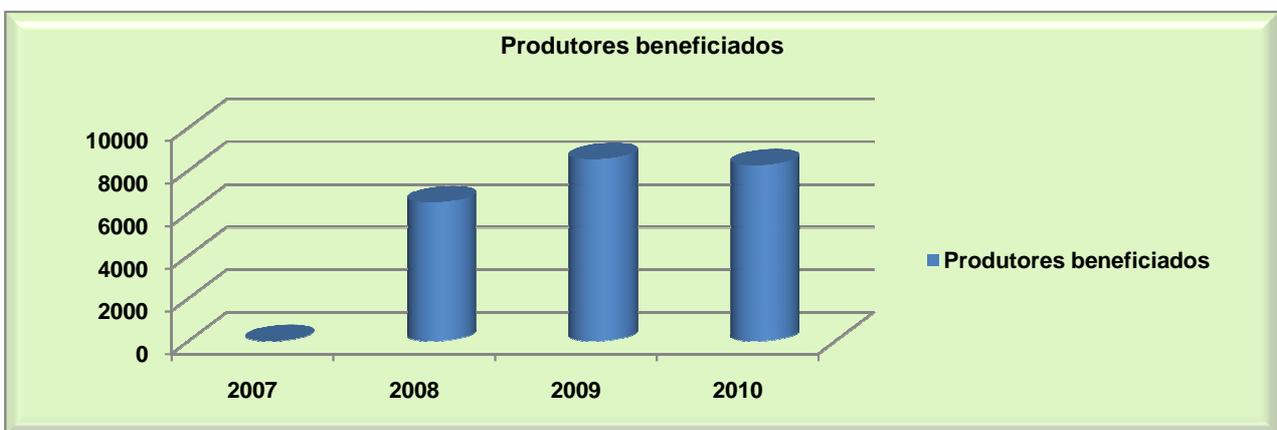


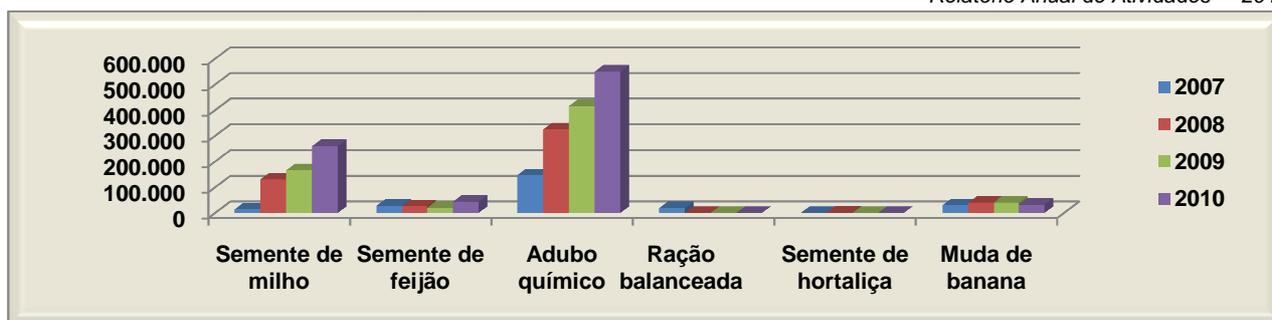
8.3. Distribuição de Sementes

Distribuição de Sementes e Insumos Agrícolas - (kg)

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Produtores beneficiados	-	6.500	8.530	8.240
Semente de milho	14.000	130.000	166.000	260.000
Semente de feijão	28.000	26.000	20.000	43.600
Adubo químico	147.150	325.000	416.000	550.000
Ração balanceada	18.750	-	-	-
Semente de hortaliça	-	880	-	25
Muda de banana	30.000	40.000	40.000	32.000

– A Secretaria de Agricultura distribui por meio das associações de produtores, sementes, adubos químicos e mudas de banana a pequenos produtores rurais da agricultura familiar do Distrito Federal e Entorno.





9. Programa 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária e Financeira

Ação / Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2426-Manutenção do Programa Reintegra Cidadão	219.440	198.129	198.128,26	167.518,61	
0019-Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	219.440	198.129	198.128,26	167.518,61	016

A Secretaria de Agricultura participa do Programa Reintegra Cidadão por meio do Contrato nº 07/2007, celebrado entre a Seapa e a FUNAP, beneficiando 23 sentenciados.

10. Programa 1650 – Desenvolvimento Rural Sustentável e Conservação da Água e do Solo do DF

Execução Orçamentária e Financeira

Ação / Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
3040-Recuperação do Passivo Ambiental	8.440	0,00	0,00	0,00	
0001-Recuperação do Passivo Ambiental	8.440	0,00	0,00	0,00	017
3041-Estruturação das Bases para o Desenvolvimento Rural Sustentável	8.440	0,00	0,00	0,00	
0001-Estruturação das Bases para o Desenvolvimento Rural Sustentável e o Fortalecimento Institucional	8.440	0,00	0,00	0,00	019
3043-Reabilitação Ambiental das Terras Rurais	84.400	30.960	26.225,27	26.225,27	
0001-Reabilitação Ambiental das Terras Rurais	84.400	30.960	26.225,27	26.225,27	018
4024-Promoção da Segurança Alimentar	4.220	0,00	0,00	0,00	
0001-Promoção da Segurança Alimentar	4.220	0,00	0,00	0,00	030
4025-Desenvolvimento e Diversificação da Economia do Negócio Rural	4.220	0,00	0,00	0,00	
0001-Desenvolvimento e Diversificação da Economia do Negócio Rural	4.220	0,00	0,00	0,00	011

Nas ações: 3040, 3041, 4024 os recursos foram contingenciados.

10.1. Reabilitação Ambiental das Terras Rurais

Atividades Executadas de Proteção e Reabilitação Ambiental

Indicativos	2008	2009	2010
Visitas para orientação técnica a produtores rurais para recuperação ambiental	33	144	99
Orientação técnica sobre recuperação ambiental	-	74	91
Lotes rurais atendidos com mudas	70	162	103
Área plantada (ha)	09	40,4	68

O Núcleo de Proteção e Reabilitação Ambiental foi criado para atender à necessidade de adequação ambiental da área rural do DF, tendo em vista o grande passivo ambiental decorrente da implantação dos núcleos rurais que ocorreram sem o devido licenciamento ambiental. Em 2007, a Seapa lançou o Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do DF – Reflorestar, com vistas a apoiar a recuperação das áreas de preservação permanente (margens de córregos, nascentes, encostas, etc) por meio do plantio de mudas de espécies nativas, capacitação técnica, elaboração de projetos técnicos, entre outros, orientação e recomendação para a averbação e revegetação da reserva legal. O Programa veio

ocupar uma lacuna existente na área rural e tem recebido muita demanda dos produtores rurais. Como consequência, o Reflorestar está apoiando o Projeto Descoberto Coberto de adequação ambiental das propriedades rurais situadas na orla do Lago Descoberto, principal manancial de abastecimento público do DF, assim como, o Programa Produtor de Água – Pípiripau e o de recuperação da Área de Proteção Ambiental Gama Cabeça de Veado, desenvolvendo suas ações no Núcleo Hortícola Suburbano Vargem Bonita, Colônia Agrícola Córrego da Onça e Colônia Agrícola Riacho Fundo, além de atender vários produtores em diversos núcleos rurais. Para dar suporte à demanda, o Núcleo cadastrou o Programa Reflorestar na Central de Medidas Alternativas do Ministério Público do DF e Territórios e passou a receber recursos oriundos de multas por delitos ambientais. Dessa forma foi possível a revitalização do viveiro de produção de mudas da Granja Modelo do Ipê, com a construção de um viveiro telado capaz de produzir 60 mil mudas/ano e aquisição de insumos e EPIs. Importante, também, foi a parceria entre o GDF por meio da Seapa e a Corumbá Concessões que viabilizou a aquisição de um veículo 4 x 4 para os trabalhos de coleta de sementes e vistorias na área rural, aquisição de insumos e a implantação de uma casa de vegetação. A Seapa ofereceu na parceria, 60 mil mudas de espécies nativas, dois cursos de capacitação em implantação de viveiros e produção de mudas e oito palestras para as comunidades de oito municípios situados na orla do Lago de Corumbá IV.

Outra atividade de grande importância foi a representação da Seapa nos Conselhos Ambientais do DF (CONAM, CRH, COGAMA, COAPA, Comitês de Bacias Hidrográficas), bem como, na Comissão de Acompanhamento do Zoneamento Ecológico Econômico do DF – ZEE-DF. O NRA teve oportunidade de realizar palestras nos Encontros Técnico-Culturais Rurais, nos eventos do Programa Fogo Apagou, do Ibram, bem como, palestras em diversas instituições.

11. Programa 1750 – Vida Melhor

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
4041-Nutrido a Mesa	22.660.000	34.460.000	34.082.602,12	30.797.026,12	
0003-Nosso Leite	22.660.000	34.460.000	34.082.602,12	30.797.026,12	014

A Secretaria de Estado de Agricultura participa do Programa Vida Melhor, concernente a compra de 60 mil litros diários de leite pasteurizado junto às Cooperativas Agropecuárias, que são distribuídos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST, a 48 mil famílias de baixa renda, a um custo médio de R\$ 2,5 milhões mensais.

12. Programa 2900 – Vigilância Sanitária e Epidemiológica

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2772-Fomento à Defesa Sanitária Vegetal	236.320	112.443	0,00	0,00	
0001-Fomento à Defesa Sanitária Vegetal	236.320	112.443	0,00	0,00	025 e 053
2773-Fomento à Defesa Sanitária Animal	277.320	954.895	886.069,55	886.069,55	
0001-Fomento à Defesa Sanitária Animal	277.320	954.895	886.069,55	886.069,55	0026, 044 e 045
2780-Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal e Animal	59.080	28.350	350	350	
0001-Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal e Animal no Distrito Federal	59.080	28.350	350	350	033, 046 a 052 e 054
2783- Controle de Qualidade e Desenvolvimento Tecnológico	127.812	164.919	143.497,03	143.497,03	
0001-Execução de Análise Laboratorial de Tecnologia	127.812	164.919	143.497,03	143.497,03	034

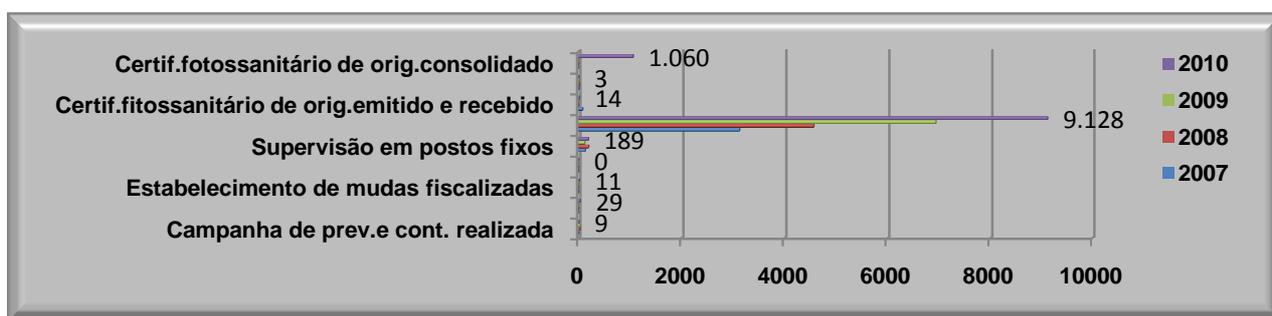
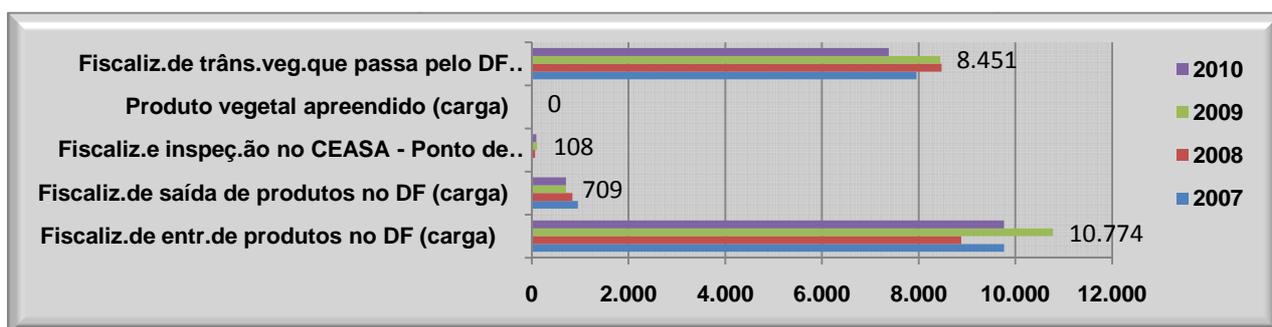
12.1. Fomento à defesa sanitária vegetal

Fiscalização e Defesa Sanitária Vegetal

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Fiscalização de entrada de produtos no DF (carga)	9.767	8.881	10.774	9.763
Fiscalização de saída de produtos no DF (carga)	954	840	709	707
Fiscalização e inspeção no CEASA - Ponto de Comércio Hortifrutigranjeiro	-	71	108	94
Produto vegetal apreendido (carga)	2	-	-	19
Fiscalização de trânsito vegetal que passa pelo DF (entrada/saída)	7.955	8.476	8.451	7.381
Campanha de prevenção e controle realizada	2	25	27	9
Inspeção de viveiros	-	-	-	29
Estabelecimento de mudas fiscalizadas	2	-	2	11
Registros de viveiros	2	-	-	-
Supervisão em postos fixos	128	195	120	189
Permissão de trânsito emitida	3.128	4.569	6.939	9.128
Certificado fitossanitário de origem emitido e recebido	80	1	2	14
Autorização para compra de mudas	9	16	11	3
Certificado fotossanitário de origem consolidado	0	0	0	1.060

A partir de novembro, será oficializado o repasse do Registro Nacional de Sementes e Mudanças/RENASEM para a SEAPA, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, suprimindo assim a deficiência na fiscalização da atividade do comércio de sementes e mudas, o que há muito se fazia necessário.

Ações de Defesa Sanitária Vegetal estão sendo discutidas e planejadas objetivando sua efetivação a partir da renovação do Convênio de Defesa entre o Ministério da Agricultura e esta Secretaria para o próximo ano.



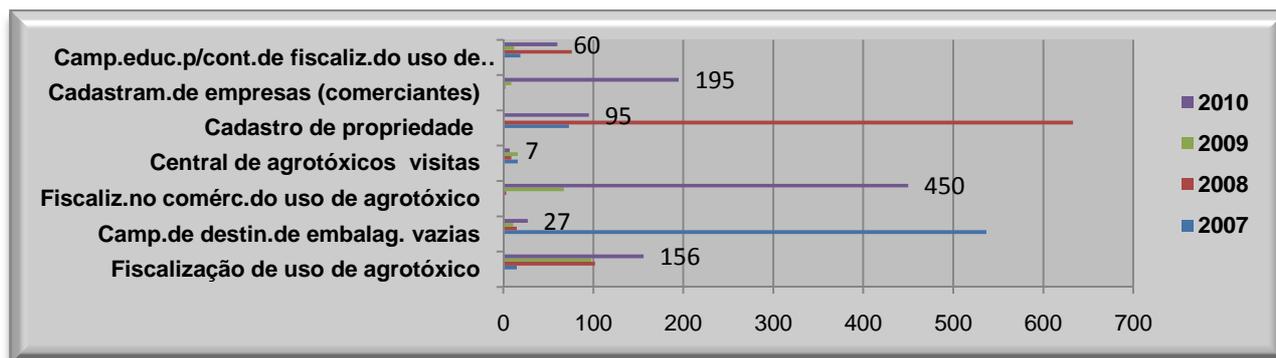
Fiscalização e Defesa Sanitária Vegetal - Agrotóxico

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Fiscalização de uso de agrotóxico	15	102	98	156
Campanha de destinação de embalagens vazias	537	15	11	27
Fiscalização no comércio do uso de agrotóxico	-	03	67	450
Central de agrotóxicos visitas	16	09	16	7
Cadastro de propriedade	73	633	-	95
Cadastramento de empresas (comerciantes)	-	02	9	195
Campanha educativa para controle de fiscalização do uso de grotóxico	19	76	12	60

Destacando-se sobremaneira a questão da regularização das Revendas de Agrotóxicos por meio de um trabalho sistemático de fiscalização de estabelecimento comerciais em todo o Distrito Federal.

À fiscalização do Comércio de Agrotóxicos, também implementada a fiscalização do seu uso nas propriedades rurais, dando continuidade a programas de governo já iniciado como o Pró-folhas (hortaliças) como expandindo a fiscalização para outras culturas, como grãos e fruticultura.

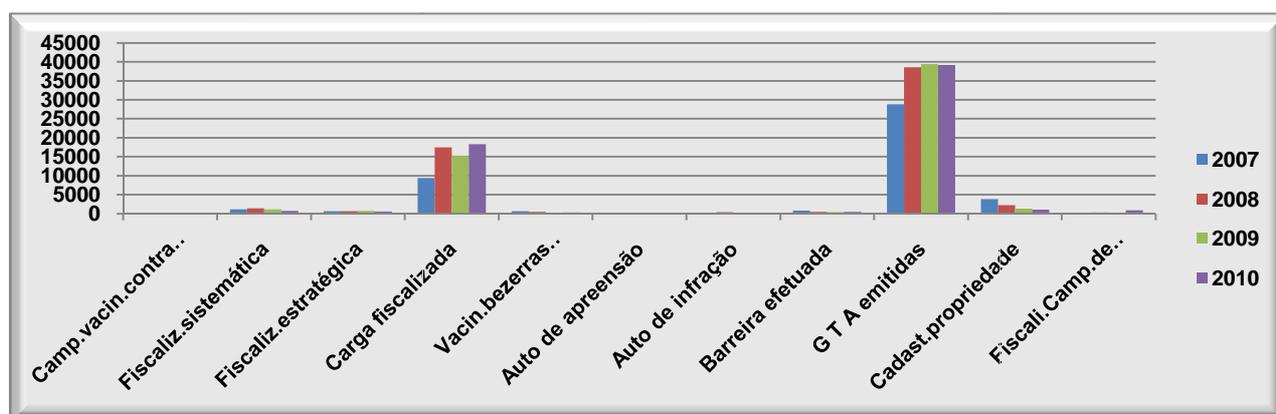
Quanto ao Tema Educação Sanitária muito também conseguiu-se avançar, por meio da interação com as Escolas Rurais, Associação de Revendas de Agrotóxicos e Instituições Privadas ligadas ao setor (IMPEV, ANDEF, etc.) ressaltando-se a realização do 1º Dia Nacional do Campo Limpo no Distrito Federal, em agosto de 2010.



12.2. Fomento à Defesa Sanitária Animal

Fiscalização e Defesa Sanitária Animal

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Campanha de vacinação contra febre aftosa	02	02	2	2
Fiscalização sistemática	1.176	1.409	1.120	748
Fiscalização estratégica	674	629	724	530
Carga fiscalizada	9.372	17.492	15.227	18.311
Vacinação de bezerras contra brucelose	672	477	80	311
Auto de apreensão	23	60	16	67
Auto de infração	52	423	70	33
Barreira efetuada	811	508	370	438
Guia de Trânsito Animal emitidas	28.805	38.582	39.462	39.204
Cadastro de propriedade	3.875	2.210	1.284	1.038
Fiscalização da Campanha de Vacina	132	268	*648	928



Fiscalização e Defesa Sanitária Animal

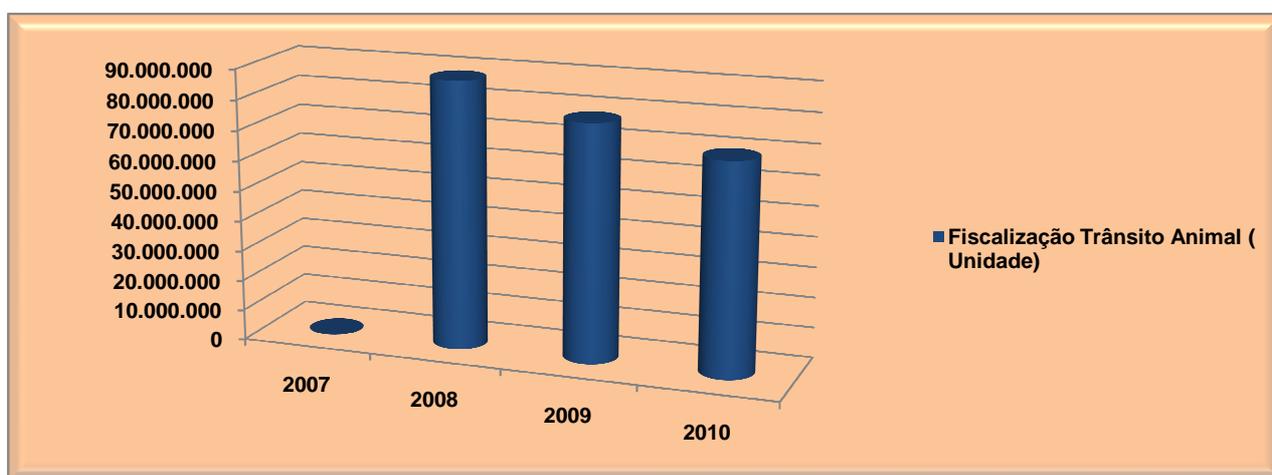
Indicativos	2007	2008	2009	2010
Fiscalização Trânsito Animal (Unidade)	38.598	88.294.450	78.073.340	69.673.168

1. A campanha de vacinação contra febre aftosa é realizada, no âmbito do Distrito Federal, durante os meses de maio e de novembro, foram vacinados bezerras com idade entre 3 e 8 meses que

devem, obrigatoriamente, ser vacinadas contra brucelose por médico veterinário cadastrado na Diretoria de Defesa e Vigilância Sanitária (DDV), o qual emite atestado de vacinação gerando os dados do presente relatório

2. O cadastro de propriedades é realizado por servidores da DDV lotados nos Núcleos de Bases Operacionais, que, durante o mês de outubro, estiveram envolvidos com o Estudo Epidemiológico para Avaliação da Eficiência da Vacinação contra Febre Aftosa na Zona Livre, por isso houve redução no presente indicativo. O estudo em questão teve por objetivo estimar o percentual de cobertura imunitária alcançado pelas campanhas de vacinação contra febre aftosa na população bovina com idade entre 6 e 24 meses, da zona livre de febre aftosa com vacinação, e, atender os compromissos de certificação firmados com mercados internacionais.

3. Foi realizado um curso sobre o método "SOMA" tendo por objetivo a implementação de atividades de educação sanitária, principalmente nas escolas rurais, no âmbito do serviço oficial de Defesa Sanitária, animal e vegetal. Seis servidores da Gerência de Defesa Sanitária Animal participaram do curso e atuam como multiplicadores da informação gerada.



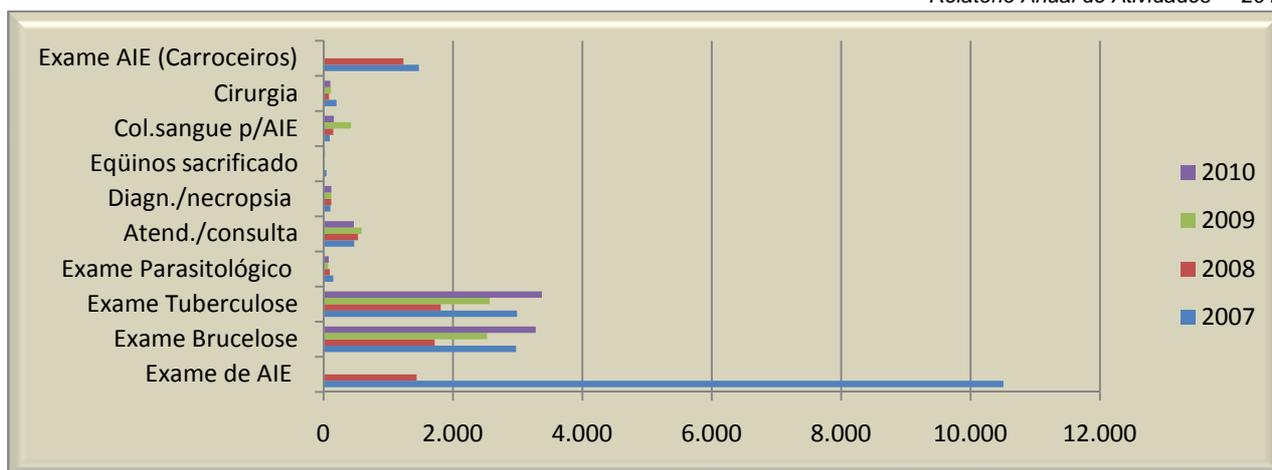
Realização de Exames Laboratoriais

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Exame de AIE *	10.506	1.440	-	-
Exame de Brucelose	2.978	1.716	2.531	3.280
Exame de Tuberculose	2.990	1.815	2.567	3.375
Exame Parasitológico	153	97	73	80
Atendimento/consulta	477	534	591	471
Diagnóstico/necropsia	105	120	120	123
Eqüinos sacrificado	47	03	03	24
Coleta de sangue para AIE	97	152	423	163
Cirurgia	202	86	118	108
Exame de AIE (Carroceiros)	1.472	1.236	-	-

As informações são oriundas do Hospital Veterinário de Grandes Animais da Universidade de Brasília (UnB), conveniado à Seapa/DF.

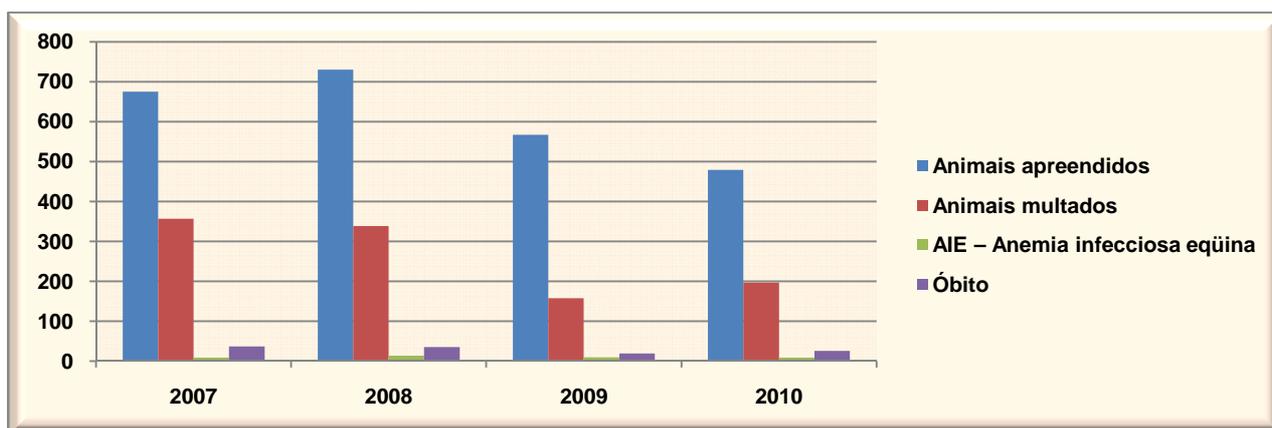
Animais com diagnóstico positivo para Anemia Infecciosa Equina (AIE) devem, obrigatoriamente, ser sacrificados dentro de um prazo de 30 dias. Compete ao Núcleo de Coordenação de Sanidade Equídea, junto à Gerência de Apreensão de Animais, a remoção do animal da propriedade para o Hospital Veterinário de Grandes Animais da UnB e a realização do sacrifício.

Os exames de AIE em animais utilizados em veículos de tração animal são realizados para atender o "Projeto Carroceiro", que atualmente encontra-se com as atividades suspensas, devendo serem retomadas em novembro.



Apreensão de Animais (unidades)

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Animais apreendidos	675	730	567	479
Animais multados	357	338	158	197
AIE – Anemia infecciosa eqüina	09	14	10	9
Óbito	37	35	19	26

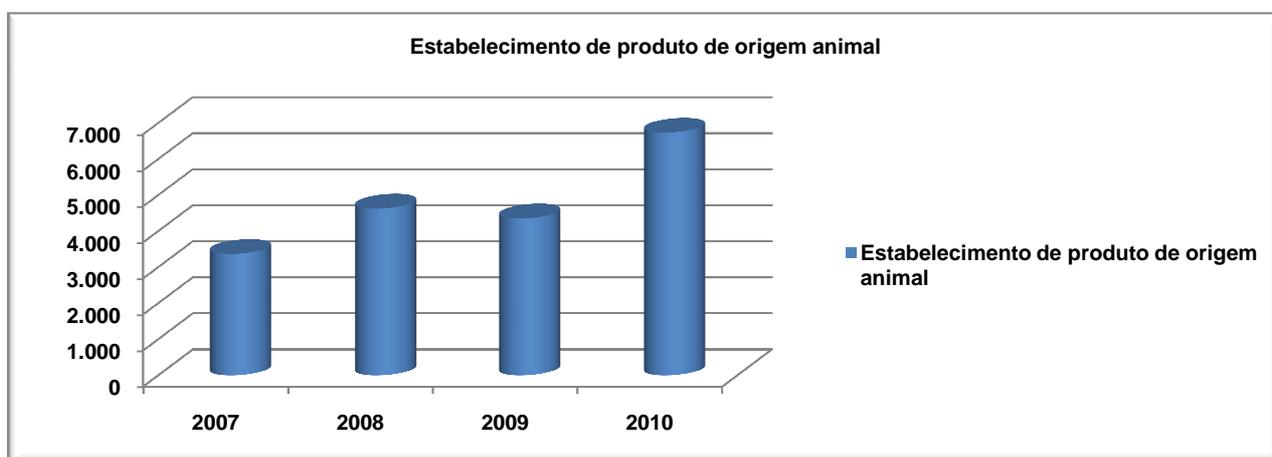


12.3. Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal e animal

Visitas e Inspeções Realizadas (Agroindústria)(Unidade)

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Estabelecimento de produto de origem animal	3.371	4.627	4.356	6.737
Estabelecimento de produto de origem vegetal	80	163	184	199

Detectou-se incremento de 35% em operações de inspeção a agroindústrias em relação a 2009.



12.4. Estabelecimento Registrado

Registro Estabelecimento Comercial

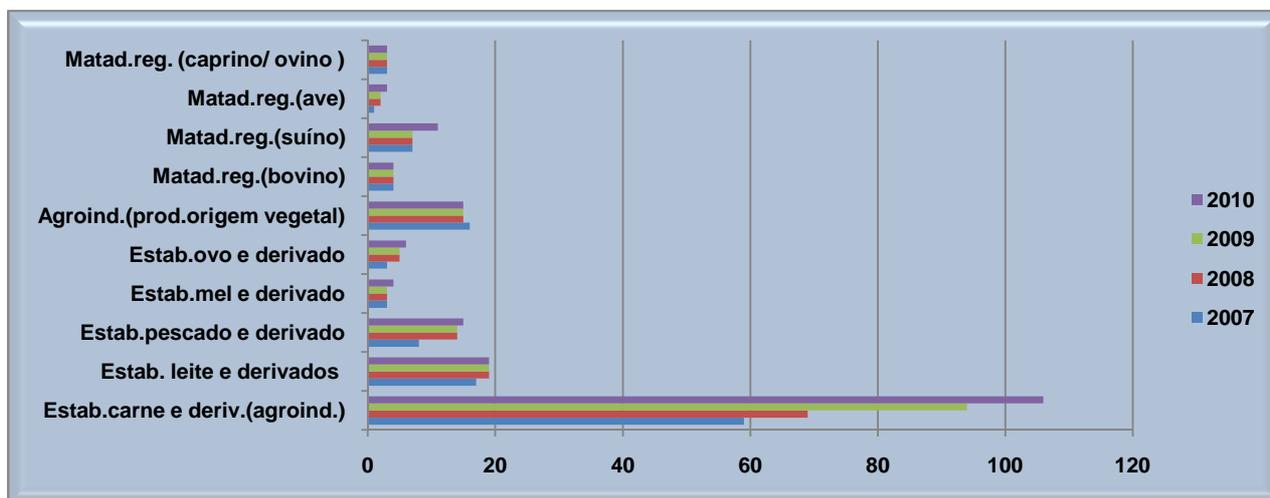
Indicativos	2007	2008	2009	2010
Estabelecimento de carne e derivado (agroindústria)	59	69	94	106
Estabelecimento de leite e derivado (estância leiteira)	17	19	19	19
Estabelecimento de pescado e derivado	08	14	14	15
Estabelecimento de mel e derivado	03	03	03	4
Estabelecimento de ovo e derivado	03	05	05	6
Agroindústria (produtos de origem vegetal)	16	15	15	15
Matadouro regional (bovino)	04	04	04	4
Matadouro regional (suíno)	07	07	07	11
Matadouro regional (ave)	01	02	02	3
Matadouro regional (caprino/ ovino)	03	03	03	3

– Observou-se um acréscimo de 14% nos procedimentos de registros de estabelecimentos envolvidos com o comércio de produtos de origem vegetal e/ou animal.

– Atribui-se ao alcance de tais índices o fato da nomeação de novos inspetores / fiscais, por meio de concurso público, assim, uma significativa ampliação no alcance das operações de fiscalização pode ser observada. A conscientização dos produtores e comerciantes quanto à importância da manutenção e promoção dos aspectos higiênico-sanitários na manipulação, armazenamento e comercialização de produtos alimentícios foi também potencializada com o advento dessas novas contratações.

– A aquisição de novos veículos destinados às operações de fiscalização proporcionou maior agilidade e considerável ampliação do âmbito de atuação dessas atividades em todo DF.

– A capacitação dos servidores envolvidos em atividades de inspeção é outro aspecto de providencial importância na promoção e potencialização das atividades fiscalizatórias. Treinamentos oferecidos pelo Ministério da Agricultura e a disponibilização de cursos de pós-graduação, oferecidos no ano de 2010 aos servidores, são exemplos claros de investimentos que repercutem no melhor desempenho das atividades da Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal -Dipova.



12.5 Produtos Inspeccionados e/ou Fiscalizados

Produtos Animais e Vegetais Inspeccionados e Fiscalizados (t)

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Produtos de origem animal (carne, leite e derivados)	12.224,93	18.242,10	75.089,56	57.623
Produto de origem vegetal	654,53	1.431,22	1.440,00	1.688

O número de estabelecimentos de processamento vegetal manteve-se praticamente constante no ano de 2010, se comparado ao ano anterior. Isso pode ser explicado pelo fato de que os trabalhos de fiscalização no sentido de orientar a respeito da legislação pertinente ao registro dos estabelecimentos foram intensificados no decorrer do ano, começando a surtir resultados no final do ano de 2010, o que pode

ser observado pelo aumento do número de estabelecimentos em processo de registro ao longo dos últimos meses.

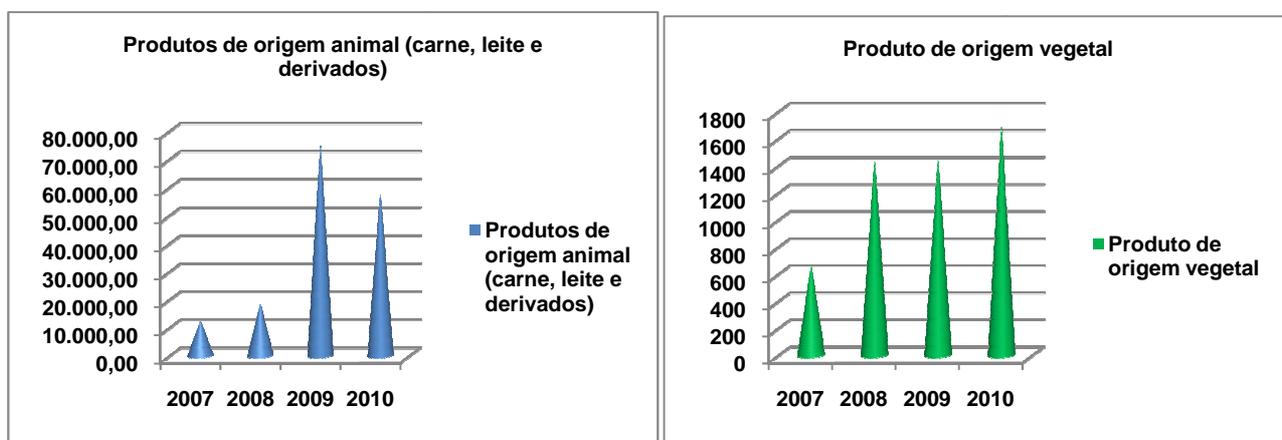
O volume de produtos inspecionados, entretanto, aumentou cerca de 15% em relação a 2009, o que evidencia o crescimento da produção das agroindústrias de processamento vegetal no Distrito Federal a um ritmo acelerado. Isso demonstra que o crescimento na produção foi proporcional ao crescimento da fiscalização nos estabelecimentos, o que fortaleceu a cadeia produtiva de produtos vegetais processados e garantiu que esses produtos chegassem em boa qualidade ao consumidor.

Para monitorar a qualidade dos produtos produzidos pelas agroindústrias registradas, os fiscais do NCV coletaram, até o mês de outubro, 14% a mais de amostras que no ano de 2009. A previsão é de que esse percentual chegue a 29% de incremento até o final de 2010. A importância desse aumento reside na constante preocupação com a qualidade do produto e a segurança alimentar do consumidor, uma vez que esse é o principal instrumento utilizado pela fiscalização para o monitoramento sanitário dos produtos de origem vegetal.

A partir de agosto foi iniciado um trabalho de combate aos estabelecimentos clandestinos, por meio da estruturação de uma equipe de Patrulha Volante Vegetal. Com a realização de blitz em rodovias e a averiguação de denúncias, observou-se a ocorrência de apreensões de produtos vegetais processados advindos de estabelecimentos sem registro na Dipova, contribuindo, também, para o aumento no número de estabelecimentos que buscam o registro.

Também foram estabelecidas vistorias em supermercados em todo o Distrito Federal como forma de rastrear possíveis produtos de origem vegetal processados clandestinamente, e ao mesmo tempo orientar os proprietários e gerentes dos supermercados sobre a obrigatoriedade de registro dos estabelecimentos prevista em lei distrital. Como evidencia essa atividade, aliada à realização de blitz e averiguação de denúncias, surtiu aumento significativo no número de estabelecimentos em processo de registro.

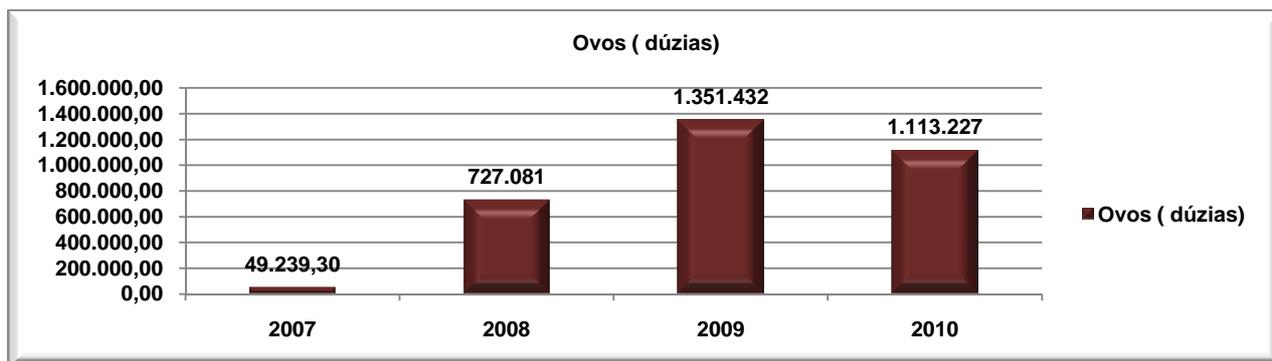
Em um comparativo entre os anos de 2009 e 2010, verificou-se um ganho de eficiência do serviço de inspeção oficial nesse último ano. No entanto, os ganhos práticos na qualidade e segurança do alimento devem ser considerados para essa avaliação. Pois de nada adiantaria economizar recursos aplicados à fiscalização, se o produto oferecido ao consumidor não estiver próprio para o consumo.



Produtos Animais e Vegetais Inspecionados e Fiscalizados (dz)

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Ovos (dúzias)	49.239,30	727.081	1.351.432	1.113.227

Nesse seguimento se mantiveram números de Agroindústrias registradas, porém, verificou-se um decréscimo na produção.

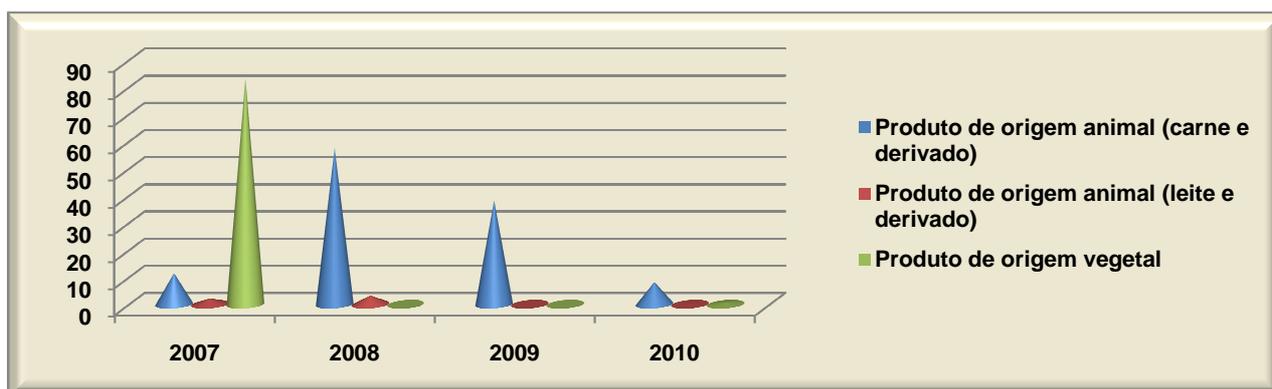


12.6 Produtos Apreendidos Impróprios para o Consumo

Produtos apreendidos (t) – 2007/2010

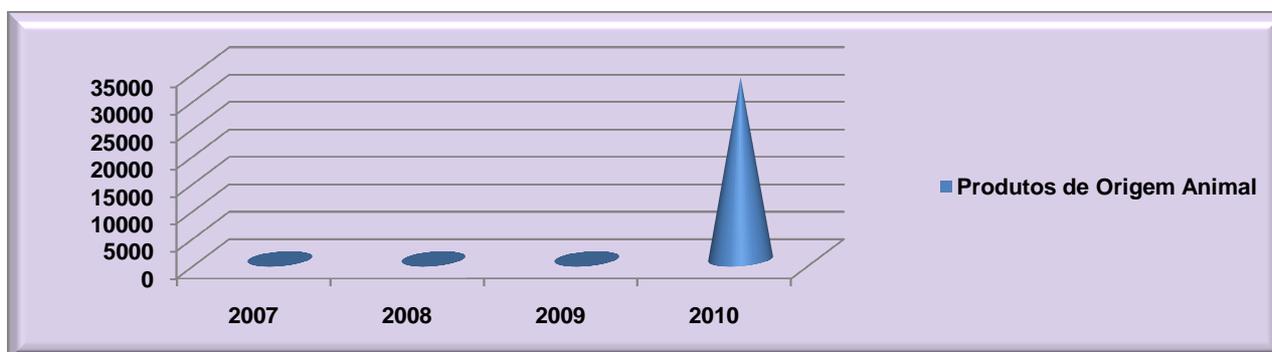
Indicativos	2007	2008	2009	2010
Produto de origem animal (carne e derivado)	11,50	57,55	38,35	8,23
Produto de origem animal (leite e derivado)	2,13	3,3	-	0,25
Produto de origem vegetal	83,24	-	-	0,8

Detectou-se o decréscimo na apreensão dos produtos junto as agroindústrias atribuídos, principalmente, adequação às normas sanitárias vigentes.



12.7. Apreender produtos em trânsito – Patrulha Volante

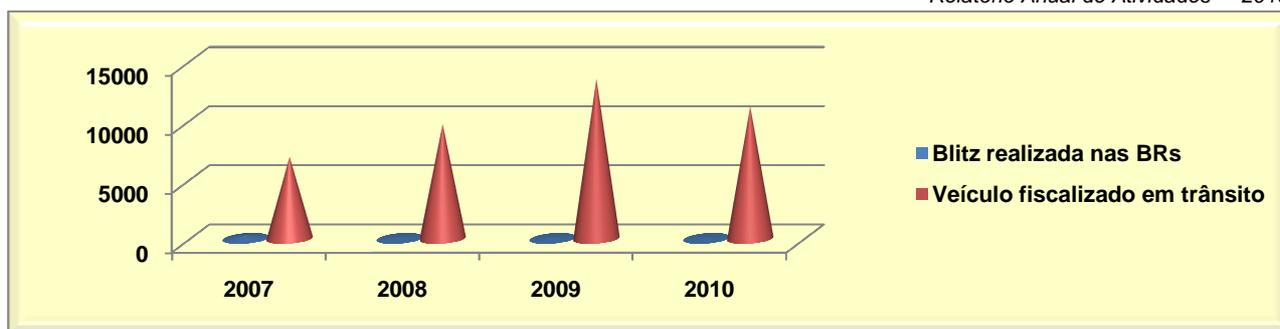
Indicativos	2007	2008	2009	2010
Produtos de Origem Animal	0	0	0	33.161



12.8. Blitz e Fiscalizações realizadas nas BRs com acesso ao DF(Unidade)

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Blitz realizada nas BRs	283	121	131	103
Veículo fiscalizado em trânsito	6.920	9.686	13.516	11.160

O número de blitz realizadas em trânsito se mantiveram constantes no período.

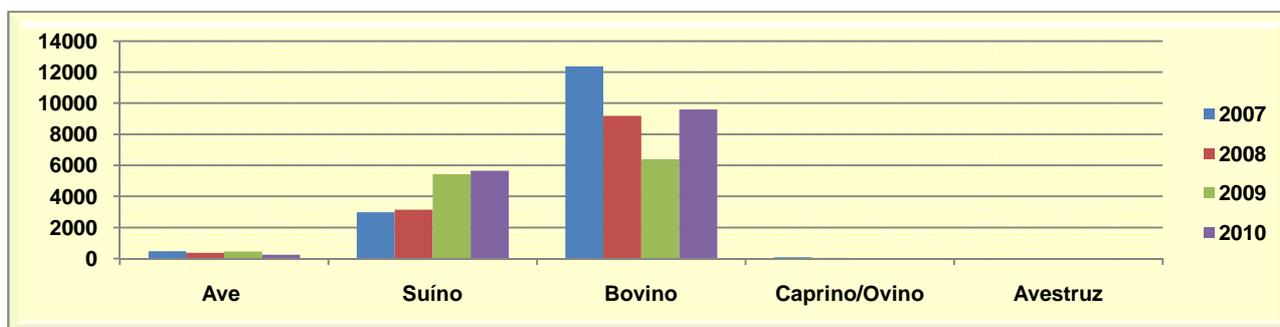


12.9. Animais Abatidos e Inspeccionados

Número de Animais Abatidos e Inspeccionados - (t)

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Ave	463,00	373,30	458,92	246,55
Suíno	2.971,10	3.136,70	5.418,06	5.640
Bovino	12.365,50	9.184,90	6.380,80	9.589
Caprino/Ovino	91,40	31,60	0,75	8,49
Avestruz	-	7,60	6,42	-

Houve um aumento considerável no número de animais abatidos nos estabelecimentos de abate de bovinos (fiscalização permanente) em razão do aumento na demanda de serviços terceirizados.



12.10. Estabelecimento industrial com fiscalização permanente

Industriais com Fiscalização Permanente(Unidade)

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Suínos	08	08	08	11
Bovinos	04	04	04	4
Aves	0	0	0	3
Caprinos/ovinos	0	0	0	2



12.11. Amostra de alimento de origem animal e vegetal coletada para controle de qualidade

Amostras Analisadas

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Produto de origem animal (carne e derivado)	35	01	07	172
Produto de origem animal (leite e derivado)	78	02	253	591
Produto de origem vegetal	38	07	138	181
Água	0	0	0	271

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Mel	0	0	0	99
Controle de embalagens e outros	0	0	0	73

Há de se considerar que as análises que compreenderam os produtos água, mel e controle de embalagens passaram a integrar o conjunto de estimativas somente no exercício de 2010.

Significativo incremento no número de amostras analisadas, cerca de 29,30%, pode ser observado no ano de 2010 em comparação ao ano de 2009. As projeções/metapas para o ano de 2010 em relação ao número de amostras analisadas, estipuladas por gestões anteriores, foram suplantadas em 17.25%. Há de se considerar que o período analisado compreende os meses de janeiro a dezembro de 2010.

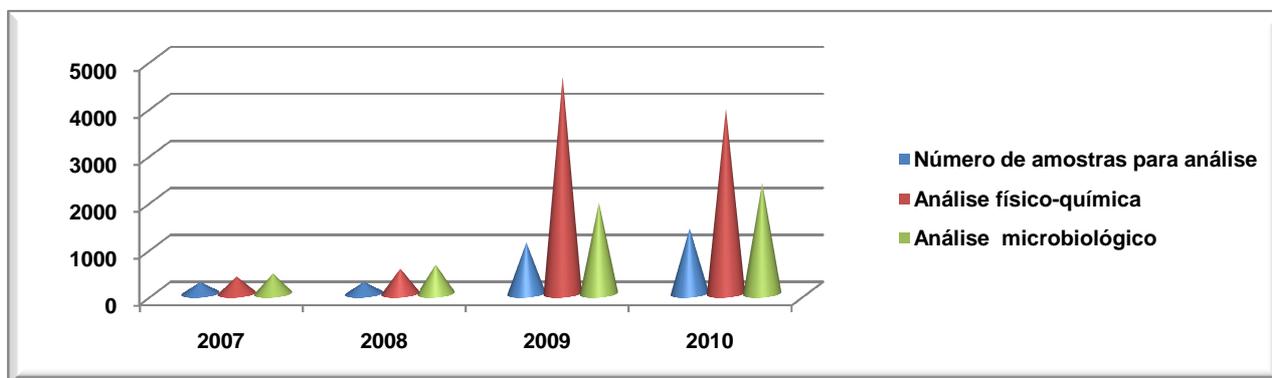
12.12. Controle de Qualidade de Alimentos

Análises realizadas

Indicativos	2007	2008	2009	2010
Número de amostras para análise	247	251	1.088	1.390
Análise físico-química	364	531	4.624	3.940
Análise microbiológico	428	615	1.937	2.362

Os ensaios concernentes às análises microbiológicas, efetuados até o presente momento, já superaram em 19,66% em relação o realizado em 2009. Tais índices foram alcançados pela interação de uma série de fatores, entre eles, o aumento de analistas nomeados exercendo atividades laboratoriais e o significativo incremento das equipes de fiscalização, gerando um maior número de amostras encaminhadas para análises.

A parceria com o Programa Vida Melhor do GDF também proporcionou consideráveis incrementos de amostras de leite e derivados encaminhadas para análises.



12.13. Informações Complementares

Nº Convênio	Concedente e Conveniente	Objeto Convênio	Prazo de Validade	Prorrogação	Valor Convênio	Síntese da Execução Física	Prestou Contas ?
035/2007	1.Ministério Pesca e Aquicultura/ SEAPA	Ampliação do Centro de Tecnologia em Piscicultura	29/11/2007 a 30/04/2008	30/12/2010	420.142,07	Concluído	Não
0166.465-11/04	3.Ministério do Desenv. Agrário/CAIXA/ SEAPA	Construção do Centro de Comercialização e Capacitação CEASA/DF	04/12/2004 a 30/12/2008	30/10/2011	4.000.000,00	Andamento Normal	Não
0195.966-84/06	5.Ministério do Desenv. Agrário/CAIXA/ PRONAF/SEAPA	Construção do Centro de Produção e Capacitação Gama/Sobradinho/ Paranoá	31/10/2006 a 30/12/2008	30/10/2011	207.646,32	Andamento Normal	Não

Nº Convênio	Concedente e Conveniente	Objeto Convênio	Prazo de Validade	Prorrogação	Valor Convênio	Síntese da Execução Física	Prestou Contas ?
0229.151-61/2007	7.Ministério do Desenv. Agrário/CAIXA/PRONAT/SEAPA	Execução de Infra-Estrutura e Serviços/São Sebastião	17/12/2007 a 31/12/2008	30/10/2011	340.000,00	Andamento Normal	Não
0240.550-24/2007	8.Ministério do Desenv. Agrário/CAIXA/PRONAT/SEAPA	Aquisição de Móveis CIAT Águas Emendadas	28/12/2007 a 31/12/2008	30/10/2011	40.000,00	Andamento Normal	Não
061/2008	11.Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca/SEAPA	Unidade de Comercialização de Pescado na CEASA/DF (Mercado do Peixe)	31/12/2008 a 31/12/2009	30/12/2010	361.786,00	Andamento Normal	Não

Descrição da Obra	RA	Prog. Trab. da LOA	Nº da Etapa	Estágio	Etapa Realizada
Construção do Centro de Comercialização e Capacitação do Agricultor Familiar	CEASA	20.122.0169.5741.0004	0007	Andamento normal	Total de 2.404,47m ² tendo sido executado 2.043,79m ² , correspondendo a 85% da Obra.
Construção do acréscimo do banheiro do Centro de Tecnologia de Piscicultura.	Granja do Ipê	20.122.0169.5741.0005	0008	Concluído	Total de 40,95m ² de área, com 100% da área total construída
Implantação de unidade de comercialização de pesca na CEASA/DF- mercado do peixe, com 285m ² de área em fase inicial de fundação.	CEASA	20.692.1100.5160.0001	0037	Andamento normal	Total de 285m ² - fase inicial

13. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Unidade de Administração Geral - UAG, para atingir os objetivos proposto no exercício de 2010, enfrentou sérias dificuldades em função das reduções orçamentárias, que ocorreram ao longo do exercício. Mesmo assim foram perseguidos os seus objetivos que estão voltados à manutenção da excelência da prestação dos serviços ao seu público interno, dessa maneira, foram desenvolvidos os seguintes projetos visando a valorização do servidor:

1- Quarto Seminário "Passaporte para o Sucesso Organizacional e Pessoal" ocorrido no Auditório da Embrapa/Cenargem, em com a participação de cerca de 100 servidores da Seapa/DF e Emater/DF;

2- Segunda Feira de Saúde e Bem-Estar, com a participação de cerca de 350 servidores da Seapa-DF e suas vinculadas;

3- Ciclo de Treinamentos para as comissões de Inventários Patrimoniais e de Almoxarifado, com a ocorrência de duas capacitações.

4- Eventos dos trabalhos do Programa Agenda Ambiental, com objetivos de valorizar o meio ambiente e continuar com a redução de poluentes, gastos com energia elétrica, água, telefonia, reprografia e uso de combustível. Promoveu o 1º Dia de Campo na Granja Modelo do Ipê em parceria com o Núcleo de Reabilitação Ambiental da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal - Seapa/DF, além de diversas atividades entre as empresas vinculadas - SAB, Ceasa e Emater/DF.

Em linhas gerais a Unidade de Administração Geral atendeu as demandas em sua área de atuação.

Destaque-se que em 2009, foi realizado o concurso público para o ingresso de 94 (noventa e quatro) novos profissionais, em benefício do público assistido, cujas nomeações ocorreram no presente

exercício, gerando maior empenho da Gerência de Gestão de Pessoas. Para o ano de 2011 existe uma expectativa de convocar mais candidatos aprovados no citado Concurso, tendo em vista o crescente número de aposentadorias ocorrido nos últimos anos.

O Parque computacional da Seapa/DF, foi totalmente renovado, cujas ações proporcionaram o acompanhamento da evolução tecnológica focada nas melhores práticas utilizadas e nas melhores ferramentas disponíveis no mercado para o uso e segurança dos ambientes corporativos.

Será fortalecido o Projeto de Educação Ambiental, com espaço dedicado à realização dos projetos, ações e programas educacionais e serão investidos esforços para o cumprimento do papel articulador e integrador, para a continuidade educação ambiental em prol da qualidade de vida no Planeta Terra, com foco na disponibilização e democratização da informação ambiental.

SAF:

A atividade de Administração e Fiscalização Fundiária enfrentar algumas dificuldades, devido à falta de veículos, comunicação, material para trabalho em campo, etc. Mas diante das dificuldades, obteve êxito a realizar as suas atribuições, conforme exposta a seguir: 2.080 vistorias. 301 notificações, 68 cadastramentos de áreas públicas rurais e 144 denúncias e atendimentos ao público. Apresenta com grande desempenho a Regularização das Áreas Públicas Rurais do Distrito Federal, sendo levantados 620 requerimentos de regularização fundiária, com 160 planos de utilização monitorados (recebimento, inserção no sistema, acompanhamento e arquivamento), 83 novos processos instruídos e enviados a Terracap, dentre as demais funções emitiu 320 despachos e procedeu a constantes atendimentos aos produtores rurais. Referente a atribuição de arrecadação obteve R\$ 1.221.793,63 (hum milhão,duzentos e vinte um mil,setecentos e noventa e três reais, sessenta e três centavos correspondentes as Taxas de Arrendamento e/ou Concessão de Uso no período de Janeiro a Setembro de 2010. Emitiu 480 Cartas de Anuência a Produtores Rurais,para fins de financiamento juntos ao Banco de Brasília ao Banco do Brasil. Não podendo deixar de relatar os levantamentos topográficos em áreas públicas rurais administradas pela Seapa. Por uma determinação do TCDF, criou-se uma nova Comissão de Trabalho para realizar levantamento topográfico a fim de localizar todas as edificações que fazem parte do acervo de patrimônio da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal,tomando por prioridade o atendimento deste trabalho, que vem sendo feito de acordo com a estrutura que o órgão oferece.

SDS:

A atividades de Defesa e Vigilância Sanitária foram incrementadas principalmente em função da contratação de pessoal técnico, desde o início do ano, resultando em melhorias, tanto no aspecto quantitativo quanto na qualidade dos serviços executados e/ou propostos. Realizou-se recolhimento de 100% das taxas de vistoria junto às agroindústrias, implantação do Processo Administrativo Fiscal, visando a uniformização dos procedimentos de fiscalização, o que contribuiu significativamente para que os estabelecimentos respondessem às exigências estabelecidas pelas equipes de inspeção, fazendo-se cumprir a legislação sanitária em vigor; aquisição de novos veículos, materiais e equipamentos para serem utilizados nas inspeções às agroindústrias, proporcionando maior agilidade ao órgão de Inspeção Oficial e possibilitando considerável ampliação do âmbito de atuação das atividades fiscalizadoras em todo o DF; formalização do processo que rege acerca da adequação da Dipova aos padrões estabelecidos pelo SISBI, junto ao Ministério de Agricultura; capacitação e treinamento dos servidores envolvidos em atividades de inspeção, potencializando o senso crítico e a aplicação dos critérios técnicos adotados em atividades

fiscalizadoras; conscientização do público, por meio de divulgações periódicas na mídia dos trabalhos de fiscalização, nos quais aspectos relacionados a segurança alimentar e o consumo indevido de produtos clandestinos são devidamente abordados; formulação de Acordo de Cooperação entre a Dipova e o LACEN, no qual fica estabelecida a parceria entre os órgãos de modo a proceder análises laboratoriais, visando garantir a qualidade do leite e derivados produzidos pelas Estâncias Leiteiras registradas na Dipova e envolvidas no Programa Vida Melhor/GDF; expressivo incremento de amostras, advindas de procedimentos de inspeção, analisadas pelo Laboratório de Tecnologia de Alimentos, gerando subsídios para o controle de qualidade em alimentos, orientando equipes de inspeção e alicerçando medidas de advertência, intervenção, interdição e outras; realizou duas campanhas de vacinação contra febre aftosa visando o controle e a erradicação de pragas e doenças animais no âmbito do Distrito Federal; implantação do vazio sanitário da soja para controle da ferrugem asiática; execução do programa Pró-Folhosas para controle da qualidade dos alimentos; formalizou o repasse do Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM) do Ministério da Agricultura para esta Secretaria de Estado da Agricultura; execução de ações do programa de educação sanitária nas escolas rurais; campanha de recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos; implementação do Plano Nacional de Sanidade Avícola; implementação do Projeto Carroceiro, com identificação eletrônica e exames sanitários dos animais. Iniciou a aquisição de materiais e equipamentos, por meio de convênio com o MCT, visando a reabertura do Laboratório de Anemia Infecciosa Equina e assinatura de convênio entre o Ministério da Agricultura e o Distrito Federal por meio da Secretaria de Agricultura. A Lei e o Decreto que dispõem sobre a Legislação Zoossanitária do Distrito Federal também foram revisados, devendo a nova proposta vigorar a partir de 2011.

Para 2011, as perspectivas tangem o incremento das atividades de defesa sanitária animal e vegetal por meio do aumento da fiscalização do trânsito intradistrital e interestadual de animais, seus produtos e subprodutos e das aglomerações; criação de Portaria na qual fica estabelecida a obrigatoriedade dos estabelecimentos, registrados na Dipova, em implantar o manual de Boas Práticas de Fabricação – BPF; melhoria da estrutura física e aquisição de equipamentos e materiais de qualidade para o Laboratório de Tecnologia de Alimentos, aumentando a capacidade de realização de análises microbiológicas e físico-químicas de produtos inspecionados; aquisição de microcomputadores; implantação de pontos de rede, com acesso à internet e aquisição de arquivos, mesas e cadeiras, melhorando a estrutura de trabalho.

Na área de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar foram realizadas várias ações para fortalecer e desenvolver a agricultura familiar no Distrito Federal e entorno. A Seapa apoiou e promoveu 66 eventos rurais no ano de 2010, dentre os quais a XV Exposição Agropecuária, Agrobrasil (PADF), Expobrasília e a Festa do Morango de Brazlândia-DF.

Foram realizados vários programas, projetos e parcerias no intuito de fomentar e desenvolver a produção animal e a produção vegetal, dentre os quais pode-se citar a implementação do Programa de Reabilitação Rural, a parceria com MPDFT/CEMA, o Projeto Descoberto Coberto, a Cooperação técnica entre a Seapa e a Concessões S.A – CCSA (Corumbá IV), entre outros.

A SEAPA prestou assistência mecanizada de aração, gradagem e preservação de estradas vicinais às associações de produtores rurais do Distrito Federal e RIDE.

Foram distribuídas sementes de milho, feijão, hortaliças, mudas de banana e adubo químico para safra de 2010/2011 às associações de produtores rurais e apoiamos o Programa Alimentar, Programa Vida Melhor, Empórios Rurais e a Construção do Mercado do Peixe.

7.1. CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A – CEASA/DF

A Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A é uma sociedade de economia mista da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 5.691 de 04 de março de 1971, seu Estatuto Social, aprovado na 38ª Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 29 de abril de 1991 e alterada pela 39ª, 40ª, 41ª e 73ª Assembléias Gerais Extraordinárias.

Segundo as alíneas a, c, e, f e g do art. 3º do Estatuto Social, a empresa terá por objeto:

I. Captar informações do mercado agrícola do Distrito Federal e RIDE, interagindo com os Órgãos Federais, (CONAB, MDA, MA), Organizações Sociais, etc., no sentido de processar as informações e manter dados estatísticos, para prover o Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal – SEAPA/DF, de conhecimento para a tomada de decisões nas políticas agrícola e de abastecimento;

II. Administrar os bens imóveis, manter sob seu controle o patrimônio remanescente da CEASA/DF que não forem transferidos para o GDF para atender o Contrato de Gestão, e os que vierem a ser incorporados de outras Empresas do Governo;

III. Auxiliar a SEAPA/DF na elaboração dos planos e estudos de natureza técnico-econômica, a fim de fornecer base de comercialização, com vista ao abastecimento de gêneros alimentícios no Distrito Federal, provendo a SEAPA/DF de informações, para monitorar o Contrato de Gestão;

IV. Firmar convênios, acordos, contratos ou outros tipos de intercâmbio com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, a fim de facilitar as atividades destinadas à modernização e à melhoria de seus serviços;

V. Apoiar, em parceria com a SEAPA/DF, a execução de projetos e programas do Governo do Distrito Federal de atividades pertinentes à área rural

Na 73ª Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da CEASA/DF, foi deliberada a retirada da liquidação da CEASA, voltando a ter pleno funcionamento. Foi aprovada a alteração estatutária, objeto de adequação aos termos da Lei nº 4.361 de 15 de junho de 2009.

Foi assinado o contrato de gestão entre o Governo do Distrito Federal e o Centro de Abastecimento Alimentar do DF, com a finalidade de transferir para o Centro as atividades fins no âmbito do mercado hortifrutigranjeiro, tornando-se então responsável pela manutenção e investimento necessários para o bom funcionamento do mercado.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	02	19	01	06	28
Requisitados Órgãos do GDF	02	-	-	-	02
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	30	-	08	-	38
Subtotal (Força de Trabalho)	-	-	-	-	68
(+) Cedidos para outros órgãos	-	02	-	-	02
Total Geral	36	21	09	09	70

Realizações

1 . Programa 0071 – Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas de Informação

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2434-Manutenção dos Sistemas de Informação	10.000,00	10.000,00	00,00	00,00	008

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
0002-Manutenção dos Sistemas de Informação na Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A.	10.000,00	10.000,00	00,00	00,00	008

Não houve necessidade de execução deste programa.

2. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
8502-Administração de Pessoal	5.900.000,00	6.072.000,00	5.942.473,21	5.942.473,21	002
6985-Administração de Pessoal da CEASA	5.900.000,00	6.072.000,00	5.942.473,21	5.942.473,21	002
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	4.000.000,00	4.610.233,00	2.228.491,94	2.228.491,94	003
6978-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da CEASA	4.000.000,00	4.610.233,00	2.228.491,94	2.228.491,94	003
3467 – Aquisição de Equipamentos para a CEASA	600.000,00	2.114.706,00	356.786,37	356.786,37	001
6063-Aquisição de Equipamentos para CEASA	600.000,00	2.114.706,00	356.786,37	356.786,37	001

3 . Programa 0084 – Urbanização

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
1110-Execução de Obras de Urbanização nas áreas da CEASA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	
7933-Execução de Obras de Urbanização nas áreas da CEASA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	012

Não houve necessidade em executar tal orçamento.

4. Programa 0650 – Informações para Todos

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2434-Manutenção dos Sistemas de Informação na CEASA	0,00	0,00	0,00	0,00	
0002-Manutenção dos Sistemas de Informação na CEASA	0,00	0,00	0,00	0,00	

Tal orçamento foi contemplado no programa 0071, onde constam os valores orçamentários.

5. Programa 0700 – Cidade Limpa e Urbanizada – Garantia de Bem-Estar Social

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
8508-Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas da CEASA	5.000,00	15.000,00	0,00	0,00	
6945-Manutenção de Áreas Urban. e Ajardinadas da CEASA	5.000,00	15.000,00	0,00	0,00	017

Houve uma suplementação orçamentária, proveniente de superávit do exercício de 2009, no valor de R\$ 10.000,00, conforme processo 071.000.077/2010.

6. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2655-Capacitação de Recursos Humanos	50.000,00	50.000,00	3.220,00	3.220,00	
7909-Capacitação dos Servidores da CEASA	50.000,00	50.000,00	3.220,00	3.220,00	004
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	896.220,00	896.220,00	579.887,78	579.887,78	
6978-Concessão de Benefícios aos Servidores da CEASA	896.220,00	896.220,00	579.887,78	579.887,78	005,019 e 20

Não houve nenhuma alteração ou suplementação orçamentária.

7. Programa 1100 – Desenvolvimento dos Agronegócios**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2861-Assistência aos Produtores Rurais	40.000,00	70.000,00	0,00	0,00	
0003-Capacitação dos Produtores Rurais do DF	40.000,00	70.000,00	0,00	0,00	006

Houve uma suplementação orçamentária, proveniente de superávit do exercício de 2009, no valor de R\$ 40.000,00, referente ao processo 071.000.077.2010, porém não houve necessidade de execução do programa.

8. Programa 1315 – Acessibilidade: Direito de Todos**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
3588-Execução de Obras do Programa de Acessibilidade na CEASA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	
7730-Execução de obras do Programa de acessibilidade do CEASA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	013

Não houve necessidade de executar tal orçamento.

9. Programa 1464 – Responsabilidade Social e Segurança Alimentar**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2094-Promoção de Assistência Social Comunitária	30.000,00	60.000,00	0,00	0,00	
7884-Manutenção dos Projetos Sociais, a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal	30.000,00	60.000,00	0,00	0,00	011

Houve uma suplementação orçamentária, proveniente de superávit do exercício de 2009, no valor de R\$ 40.000,00, referente ao processo 071.000.077.2010, porém não houve necessidade de execução do Programa.

10. Programa 3000 – Administrando Nossa Cidade**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
1984-Construção de Prédios e Próprios da CEASA	3.400.000,00	2.500.000,0	15.529,09	15.529,09	
7903-Construção de Prédios e Próprios da CEASA	3.400.000,00	2.500.000,0	15.529,09	15.529,09	014
3903-Reforma de Prédios e Próprios da CEASA	2.050.000,00	2.750.000,00	89.346,98	89.346,98	
6963 – Reforma de Prédios e Próprios da CEASA	2.050.000,00	2.750.000,00	89.346,98	89.346,98	015

No que diz respeito a ação 1984 - Construção de Prédios e Próprios, foi transferido o valor de R\$ 1.100.000,00 para Aquisição de Equipamentos referente ao programa Rede Verde, como conta no processo 071.000.048/2010. Posteriormente, houve uma suplementação de R\$ 200.000,00 proveniente do superávit, referente ao processo 071.000.077/2010.

Já na ação 3903 - Reforma de Prédios e Próprios da CEASA, foi feita uma suplementação no valor de R\$ 700.000,00 proveniente do superávit, referente ao processo 071.000.077/2010.

11. Programa 3100 – Iluminando o Distrito Federal**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
8505-Publicidade e Propaganda					
6968-Publicidade e propaganda CEASA					

Não houve orçamento para o Programa 3100, sendo que a empresa foi contemplada no Programa 3200.

12. Programa 3200 – Divulgação Oficial**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
8505-Publicidade e Propaganda	40.000,00	40.000,00	28.230,00	28.230,00	
6968-Publicidade Institucional da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A	20.000,00	20.000,00	18.375,00	18.375,00	009
8673-Publicidade de Utilidade Pública CEASA	20.000,00	20.000,00	13.380,00	13.380,00	010

Não houve nenhuma alteração ou suplementação orçamentária.

13. Programa 4400 – Cercamento de Parque de Eventos e Exposição**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
3680-Cercamento de Parques	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	016
8510-Cercamento de Parques de Eventos e Exposições em Planaltina	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	016

Devido a não concessão da Licença Ambiental, tal orçamento ficou impossibilitado de ser executado.

14. Informações Complementares**Objetivos Específicos**

1. Reduzir os custos de comercialização de atacado;
2. Melhorar as condições de abastecimento, propiciando melhor concorrência na formação de preços justos;
3. Elevar a renda dos produtores agrícolas;
4. Facilitar a comercialização para os produtores;
5. Manter um programa confiável de informação de mercado agrícola;
6. Interagir com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na instituição de normas para a classificação e padronização de produtos hortifrutigranjeiros;
7. Formar um banco de dados que permita aos produtores elaborar o planejamento da produção e comercialização de hortifrutigranjeiros.

Atividades Técnicas 2010

A Gerência Técnica Operacional do Entrepósito administra a área fim da CEASA/DF, que compreende o gerenciamento dos negócios hortifrutigranjeiros, no atacado e varejo no Distrito Federal, no que concerne a informação de mercado, bem como programas sociais.

A comercialização de hortifrutigranjeiros no atacado até 31 de dezembro de 2010 atingiu o volume de 254.980 toneladas, representando um valor de R\$ 503.561.545,10 (quinhentos e três milhões, quinhentos e sessenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e dez centavos).

Programas Sociais - PAI (Programa de Abastecimento Integrado)

Implantado no ano de 1995, o Programa de Abastecimento Integrado - PAI, ampliou a oferta de produtos hortifrutigranjeiros e gêneros da cesta básica para atendimento à população carente do Distrito Federal.

Ano	Nº de famílias atendidas
2007	46.465
2008	49.589
2009	48.435
2010	47.393

Volume de produtos comercializados a nível de atacado na CEASA/DF

Ano	Volume (toneladas)
2007	303.353
2008	307.388
2009	324662
2010	318.725

Volume de produtos orgânicos comercializados na CEASA/DF

Ano	Volume (toneladas)
2009	242965
2010	299.083

Desempenho do varejão CEASA/DF

Ano	Volume comercializado (tonelada)
2007	6.059.405
2008	6.059.405
2009	6059405
2010	6.263.358

15. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A CEASA/DF, no exercício de 2010, em conformidade com o objeto social da empresa promoveu ações voltadas para a disseminação da informação de mercado, pesquisas de preços de produtos e insumos voltadas para o abastecimento agrícola, dentro do seu complexo, bem como desenvolveu programas sociais direcionados para a população do Distrito Federal, por meio da oferta de infra-estrutura para o comércio de hortifrutigranjeiros e do Programa de Abastecimento Integrado - PAI, voltado à população carente da periferia de Brasília, levando produtos hortifrutigranjeiros a preço único e acessível à comunidade, por meio de duas unidades volantes adaptadas para o comércio dessas mercadorias, com um "mix" de aproximadamente 30 (trinta) produtos entre hortaliças e frutas.

Em parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal - SEAPA/DF e o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, a CEASA realiza um trabalho voltado para entidades filantrópicas, por meio da distribuição gratuita de hortaliças e frutas, resultado da aquisição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o sistema de agricultura do Distrito Federal. Atua ainda em parceria com a SEAPA/DF promovendo eventos no meio rural, contribuindo com instalações de equipamentos e infra-estrutura para cursos, palestras, eventos comunitários de cunho sociocultural e capacitação de produtores rurais que, em sua maioria, são famílias cadastradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

7.2. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER-DF

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER-DF é uma instituição pública de direito privado, com autonomia jurídica, administrativa e financeira, sendo integrante da Administração Indireta do Distrito Federal. Foi criada por meio do Decreto 4.140 do Governo do Distrito Federal de 07/04/78 nos termos da Lei nº 6.500, do Governo Federal, de 07 de dezembro de 1972, sendo vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal. Tem as seguintes competências:

I – colaborar com os órgãos competentes do Governo do Distrito Federal e da Administração Federal na formulação e execução das Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural;

II – planejar, coordenar e executar as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando o aumento da produção, da produtividade, da renda líquida e a melhoria nas condições de vida no meio rural do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE, via difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social, de acordo com os programas/projetos prioritários do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal.

A EMATER-DF contou durante o ano de 2010 com 305 servidores e 97 estagiários na sua força de trabalho, distribuídos conforme o quadro abaixo. Deve-se observar que 11 servidores estão cedidos a outros órgãos por força de convênios e parcerias. Os demais estão lotados em 16 Gerências Locais, situadas nos núcleos rurais, administrações regionais e CEASA, 02 Gerências Regionais da EMATER, instaladas nos centros de pesquisa (Cerrados e Hortaliças) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, 01 Centro de Capacitação Tecnológica e Desenvolvimento Rural, localizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB Planaltina e 01 Escritório Central.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio*		Atividade-Fim**		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	01	56	-	151	208
Requisitados	-	32	-	31	63
Órgãos do GDF	-	-	-	-	-
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	34	-	-	-	34
Subtotal (força de trabalho)	35	88	-	-	-
(+) Cedidos para outros órgãos	-	05	-	06	11
Estagiários	-	16	-	81	97
Total Geral	35	109	-	269	413

*- Atividade Meio abrange todo o pessoal lotado no gabinete (PRESI, DIREX, GABIN e Assessorias), a área de Planejamento (CPLAN) e a área de Administração e Finanças (COAFI)

** - Atividade Fim abrange todo o pessoal lotado na Coordenadoria de Operações (COPER)

Realizações

1. Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial - (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Nº. da Etapa do SAG
8502-Administração de Pessoal					
0006-Administração de Pessoal da empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do DF	36.046.000	54.308.000	54.295.969	54.295.969	001
8517-Manutenção de Serviços Adm. Gerais					
0093-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da empresa de Assist. Técnica e Extensão Rural do DF	3.664.980	5.547.671	4.046.266	4.046.266	002
4055-Modernização do Sistema de Informação					
0001 – Modernização do Sistema de Informação	3.000	1.000	0,00	0,00	009

No subtítulo Modernização do Sistema de Informações a empresa não utilizou os recursos previstos, mas com outros recursos e mão-de-obra própria foram instalados equipamentos de armazenamento de dados em rede, com espaço para as unidades gerenciais da empresa armazenarem os dados de forma centralizada, ao mesmo tempo em que foi implantado um Sistema de Automação de Cópias de Segurança dos Dados (backup). Foram criadas redes sem fio nas Unidades Descentralizadas de Vargem Bonita e Brazlândia. Foi criada a Intranet da EMATER-DF inicialmente com acesso restrito à sede, mas que será expandida para todas as unidades quando houver a integração em rede. Está sendo realizado um levantamento, cujos procedimentos estão descritos no Projeto de Solução de Tecnologia – PROTEC, disponível via Intranet, junto às Unidades da Empresa, para saber quais os sistemas precisavam ser desenvolvidos ou aperfeiçoados. Em desenvolvimento o Sistema de Controle de Contratos e Convênios.

2. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial – (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Nº. da Etapa do SAG
2655-Capacitação de Recursos Humanos					
6172-Capacitação dos empregados da empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do Distrito Federal	200.000	200.000	0	0	010
8504-Concessão de Benefícios a Servidores					
6986- Concessão de Benefícios a Servidores da EMATER	2.547.688	1.802.688	1.691.963	1.691.963	003 /004 / 005/006

Uma ação importante da empresa é a qualificação da sua mão de obra. Embora voltada para o público interno, esta ação tem um efeito direto sobre a qualidade do serviço prestado a população e é fundamental diante da diversidade de público e a quantidade de diferentes atividades desenvolvidas. Assim, no âmbito do Programa 0750 Gestão de Pessoas, embora os recursos tenham sido contingenciados, foram utilizados outros recursos durante o ano de 2010 para execução das atividades. Inicialmente foi renovada a programação anual de capacitações, que abrange os cursos de curta e média duração, a partir do levantamento de necessidades dos funcionários e as áreas de trabalho da empresa em consonância com o processo de liberação de funcionários para frequentar os cursos de mestrado e doutorado. Dentro dessa política foram realizados 13 eventos de formação com um total de 131 vagas preenchidas, atendendo a um total de 131 capacitações com repetição.

Do quadro de funcionários, 87 possuem cursos de especialização, 31 têm titulação de mestrado e 5 de doutorado, em temas voltados ao desenvolvimento do espaço rural.

Qualificação da Força de Trabalho do Quadro Permanente da EMATER-DF. 2010 *

Qualificação	** Atividade-Meio		*** Atividade-Fim		Total
	Local	Central	Local	Central	
Engenheiro Agrônomo		7	28	8	43
Médico Veterinário		1	14	5	20
Economista Doméstica NS		0	7	1	8
Economista Doméstica NM		2	14	2	18
Técnico em Agropecuária		0	25	3	28
Zootecnista		0	7	1	8
Assistente Social		0	1	0	1
Engenheiro de Alimentos		0	0	1	1
Engenheiro Ambiental		0	1	0	1
Engenheiro Florestal		0	1	0	1

Qualificação	** Atividade-Meio		*** Atividade-Fim		Total
	Local	Central	Local	Central	
Nutricionista		0	1	0	1
Turismo Rural		0	1	0	1
Técnico em Agroindústria		0	2	0	2
Assistentes Administrativos		18	14	2	34
Desenhistas		1	0	1	2
Digitador		1	0	0	1
Auxiliares de Serviços Gerais		3	1	0	4
Motorista		3	4	1	8
Eletricista		1	0	0	1
Mecânico Automotivo		1	0	0	1
Téc. Especializados		17	3	2	22
Téc. em Informática		2	0	0	2
Total Geral		57	124	27	208

* - Abrange apenas o Quadro da EMATER-DF sem requisitados, comissionados, estagiários e cedidos.

** - Atividade Meio abrange todo o pessoal lotado no gabinete (PRESI, DIREX, GABIN e Assessorias), a área de Planejamento (CPLAN) e a área de Administração e Finanças (COAFI)

*** - Atividade Fim abrange todo o pessoal lotado na Coordenadoria de Operações (COPER)

3. Programa 1100 – Desenvolvimento dos Agronegócios

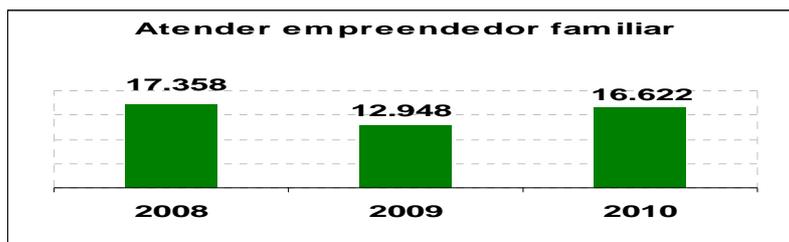
Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº. da Etapa do SAG
2173-Desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural					
0002-Prestação de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural	1.200.000	2.807.523	832.517	832.517	011 a 017
2483-Promoção de Eventos Agropecuários					
9215-Apoio a Realização da Festa do Agrobrasília 2010 no COOPADF (EP)	0,00	100.000	100.000	100.000	
2861-Assistência aos Produtores Rurais					
9216-Apoio a Viagem de Capacitação dos Produtores de Morango da Região de Brazlândia (EP)	150.000	149.655	149.655	149.655	008
3076-Instalação de Infra-estrutura de Distribuição de Água					
0001-Instalação de Infra-estrutura de Distribuição de Água (EP)	0,00	200.000	0,00	0,00	043
3724-Promoção e realização de eventos no Campo					
0003-Promoção e Realização de eventos no Campo	500.000	500.000	300.000	300.000	018 / 019
4046-Desenvolvimento da Gestão de Empreendimentos Rurais					
0001- Desenvolvimento da Gestão de Empreendimentos Rurais	100.000	50.000	0,00	0,00	020
4047-Transferência de Tecnologia para Sistemas Agroecológicos					
0001-Transferência de Tecnologia para Sistemas Agroecológicos	150.000	150.000	0,00	0,00	021 / 022 / 023 / 024
4048-Transferência de Tecnologia para Agropecuária					
0001-Transferência de Tecnologia para Agropecuária	100.000	100.000	0,00	0,00	025 / 026 / 027 / 028 / 029
4049-Assistência Técnica e Extensão Rural					
0001-Assistência Técnica e Extensão Rural	20.000	18.272	7.271	7.271	030
6011-Bolsa Trabalho-Estágio					
0001-Bolsas e Benefícios para Apoiar a Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal	600.000	600.000	450.039	450.039	031 / 032
1891-Implantação de Pólos de Agricultura Orgânica					
0001-Implantação de Pólos de Agricultura Orgânica (EP)	0,00	104.400	104.400	104.400	

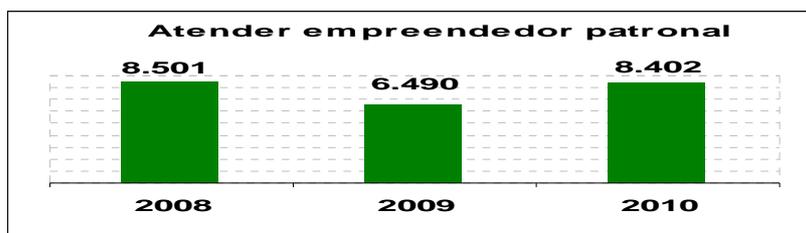
3.1. Desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural - 2173

A prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural ocorre fundamentalmente a partir da implementação das políticas públicas e da demanda do público beneficiário que recebe a orientação das equipes técnicas da empresa seja nas Unidades Locais descentralizadas da EMATER ou nas respectivas propriedades rurais. A empresa utilizou o Programa de Trabalho da Lei Orçamentária Anual - LOA: 20.606.1100.2173.0002 e os números da Ação do Sistema de Acompanhamento Anual - SAG relacionados abaixo para acompanhamento da atividade.

Etapa do SAG nº. 0011 - Atendimentos aos Empreendedores Familiares Rurais.



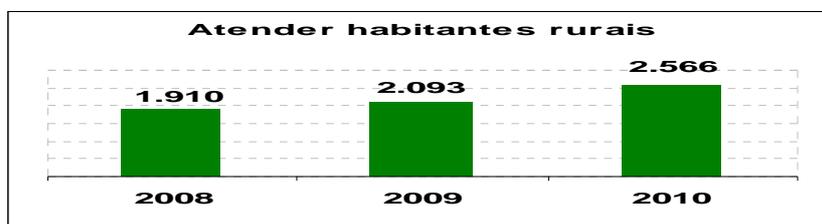
Etapa do SAG nº. 0012 - Atendimentos aos Empreendedores Patronais Rurais.



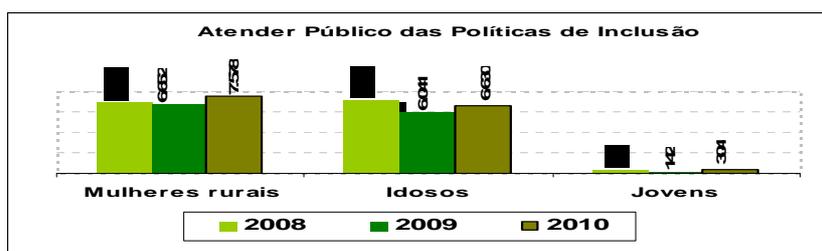
Etapa do SAG nº. 0013 - Atendimentos aos Trabalhadores Rurais.

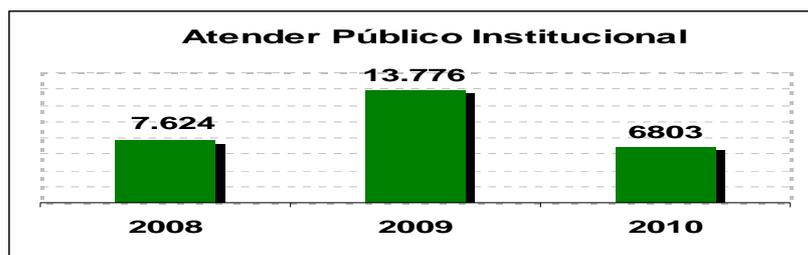
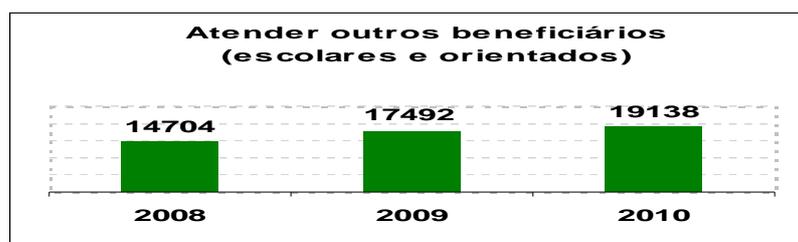


Etapa do SAG nº. 0014 - Atendimentos aos Habitantes Rurais.



Etapa do SAG nº. 0015 – Atend. aos Beneficiários das Políticas de Inclusão de Gênero e Geração.



Etapa do SAG nº. 0016 - Atendimentos ao Público Institucional em Organização e Gestão Social.**Etapa do SAG nº. 0017 - Atendimentos a Outros Públicos Beneficiários (Escolares e Orientados).****3.2. Promoção de Eventos Agropecuários- 2483**

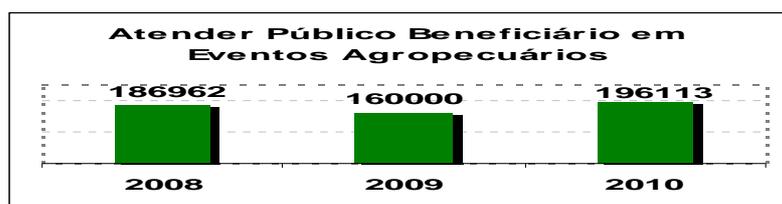
PARa Apoio a Realização da Festa da Agrobrasília 2010 na COOPA-DF e da Feira de Agronegócio – Agrobrasília foi utilizado recurso do Programa de Trabalho da LOA: 20.692.1100.2483.9215, proveniente de Emenda Parlamentar que não teve ação do SAG correspondente.

3.3. Assistência aos Produtores Rurais- 2861

Foi captado recurso através de emenda parlamentar para Apoio a Viagem de Capacitação dos Produtores de Morango da Região de Brazlândia no Programa de Trabalho da LOA: 20.601.1100.2861.9216, ação do SAG 0008.

3.4. Promoção e Realização de Eventos no Campo- 3724

Além dos métodos de capacitação do público rural, a empresa participa na organização e apoio de eventos comunitários voltados para a temática rural, como: exposições e feiras agropecuárias, semanas e ações comunitárias, realizadas tanto nos núcleos rurais quanto nas regiões administrativas dos núcleos urbanos. Esta atividade esta inserida no Programa de Trabalho da LOA: 20.606.1100.3724.0003, e nas seguintes ações do SAG:

Ação do SAG nº. 0018 -- Promover e Realizar Eventos no campo.**Ação do SAG nº. 0019 — Apoiar Público dos Eventos Comunitários**

3.5. Desenvolvimento da Gestão de Empreendimentos Rurais-4046

O Programa de Trabalho da LOA: 20.606.1100.4046.0001 é voltado para oferta de serviços ao público rural utilizando as metodologias próprias da extensão rural em prol da capacitação dos empreendedores rurais em Gestão de Negócios Agropecuários acompanhado pela Ação do SAG nº. 0020.

Esta área de trabalho esta embasada em dois pilares que são a comercialização e a administração rural, tendo como suporte a organização dos grupos e como objetivo o desenvolvimento de resultados que busquem a melhoria da renda, geração e manutenção de empregos e qualidade de vida.

Ação do SAG nº. 0020 - Capacitar Público Rural em Gestão de Negócios Agropecuários.

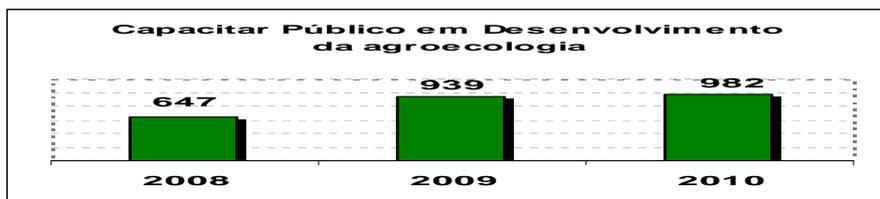


3.6. Transferência de tecnologia para Sistemas Agroecológicos- 4047

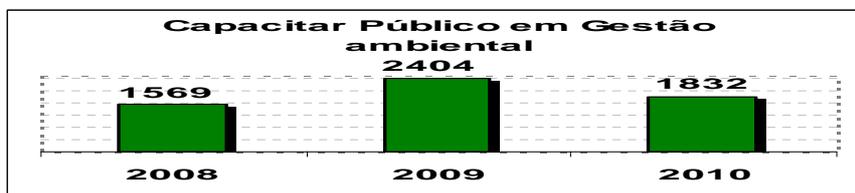
Programa de Trabalho da LOA: 20.606.1100.4047.0001, voltado para a oferta de metodologias de extensão rural visando à capacitação dos empreendedores rurais e de suas famílias, no crescimento e melhoria da Produção Agropecuária Orgânica e da Gestão Ambiental.

Os recursos foram utilizados de duas maneiras: uma dentro da perspectiva de transferência de tecnologia para agropecuária orgânica, onde é priorizado o acompanhamento da horticultura e pecuária de leite; e outra na gestão ambiental, em ações de conservação de solo e água. Ações do SAG:

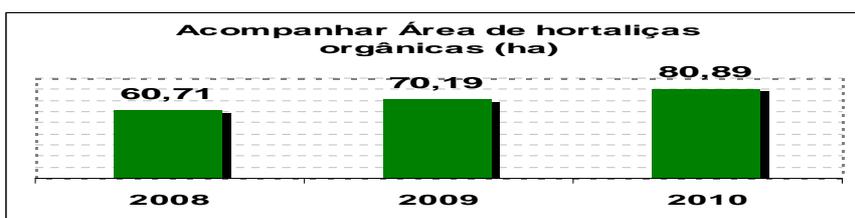
Ações do SAG nº. 0021 - Capacitar Público em Desenvolvimento da Agroecologia.

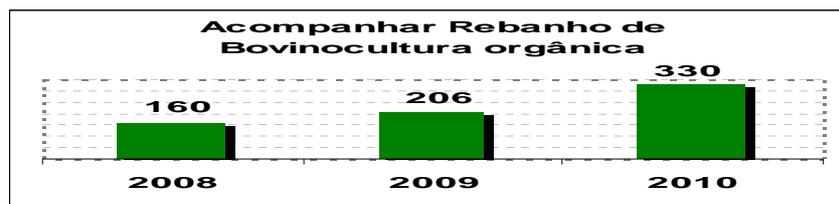


Ação do SAG nº. 0022 - Capacitar Público Rural em Gestão Ambiental.



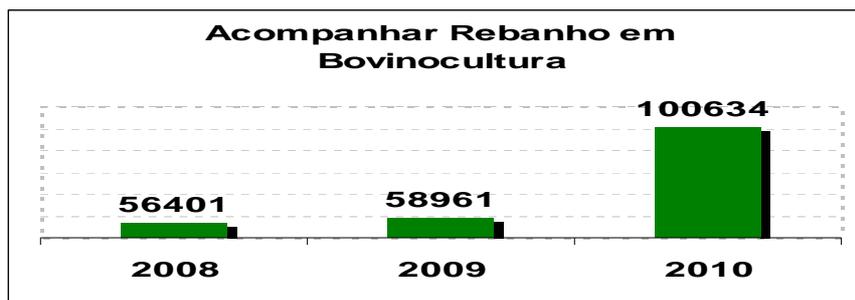
Ações do SAG nº. 0023 - Acompanhar a Área Cultivada em Hortaliças Orgânicas.



Ações do SAG nº. 0024 - Acompanhar o Rebanho de Bovinocultura Orgânica.**3.7. Transferência de Tecnologia para Agropecuária-4048**

O Programa de Trabalho da LOA: 20.606.1100.4048.0020 é trabalhado dentro da perspectiva da Transferência de Tecnologia para Agropecuária, abrangendo as atividades para modernização do setor rural que a EMATER-DF oferta aos empreendimentos agropecuários em prol do desenvolvimento rural, utilizando as metodologias próprias da extensão rural. Está voltado para a capacitação dos empreendedores rurais e suas famílias, visando ao crescimento e à melhoria da produção agropecuária convencional, sendo priorizadas na Produção Agrícola, a Horticultura e Floricultura, e na Produção Animal, a Pecuária de Leite. As seguintes ações do SAG foram contempladas:

Ações do SAG nº. 0025 - Capacitar Público Rural em Desenvolvimento da Produção Agrícola.**Ações do SAG nº. 0026 – Acompanhar Área Cultivada no Projeto de Olericultura.****Ações do SAG nº. 0027 – Acompanhar Área Cultivada no Projeto de Floricultura.****Ações do SAG nº. 0028 - Capacitar Público Rural em Desenvolvimento da Produção Animal.**

Ações do SAG nº. 0029 – Acompanhar o Rebanho no Projeto de Bovinocultura.**3.8. Assistência Técnica e Extensão Rural (Entorno) - 4049**

Programa de Trabalho da LOA: 20.606.1100.4049.0001 e nº. da Ação do SAG 0030 – Atender Público Rural do Entorno.

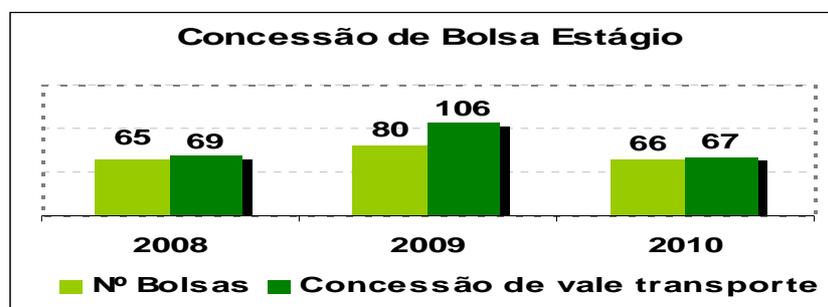
Existe uma intenção explícita do Governo do Distrito Federal de que várias instituições, entre elas a EMATER-DF, atuem na região do “Entorno”, ajudando a diminuir a pressão de demandas dos bolsões de pobreza sobre os serviços públicos do DF. Entretanto, a execução deste programa somente será iniciada quando o GDF conseguir estabelecer uma negociação para atuar nesta região.

3.9. Bolsas e Benefícios para apoiar a Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão rural no Distrito Federal - 6011

Recursos oriundos de emenda parlamentar que foram aplicados no Programa de Trabalho da LOA: 20.606.1100.6011.0001:

Ação do SAG nº. 0031 → Manter Bolsa Estágio Através da Concessão de Vales-transporte.

Ações do SAG nº. 0032 → Manter Concessão de Bolsa Estágio.

**3.10. Implantação dos Polos de Agricultura Orgânica – 1891**

Foram captados recursos através de emenda parlamentar para Implantação de Pólos de Agricultura Orgânica, no Programa de Trabalho da LOA: 20.605.1100.1891.0001, que não teve ação do SAG correspondente.

4. Programa 1316 – Desenvolvimento Social da Área Rural**Execução Orçamentária e Financeira**

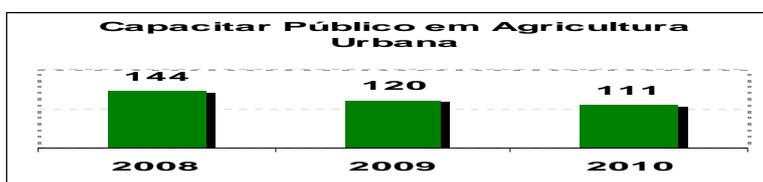
Ação/Subtítulo	Dotação Inicial - (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Nº. da Etapa do SAG
4050-Desenvolvimento Humano e Social da População Rural					
0001-Desenvolvimento Humano e Social da População Rural	385.532	305.532	5.532	5.532	0033/0034/0035/0036/0037/0038/0039

4.1. Desenvolvimento Humano e Social da População Rural - 4050

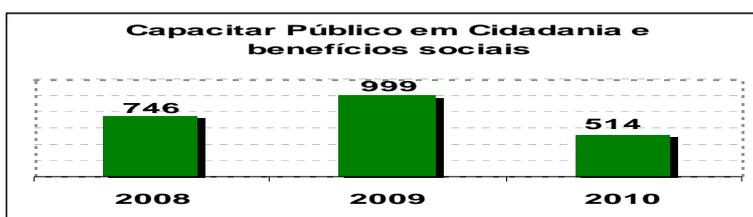
As atividades desenvolvidas neste programa estão em consonância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e tem como diretriz o atendimento prioritário à agricultura familiar. O atendimento a agricultura familiar se dá por meio de duas frentes de trabalho: uma diretamente no processo produtivo, e está contemplada no Programa 1100, e outra que está nesse programa 1316, voltada à oferta de serviços direcionados para a capacitação dos membros das famílias rurais, em outros temas importantes para o desenvolvimento rural, mas, que nem sempre estão ligados diretamente à produção, utilizando metodologias próprias da extensão rural.

Foi utilizado o Programa de Trabalho da Lei Orçamentária Anual - LOA 20.606.1316.4050.0001, e o acompanhamento foi subdividido em temas contemplados nas ações do SAG relatadas abaixo:

Etapa do SAG nº. 0033 - Capacitar Público em Agricultura Urbana.



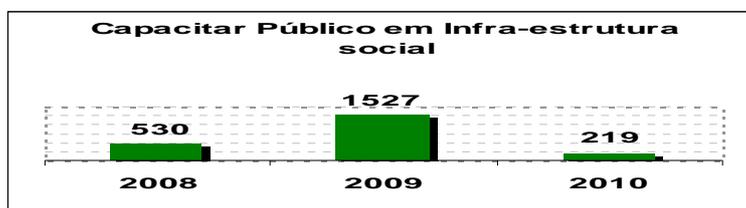
Etapa do SAG nº. 0034 - Capacitar Público Rural em Cidadania e Benefícios Sociais.



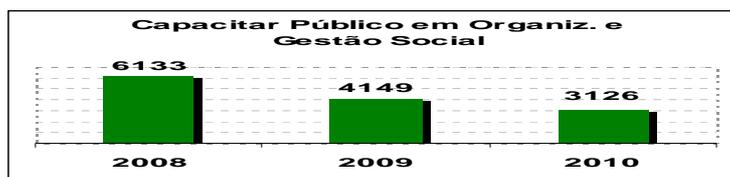
Etapa do SAG nº. 0035 - Capacitar Público Rural em Educação, Cultura e Lazer.



Etapa do SAG nº. 0036 - Capacitar Público Rural em Saneamento e Infraestrutura Social.



Etapa do SAG nº. 0037 - Capacitar Público Institucional em Organização e Gestão Social.



Etapa do SAG nº. 0038 - Capacitar Público Rural em Saúde e Segurança Alimentar.**Etapa do SAG nº. 0039 - Capacitar Público Rural em Atividades não Agrícolas (artesanato, agroindústria e turismo).****5. Programa 3000 – Administrando Nossa Cidade****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial - (R\$)	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Nº. da Etapa do SAG
1984-Construção de Prédios e Próprios					
0046-Construção de Garagens nas Unidades Locais da Empresa Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal	106.266	106.266	106.266	106.266	042

A empresa utilizou o Programa de Trabalho da Lei Orçamentária Anual - LOA: 20.451.30001984.0046 e o número da Ação do Sistema de Acompanhamento Anual - SAG nº. 0042 para a manutenção em 08 Unidades Locais da empresa e a construção de 03 garagens nas Unidades descentralizadas de Píripau, Vargem Bonita e Tabatinga, totalizando 209,32 m² de construções, ampliações e reformas de garagens.

6. Programa 3200 – Divulgação Oficial**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº. de Etapa do SAG
8505-Publicidade e Propaganda					
0003-Publicidade Institucional da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF	150.000	150.000	42.345	42.345	007

Os recursos deste programa são utilizados para cobrir as despesas com publicação nos meios de comunicação de editais e outras publicações obrigatórias de acordo com a lei

7. Informações Complementares

A assistência técnica e extensão rural, atividade típica e obrigatória do Estado, conforme artigo 187, inciso IV da Constituição Federal e artigo 344, inciso XII da Lei Orgânica do Distrito Federal, tem fundamental importância para o Governo na viabilização de suas políticas setoriais e intersetoriais no espaço rural. Como empresa responsável pela execução da política de Desenvolvimento Rural no Distrito Federal, a EMATER-DF busca dotar a população rural de maior competência e habilidade nas diversas dimensões, principalmente na humana, social, tecnológica, econômica e ambiental. Atuando como agente de desenvolvimento do espaço rural do Distrito Federal, a Empresa executa ações de caráter amplo, o que

mostra a característica particular do tipo de trabalho executado que, além de ser multidisciplinar, é também multisetorial. Isto conduz a necessidade de elencar os indicadores de produção, qualidade de vida e ambiental, além de outros que traduzam a organização político-social, nível de investimento, empreendimentos agroindustriais e de turismo rural.

8. Ações Realizadas em Parcerias Público Privadas

8.1. Participação em Eventos Comunitários

A EMATER-DF, em razão de sua presença marcante na área rural do Distrito Federal, realiza vários trabalhos em parceria com as organizações e lideranças de produtores rurais, das administrações regionais e de outras instituições públicas e privadas, na organização de um grande número de eventos (Quadro abaixo). Destacam-se, entre os diversos eventos realizados, as ações comunitárias onde a EMATER-DF participa como organizadora de ações que contemplam o desenvolvimento social, cultural e da cidadania do trabalhador rural e de sua família, levando às comunidades rurais os serviços governamentais e privados, nas áreas de saúde, educação, segurança, cultura, entre outros.

A Empresa atua nos eventos comunitários em diferentes níveis: desde a mobilização das lideranças rurais e urbanas, passando pela implantação do espaço, contatos com empresas privadas, captação de recursos até a organização dos produtores rurais. As comunidades rurais participam com o objetivo de tomar conhecimento de novas tecnologias, de colocar à mostra a produção agropecuária da região ou, em muitas vezes, como uma das poucas opções de lazer e entretenimento que elas conseguem ter acesso.

O alcance desses eventos geralmente é da ordem de milhares de pessoas e abrange não somente a população rural, mas também a população urbana, sendo que muitos desses eventos estão incluídos no calendário oficial de eventos do GDF.

Atividades	2008		2009		2010	
	Qtde	Pessoas Beneficiadas	Qtde	Pessoas Beneficiadas	Qtde	Pessoas Beneficiadas
Ações comunitárias	03	1.978	24	22552	3	1.428
Agrobrasil* ^a	01	9.800	01	1095	1	3245
Cursos no CEASA	0	0	18	418	18	582
Dias Especiais	0	0	32	2478	13	1.321
Encontro cultural rural Itinerante DF	0	0	04	1700	-	-
Encontro dos artesãos	0	0	01	115	-	-
Encontro de Folia de Reis	01	24.800	-	-	-	-
Encontro de Mulheres Rurais	01	457	-	-	-	-
Exp. Gama	-	-	01	3000	1	5.000
Exp. Agropecuária de São Sebastião	01	48.720	01	15000	1	15.000
Exp. Agropecuária de Sobradinho I	01	3.000	01	130000	1	100.000
Exp. Agropecuária de Sobradinho II	01	10.000	-	-	-	-
Exp. Planaltina	0	0	01	60000	1	60.000
Feira da agricultura familiar - RJ	-	-	01	30000	1	20.000
Feira Alternativa de Planaltina	11	40.000	07	420	9	18.000
Feira Alternativa de Brazlândia	13	11.000	-	-	-	-
Feira "Arte Rural Serrana"	02	4.000	-	-	-	-
Festa do Leite do Currálinho	01	3.480	01	3000	1	3.000
Festa do Morango – Brazlândia	01	250.000	01	160000	1	170.000
Festa do Pimentão – Taquara	01	4.000	01	5000	1	7.000
Semana Prod. Rural DF - Tabatinga	01	700	01	2000	1	2.000
Hortibrasil	01	1.135	-	-	-	-
Expoabra	01	5.900	01	3500	1	5.000
Pec Brasília	0	0	01	4039	-	-
Sem. de Tecnologia do Rio Preto	01	1.200	01	3000	1	1.000

Atividades	2008		2009		2010	
	Qtde	Pessoas Beneficiadas	Qtde	Pessoas Beneficiadas	Qtde	Pessoas Beneficiadas
Encontro dos Idosos	01	229	-	-	-	-
Festflor	01	-	-	-	1	15.000
Caminhada da natureza	01	-	-	-	1	80
II Seminário de Agroecologia	01	318			1	240
Total		420.399		447.317		385.411

Fonte: EMATER DF.

* O público relatado em 2008 compreende atendimentos diretos e a população rural participante do evento. Em 2009 e 2010 o número relatado se refere ao público cadastrado no evento e atendido diretamente pela EMATER-DF seja através de excursões direcionadas, cursos ou palestras. O público total de visitantes nos eventos seria de 25 mil e 51 mil respectivamente em 2009 e 2010

Entre os parceiros da EMATER-DF na realização e apoio aos eventos comunitários pode-se destacar: Fundação de Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Federal de Educação Tecnológica, Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Ministério da Defesa, EMBRAPA, ECT, UnB, SEBRAE, SENAR, SESC, SESI, SENAI, SINE, INSS, Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Secretaria de Estado de Esporte, Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Transportes, Secretaria de Estado de Governo, Secretaria de Estado de Fazenda, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Cultura, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Secretaria de Estado de Trabalho, BrasíliaTur, Administrações Regionais, ADASA, CAESB, CEB, SLU, BRB, BB, Associação Nipo-Brasileira, Gerência de Zoonoses, DRT, Instituto de Saúde Mental, Fundação Nacional de Saúde, Rotary, Lions, DER, Delegacia da Mulher, Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural, Associações de Produtores, Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, DFA, Câmara Legislativa, CEF, DEFER, DMTU, Fundação Cultural, DIPOVA, FSS, Polícia Civil, SSP/DF (Instituto de Identificação), Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, entre outros.

8.2. Parcerias para Desenvolvimento do Espaço Rural

Uma das principais parcerias é a do Colegiado Territorial de Águas Emendadas (COTAE). Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto à EMATER-DF, Agência Rural de Goiás e EMATER-MG, essas instituições atuam com o propósito de estabelecer um processo de desenvolvimento territorial com a participação das lideranças rurais dos agricultores familiares desses Estados. O COTAE vem sendo estruturado desde 2006.

Esse território agrega o Distrito Federal, sete municípios do Estado de Goiás e três municípios do Estado de Minas Gerais, por meio de um Plano de Desenvolvimento Rural Local Integrado, voltado basicamente para atender aos produtores rurais de economia familiar. Cada município e o DF contam com um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que interagem no Conselho do Território.

Em 2008, foi lançado oficialmente pelo Governo Federal o Programa dos Territórios da Cidadania; calcado no Decreto nº 28.860, de 13 de março de 2008, que dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A EMATER-DF tem participação direta no Colegiado Territorial das Águas Emendadas - COTAE, como membro titular, e apóia com ações de extensão rural as atividades desenvolvidas pelos seus

84 membros, sendo 42 da sociedade civil organizada e os demais de representação dos três níveis de governo do DF, GO e MG. As principais atividades ao longo de 2010 foram: intercâmbio com municípios goianos para conhecer experiências em organização e comercialização, início do Curso de Capacitação de Conselheiros Rurais, que deverá ocorrer em diversos módulos ao longo do próximo ano; construção da Matriz Territorial, com apresentação de projetos territoriais que ultrapassam R\$1.200.000,00 de recursos a serem investidos; reuniões sistematizadas do grupo de conselheiros e um seminário territorial, incluindo a participação de prefeitos goianos e mineiros que compõem o território para discutir as propostas de desenvolvimento rural para a região.

Outra parceria vem sendo mantida junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores. Ao longo deste ano de 2010, a EMATER-DF foi procurada por diversas missões diplomáticas em busca de conhecimentos sobre a produção de alimentos no Brasil e quais as possibilidades de se transferir metodologias de trabalho e tecnologias aos agricultores desses países. Como aqui no Distrito Federal se verificam consideráveis margens brutas de rentabilidade em pequenas áreas, trabalho eficiente e continuado de assistência técnica e extensão rural pública, direcionada prioritariamente aos pequenos produtores, em especial aos agricultores familiares, os países que buscam a EMATER-DF vêem que esse modelo pode ser aplicado em seus respectivos.

Em 2010 foram recebidas comitivas de 46 países: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Cabo Verde, Cameroun, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Egito, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné Oriental, Lesoto, Libéria, Líbia, Malawi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Timor Leste, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue, com um total de 150 autoridades. Também houve a participação em 07 missões ao exterior: República Dominicana, Moçambique, Japão, EUA, Tanzânia, Suriname e Espanha. Dando continuidade na parceria com a University of Florida / IFAS / Horticultural Sciences Department foi realizada em 2010 uma segunda visita de técnicos da EMATER-DF e agricultores do DF em áreas trabalhadas pela universidade, especialmente em pós-colheita de hortaliças e frutas.

A empresa assinou um protocolo de intenções com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores – MRE, que tem por objeto a colaboração entre os partícipes na implementação de programas, projetos e atividades de cooperação técnica em benefício de países em desenvolvimento, a partir da experiência acumulada pela EMATER-DF na disseminação de conhecimentos e na formação de produtores e trabalhadores rurais, nos aspectos tecnológicos e gerenciais do sistema produtivo agrícola, contribuindo para a geração de emprego, renda e do desenvolvimento rural sustentável. Atualmente a EMATER-DF participa de 04 (quatro) projetos de cooperação técnica, com os seguintes países: Angola, Tanzânia, República Dominicana e Senegal. Faz parte ainda do Grupo de Trabalho, composto de EMBRAPA e SENAR, coordenado pela ABC, que, junto com a JICA, subsidia a elaboração de um Projeto para Implantação de Programa Pró-Savanas, dentro da perspectiva de Desenvolvimento das Savanas, do Corredor de Nacala, em Moçambique.

9. Plano de Contenção de Gastos

Algumas medidas significativas foram adotadas para racionalização das despesas:

- Controle do uso de veículos com acompanhamento mensal;

- Economia de combustível, fixando as cotas de acordo com a área de atuação da unidade;
- Revisão dos contratos de manutenção de veículos, visando baixar os custos;
- Controle no uso de material de estoque de almoxarifado no consumo de água e luz, combustíveis, cópias xerográficas telefonia fixa e celulares;
- Redução do estoque no almoxarifado, dando preferência ao sistema de Registro de Preços;
- Identificação e captação de recursos independentes do Tesouro do GDF nos diferentes programas e projetos de governo, bem como o acompanhamento de contratos e convênios existentes;
- Implantação do projeto Clima Organizacional, que amplia as ações do EMATER - Saudável.

Após um diagnóstico, ficou apontada a necessidade de se trabalhar as variáveis organizacionais de bem-estar, motivação e comunicação na empresa. Foi preparada uma programação de ações para 2010 e o projeto pretende aumentar a satisfação no trabalho e diminuir o absenteísmo, o que deverá aumentar a produtividade do corpo técnico, administrativo e operacional da Empresa.

10. Geração de Recursos

10.1. Receitas Próprias

Concomitante aos esforços para contenção de despesas, procurou-se por outro lado ampliar a arrecadação de receitas próprias, conforme descrito a seguir:

Origem da Receita	Valor R\$
Contratos de Responsabilidade Técnica, Elaboração de Projetos e Prestação de Serviços de Assistência Técnica e elaboração dos Planos de Utilização.	68.142,44
Venda de Publicações Técnicas e Ressarcimentos Diversos	135.085,98
Outras Receitas Correntes (alienação)	107.936,00
Total	311.164,42

10.2. Emendas Parlamentares

Outra forma de direcionar recursos para as atividades da Empresa é a sensibilização dos deputados para atividades específicas que passam a contar com emendas parlamentares. Em 2010 a EMATER-DF conseguiu captar os seguintes recursos por meio de emendas parlamentares:

Deputado (a)	Objeto da Emenda	Valor R\$
Eurides Brito	Apoiar Viagem de Capacitação dos Produtores de Morango da Região de Brazlândia	149.655,92
Ailton Gomes e Bispo Renato	Apoio a Realização da Feira do Agrobrasília	100.000,00
Total		250.000,00

11. Convênios firmados com recursos da união

Também foram realizados esforços para captar recursos por meio de convênios e contratos voltados para fins específicos tais como:

Nº. do Convênio	Órgão Concedente	Objeto Convênio	Vigência	Valor	Síntese da execução física	Prestou Contas?
Termo de Cooperação Técnica.	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.	Implantação de 6 (seis) unidades demonstrativas no projeto "Biodiversidade e Transição Agroecológica de agricultores familiares".	2008 até 2010	R\$161.000,00	Implantadas as seis unidades demonstrativas. Contratados os estagiários que acompanharam. 18 excursões técnicas 03 seminários técnicos 14 publicações 221 produtores atendidos	Utilizados R\$ 40.000,00 dos recursos que são controlados em conta própria à parte do orçamento da empresa.

Nº. do Convênio	Órgão Concedente	Objeto Convênio	Vigência	Valor	Síntese da execução física	Prestou Contas?
701200/2008	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	Prestar assistência técnica e extensão rural para os agricultores e seus familiares	08/04/2011	Valor Total (R\$): 3.716.842,50 Valor dest. ao Convênio: 3.345.157,50 Contrapartida: 371.685,00	Estão sendo executadas as metodologias previstas com a participação dos agricultores familiares.	Em andamento
01020200/2008	MCT	Implantação de arranjos produtivos do leite.	30/10/2010	Valor total: R\$192.325,22	Implantação de arranjos produtivos do leite	Solicitação de prorrogação
285.761-25/2009	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/PRONAT	Aquisição de quatro pick-ups cabine dupla para dar apoio às atividades no Território de Águas Emendadas - DF	30/05/2010	Valor total: R\$360.000,00	Aquisição de quatro pick-ups cabine dupla pra dar apoio às atividades no Território de Águas Emendadas - DF	Concluído Prestação de contas realizada
01004700/2009	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT	Apoio a infraestrutura de distribuição de água para capacitação de agricultores rurais e cultivo de hortifruticultura no Assentamento Fazenda Larga.	30/11/2010	Valor total: R\$230.000,00 Valor de contrapartida: R\$30.000,000	Apoio a infraestrutura de distribuição de água para capacitação de agricultores rurais e cultivo de hortifruticultura no Assentamento Fazenda Larga.	Prorrogado até 30/05/2011
733655/2010	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT	Realização de feiras e exposições em núcleos rurais com ações de difusões e extensão tecnológica para os produtores	30/12/2010	Valor total do Convênio: R\$335.145,20 Valor da contrapartida: R\$35.145,20	Realização de feiras e exposições em núcleos rurais com ações de difusões e extensão tecnológica para os produtores	Prestação de Contas em andamento

12. Diagnóstico de Desenvolvimento da Unidade

12.1. Avaliação das Realizações

Os objetivos dos trabalhos da EMATER-DF estão relacionados ao desenvolvimento do espaço rural e ocorrem em diversas dimensões: social, econômica, tecnológica, ecológico-ambiental, política, institucional e legal. Nesse sentido, desenvolvemos atividades na busca do desenvolvimento sustentável, da preservação ambiental, assim como a implementação de políticas públicas, como os programas do Governo Federal para aquisição de alimentos da produção da agricultura familiar.

Em prol do desenvolvimento, a Empresa atua na Assistência Técnica para propiciar a atualização do assessoramento ao processo gerencial e tecnológico dos empreendimentos no espaço rural e também atua na Extensão Rural, por meio do seu processo educativo de capacitação, levando cidadania e novas motivações, difundindo experiências em busca constante da valorização das competências e das habilidades do seu público beneficiário.

Desse modo, o trabalho da Empresa abrange duas frentes de atuação: uma que é por demanda, inclui atendimentos personalizados nas Unidades Locais descentralizadas ou nas visitas às propriedades, e outra, que é por oferta, especialmente de capacitação e treinamento em novas habilidades por meio dos métodos de extensão rural.

Tendo em vista a natureza do trabalho educativo e da prestação de serviços, utiliza-se o indicador de “atendimentos” para cada ação, pois ele expressa, com maior fidedignidade, a dimensão das atividades realizadas, que normalmente incluem um grande número de serviços prestados a uma mesma família rural. Para cada orientação demandada, relativa a um dos sete programas trabalhados pela Empresa, considera-se um atendimento. Portanto, em uma visita a uma mesma propriedade rural podem

ser prestados diversos atendimentos. Também são considerados atendimentos cada participação dos indivíduos nos métodos que a Empresa executa, próprios da metodologia de extensão rural.

Esses métodos têm formatos diferenciados, dependendo dos objetivos a serem alcançados e do tipo de público a ser atendido. As feiras, exposições e festas de produtos são de grande porte e de natureza festiva, incluindo atividades de cunho tecnológico, rodadas de negociação, treinamentos e capacitações; têm como característica a participação de um elevado número de pessoas, especialmente do público urbano e escolares, aos quais são oferecidas oportunidades de se conhecer mais sobre as atividades agropecuárias e, por conseguinte, melhor entendê-las e valorizá-las. O público rural participa destes métodos expondo os produtos agropecuários ou nas atividades que envolvem o aprendizado de novos conhecimentos tecnológicos, e também como opção de lazer.

Outros métodos de extensão como os dias de campo e as ações comunitárias têm como característica o atendimento e a participação de produtores rurais e das famílias rurais de uma comunidade. São eventos de médio porte direcionados ao trabalho de assistência técnica e de extensão rural. Por último, temos os métodos voltados a segmentos específicos do meio rural e urbano, de cunho exclusivamente técnico, direcionadas sempre com o objetivo de alcançar as metas propostas pela Empresa.

O público prioritário das ações de assistência técnica e extensão rural é a população rural; entretanto, a implementação de políticas específicas nos diferentes segmentos da população rural, como agricultores familiares, mulheres, jovens e idosos, que recebem ações diferenciadas, levou a Empresa à criação de diferentes indicadores de público, a fim de acompanhar o desenvolvimento alcançado e os resultados dessas políticas. Por outro lado, a abrangência do trabalho da Empresa evoluiu, e uma parcela significativa do público urbano, notadamente constituído por escolares e pelo público dos grandes eventos (festas, feiras e exposições), também é beneficiada por essas ações.

As realizações no Programa 1100 – Desenvolvimento do Agronegócio compreendem a maioria das atividades finalísticas que a Empresa desenvolve. O Programa é dividido em nove ações, cada uma com o seu respectivo subtítulo.

- A ação de Desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural envolve toda a demanda de serviços à Empresa, seja em desenvolvimento tecnológico, pelos empreendedores rurais envolvidos na produção, convencional e agroecologia, ou na área social pelas clientelas especiais de gênero e geração, com ênfase na agricultura familiar.

- Deve-se destacar as atividades realizadas com a clientela de idosos e mulheres rurais, assim como trabalhadores rurais, que são públicos prioritários na política de inclusão do Governo Federal. Esses atendimentos são voltados para atender a família rural, na maioria das vezes fora do âmbito da produção agropecuária, buscando o resgate social e a inclusão da população rural. O papel da EMATER é muito importante por ser uma das poucas instituições que atua como um vetor de implantação das políticas no meio rural.

- Na ação de Programa de Eventos Agropecuários, cujo subtítulo é Apoio a Realização da Festa do Agrobrasil na COOPA-DF, foi realizada a AGROBRASILIA, um evento pioneiro, de grande porte, que surgiu das discussões entre as equipes da EMATER-DF e da Cooperativa do PAD-DF, para se tornar o maior evento da região, com negócios realizados que superaram os 129 milhões de reais durante sua realização em 2010.

- A ação de Assistência aos Produtores Rurais, cujo subtítulo é Apoio à Viagem de Capacitação dos Produtores de Morango da Região de Brazlândia surgiu através de uma emenda parlamentar de apoio à realização da Festa do Morango, evento do calendário oficial de festas do GDF, envolvendo as regiões produtoras de Alexandre Gusmão e Brazlândia num evento festivo de promoção do produto e de capacitação tecnológica.

- Na ação de Promoção e Realização de Eventos no Campo, durante o ano de 2010, pode-se destacar, além das Ações Comunitárias que têm amplo alcance social na população rural, as feiras de Planaltina e Brazlândia, as diversas Exposições Agropecuárias das Regiões Administrativas, as festas do Pimentão na Taquara e do Leite em Curralinho/Brazlândia, além de uma serie de outros eventos comunitários que envolvem parcerias entre a EMATER-DF e a comunidade, instituições privadas e oficiais.

- Na ação de Desenvolvimento da Gestão de Empreendimentos Rurais foram utilizados os recursos de Assistência Técnica e Extensão Rural devido ao contingenciamento do orçamento. Essa ação abrange os trabalhos voltados para apoio ao agronegócio (atividades que vão desde o fornecimento de insumos, passando pela produção e comercialização para o consumidor final), as atividades desenvolvidas tiveram como principal fundamento a organização do segmento de produção, prioritariamente a Agricultura Familiar, visando à comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas. Através dos grupos formais e/ou informais de produtores, foram organizados canais destinados a comercializar coletivamente a produção. A EMATER-DF buscou aumentar as capacidades e habilidades dos produtores melhorado o processo de tomada de decisão, reduzindo os riscos econômicos inerentes à atividade e permitindo, assim, a sua permanência na atividade rural. Destaca-se nessa atividade o apoio à comercialização na cadeia produtiva de hortaliças, diminuindo os riscos da atividade e propiciando ao consumidor final um abastecimento com produtos mais seguros e de melhor qualidade.

Exemplo deste trabalho durante 2010 foi o apoio às organizações (associações e cooperativas) de agricultores familiares para a comercialização da produção através dos Programas de “Aquisição de Alimentos - PAA e PNAE” do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social, que permitem aos produtores familiares escoarem parte de sua produção através dos canais de comercialização institucionais.

O PAA, coordenado pela CONAB, prevê a compra da produção da agricultura familiar (R\$ 4.500,00/agricultor /ano) visando atender a segurança alimentar de grupos de risco que estão nas instituições assistenciais. No Distrito Federal foram trabalhadas três instituições que estão envolvidas prioritariamente na produção de hortaliças (ASPAG, COOTAQUARA e ASPRAF) e uma que trabalha a produção de derivados do leite (COPAS). O quadro abaixo demonstra dados do PAA, começando pelas RA/NR onde se localizam os produtores, as entidades representativas dos produtores que organizam a venda, números de produtores nas entidades representativas envolvidas, instituições beneficiadas com a produção adquirida, pessoas que vivem nestas instituições que são beneficiadas e os valores envolvidos.

PAA / 2010- Agricultura Familiar – Projetos Via CONAB

RA/Núcleo Rural	Brazlândia	Planaltina - Taquara	Sobradinho	São Sebastião
Entidade Produtores	ASPAG	COOTAQUARA	ASPRAF	COPAS
Produtores	139	36	63	38
* Instituições	46	34	51	39
Pessoas	9.120	4.178	8.913	7.809
Valores/Total R\$1.114.048,99	R\$ 542.560,25	R\$ 159.709,72	R\$ 280.779,00	R\$ 160.550,00

Fonte: EMATER-DF

*Algumas instituições beneficiárias que recebem manteiga e queijo podem também ser beneficiárias do recebimento de hortaliças nos outros projetos.

O PNAE, coordenado pelo GDF/SEAPA/EMATER-DF prevê a compra da produção dos agricultores familiares organizados em associações ou cooperativas (R\$ 9.000,00/agricultor /ano) visando atender a merenda escolar nas escolas públicas O quadro abaixo demonstra alguns dados de organizações de produtores envolvidas e os valores.

PNAE / 2010- Agricultura Familiar – Projetos via Secretaria de Educação

Organizações	Brazlândia – ASPGAG	Sobradinho - ASPRAF	São Sebastião - COPAS	03
Valor	R\$ 1.260.560,25	R\$ 232.404,80	R\$ 593.947,20	R\$ 2.086.912,25

Fonte: EMATER-DF

Em relação à Administração Rural, foram realizados 6 cursos sobre Gestão Econômica e Financeira de propriedades rurais, utilizando como ferramenta o software “RURALPRO”. Essa ferramenta permite ao produtor maior conhecimento a respeito dos aspectos econômicos de sua propriedade, tais como preço de custo, ponto de equilíbrio, lucratividade, dentre outros, o que permite reduzir os riscos inerentes à atividade agropecuária. Foram capacitadas 150 pessoas entre técnicos e produtores rurais.

- Na ação de Transferência de Tecnologia para Sistemas Agroecológicos foram utilizados os recursos de Assistência Técnica e Extensão Rural devido ao contingenciamento do orçamento. Essa ação foi instituída pela EMATER-DF tendo em vista a política do Governo do Distrito Federal, que estabeleceu uma Gerência Estratégica de Pólos de Agricultura Orgânica, para promover ações de desenvolvimento da agropecuária orgânica no Distrito Federal.

Nessa ação estão incluídas as metodologias e ações de capacitação em agroecologia e transição agroecológica dos agricultores que ainda praticam agricultura em moldes convencionais, promovendo a implantação, a transição ou a manutenção dos sistemas agroecológicos que evitam a utilização de agroquímicos e têm baixa dependência de insumos externos.

As ofertas de capacitação no programa de agroecologia estiveram voltadas para o incentivo à produção orgânica e à transição agroecológica, primordialmente em hortaliças e sistemas agrofloretais. Leite, frutas, grãos, café e frango estão entre os outros alimentos que também foram trabalhados.

Promovemos o curso de transição agroecológica em abril e agosto, em parceria com o Centro de Treinamento da EMATER-DF, com o interesse de despertar em agricultores convencionais uma mudança de paradigma para a produção agroecológica. Desse curso participaram agricultores familiares de todo o Distrito Federal, indicados pelos técnicos das unidades locais. O curso teve uma carga horária de 24 horas, onde foram tratados desde os aspectos teóricos até a prática da fabricação de insumos e caldas para a produção orgânica.

Foi realizado o II Seminário de Agroecologia do DF, de 09 a 11 de novembro, na sede da EMBRAPA. O Seminário contou com 240 inscritos entre agricultores, técnicos, professores e estudantes. A parceria para a realização do seminário envolveu cerca de 20 instituições governamentais e não governamentais. A coordenação ficou a cargo da EMATER - DF e EMBRAPA Hortaliças. Foram ofertadas durante o Seminário uma palestra, duas mesas redondas e dezessete oficinas com temas diversos de interesse dos participantes. Na plenária final do Seminário foram tiradas indicações de continuidade e avanços no desenvolvimento local da agroecologia.

Foi encerrado o Projeto Biodiversidade e Transição Agroecológica de Agricultores Familiares, tendo sido apresentado os resultados ao público em duas ocasiões: uma no Dia de Campo, realizado na Ceilândia com a presença de 200 pessoas entre técnicos e agricultores e outra no Seminário realizado na EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia, destinado principalmente a pesquisadores, extensionistas e estudantes. Foram realizadas excursões com agricultores nas 6 propriedades demonstrativas do Projeto Biodiversidade de janeiro a novembro desse ano, totalizando cerca de 330 visitantes. O modo como os agricultores avançaram no entendimento dos processos de agroecologia e manutenção da biodiversidade funcional e produtiva são o grande destaque desse trabalho, além da capacitação de novos profissionais para atuar na extensão rural (seis bolsistas).

Realizamos ações no sentido de incentivar a participação dos agricultores de base ecológica nos Programas de Aquisição governamentais de alimentos como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Entretanto, ainda é necessário o incremento dessas ações, tendo em vista que a organização da comercialização para esses produtores esbarra ainda na necessidade da adequação da conformidade orgânica exigida pelo Mapa. Nesse sentido, fizemos reuniões de divulgação dos programas PAA e PNAE e sobre a certificação e as organizações de controle social.

A EMATER-DF vem trabalhando de forma intensa para desenvolver a agroecologia, com a criação de fóruns e a elaboração de agendas de compromissos, de curto, médio e longo prazo, entre todas as instituições e representações de agricultores e da sociedade civil.

Ações de articulação, elaboração e colaboração com relação às políticas públicas de incentivo e fomento às atividades no campo da agroecologia também fizeram parte da ação. Participamos ativamente do CDTOrg (Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Agricultura Orgânica), GEOR (Grupo de gestão orientada para resultados da agricultura orgânica), em parceria com o SEBRAE, e CPORG –DF (Comissão de produção orgânica do Distrito Federal), importantes fóruns de discussão e organização do setor agroecológico. Uma ação que está em curso e é capitaneada pela CPORG é a criação de bancos comunitários de sementes. Cerca de duzentos agricultores foram beneficiados com a doação de sementes de leguminosas para plantio e futuro repasse aos outros agricultores.

Alguns indicadores refletem as ações e os resultados alcançados nesse ano seguindo a determinação de prioridade dessa atividade. No período, foram assistidos pela EMATER-DF 842 agricultores que se encontram em transição agroecológica, ou seja, que optaram por uma mudança gradual em seus sistemas de produção, e atingiram graus mais elevados de sustentabilidade, produzindo alimentos mais saudáveis em consonância com a conservação ambiental.

Outra característica é o aumento da necessidade de mão-de-obra dos sistemas agroecológicos em relação aos sistemas convencionais. Com isso obteve-se impacto direto na geração de mais postos de trabalho, com estimativa de aproximadamente mil pessoas envolvidas diretamente com essa atividade econômica. Em valores monetários, estima-se em mais de 8 milhões de reais o valor da produção agroecológica do Distrito Federal e em propriedades localizadas em áreas limítrofes ao DF.

É importante ressaltar que as ações de agroecologia aconteceram em todo o Distrito Federal, destacando-se, porém, as áreas de Brazlândia, Vargem Bonita e Ceilândia, onde o número de trabalhos interessantes em agroecologia é maior, podendo destacar a meliponicultura na Ceilândia, como exemplo de

preservação ecológica e opção de renda para os agricultores familiares e a Unidade de Observação sobre controle biológico de ácaro em morango, desenvolvida em conjunto com a EMBRAPA pelas equipes de Brazlândia e Alexandre Gusmão.

Em relação à Gestão Ambiental, a EMATER-DF também desenvolveu vários trabalhos de destaque como a revitalização da orla do Rio Descoberto, iniciado em 2009 no âmbito do planejamento das ações e em 2010 os trabalhos ocorreram focando as atividades no âmbito executivo. Foram plantadas 20.000 mudas de espécies nativas durante o ano de 2010 e está previsto o plantio de mais 140.000 mudas até abril de 2011. Esse plantio de mudas é fruto de compensações ambientais das empresas do GDF tais como: CAESB, TERACAP e CEB, além de mudas produzidas pela Secretaria de Agricultura utilizadas para reflorestamento do Distrito Federal. Realizou-se o diagnóstico sócio ambiental e econômico das 73 propriedades rurais que fazem parte do projeto, através da aplicação do Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural - IDCR e um questionário específico para identificação dos principais danos ambientais existentes. Foram desenvolvidas ações focando a educação ambiental e diversas ações voltadas ao fortalecimento da organização dos produtores rurais como medida de fortalecimento do projeto. Existem diversos órgãos distritais e federais apoiando o projeto que tem contado também com forte engajamento da Associação dos Produtores e Protetores do Descoberto. Outra ação importante é quanto ao licenciamento ambiental de empreendimentos familiares, agroindústrias, e a elaboração do Plano de Utilização, visando à regularização fundiária das propriedades rurais.

Quanto à qualidade dos alimentos uma comissão multidisciplinar vem cuidando da intensificação e organização dos trabalhos da EMATER-DF em parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando reduzir o uso de agrotóxicos na produção agrícola por meio da introdução de princípios e práticas agroecológicas de produção e da fiscalização e adequação do uso de agroquímicos.

A bacia hidrográfica do Ribeirão Pipiripau foi escolhida para ser beneficiária do Programa Produtor de Água, que é coordenado pela Agência Nacional de Águas – ANA em parceria com diversos órgãos distritais e federais, devido a sua importância para produção agropecuária e abastecimento humano. Neste ano foram plantadas 10.000 mudas de espécies nativas visando à recuperação de nascentes e matas ciliares. Foi concluído o diagnóstico sócio ambiental da bacia identificando-se aspectos de uso e ocupação do solo, áreas degradadas, necessidade de recuperação das áreas de reserva legal, buscando demonstrar a conservação dos solos de forma referenciada no espaço.

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS-DF) é voltado a diversas ações visando a sustentabilidade do setor rural do DF e parte do Entorno. Os recursos são da ordem de U\$ 120.000.000,00 (Cento e vinte milhões de dólares americanos), que contemplarão aproximadamente 175 microbacias hidrográficas do Distrito Federal e 30 na região do entorno. A carta consulta já se encontra na Secretaria de Planejamento e Gestão do DF e será encaminhada ao Ministério do Planejamento para aprovação do financiamento, provavelmente junto ao BID, Banco Interamericano Desenvolvimento. O prazo de execução é de 5 anos, atuando-se nas esferas econômica, social e ambiental. Nesse ano foi realizado um Seminário sobre o programa, contando com aproximadamente 240 participantes.

- Na ação de Transferência de Tecnologia para Agropecuária também foram utilizados os recursos de Assistência Técnica e Extensão Rural, devido o contingenciamento do orçamento. Esta ação

envolve as ofertas de métodos de capacitação e desenvolvimento de habilidades, que são colocadas à disposição dos empreendedores rurais, a partir das demandas que os técnicos de campo avaliaram como sendo as mais necessárias e de maior amplitude, assim como aquelas que estão em consonância com as políticas de governo.

A prioridade dos atendimentos na produção agrícola foi na Olericultura, como principal atividade econômica na área rural, e na Floricultura, que está sendo vista com opção para os agricultores, tendo em vista o decréscimo na competitividade do Distrito Federal para produção de hortaliças.

A Olericultura, além da importância econômica, tem um papel importante nos aspectos sócio-ambientais no Distrito Federal. A sua área plantada é de 7.000 hectares de hortaliças/ano, perfazendo uma produção total de 203 mil toneladas de hortaliças/ano, em mais de setenta espécies diferentes, inclusive utilizando sistemas de produção do mais alto padrão tecnológico.

No agronegócio de hortaliças do Distrito Federal circulam cerca de R\$ 220 milhões/ano. O mais importante é que os 4500 olericultores são em sua maioria classificados como agricultores familiares (80%) ou seja, são pequenos e utilizam basicamente da força de trabalho da família. Toda a cadeia produtiva do DF gera cerca de 30 mil empregos diretos e 10 mil empregos indiretos. Sendo a maior atividade empregadora no setor rural.

Em 2010 o ponto alto das ações foi a implantação do Grupo Gestor do Plano Executivo da Cadeia Produtiva de Hortaliças que tem o objetivo de monitorar a implantação das ações previstas no referido plano. Foi criada também a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças do Distrito Federal através do Decreto 31.703 de 20 de maio de 2010 no qual a EMATER-DF é parte integrante.

Um dos projetos relacionados à olericultura é o projeto de Alimento Seguro que tem o intuito de fornecer alimentos com qualidade para a população do Distrito Federal. Neste projeto foram capacitados 286 agricultores e trabalhadores rurais. Foram certificadas 6 propriedades e se encontram em fase de certificação 48 empreendimentos rurais. Foram implantadas 8 unidades de alimento seguro com recursos do Ministério da Ciência e tecnologia (MCT) nas Unidades de Alexandre de Gusmão (2), Brazlândia (1), Brasília (2), Ceilândia (1), Planaltina (1), Vargem Bonita (1) e 8 unidades com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nas Unidades de Alexandre de Gusmão(1), Brazlândia(2), Brasília(2), Ceilândia(1), Planaltina(1) e Vargem Bonita(1), ações objetivando a redução do uso de agrotóxicos e a redução da contaminação biológica nas hortaliças "in natura" e processadas. Foram também realizados 4 cursos de aplicador de agrotóxicos, com 57 treinados

No projeto de irrigação a principal ação foi a implantação de 12 Unidades de Experimentação de Manejo de Irrigação nos núcleos rurais de Alexandre de Gusmão(1), Brasília(1),Brazlândia(1), Ceilândia(1), Gama(1), Pípiripau(2), Planaltina(1), Rio Preto(1), São Sebastião(1), Sobradinho(1) e Taquara(1), com o objetivo de demonstrar para o olericultor tecnologias que possibilitarão a racionalização no uso da água para a irrigação implicando em benefícios para o meio ambiente e ainda na qualidade das hortaliças.

No que se refere ao apoio à comercialização das hortaliças o foco tem sido o incentivo à formação de associações ou cooperativas e apoio à gestão dessas para participação dos olericultores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses

programas realizam a compra direta da agricultura familiar para distribuição à população submetida a risco alimentar e para a merenda escolar.

A Floricultura no Distrito Federal vem se consolidando e expandindo gradativamente ao longo dos últimos anos apresentando, nos últimos anos, crescimento anual de até 30% no consumo, o que representa, hoje, cerca de R\$ 130 milhões anuais girando na cadeia produtiva, a preços pagos pelo consumidor. Este valor torna a capital Federal o terceiro mercado em volumes globais de flores e o primeiro consumidor per capita do país. Enquanto a média nacional gira em torno de US\$7,00 per capita, em Brasília chega a US\$27,00. O abastecimento é basicamente garantido pela importação de produtos mas a produção local de flores e plantas ornamentais já atende 15% da demanda, variando dentre os tipos de flores produzidas.

A atividade conta com aproximadamente 560 hectares e com 409 produtores tanto de flores quanto de plantas ornamentais, o que significa que estas explorações tiveram um aumento significativo de importância no contexto da agroeconomia regional neste período. Importante frisar o setor de produção de gramas que ocupa grande parte desta área de produção.

A floricultura empresarial que está nascendo e se consolidando atualmente no Distrito Federal é extremamente diversificada e abrangente, envolvendo desde o cultivo de flores e plantas ornamentais para jardins, quanto os de flores e folhagens temperadas, subtropicais e tropicais de corte, o de flores e plantas envasadas e o de gramas. Envolve, ainda, desde os grandes cultivos extensivos conduzidos a céu aberto, até aqueles mais intensivos e conduzidos sob a proteção de telados e estufas, adotando as mais modernas e avançadas tecnologias de produção.

Prova da importância do setor foi a primeira festa da floricultura, I FestFlor, que teve nos três dias de evento um público visitante de aproximadamente 15.000 pessoas, com a participação de 425 pessoas no Seminário de Floricultura, outras 511 pessoas participaram dos cursos rápidos e oficinas para o público visitante, além de 150 mulheres e jovens rurais que participaram dos três cursos especialmente ofertados para o nosso público prioritário.

Entretanto o desenvolvimento da floricultura envolve questões de capacitação de técnicos da empresa, de produtores e trabalhadores rurais, nas áreas de produção, associativismo, agregação de valor, crédito e comercialização. Além da sensibilização e treinamento de profissionais de instituições de pesquisa e ensino como Embrapa, IF Planaltina e Universidades, fomentando financiamento para estas instituições através da FAP-DF, promovendo missões técnicas nacionais e internacionais, participações em feiras do setor com técnicos e produtores e outras de formação gerencial junto a instituições parceiras. Em 2010 várias ações foram realizadas para suprir parte das demandas e necessidades do setor. Dentre elas podemos citar duas caravanas técnicas, uma para a região produtora de flores de Barbacena – MG e outra para a região produtora de flores de Holambra-SP com produtores e técnicos da EMATER totalizando 17 técnicos e 64 produtores beneficiados. Oito cursos de arranjos florais foram dados nas áreas rurais do Distrito Federal contemplando dez Unidades Locais da EMATER totalizando capacitação de 15 técnicos e 219 produtores, mulheres e jovens rurais. Realizou-se também o Seminário de Floricultura que nos seus três dias de atividades capacitou 91 técnicos e 470 produtores, mulheres e jovens rurais e estudantes. Outra atividade realizada foi a Feira FestFlor Brasil com mais 70 produtores e jovens rurais beneficiados com estandes para venda e divulgação e outros 10 técnicos e 155 mulheres e jovens capacitados em

cursos. Por último foi realizado curso básico e avançado de produção de flores e de plantas ornamentais para 11 técnicos da empresa em Holambra-SP.

Algumas iniciativas de associativismo foram criadas como a Cooperativa dos Produtores de Flores e de Plantas Ornamentais na região de Planaltina – Multiflor e, mais recentemente o grupo de produtores familiares da região da Rajadinha em Planaltina, envolvendo 12 produtores de plantas ornamentais.

Os desafios futuros para os produtores são grandes e passam por todos os processos: produção, comercialização e a divulgação dos seus produtos. A implementação do Projeto do “Pólo de Flores” pelo Governo do Distrito Federal dará o impulso que o setor necessita para se profissionalizar e se consolidar em definitivo trazendo divisas para o Estado e gerando renda e emprego na área rural.

Na área de produção animal a atividade priorizada é a Pecuária Leiteira em função das atuais políticas públicas.

O GDF adquire leite de pequenos e médios produtores do DF e entorno para ser fornecido para famílias carentes, através do Programa Social Vida Melhor. Atualmente são 60.000 litros de leite fornecidos e distribuídos diariamente, adquiridos de sete pequenos laticínios locais, favorecendo a população de baixa renda e ao mesmo tempo garantindo um mercado diferenciado de comercialização para os pequenos produtores, importante para o desenvolvimento do setor leiteiro regional.

O Distrito Federal foi contemplado por políticas de fomento, assistência técnica prioritária e linhas de crédito rural específicas (PRÓ LEITE) com o objetivo de aumentar o número de produtores e a produção. Além disto, os financiamentos permitem o ingresso de pequenos produtores na atividade e o atendimento das normas sanitárias para o rebanho e aquisição de tanques de resfriamento, garantindo a qualidade do produto obtido. Para viabilizar a venda do leite produzido pelos pequenos produtores, a EMATER-DF iniciou em 2008 um trabalho com pequenos grupos de produtores rurais que administram tanques de resfriamento comunitário para recolhimento e armazenamento do leite, pois este equipamento é caro, impossibilitando a aquisição individual por parte desses produtores. Esses grupos têm assistência técnica regular da EMATER-DF, principalmente de veterinários e zootecnistas. A assistência é feita na parte técnica e gerencial, com apoio na comercialização.

A pecuária leiteira é tradicional na região. Observou-se que com a compra garantida de parte da produção, a instalação de tanques comunitários e assistência técnica regular aumentaram o número de pequenos produtores na atividade, acarretando um aumento do número de empregos no setor, melhoria da renda e qualidade de vida dos envolvidos no processo desde o início do Programa do Leite.

Em 2010 mais duas alternativas de mercado institucional foram abertas, PAA e PNAE, que poderão alavancar a atividade leiteira em 2011, principalmente no que diz respeito à produção de base familiar, público alvo destas linhas de comercialização diferenciadas.

A capacitação de mão de obra para o setor é fundamental e a empresa realizou durante o ano 96 cursos e palestras nas áreas de manejo e formação de pastagem, métodos de conservação de forragens, higiene na ordenha, biotecnologia da reprodução e inseminação artificial, educação e defesa sanitária, abrangendo 1841 produtores e trabalhadores rurais. Um evento marcante para o setor foi o Agrobrasília realizado em maio, que proporcionou visita de pequenos e médios produtores do DF e entorno no Circuito do Leite e no Circuito da Carne de Ovinos. No Circuito do Leite foram apresentadas tecnologias

voltadas à pequena produção de base familiar sendo realizadas quatro capacitações abrangendo 877 produtores familiares nas seguintes áreas: manejo de pastagem irrigada, produção de volumoso para seca, higiene na ordenha, viabilidade econômica do sistema. No Circuito da Carne Ovina também foram realizadas quatro metodologias de capacitação abrangendo 307 produtores familiares para mostrar o que é importante e necessário ao se iniciar na atividade ou no desenvolvimento e manejo da criação. : manejo e escolha pasto, raças e cruzamentos, escolha e avaliação de matrizes e reprodutores e viabilidade econômica do sistema.

Além do trabalho técnico a Empresa participa da Câmara Setorial do Leite (CSL) e de seu Comitê Gestor, que reúne os diversos setores da cadeia produtiva do leite. Esta Câmara foi criada para discutir os problemas do setor leiteiro local e buscar parcerias para solucioná-los, objetivando melhorar o desempenho da atividade leiteira. Em 2008 a CSL desenvolveu um plano participativo, coordenado pela EMATER-DF, nomeado Plano Executivo de Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira no Distrito Federal para o período 2008 a 2012. Elaborado por diversos segmentos do setor e principalmente com representantes dos produtores e processadores de leite, os trabalhos se voltaram para identificar: as oportunidades, os pontos fortes, a hierarquia dos problemas e a matriz de atividades a ser implementada para o desempenho econômico e social agronegócio do leite de maneira sustentável e socialmente justa. Este trabalho norteia as ações desenvolvidas e o planejamento futuro da empresa.

A EMATER, participa como parceira no projeto do Centro de Transferência de Tecnologias das Raças Zebuínas com Aptidão Leiteira da EMBRAPA Cerrados, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e entidades afins, com objetivos definidos para o desenvolvimento das raças zebuínas com aptidão leiteira, capacitação dos recursos humanos para o setor leiteiro e a produção e democratização de material genético superior e adaptado aos pequenos produtores de leite de base familiar.

Além da atividade prioritária, a Empresa procura viabilizar com a prestação de serviços e modelos técnicos economicamente viáveis e ambientalmente corretos, as explorações nas áreas da piscicultura, avicultura extensiva, ovino, caprinocultura, suinocultura, apicultura, e outros que possuem grande importância para o desenvolvimento da produção animal no Distrito Federal.

As atividades na área da **Piscicultura** foram executadas em conjunto com o Centro de Tecnologia em Piscicultura da Granja do Ipê (CTP) – SEAPA/DF. Em 2010, foram atendidos com assistência técnica 740 produtores, sendo que 237 produtores foram beneficiados com a comercialização de alevinos melhorados de tilápia do Nilo da linhagem GIFT. O número total de alevinos comercializados foi de 447.895 unidades, quantidade suficiente para o povoamento de 150.000 metros quadrados de viveiros de criação. Para acompanhar estes trabalhos da piscicultura foram oferecidas quatro vagas para estagiários no centro de tecnologia nas áreas de medicina veterinária, biologia e gestão do agronegócio.

Durante o ano de 2010 em parceria com EMATER-DF o Centro de Tecnologia em Piscicultura da Granja do Ipê (CTP) – SEAPA/DF, realizou 12 minicursos de piscicultura básica (234 participantes), 02 minicursos de Reprodução de Peixes (33 participantes), 02 minicursos de Produção de Iscas Vivas – Lambaris (31 produtores) e 01 Encontro de piscicultores (135 participantes).

O objetivo da realização dos cursos e encontro de piscicultores foi a capacitação em técnicas de criação de peixes bem como o incentivo a produção de pescado para interessados neste tipo de atividade.

Considerando os 196 cursos e encontros realizados em 2010 tivemos uma participação de 433 pessoas do DF e entorno que receberam capacitação em técnicas de criação de peixes.

Os trabalhos do Centro Tecnológico abrangem além do Distrito Federal um grande número de piscicultores com atividades no entorno; entretanto a piscicultura no Distrito Federal conta hoje com 371 produtores, totalizando 132 ha de área inundada, com produção de 513 toneladas pescado por ano.

Para acompanhar estes trabalhos da piscicultura foram oferecidas quatro vagas para estagiários das áreas de medicina veterinária, biologia e gestão do agronegócio.

Na **apicultura** a EMATER-DF assiste à 100 apicultores, desses 82% (82 apicultores) tem atividade voltada para o consumo familiar e venda do excedente e apenas 18% (18 apicultores) com objetivo comercial. Outra informação importante é que apenas 7% (7 apicultores) estão inseridos no mercado formal, regularizados e com registro no DIPOVA.

Mas a cadeia apícola apresenta outro entrave que é a falta de organização do setor: Embora a Associação Apícola do Distrito Federal (API-DF) tenha muitos anos de funcionamento regular conta hoje com apenas 12% (12 apicultores) dos apicultores do DF em seu quadro de associados, portanto 88% (88 apicultores) estão isolados, não fazendo parte de nenhuma associação.

A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal dispõem de uma unidade de processamento do mel denominada "Palácio do Mel" localizado na Granja do Torto, onde os apicultores familiares processam seu mel com garantia de exames laboratoriais, envase e embalagens apropriadas ao produto para sua inserção no mercado formal.

O Congresso Brasileiro de Apicultura e Meliponicultura realizado bianualmente promove um concurso de qualidade do mel produzido nas diversas regiões do país, e nos últimos (2006, 2008, 2010) o Distrito Federal obteve o primeiro lugar, comprovando a aptidão da região para a produção de produtos de qualidade e justificando investimentos no setor.

A apicultura é uma atividade que emprega a mão-de-obra familiar, demanda pouco tempo para a realização das atividades, e apresenta-se como uma exploração economicamente viável e produtos de boa aceitação no mercado. Os investimentos financeiros na implantação da atividade são baixos e a demanda é crescente por se tratar de produtos que comprovadamente promovem a saúde do corpo e constam no cardápio de alimentação saudável. Neste contexto se torna uma excelente atividade a ser incorporada à produção de base familiar para diversificação da produção e ampliação da renda da propriedade, com benefícios sociais, ambientais e econômicos.

Na ação de Transferência de Tecnologia para Agropecuária o uso do **Crédito Rural** é uma das principais ferramentas, principalmente para os médio, pequenos e micro produtores rurais. No Distrito Federal, temos várias linhas de crédito que amparam os agricultores e pecuaristas, tais como: Creditralho, FCO, Recursos Obrigatórios, FDR e PRONAF.

Para o ano de 2010, tivemos contratadas no geral, mais de R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais), distribuídos da seguinte forma: Creditralho com aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), entre custeio e investimentos, atingindo um público de mais de 130 produtores. Para o

FCO, atingimos uma marca acima de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais) com a participação de 16 produtores. Na linha do FDR, tivemos um montante de aproximadamente R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com 6 produtores contemplados. Na linha do de Recursos Obrigatórios (R.O.), tivemos um aporte de aproximadamente de R\$ 488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil reais), distribuídos entre 11 produtores. No PRONAF tivemos um aporte de aproximadamente R\$ 334.000,00 (trezentos e trinta e quatro mil reais) distribuídos entre 25 produtores rurais.

Poderíamos ter avançado mais em número de contratações de crédito rural, notadamente na do Credittrabalho, se não fosse pelo término do convênio entre a Secretaria de Trabalho e o BRB. Desse modo, teríamos um acréscimo em números globais de mais de R\$ 569.000,00 (quinhentos e sessenta e nove mil reais) em operações de crédito contratadas.

Outra linha de crédito que poderia ter um aumento significativo de contratações é a do PRONAF Mais Alimentos (investimento), uma vez que ficou prejudicada devido as exigência do Banco do Brasil de exigir um crédito de custeio associado. Para contratações deste programa.

A ação de Assistência Técnica e Extensão Rural envolvem todos os serviços demandados à Empresa, no Entorno seja em desenvolvimento tecnológico, pelos empreendedores rurais envolvidos na produção, convencional e agroecológica, ou na área social pelas clientelas especiais de gênero e geração, com ênfase na agricultura familiar. Ainda esta em fase de preparação a espera da assinatura de um acordo do Governo do Distrito Federal junto ao Estado de Goiás e/ou Minas Gerais.

Outra ação importante desenvolvida no Programa 1100 é a Bolsa Estágio. Foram alocados recursos para concessão de bolsas estágio para os jovens, em formação e formados, no seu primeiro contato com as atividades de sua área de interesse, o que deve gerar experiência de vida, e profissional, para os universitários, e secundaristas de cursos profissionalizantes. Dessa forma, a EMATER-DF cumpre seu papel social como opção para diferentes áreas profissionais, notadamente, nas Ciências Agrárias, cumprindo também as exigências do estágio curricular. A oportunidade que esses alunos têm de estar dia-a-dia com profissionais experientes, diretamente na área rural, favorece muito sua inclusão no mercado de trabalho. Além de que essas ações aprimoram relações interinstitucionais entre o GDF e as 18 instituições de ensino médio e superior que estão aptas a enviar candidatos aos estágios na Empresa.

O Programa 1316 – Desenvolvimento Social da Área Rural foi inserido no planejamento da EMATER-DF, tendo em vista as atividades que são executadas para capacitar os membros das famílias rurais, primordialmente de agricultores familiares, em diferentes aspectos do desenvolvimento social e humano. A ação trabalhada é o Desenvolvimento Humano e Social da População Rural que está baseado no conceito de desenvolvimento: “uma necessidade ampla com a ação do Estado e a participação da comunidade, observando três pilares da coesão social: Oportunidades de acesso às necessidades básicas, para melhor qualidade de vida, como educação, emprego, segurança e geração de renda; habilidades, como; conhecimento do ser humano, competência, condições para realizar; e proteção, como ações sociais para assegurar ou manter condições necessárias para o bem-estar do ser humano. Por ser o desenvolvimento uma ação sistêmica, de longo prazo, e tão relevante para o bem-estar do ser humano, a Empresa priorizou alguns sub-temas para serem trabalhados.

Na Segurança Alimentar, Saúde e Infraestrutura – Foi dado continuidade ao desenvolvimento das atividades de BPA nas 18 UE selecionadas em 2009. Estas propriedades tiveram suas estruturas de

saneamento melhoradas e estruturas de higienização de produtos in-natura construídas. Nestas propriedades, 45 trabalhadores e produtores foram orientados na produção de alimentos com qualidade sanitária. O Centro de Treinamento da EMATER – CENTRER, realizou os 02 cursos de Boas Práticas Agrícolas para raiz e frutos e, Boas Práticas Agrícolas para Hortaliças Folhosas atendendo 40 produtores.

Saúde do Trabalhador – Foram realizados 09 Dias Especiais em Saúde do Trabalhador onde foram atendidos 473 trabalhadores e produtores, com a realização de exames toxicológicos, palestras e atendimento médico para aqueles com sintomatologia. Este trabalho é realizado com a parceria da Secretaria de Saúde por meio do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, Centro de Informação e Assistência Toxicológica – CIAT, Diretoria de Atenção Primária Saúde e Estratégica da Saúde da Família – DIAPS, Diretoria de Saúde do Trabalhador – DISAT e Laboratório Central – Lacen.

Foi dado continuidade ao Projeto cozinhando e aprendendo com Gente Pequena em 8 escolas rurais das Regiões de São Sebastião, Pipiripau, Planaltina, Jardim, Tabatinga, Vargem bonita, Rio Preto, PAD/DF e Sobradinho. Este Projeto conta com a parceria da Secretaria de Saúde por meio dos Postos Rurais e Secretaria de Educação por meio das Escolas Rurais que permitiram o atendimento de um total de 250 crianças / jovens e 100 mães. Outra atividade importante foram os cursos rápidos para o público consumidor, realizado na CEASA desde 2007, com o objetivo de incentivar o consumo de hortaliças e orientar como comprar, conservar e utilizar de uma forma diversificada que não seja só salada. Este ano foram realizados 10 cursos, com o total de 367 participantes.

Na Educação, Lazer e Cultura – Foi dado apoio em atividades realizadas pelas comunidades tais como: o dia especial das crianças, o dia especial do idoso, a Festa da Pamonha, a Semana do Pimentão, a Festa do Morango e a Semana do Produtor Rural de Tabatinga.

Outras ações desenvolvidas foram a Alfabetização de jovens e adultos em São Sebastião com 20 participantes, cursos de informática básica e aplicação do software RuralPró nas Unidades Locais de Ceilândia, Jardim, Rio Preto e CENTRER.

Em Cidadania e Benefícios Sociais foi potencializado em 2010 orientações para o agricultor familiar sobre seguro especial focando mais a questão aposentadoria com isso houve vários atendimentos e reuniões técnicas resultando em: 110 processos em andamento (aposentadoria, loas e outros), 24 aposentadorias efetivadas e 12 de outros benefícios.

Em Atividades Rurais Não Agrícolas continuamos o projeto de qualificação e organização dos setores de agroindústria, processamento de alimentos e artesanato associado com o turismo rural na agricultura familiar. Foram realizados 2 encontros com os empreendedores de agroindústria e processamento artesanal com o objetivo de fortalecer a organização deste importante setor para o desenvolvimento local e regional das áreas rurais do DF. Participaram das discussões os órgãos de fiscalização da Secretaria de Agricultura o DIPOVA e da Secretaria de Saúde a DIVISA com o intuito de nivelar informações e dar esclarecimentos para que o setor de processamento de alimentos cumpra as exigências sanitárias e de registro de seus diversos produtos.

Além disso, foi realizada uma capacitação para 25 técnicos de formação multidisciplinar em Boas Práticas de Fabricação com o objetivo dos participantes realizarem o acompanhamento nas Unidades de Processamento e que, em 2011, elaborem o Manual de BPF em no mínimo um empreendimento de sua área de atuação, promovendo a produção de alimentos com qualidade sanitária.

Dentro deste contexto, o CENTRER realizou a Capacitação em Qualificação e Gestão de Empreendedores de Agroindústria com 40 participantes.

Ao todo foram realizadas no Centro de Treinamento da EMATER-DF 55 atividades de capacitação, com a participação de 781 treinandos, totalizando 802 horas aula. A equipe recebeu uma nutricionista e duas técnicas em agroindústria para a realização das atividades de processamento de alimentos e um técnico em agropecuária para o apoio aos cursos de boas práticas agropecuárias. Os cursos modulados foram ministrados por vários técnicos da empresa e alguns de instituições parceiras, possibilitando abordagens multidisciplinares.

Na Área de Artesanato – Foram realizadas 5 capacitações com o aproveitamento de fibras de bananeiras e sementes com um total de 95 participantes, teve como objetivo desenvolver diretrizes geradas no diagnóstico de 2009 que é de uso de recursos naturais; resgate e valorização dos saberes e cultura regional.

Realização de ações em vários eventos como: VII Feira Nacional da Agricultura Familiar, Festa do Morango, Agrobrasil, Feira Saberes, Cores e Sabores e FestFlor para promover a divulgação e comercialização dos produtos processados juntamente com o artesanato.

Com o objetivo de inserir os produtos da agricultura familiar no turismo rural foram realizados 2 caminhadas em dois circuitos de turismo, uma em Brazlândia e a outra em Sobradinho com a participação de 160 pessoas. Além disso, foi realizada uma rodada de negócios entre produtores da agricultura familiar de produtos de agroindústria e artesanato, com os empreendedores de turismo rural para participação do Festival do Turismo Rural do DF.

Para promover o desenvolvimento deste setor o CENTRER realizou a Capacitação, Qualificação e Gestão de Empreendedores de Turismo Rural com 20 participantes.

Na Organização e Gestão Social uma das ações destacadas foi a elaboração do Diagnóstico das Organizações Sociais da Área Rural do DF. Através desta ação foram abordados os principais estrangulamentos para a consolidação das organizações sociais presentes na área do Distrito Federal. Participaram do diagnóstico, 99 organizações sociais rurais, aí incluídas cooperativas, Conselhos de Desenvolvimento Rural, associações de produtores e grupos de interesse.

Concomitantemente a empresa priorizou o processo de sensibilização e capacitação para o cooperativismo por ser este um dos principais instrumentos de organização rural

Em sintonia com as políticas públicas do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal, voltadas para a juventude rural, também foram implementadas ações junto aos jovens rurais do Distrito Federal, para de forma conjunta com eles e instituições parceiras estabelecermos diretrizes que levem a soluções das reivindicações desta parcela da sociedade. Desta forma, ocorreu a participação de representação dos jovens rurais na oficina de juventude rural, realizada no CENTRER.

Outra linha de atuação foi o apoio aos Conselhos de Desenvolvimento Rural do DF – CDRS's. São oito os CDRS's do DF (Sobradinho, São Sebastião, Ceilândia, Brazlândia, Gama, Planaltina, Lago Norte e Paranoá) regulamentados e reconhecidos via Decreto Executivo Local contam com reuniões mensais, na maioria das vezes junto ao público rural. As discussões nestes fóruns levaram a diversos avanços como a participação direta na reformulação do PDOT; sugestões de emendas a Lei Complementar de Regularização Fundiária e abaixo assinado com mais de 40 mil assinaturas em prol da Regularização

Fundiária. Estes trabalhos com os Conselhos de Desenvolvimento Rural dão suporte necessário para a participação da EMATER-DF no Território da Cidadania das Águas Emendadas.

A EMATER-DF implementou um projeto que visa o empoderamento dos seguimentos de beneficiários da ATER (Jovem rural, Mulher rural, Idoso rural, Trabalhador rural, Empreendedor familiar e empresarial), por meio da elaboração de um Plano de Ação Inter institucional-PAI, que é resultado da implementação em 18 comunidades rurais do IDCR. Esta é uma ferramenta de trabalho dos extensionistas rurais, que elaboram o levantamento de dados da comunidade em 6 dimensões e propõe um encadeamento de ações, com vista à construção coletiva do PAI e ao empoderamento dos beneficiários de ATER. O método pode ser utilizado como índice de desenvolvimento tendo em vista que com os gráficos produzidos e análise dos cerca de 400 parâmetros individuais, do índice é possível analisar a situação de desenvolvimento/vulnerabilidade de uma comunidade.

Com essas ações em andamento, espera-se que haja uma convergência de atividades para promover uma forma diferenciada de trabalho dessas organizações, onde a EMATER-DF continuará a atuar como facilitadora e animadora do processo de desenvolvimento local, assegurando que sejam as famílias rurais, por meio de suas organizações sociais, os reais protagonistas dos processos de transformação de seus territórios, de forma a construir uma efetiva melhoria da qualidade de vida de todos dentro das comunidades rurais.

Entre as realizações alcançadas não se pode deixar de citar, ao final, as ações de Desenvolvimento Institucional que aconteceram durante o período, pois elas propiciaram, ou vão propiciar os alcances obtidos em todas as realizações finalísticas.

A primeira realização institucional foi, sem dúvida, a contratação através de concurso público e formação de quadro de reserva que vai permitir a contratação de profissionais em 2011 recompondo o quadro de funcionários que ainda está com deficiências.

A renovação do quadro de pessoal da informática permitiu em pouco tempo um grande avanço na automatização dos processos de trabalho da instituição e em 2011 alcançaremos níveis melhores de eficiência e qualidade nos trabalhos desenvolvidos.

Todos os processos de trabalhos da empresa encontram-se sistematizados no tocante a: almoxarifado, comunicação interna, concurso, declaração e certificado, diárias e transportes, estágios, contratos, fundo fixo, identificação visual, medidas disciplinares, movimentação de caixa, patrimônio, pedido de compras, plano de empregos e salários, progressão funcional, regimento interno, sindicância, tomada de contas, além da agilidade na utilização da rede e equipamentos de informática.

No sentido de melhorar e adequar a estrutura de trabalho da empresa e o processo de trabalho interno o Regimento Interno foi adequado e publicado no DODF em 09/08/2010. A norma de Treinamento de Pessoal encontra-se em processo de aprimoramento e aprovação junto ao Conselho de Administração da empresa. A empresa aderiu ao Plano de Governo para a capacitação dos servidores do Governo do Distrito Federal, conforme Portaria nº. 238, de 09/12/2008, proposto pela SEPLAG/Escola de Governo, com participação de empregados em eventos abertos e fechados, presenciais e à distância. Em 17/11/2010 foi aprovada norma de Jovem Aprendiz, pelo Conselho de Administração da empresa, conforme estabelece os art. 428 a 433 da CLT e Decreto Federal nº 5.598 de dez/2005, objetivando contratar menores aprendizes a partir de janeiro de 2011.

Para adequação dos quadros foi implantado o Programa de Desligamento Voluntário/PDV Criado pelo Decreto nº. 31.954 de 22/07/2010, e publicado no DODF nº. 141 de 23/07/2010 que oferece oportunidade de desligamento voluntário aos empregados da EMATER-DF por acordo e com incentivos sociais e financeiros para a empresa e empregados. Neste mesmo sentido foi realizado o Programa de Preparação para Aposentadoria, destinado aos empregados com pré-requisito para aderir ao PDV.

O relatório com o diagnóstico do Clima Organizacional da EMATER-DF foi implantado e concluído e iniciaram-se os seguintes projetos com vistas a melhorar o clima organizacional: o Programa de Qualidade de Vida na EMATER-DF, com a missão de proporcionar momentos de bem estar aos empregados, visando à promoção da saúde em todas as suas dimensões; o Dia de Prosa, com o objetivo de melhorar a comunicação e integrar os empregados; a reestruturação da Avaliação de Desempenho e a capacitação dos gerentes com foco nas ações e comprometimento de todos os servidores nas ações prioritizadas iniciando a formatação de um planejamento estratégico da empresa.

13. Dificuldades Encontradas

A medida governamental de estabelecer o contingenciamento e centralização na execução do orçamento tem prejudicado o andamento normal da execução do planejamento gerando incertezas para assumir compromissos.

A geração de receitas próprias ainda é pequena tendo em vista o caráter educativo e social do trabalho desenvolvido. Essa situação dificulta a execução das despesas vinculadas à receita própria, como passagens, diárias e publicações.

Além das demandas geradas pelo governo e pela sociedade para execução de políticas compensatórias e de desenvolvimento socioeconômico no espaço rural, que aumentam diariamente, as novas parcerias que estão surgindo impõem um déficit crescente de funcionários para executar o trabalho. A diversidade de serviços demandados aumentou de forma progressiva e a EMATER-DF acaba sendo o órgão centralizador das políticas de governo para a área rural. A situação do quadro de pessoal estava muito crítica e foi parcialmente aliviada com 63 novas contratações realizadas através de concurso, mas ainda existem setores com deficiência de recursos humanos. A execução do Plano de Demissão Voluntária, 20 pessoas com alto grau de conhecimento das atividades da empresa se retiraram, surgindo a necessidade de uma solução de continuidade em alguns campos de atuação. Levará algum tempo para que os substitutos e os novos contratados sejam capacitados e possam assumir estas funções de forma ágil.

A proposta de capacitação está incluída no projeto de Clima Organizacional, o qual deve direcionar as formações para suprir algumas das necessidades relativas a gerenciamento, assim como uma formação voltada para as novas contratações, dentro das necessidades da empresa.

Em decorrência da falta de recursos iniciais e posteriormente das dificuldades técnicas e burocráticas, a Empresa também vem encontrando problemas para implantar um sistema de comunicação e captação de dados mais ágil, via web. Ainda serão necessárias ações adicionais para dotar todas as Unidades Descentralizadas da Empresa de acesso à internet com banda larga e a integração de todas as unidades descentralizadas, de forma a permitir um sistema de gerenciamento mais eficiente.

14. Impactos Decorrentes da Atuação da EMATER-DF

A atuação da EMATER-DF ocorre de forma diversificada, atingindo todas as dimensões do público rural, assim como parte do público urbano que mantém atividades e/ou interesses na área rural. A intervenção dos técnicos da Empresa nos processos produtivos primário, secundário e terciário promove reflexos positivos na geração de emprego e na dinamização da economia local, aumentando o poder de barganha dos produtores rurais e suas organizações nas cadeias de abastecimento do agronegócio e na realização da sua produção no mercado.

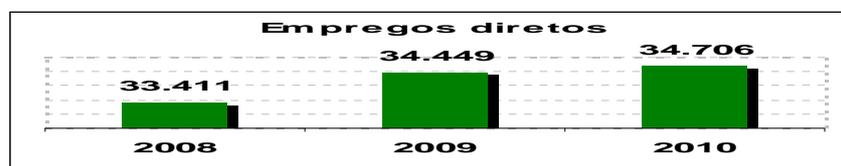
A instituição busca o desenvolvimento do capital humano, melhorando a capacidade de tomada de decisão com o fornecimento de informações nos mais diferentes campos, o que permite aumento da lucratividade e consolidação do processo de gestão social.

O suporte dado às organizações de produtores torna possível a redução de custos nas diversas cadeias produtivas, assim como permite aos agricultores familiares se fazerem presentes nas definições da política agrícola dotando-os de maior competência, força e habilidades, de forma a lhes dar um maior empoderamento.

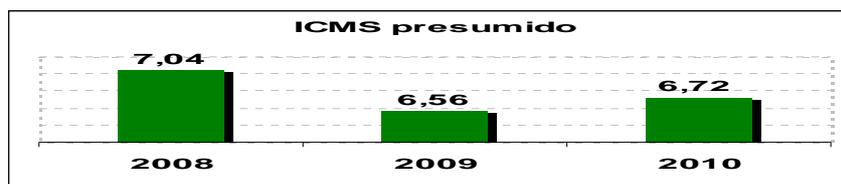
A garantia da continuidade do agronegócio e da manutenção da produção de alimentos básicos na área rural garante também a manutenção de postos de trabalho, assim como a geração de novos empregos, com a inserção da população no mercado de trabalho de forma direta ou indireta, além de aumentar a produtividade do Distrito Federal.

A Empresa não se restringe ao rural, atuando na melhoria da produção, e os resultados alcançados garantem a segurança alimentar para a população do DF com alimentos de qualidade e preços mais acessíveis. O DF é citado nas estatísticas como uma das capitais de menor preço da alimentação.

14.1. Impactos Sociais - Empregos Gerados



14.2. Impactos Econômicos - ICMS Presumido para a Produção Agropecuária (em milhões de Reais)



Observação: Ressalta-se que não incide ICMS sobre frutas e hortaliças, portanto os valores acima computados referem-se apenas às atividades primárias de grãos, pecuária e floricultura.

14.3. Impactos Econômicos - Valor da Produção Agropecuária (em milhões de Reais):



7.3. SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A – SAB

De acordo com o seu Estatuto Social, a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A – SAB tem por finalidade participar da execução de políticas de abastecimento, apoiar o desenvolvimento agropecuário e agro-industrial, do Distrito Federal e sua região geo-econômica, prestar serviços e fornecer gêneros alimentícios e outros produtos de sua linha de comercialização a pessoas jurídicas de direito público interno, e por objeto:

I - A comercialização de gêneros alimentícios e de outros produtos e materiais determinados por demanda de mercado e/ou finalidade social;

II - Prestação de serviços, dentro da sua área de atuação, coordenando e/ou executando programas;

III - Industrialização de gêneros e produtos destinados à consecução de seus objetivos;

IV - Agir como instrumento regulador de mercado, no que tange à demanda e à oferta de produtos essenciais ou em carência, assim como servir supletivamente áreas desprovidas de abastecimento ou insuficientemente atendidas pela iniciativa privada;

V - Executar Programas, individualmente ou em parceria, estimulando, apoiando e/ou executando projetos que viabilizem a auto-sustentação dos pequenos produtores, buscando a melhoria da qualidade de vida no meio rural;

VI - Prestar assessoramento técnico ao Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, com referência aos assuntos voltados para o abastecimento.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com Cargo em Comissão	Sem Cargo em Comissão	Com Cargo em Comissão	Sem Cargo em Comissão	
Quadro da SAB	08	-	-	01	09
(+) Cedido para outros Órgãos	-	371	-	-	371
Total Geral	08	371	-	01	380

1. Informações Complementares

1.1. Atividades Comerciais

Devido ao processo de Liquidação da Empresa, suas atividades de vendas a instituições públicas e privadas e, de varejo, através dos Mercados Volantes e Quiosques do Produtor, foram encerradas no final de 2000, bem como as de suporte operacional dada ao programa de fortalecimento das Famílias de Baixa Renda – Pró-Família, operacionalizado pela Secretaria de Estado de Solidariedade.

1.2. Móveis

Conforme orientação governamental nas Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas na SAB em 26 de abril e na Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de outubro, de 2001, foram autorizadas as doações de bens móveis (veículos) pertencentes ao patrimônio da SAB, considerados ociosos, para as Secretarias de Estado de Solidariedade, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal e Instituto de Defesa do Consumidor – PROCON.

1.3. Imóveis

A destinação dos imóveis foi definida pela Lei nº 2891, de 23.01.2002, que prevê a transferência dos mesmos para o patrimônio do Distrito Federal ou da entidade ocupante, mediante doação.

Enquanto não se concretiza a transferência, o prazo da vigência das cessões está sendo prorrogado na forma habitual. Em face à precariedade dos ajustes, poderão ser revogados a qualquer tempo, levando-se em conta a necessidade de manter a integridade dos imóveis:

- Pagamento de despesas administrativas e operacionais durante o Processo de Liquidação.

Em vista do encerramento das atividades comerciais a empresa necessita das receitas advindas da cessão de imóveis, sendo que a cessão da forma atual é a única maneira de manter a integridade dos imóveis, livres de deteriorações, invasões e depredações.

Os imóveis são utilizados no desenvolvimento de atividades imprescindíveis à comunidade.

1.4. Pessoal

O número total de empregados foi reduzido de 461 para 371 e o número de empregados em efetivo exercício na SAB, após levantamento minucioso das suas reais necessidades, passou de 60 para 09 equacionando as demandas de atividades na condução do processo de liquidação da Empresa.

Com a edição da Lei nº 2.891, de 23.01.2002, o Distrito Federal foi autorizado a proceder à Liquidação da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A, sendo que a destinação do Pessoal foi definida no artigo 4º, alterado por Decisão Governamental pela Lei nº 2935, de 08 de Maio de 2002, com as seguintes opções para cada empregado da SAB:

- Serem aproveitados na forma da Lei nº 2681, de 15 de Janeiro de 2001;
- Aderirem ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV - da Sociedade de

Abastecimento de Brasília S/A – SAB.

A Secretaria de Estado de Gestão Administrativa ficou responsável pelos procedimentos operacionais para o cumprimento do disposto acima. Ressalta-se que com a edição de Lei nº 3.761, de 25/01/2006, Artigo 1º, foi criada na SEAPA /DF a Unidade de Manutenção de Pessoal de Empresas em Processo de Extinção, Privatização ou de Reorganização.

No entanto, por decisão Governamental e com a edição da Lei nº 3863, de 30/05/2006, o GDF foi autorizado a proceder às medidas necessárias, visando incorporar a SAB – Em Liquidação à CEASA-DF – Em Liquidação, solucionando definitivamente a questão.

Enquanto não se concretiza a transferência definitiva, no dia 06.06.2008 o Governo publicou o Decreto nº 29.119, de 05/07/2008, que dispõe sobre o remanejamento de servidores:

“Os servidores e Empregados da Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB do Transporte Coletivo de Brasília - TCB e do Serviço de Limpeza Urbana - SLU que se acham atualmente sem função no seu Órgão de origem, serão lotados provisoriamente na Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água – SUDESA”.

Nesse sentido, o Decreto nº 29.833, de 11 de Dezembro de 2008, instituiu o Grupo de Trabalho para apresentar proposta de Plano de Desligamento Voluntário – PDV.

Esclarece-se, ainda, que em cumprimento à Lei Distrital nº 3863, de 30 de maio de 2006, após aprovação pelos Conselhos Fiscal e de Administração, os trabalhos de incorporação estão sendo ultimados com a assinatura, em 13 de setembro de 2010, do Protocolo e Justificação de Incorporação da SAB S/A – Em Liquidação pela CEASA S/A e a Convocação da Assembleia Geral Extraordinária para o dia 25 de outubro de 2010, para deliberação sobre a referida incorporação, suspensa pelo Governo até esta data.

2. Conclusão

Portanto, constata-se que foram realizados os trabalhos necessários, visando à Liquidação da Empresa. Não há demonstração no relatório.

7.4 FUNDO DE AVAL DO DISTRITO FEDERAL – FADF

O Fundo de Aval do Distrito Federal - FADF, criado pela Lei nº 2.652, de 27.12.2000, regulamentado pelo Decreto nº 22.024, de 21.03.2001, administrado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, tem por finalidade de conceder garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos junta às instituições financeiras operantes do Crédito Rural no Distrito Federal a micro, mini e produtores rurais, inclusive em fase de implantação, de forma individual ou organizados em grupos associados ou cooperativos.

Realizações

1. Programa 1100 – Desenvolvimento dos Agronegócios

Execução Orçamentária e Financeira

Ação /Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
9889-Garantia de Aval aos Micros e Pequenos Produtores Rurais do Distrito Federal	86.964,00	212.497,00	0	0	
0001-Garantia de Aval aos Micros e Pequenos Produtores Rurais do Distrito Federal	86.964,00	212.497,00	0	0	001

2. Conselho Administrativo e Gestor do FADF

São atribuições do Conselho Administrativo e Gestor do Fundo de Aval do Distrito Federal, criado pela Lei Complementar nº 292, de 02 de junho de 2000, que dispõe sobre condições para instituição e funcionamento de fundos, regulamentado, em parte, o § 12 do Art.149 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

- I. Deliberar sobre os pleitos de concessão de aval;
- II. Manter o acompanhamento mensal dos dados relativos ao desempenho do Fundo de Aval do Distrito Federal, com a manutenção de arquivos com todas as informações das ações, programas e projetos desenvolvidos;
- III. Indiciar providências quanto a funcionalidade do Fundo de Aval do Distrito Federal, de forma a permitir, em tempo hábil, a manutenção de reservas em níveis suficientes para honrar os avais;
- IV. Administrar o Fundo de Aval do Distrito Federal de modo a ensejar sempre que possível a continuidade de ações e programas que, iniciados em um governo, tenham condições de prosseguimento no subsequente;
- V. Receber e analisar a solicitação de honra de aval concedido, nos termos do art.10, do Decreto acima mencionado, podendo impugná-lo no prazo de quinze dias, informando ao agente financeiro os motivos da impugnação;
- VI. Expedir resoluções e atos normativos complementares;
- VII. Elaborar no prazo de trinta dias, a contar da data de publicação do decreto, o seu regimento interno, que deverá estabelecer as normas de organização e funcionamento do Fundo de Aval do Distrito Federal, devendo ser aprovado por resolução.

3. Beneficiários

Consideram-se beneficiários do FADF, os produtores rurais classificados como micro e mini de acordo com as normas em vigor, enquadrados no Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal–PRÓ–RURAL–DF/RIDE, conforme estabelece a Lei nº 2.499, de 07.12.1999, em empreendimentos com capacidade de geração de oportunidades de trabalho, emprego, renda, desenvolvimento tecnológico e ambiental, ouvido do Conselho de Política de Desenvolvimento do Distrito Federal – CPDR instituído nos termos do art. 20 da Lei acima mencionada, cujos projetos contemplem:

I. A implantação de unidades novas de empreendimentos produtivos de bens e serviços, inclusive em regiões objeto de Reforma Agrária em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;

II. A expansão de empreendimento produtivo, que objective o aumento da produção;

III. A modernização de empreendimento produtivo visando aprimorar a melhoria da qualidade dos produtos, com implantação de novas tecnologias, como meio de competir no mercado cada vez mais exigente;

IV. A reativação de empreendimento produtivo;

V. A implantação de empreendimentos produtivo cujo resultado implique preservação ou recuperação de área ambientalmente degradada.

Os recursos disponíveis em 2009 para o FADF foram de R\$ 66.948,00 (sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e oito reais) e a etapa prevista no SAG eram 30 produtores atendidos, no entanto não houve nenhuma execução no exercício.

Registro do FADF no SAG – 2010

Nº da ação no SAG: 001	Nº Programa do Trabalho: 20.605.1100.9089.0001
Recursos disponíveis 2010: R\$ 212.497,00	Recursos empenhados: R\$ 0,00
Recursos Liquidados: R\$ 0,00	Valor total financiado: R\$ 0,00
Etapas previstas no SAG: 20 Produtores	Etapas realizadas: 0,00 Produtores

4. Ações desenvolvidas no âmbito do FADF

- Elaboração de regimento interno;
- Elaboração de minuta de Convênio junto ao Banco de Brasília – BRB, agente operador do Fundo de Aval do Distrito Federal, em fase de análise por parte da SEAPA/DF;

5. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Haja vista que o Fundo de Aval do Distrito Federal encontra-se em fase de reestruturação de sua legislação não houve utilização por parte dos produtores rurais.

7.5 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL – FDR /DF

O Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – FDR, criado pela Lei 2.653 de 27.12.2000, regulamentado pelo Decreto nº 22.023 de 21.03.2001, administrado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, tem por finalidade financiar as despesas de investimento e custeio na área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE/DF, cujos projetos sejam analisados e aprovados pelo Conselho Administrativo de Desenvolvimento do FDR/CPDR-DF.

1. Programa 1100 – Desenvolvimento dos Agronegócios

Execução Orçamentária e Financeira -

Ação / subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2861-Assistência aos Produtores Rurais	1.989.267	5.875.389	569.623,02	569.623,02	
0001-Apoio aos Micros e Pequenos Produtores Rurais do Distrito Federal	1.989.267	5.875.389	569.623,02	569.623,02	01

2. Conselho de Política de Desenvolvimento Rural - CPDR

O Conselho de Política de Desenvolvimento Rural - CPDR, Instituído pelo art. 20 da Lei nº 2.499 de 07.12.1999 e regulamentado pelo Decreto nº 21.500 de 11.09.2000, tem por finalidade promover a operacionalização do plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – PRÓ-RURAL/RIDE, mediante a concessão de incentivos e benefícios que viabilizem iniciativas para a implantação, expansão, modernização e reativação de empreendimentos produtivos na área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Decidir quanto à seleção dos empreendimentos, a concessão dos incentivos e os benefícios previstos m lei, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Desenvolvimento Rural e Sustentável - PRÓ-RURAL/RIDE-DF.

3. Conselho Administrativo do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal

O Conselho Administrativo do Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar do Distrito Federal nº 292 de 02.06.2000 e regulamentado, em parte, pelo § 12 do art. 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

- Deliberar sobre os pleitos de concessão de financiamentos com recursos do Fundo;
- Manter o acompanhamento mensal dos recursos disponíveis e dados relativos ao desempenho do FDR, com a manutenção de arquivos com todas as informações das ações, dos programas e dos projetos desenvolvidos;
- Indicar providências quanto à operacionalização dos financiamentos;
- Administrar o FDR de modo a ensejar, sempre possível, a continuidade de ações e programas que, iniciados de um governo, tenham condições de prosseguir no subsequente;
- expedir resoluções e atos normativos complementares.

4. Comparativo do FDR – 2007 a 2009

Indicativo	2007	2008	2009	2010
Recursos disponíveis	1.380.000,00	2.749.670,54	3.555.151,24	5.305.765,98
Valor Total Financiada	291.067,93	1.068.605,64	850.985,89	569.623,02
Recursos empenhados	291.067,93	1.068.605,64	922.984,76	569.623,02
Recursos Liquidados	291.067,93	1.068.605,64	922.984,76	569.623,02
Nº da Etapa no SAG	01	01	01	01
Etapas realizadas	15 produtores	32 produtores	21 produtores	11 Produtores

5. Diagnóstico da Unidade

Foram encaminhados ao Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, 59 projetos dos quais 11 foram aprovados e liberados financiamento.

Em 29 de março de 2010, por meio do Ofício nº 245/2010-3ª Prodema, o Ministério Público comunicou o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade contra o Decreto nº 31.306, de 04 de fevereiro de 2010, que exime o setor do agronegócio de cumprir a legislação ambiental para obter financiamentos públicos e, recomendou que se exima de aprovar financiamentos e incentivos públicos com recursos do FDR/DF até o julgamento da ação.

6. Dificuldades Encontradas

Os produtores rurais do Distrito Federal, por não possuírem título definitivo da terra, encontram dificuldades no cumprimento das diretrizes ambientais, condição exigida pelo Inciso III, Parágrafo Único do Art. 2º do Decreto nº 22.023 de 21, de março de 2001.

7.6. FUNDO DISTRITAL DE SANIDADE ANIMAL - FDS

O Fundo Distrital de Sanidade Animal - FDS, criado pela Lei Complementar nº 763, de 30/05/2008, administrado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, tem por finalidade indenizar pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas contempladas em programas de controle sanitário no âmbito do Distrito Federal.

1. Programa 0001 – Programa para Operação Especial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação / subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
9050-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	844.000,00	0,00	0,00	0,00	
6999 – Indenização pelo abate ou sacrifício sanitário de Animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas no Distrito Federal.	844.000,00	0,00	0,00	0,00	01

No Programa de Trabalho da Lei Orçamentária Anual - LOA: 28.846.0001.9050.6999 e o número da Ação do Sistema de Acompanhamento Anual - SAG 01, referente à – Indenização pelo abate ou sacrifício sanitário de Animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas no Distrito Federal, encontra-se contingenciado, conforme o Decreto nº 31.692, de 18 de maio 2010.

2. Conselho de Administração - FDS

O Conselho de Administração do Fundo Distrital de Sanidade Animal, de acordo com sua Lei de origem tem as seguintes atribuições:

- Elaborar seu regimento;
- Selecionar e autorizar o pagamento de indenização a que se refere o art. 2º, inciso I, por proposta da subsecretaria de Defesa Vigilância Sanitária;
- Autorizar a liberação de recursos para os fins previstos no art. 2º, inciso II, mediante solicitação da Secretaria Executiva do FDS;
- Propor medidas ou programas para aperfeiçoamento de atividades de vigilância sanitária e epidemiológica, educação sanitária e comunicações relacionadas ao FDS;
- Exercer o controle de utilização dos recursos do FDS;
- Publicar, trimestralmente, no DODF, os valores depositados nas rubricas do FDS;
- Criar comissão e designar os membros para assessoramento em matéria técnico-sanitária.

3. Beneficiários

São beneficiárias do FDS as propriedades que preencherem um dos requisitos: possuem animais atingidos pela medida definida no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 763, de 30.05.2008; possuem animais passíveis de terem tido contato com outros portadores de enfermidades elencadas no art. 2º, observado o Código Zoossanitário Internacional; possuem animais que estejam sendo criados ou mantidos em locais apropriados e condições adequadas de manejo, nutrição, higiene e profilaxia de doenças e de proteção ao meio ambiente, desde que ofereçam risco sanitário.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

As ações do Fundo Distrital de Sanidade Animal, serão executadas quando de ocorrências de surtos de epidemias na região.

8. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA – SC

À Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (SC), órgão de direção superior, diretamente subordinada ao Governador do Distrito Federal, compete:

- I. Formular e executar a política cultural do Distrito Federal;
- II. Propiciar o acesso à cultura, por meio da manutenção dos bens, espaços e instituições culturais do Distrito Federal;
- III. Incentivar a produção cultural do Distrito Federal, por meio do Fundo da Arte e da Cultura e de incentivos fiscais;
- IV. Incentivar os programas de valorização e profissionalização dos artistas e técnicos da área de cultura do Distrito Federal;
- V. Promover, apoiar e patrocinar a produção de eventos artísticos, culturais e científicos do Distrito Federal;
- VI. Preservar a memória cultural do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	37	171	27	305	540
Requisitados Órgãos do GDF	02	-	04	-	06
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo.	43	-	42	-	85
Conveniados	-	04	06	18	28
Estagiários	-	13	-	02	15
Subtotal (Força de Trabalho)	82	188	79	325	674
(+) Cedidos para outros órgãos	12	07	-	-	19
Total Geral	94	195	79	325	693

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8502-Administração de Pessoal	33.011.623,00	38.820.568,00	38.778.913,00	38.778.913,00	
0086-Administração de Pessoal da Secretaria de estado de Cultura	32.291.718,00	38.246.718,00	38.205.064,00	38.205.064,00	003
8683-Contribuição patronal para o RPPS	719.905,00	573.850,00	573.849,00	573.849,00	004
8517-Manutenção de Serviços Administrativos	10.043.600,00	6.701.256,00	6.492.927,00	6.190.121,00	
0084-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de estado de Cultura	10.043.600,00	6.701.256,00	6.492.927,00	6.190.121,00	005

2. Programa 0189 – Promoção Nacional e Internacional do Produto Turístico de Brasília

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9068-Apoio à Realização de eventos	0,00	0,00	0,00	0,00	-
9624-Apoio à Realização de Eventos nas RAs	-	-	-	-	-
9623-Apoio à Realização de Eventos no DF	0,00	0,00	0,00	0,00	-

3. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	1.519.200,00	1.119.34,007	1.118.109,00	1.118.109,00	
0078-Concessão de Benefícios aos Servidores a de Estado de Cultura	1.519.200,00	1.119.347,00	1.118.109,00	1.118.109,00	006 a 010

4. Programa 1100 – Desenvolvimento dos Agronegócios

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2483-Promoção de Eventos Agropecuários	200.000,00	0,00	0,00	0,00	
9284-Apoio à realização da Feicotur (EP)	200.000,00	0,00	0,00	0,00	104

Etapa 104: crédito orçamentário cancelado.

5. Programa 1300 – Difusão e Promoção Cultural

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2007-Promoção de Atividades Culturais	27.710.607,00	34.971.951,00	33.682.998,00	24.518.110,00	
9217-Apoio ao IV Encontro de Foliões de Planaltina/DF	150.000,00	-	-	-	001
9218-Parada LGBT das Cidades – Brasiliatur	100.000,00	-	-	-	002
8299-Promoção de atividades culturais	3.038.400,00	21.548.073,00	20.351.066,00	14.632.456,00	011
8767-Realização das Festividades Carnavalescas	1.814.600,00	1.482.960,00	1.482.960,00	1.392.985,00	012
8790-Realização do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro	337.600,00	1.337.600,00	1.337.590,00	591.191,00	013
8791-Comemoração dos 50 Anos de Brasília	422.000,00	248.785,00	248.781,00	244.036,00	014
9219-Apoio à Associação dos Amigos Pró-Orquestra Sinfônica do TNCS para a Realização da Temporada 2010.	3.500.000,00	-	-	-	015
9220-Apoio ao Projeto Meu Canto Conta	50.000,00	-	-	-	016
9221-Apoio ao evento Tributo aos Pioneiros	200.000,00	-	-	-	017
9222-Apoio ao evento Fest Noiva	100.000,00	-	-	-	018
9223-Apoio ao evento República Blues	10.000,00	-	-	-	019
9224-Apoio ao Festival de Filmes Curtíssimos	50.000,00	7.880,00	7.880,00	7.880,00	020
9225-Apoio ao Projeto Palco Livre	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	021
9226-Apoio ao Projeto Festiva de Música Brasília Som Brasil	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	022
9227- Apoio ao Projeto I Prêmio Candango da Música – Dia do Músico	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	023
9228-Apoio ao projeto musical "Resgate de Vidas em Inclusão Social".	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	024
9229-Apoio ao Desfile de Carnaval de Aruremas	10.000,00	-	-	-	025
9230-Apoio ao projeto "Encontros Musicais".	250.000,00	-	-	-	026
9231-Apoio à realização da "Cavalcada Portal Minas, Diamantina Brasília".	200.000,00	-	-	-	027
9232-Apoio ao 1º Circuito das Cidades P. Sul/RA IX.	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	028
9233-Apoio aos eventos GLBT do Distrito Federal.	50.000,00	-	-	-	029
9234-Apoio ao "Circuito de Concurso de Quadrilhas Juninas do DF e do entorno.	50.000,00	-	-	-	030
9235-Apoio financeiro a eventos da Agremiação Carnavalesca Escola de Samba Unidos de Planaltina.	20.000,00	-	-	-	031
9236-Apoio à Associação dos Amigos Pró-OSTNCS - Série de Concertos Didáticos em Brasília".	800.000,00	-	-	-	032
9237-Apoio ao projeto "Circuito Popular de Cinema do Entorno e Satélites".	100.000,00	-	-	-	033
9238-Apoio ao evento "O Piauí é Aqui, no coração do Brasil" – Lei nº 4.223/2008.	200.000,00	-	-	-	034
9239-Apoio à realização do "Festival de Repentistas" promovido pela Casa do Cantador da Ceilândia.	40.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	035
9240-Realização do projeto "Festa Junina da Guararoba de Ceilândia".	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	036
9241-Apoio ao projeto "Doutoras Música e Riso – Clown no Hospital".	50.000,00	-	-	-	037
9242-Apoio à realização dos projetos "Prá Ficar de Boas Ruas", "Oficinas de Teatro para Iniciantes", "Auto da Camisinha nas Escolas", "Circo Artetude", "Projeto e Cidadania".	200.000,00	24.852,00	24.852,00	24.852,00	038
9243-Festival Universitário de Brasília.	150.000,00	-	-	-	039
9244-Apoio às atividades culturais estudantis.	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	040
9245-Promoção de atividades culturais na Vila Planalto.	100.000,00	85.000,00	85.000,00	85.000,00	041
9246-Apoio ao projeto Oficinas Culturais nas Satélites: Brazlândia, Ceilândia e Itapoã – Espaço 35.	75.000,00	-	-	-	042
9247-Apoio à realização de concertos da Filarmônica de Brasília nas cidades Satélites do Distrito Federal.	200.000,00	-	-	-	043
9248-Apoio às atividades culturais da Associação dos Músicos Populares do Distrito Federal e Entorno – ASMAP/DF-E	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	044
9249-Projetos Caravana da Paz e Cidadania, Circuito de Formaturas Populares, Festival Estudantil de Música e	250.000,00	-	-	-	045

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
Cidadania, Brasília rumo a 2014 – Futebol Arte Música para Todos; Encontro Regional Cerrado Rodeio Show, Reveillon Popular nas Cidades; Brasília é s.					
9250-Apoio às atividades culturais do projeto Bateria Nota Show.	50.000,00	-	-	-	052
9251-1º Festival de Música de São Sebastião; IV Edição do Festival República Blues e apoio ao Festival Cultural de Verão 2010- Grupo Bagagem Cia de Bonecos.	100.000,00	-	-	-	053
9252-Apoio aos projetos do CEDEP – Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá.	100.000,00	-	-	-	056
9253-Dia de Valorização dos Pioneiros da Cidade do Paranoá – Prefeitura Comunitária do Paranoá.	100.000,00	-	-	-	057
9254-Apoio ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da vila Paranoá; apoio aos projetos da ARUC; apoio ao carnaval de rua de Brasília – 2010 – Liga dos Blocos Tradicionais de Brasília, e apoio à realização dos desfiles das Escolas de Samba – carnaval 2010.	150.000,00	-	-	-	058
9255-Frevo Relax – CEPOP - Centro de Cultura Popular Brasileira.	150.000,00	-	-	-	062
9256-Apoio à realização do Festival Conexões Grió – do Instituto Brasil cidadão.	100.000,00	-	-	-	063
9257- Apoio ao Projeto Bem Te Vi – do Centro Popular de Formação da Juventude – Vida é Juventude	200.000,00	-	-	-	064
9259- Apoio aos projetos culturais e ao carnaval da ARUC.	50.000,00	-	-	-	065
9260-Apoio às atividades da Fundação São Pedro	50.000,00	-	-	-	066
9261-Apoio ao 7º Prêmio engenho de comunicação - O dia em que o Jornalista vira Notícia.	150.000,00	-	-	-	067
9262-Cultura nas Cidades	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	068
9263-Carnaval 2010	2.000.000,00	1.456.500,00	1.456.500,00	1.456.500,00	069
9264-Reveillon 2010/2011	1.200.000,00	-	-	-	070
9265-II Festival de Música Pampa e Cerrado	100.000,00	-	-	-	071
9356-Realização do "Cultura. Art".	600.000,00	199.294,00	199.293,00	199.293,00	072
9683-Apoio à Festa "Bumba Meu Boi em Sobradinho".	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	108
9718-Virada Cultural	0,00	3.000.000,00	2.980.000,00	924.500,00	116
9722-Apoio e realização de atividades culturais	0,00	188.577,00	188.577,00	185.970,00	112
9734-Apoio ao Festival República Blues	0,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	117
9739-Apoio ao evento Arraiá do Artesanato	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	119
9743-Apoio às atividades artísticas e de cultura popular vinculadas ao Centro de Tradições Populares	0,00	99.600,00	99.600,00	99.600,00	120
9751-Apoio à realização do projeto "Auto da Camisinha nas Escolas".	0,00	45.575,00	45.575,00	43.131,00	123
9752-Apoio à realização do projeto "Circo Artetude".	0,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	124
9757-Apoio ao projeto de poesia "Raízes da Voz"	0,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	127
9762-Apoio ao projeto "Brasília Nordestina".	0,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	130
9764-Apoio ao Festival República Blues	0,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	131
9783-Apoio ao prêmio de fotografia "Brasília Novos Talentos".	-	-	-	-	133
9785-Apoio ao evento cultural Arraiapen	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	134
9789-Promoção de atividades culturais	0,00	306.000,00	306.000,00	306.000,00	135
9758-Apoio ao grupo cultural "Pê de Cerrado".	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	136
9794-Apoio ao projeto "Forró do Cantador" desenvolvido pela Casa do Cantador da Ceilândia.	0,00	58.000,00	58.000,00	58.000,00	138
9820-Apoio às atividades artísticas e de cultura popular vinculadas ao Centro de Tradições Populares	0,00	99.275	99.275	93.056	142
2478-Manutenção da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro	337.600,00	959.650,00	885.732,00	830.982,00	
0001-Manutenção da Orquestra Sinfônica do Teatro nacional Cláudio Santoro	337.600,00	959.650,00	885.732,00	830.982,00	073
2479-Manutenção do Projeto Mala do Livro	413.560,00	152.427,00	152.366,00	147.514,00	
8768-Manutenção do Projeto Mala do Livro (EP)	413.560,00	152.427,00	152.366,00	147.514,00	074
2484-Incentivo a Realização de Filmes	100.000	-	-	-	
9266-Realização do filme Mudança Capital (EP)	100.000,00	-	-	-	075
3000-Implantação do Projeto Tendas da Cultura	1.844.000,00	-	-	-	076
0001-Implantação de Tendas da Cultura no DF	1.844.000,00	-	-	-	076
3072-Revitalização de Espaços Culturais	894.000,00	-	-	-	077
0001-Revitalização dos Espaços Culturais degradados	894.000,00	-	-	-	077
3350-Construção de Centro Cultural	50.000,00	-	-	-	
9267-Construção de Centro Cultural em São Sebastião. (EP)	50.000,00	-	-	-	078
4069-Cultura nas Cidades	4.051.200,00	1.051.200,00	1.050.490,00	962.566,00	
0001-Cultura nas Cidades	4.051.200,00	1.051.200,00	1.050.490,00	962.566,00	079
5463-Promoção de eventos Religiosos	935.000,00	-	-	-	
9268- Apoio à realização de eventos religiosos católicos (EP)	600.000,00	-	-	-	080

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9269-Apoio à realização do XVI Congresso Eucarístico Nacional (EP)	200.000,00	-	-	-	081
9270-Apoio ao XVI Congresso Eucarístico Nacional da Igreja Católica do DF (EP)	100.000,00	-	-	-	082
9366- Apoio à festa da paróquia S. José Sta. Maria	35.000,00	-	-	-	110
5928-Implantação de Bibliotecas Comunitárias	368.800,00	-	-	-	
0013-Realização das Oficinas do Saber Fazer	218.800,00	-	-	-	083
0014-Implantação de bibliotecas comunitárias em todas as regiões administrativas do DF	50.000,00	-	-	-	084
9271-Implantação de biblioteca comunitária na quadra 300 no Recanto das Emas	100.000,00	-	-	-	085
6059-Manutenção da Rede de Bibliotecas Públicas	506.400,00	282.528,00	264.622,00	264.009,00	
0002-Manutenção de Brinquedotecas Públicas do Distrito Federal (EP)	168.800,00	7.000,00	-	-	086
8770-Manutenção da rede de bibliotecas públicas do Distrito Federal (EP)	337.600,00	275.528,00	264.622,00	264.009,00	087
6315-Promoção de eventos de quadrilha nas festas populares de junho e julho	5.000,00	-	-	-	
9272-Festa Junina da Vila Planalto (EP)	5.000,00	-	-	-	088
6324-Realização de eventos culturais e religiosos	100.000,00	-	-	-	
9273-Apoiar o calendário anual da prainha da Federação de Umbanda e Candomblé (EP)	100.000,00	-	-	-	089
9046-Apoio à Promoção de Atividades e eventos Religiosos no Distrito Federal	8.440,00	-	-	-	
0001-Apoio à promoção de atividades e eventos religiosos no DF	8.440,00	-	-	-	090
9058-Apoio à Realização de Programas Culturais (EP)	50.000,00	49.800,00	49.800,00	49.800,00	
9274-Apoio ao evento Bumba Meu Boi (EP)	50.000,00	49.800,00	49.800,00	49.800,00	091
9068-Apoio à realização de eventos	466.000,00	-	-	-	
9275-Apoio financeiro à Creche Frederico Ozanam	20.000,00	-	-	-	092
9276-Apoio ao Evento 100 por Cento Sobradinho	26.000,00	-	-	-	093
9277-Apoio à realização de eventos do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Distrito Federal.	100.000,00	-	-	-	094
9278-Apoio à realização de eventos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal.	100.000,00	-	-	-	095
9279-Apoio à realização de eventos da Alínea Produções.	170.000,00	-	-	-	096
9280-Apoio a eventos culturais do IDAV-DF	30.000,00	-	-	-	097
9072-Apoio à Arte e à Cultura	130.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	
9281-Projeto Rádio Escuta (EP)	100.000,00	-	-	-	098
9282-Apoio ao Festival Cultural do P. Sul (EP)	20.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	099
9283-Apoio à 11ª Festa Junina da Guariroba (EP)	10.000,00	-	-	-	100
3350-Construção de Centro Cultural	50.000,00	50.000,00	-	-	
0001-Revitalização do Cine Brasília, do Museu de Arte Brasília – MAB, conclusão do Centro Cultural e Desportivo de Ceilândia, construção do Memorial Renato Russo e outros.	50.000,00	-	-	-	103

No Programa 1300 – Difusão e Promoção Cultural foram realizados os seguintes eventos:

- Carnaval 2010 com 385 artistas e bandas e público de aproximadamente 1.500.000 pessoas em todo o DF;
- Aliança das capitais com 2 artistas e público estimado de 1.000 pessoas;
- Cinquentenário de Brasília com 46 artistas/bandas e público estimado de 1.000.000 de pessoas;
- Projetos: Cinema a Céu Aberto, Comunicarte, Garatuja, Ação Periferia e Projeto X Congresso Brasa;
- Rede Pontos de Cultura: Programa mais cultura: “A Arte na Escola e a Cultura Popular” e outros;
- Festa do Milho com 4 artistas/bandas e público estimado de 20.000 pessoas;
- Ação cultural no museu da República com 5 artistas e público aproximado de 1.000 pessoas;
- Cultura nas cidades no Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Santa Maria, Sobradinho com 85 artistas/bandas e público aproximado de 14.600 pessoas;
- Comemoração do dia 7 de setembro com 4 bandas e público estimado de 50.000 pessoas;
- 47ª festa da morte do Boi de seu Teodoro com 5 artistas/bandas e público estimado de 7.000 pessoas;

- Porão do Rock com 5 bandas e 80.000 pessoas aproximadamente;
- Festa da Proclamação da República com 11 bandas e público estimado de 50.000 pessoas;
- Aniversário das Regiões Administrativas do Paranoá, Cruzeiro, Candangolândia, Núcleo Bandeirante e outras com 30 bandas e 41.000 pessoas aproximadamente;
- Cultura nas Feiras do Gama, Sobradinho e Núcleo Bandeirante, com 11 bandas e público estimado de 18.000 pessoas;
- Gula D' África – Cara e cultura Negra com 18 bandas e público estimado de 15.000 pessoas;
- 2ª Expocei com 5 bandas e 6.000 pessoas aproximadamente;
- ARUC: 49 anos com 7 bandas e público de 3.000 pessoas;
- Forró Bodó com 4 artistas/bandas e público estimado de 6.000 pessoas;
- Concurso Prêmio José Aparecido;
- Festas Natalinas e Final de ano com 2 corais, 52 artistas/bandas e público aproximado de 100.000 pessoas;
- 43º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro: mostras competitivas 35 mm: longas, 12 curtas e 22 digitais; mostra Brasília: 1 longa, 13 curtas e 50 digitais; 21 mostras Petrobrás: Revelando os Brasis e outros 5 filmes, público estimado de 4.918 pessoas;
- Apoio ao evento 3ª Edição do Festival Internacional de Filmes Curtíssimos com público estimado de 3.507 pessoas;
- Apoio ao Projeto Palco Livre na Granja do Torto com 4 artistas e público de 1.000 pessoas aproximadamente;
- Festival de música Brasília Som Brasil com 9 bandas e público estimado de 15.000 pessoas;
- Apoio ao I Prêmio Candango da música em Brazlândia, Projeto Músico Cultural “regate de Vidas e Inclusão Social” em São Sebastião e Ação Cultural no P. Sul – 1ª Circuito das cidades P.Sul com 3 bandas e público aproximado de 800 pessoas.

Estatísticas das apresentações da Associação dos Amigos Pró-OSTNCS

Ano	2007	2008	2009	2010
Nº de Apresentações	59	146	33	-
Público	69.364	106.505	38.472	-

Não houve apresentação da Associação dos Amigos OSTNCS em 2010 devido ao contingenciamento do orçamento.

Outros eventos realizados:

- Apoio ao Festival de repentistas da casa do cantador com 4 bandas e público estimado de 1.000 pessoas;
- Apoio à Festa Junina da Guariroba – Ceilândia com 9 bandas e 2.000 pessoas aproximadamente;
- Festival Cultural Estudantil apoiado com 3 bandas e público aproximado de 800 pessoas;
- Promoção do evento cultural nas cidades especial na Vila Planalto, Ceilândia e Sobradinho com 11 bandas e público estimado de 2.650 pessoas;
- 1ª virada cultural com 33 bandas e 1.300.000 pessoas aproximadamente;
- Arraiá Cultural no Riacho Fundo II e Arraiá do Artesanato com 16 bandas e público estimado de 10.000 pessoas;
- Festival da República Blues com 2 bandas e público estimado de 1.000 pessoas;
- Apoiadas III mostra Zezito de Circo com 2 bandas e público aproximado de 500 pessoas, Auto da Camisinha nas Escolas em São Sebastião e na Ceilândia e Circo Artetude nas Escolas em Santa Maria, Gama, Núcleo Bandeirante e Ceilândia com um público estimado de 6.000 estudantes;
- Projeto apoiado: “A Arte de Ser” com 18 apresentações do espetáculo “Cara Dentro de Mim” e apresentação de 2 artistas nas escolas públicas de Samambaia com público estimado de 800 pessoas;
- Apoio ao evento Arraia Open em Taguatinga com 4 bandas e público estimado de 3.000 pessoas e Forró do Cantador, na Casa do Cantador na Ceilândia com público estimado de 500 pessoas;
- Cultura Popular nas escolas, com apresentação do grupo “Pé de Cerrado” com público de 1.000 pessoas;

– Contratação para a Orquestra Sinfônica do TNCS de: 5 violinistas; 3 pianistas, 15 solistas/percussionistas, 1 spalla, 7 regentes e 1 contra baixistas

Teatro Nacional Cláudio Santoro

TnCS	Nº eventos	Nº de espetáculos	Público
2008	306	441	272.939
2009	188	444	251.531
2010	174	393	255.279

Os eventos/espetáculos que aconteceram no TNCS foram distribuídos entre as salas Martins Pena, Villa Lobos, Foyers e Alberto Nepomuceno, compreendidas apresentações de: teatro, música, dança, seminários, reuniões, conferências, premiações, exposições e Workshops.

O projeto “Mala do Livro” foi mantido com a aquisição de 4.580 livros, além da confecção de guarda-pós para o evento Feira do Livro;

Ação Cultural: na Cidade Estrutural, no Recanto das Emas e na Candangolândia, com contratação de um total de 18 artistas/bandas, e público aproximado de 5.000 pessoas;

Evento apoiado: “Bumba Meu Boi” no projeto Cultura nas Cidades Especial nas Escolas, com a contratação de 2 grupos folclóricos e público estimado em 800 pessoas.

6. Programa 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2426-Manutenção do Programa Reintegra Cidadão	126.600,00	79.600,00	70.044,00	70.044,00	
0016-Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da Secretaria de Estado de Cultura	126.600,00	79.600,00	70.044,00	70.044,00	102

Programa Reintegra Cidadão, realizado com a contratação de 10 detentos.

7. Programa 2300 – Preservação da Memória Documental do Distrito Federal

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9064-Manutenção do Memorial Juscelino Kubistchek	1.644.000,00	1.495.332,00	1.481.231,00	1.480.562,00	
8773-Manutenção do Memorial Juscelino Kubistchek (EP)	1.644.000,00	1.495.332,00	1.481.231,00	1.480.562,00	101

8. Informações Complementares

Realizado o I Simpósio Internacional sobre Arquitetura nos Museus, com um público estimado de 8.000 pessoas; aniversário de 50 anos do Hospital de Base de Brasília; evento “Dia Nacional das Pessoas com Deficiência”, na Esplanada dos Ministérios e Centenário de Chico Xavier.

Conferências, Palestras, Entrevistas: palestras referentes ao 7º Encontro da Aliança das Capitais; Cultura Digital, I Seminário Brasil – Espanha sobre alfabetização em informação; II Conferência Nacional de Cultura.

Capacitação em Museologia: Curso Museu, Memória e Cidadania;

Exposições: Casa Histórica de Planaltina, no Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Cômico e Ilustração Injuve 2008, no ECRR; Congelada no Tempo – A Imagem da Dança e Futuro do Pretérito, ambos no Museu da República; O Carregador Indígena Andino, no Memorial dos Povos Indígenas; Sonhos de Jungla, na galeria de arte do Templo da Boa Vontade; Vento Vestia e Viajantes do Tempo, ambos na galeria da Casa de Cultura da América Latina; exposições permanentes: Memorial dos Povos Indígenas, no próprio Memorial, O Cerrado de Pau de Pedro; Os Muitos Mestres que Enriquecem nossas Vidas; Poeira,

Lona e Concreto: todos no Museu Vivo da Memória Candanga; exposição Lúcio Costa: Reco do Bandolim e Choro Livre e outros.

Participações: Recital da floresta, no Jardim Botânico; seletiva o Porão do Rock: na Torre de TV, em Planaltina e em Taguatinga. 8º OverMeeting; XIX Elea Brasília 2010 – encontro Latinoamericano de Estudantes de Arquitetura; X Congresso Internacional da Brazilian Studies Association – BRASA. 28ª Noite Cultural T-Bone e outros.

Os museus: “Memorial dos Povos Indígenas”, Museu Vivo da Memória Candanga”, “Catetinho”, Museu de Arte de Brasília”, bem como o Centro de Dança do DF, tiveram seu andamento normal no curso do exercício, com cursos, workshops, exposições, inclusive permanentes, e outros. O Centro de Danças do DF promoveu o curso Licenciatura em Dança durante o mês agosto.

Complexo Cultural da República João Herculino Guimarães Museu Nacional Honestino Guimarães

Durante o exercício 2010 houve, ao lado do museu, a campanha “35 dias de Haitivismo – A Juventude pelo Haiti”, em prol da tragédia no Haiti; o evento “Hora do Planeta”; exposição fotográfica dos 50 anos de Brasília: “Olhar do Turista”; I Seminário Internacional sobre Arquitetura e Museus: 50 anos de Brasília; exposição: “O Passageiro da Esperança”; 7º Encontro da Aliança das Capitais, no auditório do Museu Nacional do Conjunto Cultural da República, com a participação de países, entre os quais: Brasil, Austrália, Dinamarca, EUA, França, China, México, Canadá, Emirados Árabes Unidos e Nigéria, contratação de 02 bandas musicais e público aproximado de 1.000 pessoas; Music of Joy; exposição: “Futuro do Pretérito”; Ação Cultural no museu; exposição: “Tão Longe Tão Perto” com público visitante de 51.928 pessoas. O objetivo das atividades foi alcançado com êxito.

Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola

No exercício 2010 aconteceu o I Seminário Brasil-Espanha, sobre alfabetização em informação; o evento Poemação 7 – Sarau Vídeo Literomusical; palestra sobre cultura digital.

Foram realizados, neste espaço, durante o exercício, eventos, mostras, palestras e exposições, com público aproximado de 12.000 visitantes.

Espaço Cultural Renato Russo - ECRR

O Espaço Cultural da 508 Sul promoveu, em 2010, oficinas gratuitas; exposições de fotografias; apresentação de teatro: “As Bondosas”; lançamento do livro “Estação Poética”; evento Cômico e Ilustração In juve 2008. As atividades tiveram início em fevereiro e no decorrer do exercício aconteceram também 26 oficinas ministradas para 568 alunos; 5 exposições com visita durante 109 dias, com público aproximado de 1.133 pessoas; 3ª edição do projeto “Marco Zero”, com público aproximado de 43 pessoas; Workshop “Chaves para o Contato Improvisação”, com a participação de 23 alunos, além de 3 espetáculos teatrais, com um público aproximado de 140 pessoas. Contou ainda com o espetáculo “Chuva de Peixe – Projeto Teatrando montagem”, e apresentação de 2 bandas de rock no Porão do Rock, com apresentação única e público estimado de 97 pessoas. Esses eventos tiveram, no total, um público estimado em 2.697 pessoas e ocorreram desde fevereiro até o fechamento deste relatório em 31/12/2010.

Cine Brasília

Mostras Cinematográficas

O Cine Brasília novamente foi palco do *Festival Internacional de Filmes Curtíssimos* de 2010 que, em sua 12ª edição no mundo e 3ª edição em Brasília apresentou de 07 a 09 de maio, 420 mostras de

filmes nos mais diferentes formatos e gêneros. Durante a exibição, o público conferiu obras de ficção, animação, documentário e experimental. Além desses gêneros, houve a reexibição da mostra paralela “Palavras de Mulheres”, com enfoque na temática “Direitos da Mulher e Igualdade”. Na Escola Parque da 308 Sul houve a mostra de trabalhos realizados pelos alunos e filmes nacionais e internacionais premiados em 2009.

Foram exibidos 36 filmes de curta-metragem de vários países, em 9 sessões, além de premiação nacional e local, e o total de público nesse evento foi de 3.507 pessoas.

Aconteceu, ainda, no exercício, as Mostras do Cinema Europeu, no Cine Brasília, de 10 a 20 de maio, com entrada franca, exibição de filmes em 28 sessões, e público estimado em 9.810 pessoas:

Mostras de filmes europeus: Curta-metragem sueco – surpresa, Em La Ciudad de Sylvia – Espanha, Dogville – Dinamarca, Dans La Ville Blanche – Suíça, Die Sinfonie der Großstadt – Alemanha, Sommaren med Monika – Suécia, Štěstí – República Tcheca, Dvě Města – República Tcheca, Flammen & Citroen – Dinamarca, Nordrand – Áustria, O Costa do Castelo – Portugal, De Zaak Alzheimer – Bélgica Gente di Roma – Itália, Bienvenido Mr. Marchall – Espanha, Sztuczki – Polônia, Kohtaamisia – Finlândia Play Time – França, 24h Party People, Bienvenue chez lês ch’tis – França, Dot.com – Portugal, Berlin is in Germany – Alemanha, Brussels by Night – Bélgica, Let the Right one in – Suécia, Roma – Itália, Dejiny Varenia – Eslováquia, Home – Bélgica, Shouf Shouf Habibi – Países Baixos, Kisses – Irlanda.

Programação Comercial

A programação no Cine Brasília teve 04 filmes, exibidos em 81 sessões com público estimado de 727 pessoas; houve a exibição de filmes em DVD e lançamento do livro “Beirute, final de século”, em sessão especial, com público de 782 pessoas e entrada franca. O Cine Brasília promoveu, durante todo o exercício, 8 eventos, com 131 apresentações e público aproximado de 19.744 pessoas.

O 43º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro - FBCB, registrado em 2009 como patrimônio cultural do DF contou com a presença de 4.918 pessoas e as apresentações das seguintes mostras:

Mostras Competitivas 35mm (longas): Amor?, A Alegria, O Céu sobre os Ombros, Os Residentes, Transeunte, Vigias.

Mostras Competitivas 35mm (curtas): A Mula Teimosa e o Controle Remoto, Acercadacana, Angeli 24, Braxília, Café Aurora, Contagem, Custo Zero, Fábula das Três Avós, Falta de Ar, Matinta, O Céu no Andar de baixo, Cachoeira.

Mostras Competitivas Digitais: O Coato na Caixa, Com a Mosca Azul, Dalva, De bem com a Vida, Entrevãos, Esta Pintura dispensa Flores, Herói, Lendo no Escuro, My Way, Naquela Noite ele Sonhou com um Azul, Últimos Dias, Negócios à Parte, O Eixo, O Filho do Vizinho, O silêncio do Mundo, Onde Você Vai?, Queda, Tempo da Criança, Traz outro Amigo, Também, Só mais um Filme de Amor.

Mostra Brasília (longa): O Mar de Mário

Mostras Brasília (curtas): A Janela, A menina Metalinguística, A Obscena Senhora D, Eu não Sei, I Juca Pirama, Memória de Elefante, O golpe de Mestre, Penca de Gente, Procura-se, Ratão, Profana Via-Sacra, Zé (s), De Asfalto e Terra Vermelha.

Mostra Brasília Digital: 213?, A Brasília Tale, A Menor Distância Entre Dois Pontos, A Dois Palmas, A Garagem Hermética de Constantinopla, A Última Gota, Aconteceu no 42º Festival, Banheiros e Paixões, Bastar, Benedito, Biografia do Apelido, Brasília do Brasil, Chorando na Chuva, Confinado, Desbravadores de Caminho – Uma Curta História do Povoado de São Jorge, Dissolução – Hipervazio e Solidões, Dois de Junho Eu Acordei Careca!, Duale, Embarazadas, Escolhas, Espelhos Partidos, Estações

da Cidade, Expresso, Feira do Rolo, Filhos (as) do Cerrado, Grande Amigo Santo Antônio, Ignácio, Kcrisis, Licença Poética, Madame Quin Quin Entre Budas, Punks, Orixás – e Robôs, Mamulengo's, Maria Antonieli Faz Aniversário, Memórias de um Recuerdo, Menarca, Mil Vezes, Música Roqueira Popular Brasileira, NaCasa ao Lado, Nonato Azul, O Egresso, O Encontro, o Forró Daqui é Melhor do que o Seu, O Grito dos Filhos da Terra, O Homem-Pipoca, O Ícone e o Reflexo, O Monstro do Lago, O que as Cartas não Veem, Percussucata, Procedimento Hassali ao alcance do seu Bolso, Profissão Gari – Invisibilidade Visível, Próxima Distância, Quando Tudo Pode Mudar, Quitinete com Quintal, Reverso, Roda Mundo, Salto Fino, Samba de uma Nova Gente – Primeiro Piloto, Sandra, Sessão de Curta, Solo do Silêncio, Sidney Possuelo – Uma Vida Amazônica, W.C., Tempus Fugit, Tudo Aquilo que quis Ver com seus Olhos, Uma Noite de Natal.

Outros Filmes: Relatório Confidencial, Eu e Meu Guarda Chuva, Rico Ri à Toa, O Leão de Sete Cabeças, Os Deuses e os Mortos.

Mostra Petrobrás Revelando os Brasis: Sonho de um Nordestino, Caldeirões do Padre, Caminho de Feira, A Força de um Grito, Chuí Chuy, a Babel na América Latina, Ibiri: Tua Boca Fala por Nós, Os Faxinais: Uma História de Luta e Amor à Terra, Três Coveiros, Minha Arte é vida Após a Morte, Dona Joana: Seus Ternos e Danças, Alma D'Outro Mundo, Talhado, Mata...Céu...e Negros, Tropeiros, Arte na ruína, Daqui Nós Não Arreda o Pé, São Luiz do Rabo Chifre, Jardim de Plástico, Engenho Novo

Dados Estatísticos do Centro Cultural 3 Poderes:

Panteão da Pátria

O Panteão da Pátria encontra-se fechado desde o dia 10/04/2008 para reforma, não tendo, portanto, visitação do público às suas dependências desde essa data.

2008	2009	2010
73.796	0	0

Espaço Lúcio Costa

No espaço há exposição permanente e visitação diária de todos os pontos do DF, bem como de outros Estados e até do Exterior. Em 2010 o público foi bem diversificado em relação a faixas etárias.

2008	2009	2010
177.051	159.680	160.565

Museu da Cidade

No decorrer do exercício 2010 o Museu da cidade recebeu a visitação de públicos de todo o Distrito Federal, do Entorno, dos Estados e do Exterior, de várias faixas etárias.

2008	2009	2010
27.491	26.989	34.333

O Centro Cultural 3 Poderes, em seu conjunto, no período de janeiro a 31 de dezembro de 2010, recebeu um total de público visitante de 194.898 pessoas.

2008	2009	2010
278.338	186.669	194.898

9. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Secretaria de Estado de Cultura realizou as atividades no exercício conforme o previsto, porém com algumas dificuldades de realização por grande quantidade de etapas, principalmente relativas a emendas parlamentares incluídas no decorrer do exercício, que tiveram orçamentos contingenciados ou cancelados para atender medidas emergenciais; contudo, as atividades, de um modo geral, tiveram seu andamento normal e foram concluídas com êxito cumprindo suas metas. A unidade prevê, para o exercício 2011, maiores probabilidades de realização de projetos e programas previstos e com mais celeridade, conforme o Plano Plurianual e orçamento previsto.

8.1. ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL – ArPDF

O Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura, tem por finalidade recolher, preservar, divulgar e garantir proteção e acesso à documentação arquivística de valor permanente produzida pelo Governo do Distrito Federal, acumulada pela Administração Direita, Indireta e Fundacional, como também definir diretrizes para a organização de documentos arquivísticos no âmbito dos órgãos do GDF, conforme a Lei 2.545/2000 e os Decretos n.º 24.204 e 24.205, de 10 de novembro de 2003, constituindo-se instrumento de apoio ao planejamento, à cultura, à história e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do Arquivo Público do DF	06	03	08	04	21
Requisitados Órgãos do GDF	02	-	04	-	06
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	09	-	09	-	18
Estagiários	-	03	-	08	11
Subtotal (Força de Trabalho)	17	06	21	12	56
(+) Cedidos para outros órgãos	-	05	-	-	05
Total Geral	17	21	21	12	61

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
8502-Administração de Pessoal	2.148.193	2.099.193	2.086.627	2.086.627	
0056-Administração de Pessoal do Arquivo Público do DF	2.064.503	2.028.503	2.023.717	2.023.717	001
8669-Contribuição Patronal para o RPPS	83.690	70.690	62.910	62.910	002
8517-Manutenção de Serviços Adm. Gerais	232.100	311.907	272.813	176.309	
0053-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais do Arquivo Público do Distrito Federal	232.100	311.907	272.813	176.309	003

Realizado o pagamento dos servidores e a manutenção dos serviços administrativos gerais do Arquivo Público do Distrito Federal.

2. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	139.260	127.930	125.273	125.273	
49-Concessão de Benefícios aos Servidores do Arquivo Público do Distrito Federal	139.260	127.930	125.273	125.273	005, 006 e 007

Realizada a concessão de benefícios aos servidores do Arquivo Público do Distrito Federal.

3. Programa 1400 – Divulgação da História do Distrito Federal

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2463-Divulgação da História do Distrito Federal	88.620	88.620	87.317	87.317	
0001-Divulgação da História do Distrito Federal	88.620	88.620	87.317	87.317	015 e 016

3.1. Divulgação

O ano de 2010 solidificou definitivamente uma nova perspectiva: o Arquivo Público não apenas recolhe, guarda e classifica a documentação de caráter histórico, mas também divulga a riqueza documental em seu acervo. Nessa perspectiva foram reestilizadas, criadas e impressas novas exposições devido à grande demanda por parte de instituições públicas e privadas, principalmente escolas e universidades. A celebração

dos 50 anos da cidade provocou a procura por informações históricas. Antecipando-se à prováveis solicitações, o Arquivo produziu importantes publicações que, além de condensarem as informações, serviram para qualificar as festividades do cinquentenário. A preocupação em atender eventos de caráter internacional e a pesquisadores de outros países levou a instituição a publicar em inglês e em espanhol o livreto “Brasília – Fatos Importantes”, bem como a imprimir os bannerões nas duas versões.

3.2 - Divulgação da História do Distrito Federal por meio de montagem de exposições histórico-textuais em instituições públicas e privadas. Estimativa de visitantes.

Eventos e Instituições Atendidas	Visitantes
1. Mostra da exposição “Athos Bulcão, Os Candangos, As Sete Maravilhas, Construção” no Boulevard Shopping.	500
2. Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes” no Shopping Pier 21.	500
3. Mostra da exposição “Construção” no Shopping Pier 21.	500
4. Mostra da exposição “Inauguração” no Shopping Pier 21.	500
5. Mostra da exposição “Planaltina” no Boulevard Shopping.	500
6. Mostra da exposição “Ernesto Silva” no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal – por ocasião do velório do Dr. Ernesto Silva	300
7. Mostra da exposição “Oscar Niemeyer e Israel Pinheiro” no Boulevard Shopping.	500
8. Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes” no Projeto Segurança Comunitária em Ação na Cidade de Planaltina.	350
9. Mostra da exposição “Ernesto Silva” no Santuário Dom Bosco – Missa de 7º dia do Dr. Ernesto Silva	300
10. Mostra da exposição “Núcleo Bandeirante e Os Candangos” no Restaurante Gula Capital	120
11. Mostra da exposição “9 Quadros em PVC com fotos da cidade” na Administração Regional do Riacho Fundo I	200
12. Mostra da exposição “As Sete Maravilhas e Lago Paranoá” no Shopping Pier 21	500
13. Mostra da exposição “Construção” na Biblioteca da Administração Regional do Riacho Fundo I – Gerências de Bibliotecas da Secretaria de Cultura	150
14. Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes” no Projeto Segurança Comunitária em Ação na Cidade de Itapoã.	350
15. Mostra da exposição “Construção” no Restaurante Gula Capital	150
16. Mostra da exposição “Inauguração” na Biblioteca da Administração Regional do Riacho Fundo I – Gerências de Bibliotecas da Secretaria de Cultura	100
17. Mostra da exposição “Antecedentes” no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, lançamento do livro: Missão Cruls Uma Trajetória para o Futuro – professor Pedro Jorge	150
18. Mostra da exposição “Antecedentes” na Embaixada de Portugal	200
19. Mostra da exposição “Construção” na Biblioteca da Administração Regional de Sobradinho – Gerências de Bibliotecas da Secretaria de Cultura	120
20. Mostra da exposição “Construção, Os Candangos” no Shopping Sul de Valparaíso	500
21. Mostra da exposição “Inauguração” no Restaurante Gula Capital	150
22. Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes” no Projeto Segurança Comunitária em Ação na Cidade da Estrutural	450
23. Mostra da exposição “As Sete Maravilhas” no Restaurante Gula Capital	60
24. Mostra da exposição “Lucio Costa Plano Piloto” no Restaurante Gula Capital	60
25. Mostra da exposição “Lago Paranoá” no Restaurante Gula Capital	150
26. Mostra da exposição “Juscelino Kubitschek” no Boulevard Shopping.	450
27. Mostra da exposição “Lucio Costa” no Boulevard Shopping.	450
28. Mostra da exposição “Construção” na Biblioteca da Administração Regional de Ceilândia – Gerências de Bibliotecas da Secretaria de Cultura	150
29. Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes de 1960 a 1989” no Banco Central do Brasil	500
30. Mostra da exposição “Inauguração” na Biblioteca da Administração Regional de Ceilândia – Gerências de Bibliotecas da Secretaria de Cultura	120
31. Mostra da exposição “Antecedentes” na Biblioteca da Administração Regional de Taguatinga – Gerências de Bibliotecas da Secretaria de Cultura	130
32. Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes” no Senado Federal	450
33. Mostra da exposição “Athos Bulcão” na Livraria Sebinho	100
34. Mostra da exposição “29 Quadros Missão Cruls” no Centro Cultural Três Poderes – Espaço Lucio Costa	750
35. Mostra da exposição “Construção, Núcleo Bandeirante, Juscelino Kubitschek, Os Candangos, Lucio Costa, Personalidades” no Projeto Cultural “Brasília, Brasília!” Para Crianças - Funarte	650
36. Mostra da exposição “As Sete Maravilhas” na Biblioteca da Administração Regional de Taguatinga – Gerências de Bibliotecas da Secretaria de Cultura	120
37. Mostra da exposição “Inauguração” na Biblioteca da Administração Regional de Taguatinga – Gerências de Bibliotecas da Secretaria de Cultura	130
38. Mostra da exposição “Ernesto Silva” no Clube dos Previdenciários	150
39. Mostra da exposição “Lucio Costa” no Shopping Sul de Valparaíso	550
40. Mostra da exposição “Athos Bulcão e Personalidades” no Restaurante Gula Capital	120
41. Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes do Antecedentes até 21 de abril de 2010, Bannerões da Missa Campal – 2000 a 2009 e Da Primeira Missa no Brasil... à Primeira Missa em Brasília, Antecedentes, Construção Inauguração, Os Candangos, Personalidades, Lucio Costa, Israel Pinheiro, Juscelino Kubitschek, Sarah Kubitschek, Bernardo Sayão, Ernesto Silva, Núcleo Bandeirante, Lago Paranoá, Athos Bulcão, Aeroporto, Ceilândia, Catetinho, Teatro Nacional e As Sete Maravilhas” no Aniversário de 50 anos de Brasília na Esplanada dos Ministérios – 21 de abril	50.000
42. Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de Abril de 2010” no Aeroporto de	500

Eventos e Instituições Atendidas	Visitantes
Brasília	
43. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes" no Projeto Segurança Comunitária em Ação na Cidade de Brazlândia.	250
44. Mostra da exposição "Displays: Juscelino Kubitschek, Sarah Kubitschek e Lucio Costa" no Boulevard Shopping.	600
45. Mostra da exposição "Jofre Mozart Parada" no Restaurante Porção – homenagem a Jofre Mozart Parada.	150
46. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de Abril de 2010" no Hotel Nacional – Rotary Clube Internacional.	150
47. Mostra da exposição "Bannerões – Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010, Bannerões da Missa Campal – 2000 a 2009 e Da Primeira Missa no Brasil... à Primeira Missa em Brasília" na Missa Campal de 3 de maio, na Praça do Cruzeiro.	2.000
48. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 e Construção" na Inauguração da TV Canção Nova	350
49. Mostra da exposição "Construção e Inauguração" no Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.	150
50. Mostra da exposição "Aeroporto, Catetinho e Teatro Nacional" no Boulevard Shopping.	450
51. Mostra da exposição "Os Candangos" na Biblioteca da Administração Regional do Guará – Gerências de Bibliotecas da Secretaria de Cultura	120
52. Mostra da exposição "Bannerões da Missa Campal – 2000 a 2009 e Da Primeira Missa no Brasil... à Primeira Missa em Brasília" na Paróquia Cristo Redentor em Taguatinga	250
53. Mostra da exposição "Bannerões – Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010, Bannerões da Missa Campal – 2000 a 2009 e Da Primeira Missa no Brasil... à Primeira Missa em Brasília, Construção, Inauguração e Personalidades" no XVI Congresso Eucarístico Nacional.	500
54. Mostra da exposição "29 Quadros Brasília em Três Tempos e Construção" no Centro Cultural Três Poderes – Espaço Lucio Costa	3.500
55. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" na Secretaria de Segurança Pública – Intervalo Cultural realizado na Região Administrativa de São Sebastião	250
56. Mostra da exposição "Painel de Juscelino Kubitschek e 6 Quadros em PVC" no CASEB	600
57. Mostra da exposição "Painel de Praça do Estudante e Displays" no CASEB	450
58. Mostra da exposição "Construção, Personalidades e os Displays" no IATE Clube de Brasília.	350
59. Mostra da exposição "Juscelino Kubitschek", na Paróquia Santo Antônio	350
60. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" na Rodoviária de Brasília	1.500
61. Mostra da exposição "29 Quadros – Brasília em Três Tempos e Os Candangos" no Instituto Igual – Projeto Casa da Vila realizado na Vila Planalto	300
62. Mostra da exposição "As Sete Maravilhas" na Biblioteca da Administração Regional do Guará – Gerências de Bibliotecas da Secretaria de Cultura	150
63. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de Abril de 2010, Antecedentes, Construção, os Candangos, Juscelino Kubitschek, Sarah Kubitschek e Oscar Niemeyer" no Parque Leão, evento promovido pela empresa Marques e Leão Ltda – "Maior São João de Brasília"	850
64. Mostra da exposição "29 Quadros – Brasília em Três Tempos" no Instituto Igual – Projeto Casa da Vila realizado na Vila Planalto	250
65. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" na Secretaria de Segurança Pública – Intervalo Cultural realizado na Região Administrativa do Recanto das Emas	450
66. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" no Setor Militar Urbano – Palestra "A Comédia Corporativa", no Teatro Pedro Calmon	500
67. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" no Museu da República, solicitado pelo Museu de Ciência e Tecnologia de Brasília - UnB	350
68. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" no 17º aniversário da cidade de São Sebastião	500
69. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" na Feira da Indústria e do Comércio - FEICOM	350
70. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" no Congresso de Artes Cristã em Brasília – Ministério de Artes Adore.	170
71. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 – em português, espanhol e inglês" no Congresso Brazilianistas – Brasil 21	250
72. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 em inglês" na 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial no Museu Nacional de Brasília	950
73. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" no ambulatório do Hospital de Base – em comemoração aos 50 anos do Hospital de Base	500
74. Mostra da exposição "22 Quadros: Juscelino Kubitschek – Centenário de Nascimento" no Pavilhão Administrativo do Hospital de Base – em comemoração aos 50 anos do Hospital de Base	350
75. Mostra da exposição "Construção" na emergência do Hospital de Base – em comemoração aos 50 anos do Hospital de Base	450
76. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 em inglês" na 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial no Museu Nacional de Brasília	0
77. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21/04/2010 na Biblioteca Nac. L. Brizola.	49
78. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010, Construção, Inauguração, As Sete Maravilhas, Os Candangos, Sarah Kubitschek, Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro" no Templo Nobre do Palácio Maçônico do Grande Oriente do Brasil - Maçonaria	1.800
79. Mostra da exposição "Bannerões – Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010, Bannerões da Missa "Da Primeira Missa no Brasil... à Primeira Missa em Brasília" na Missa Campal de 12 de setembro em comemoração ao 108º aniversário de Juscelino Kubitschek, promovida pelo Arquivo Público do DF	500
80. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010, Construção,	1.500

Eventos e Instituições Atendidas		Visitantes	
Inauguração, As Sete Maravilhas, Os Candangos, Sarah Kubitschek, Juscelino Kubitschek” no Templo Nobre do Palácio Maçônico do Grande Oriente do Brasil - Maçonaria.			
81.	Mostra da exposição “Aeroporto, Antecedentes, As Sete Maravilhas, Catetinho, Inauguração, Juscelino Kubitschek, Lago Paranoá, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Personalidades” no TEK – Taguatinga Esperanto - Klubo.	200	
82.	Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010” no 54ª aniversário de NOVACAP	200	
83.	Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 1960, Construção, Sarah Kubitschek, Lucio Costa, Os Candangos, As Sete Maravilhas, Personalidades” na Prefeitura da SQS 108	200	
84.	Mostra da exposição “Construção, Sarah Kubitschek, Lucio Costa, Os Candangos, Personalidades” na Prefeitura da SQS 308 no Clube Unidade Vizinhança.	150	
85.	Mostra da exposição “Israel Pinheiro – Juscelino Kubitschek” na Administração Regional do Gama – comemoração dos 50 anos da cidade	200	
86.	Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 – Construção – Inauguração – Juscelino Kubitschek – Os Candangos - Personalidades” na 29ª Feira do Livro de Brasília, no ExpoBrasília, Parque da Cidade	20.000	
87.	Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 (português e espanhol) – Oscar Niemeyer – Athos Bulcão – Lucio Costa –Personalidades – As Sete Maravilhas” no Encontro Latinoamericano de Estudantes de Arquitetura – ELEA, no Parque da Granja do Torto	5.600	
88.	Mostra da exposição “29 Quadros em PVC com fotos antigas da Cidade do Gama” na Administração Regional do Gama – comemoração dos 50 anos da cidade	320	
89.	Mostra da exposição “As Sete Maravilhas, Personalidades e os Displays” no Dia do Arquivista – realizado no auditório da Novacap	45	
90.	Mostra da exposição “Displays de Juscelino Kubitschek e Bannerões digitais” na Feira das Américas no Rio de Janeiro, participação da Secretaria de Turismo do Distrito Federal.	2.000	
91.	Mostra da exposição “Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 – Construção - Inauguração” na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.	40.000	
92.	Mostra da exposição “Antecedentes” no Instituto Animatógrafo de Comunicação, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.	5.000	
Totalizações		Instituições atendidas	92
		Visitantes	158.784

3.3. O Arquivo vai à Escola e Comunidade - Atendimento por meio de montagem de exposições histórico-textuais em instituições educacionais públicas e privadas. Estimativa de visitantes.

Eventos e Instituições Atendidas		Visitantes
1.	Mostra da exposição, Construção na Universidade Católica de Brasília.	450
2.	Mostra da exposição, Antecedentes, Athos Bulcão, Construção, Juscelino Kubitschek, Lucio Costa, Oscar Niemeyer na Escola Classe 405 Norte	300
3.	Mostra da exposição, As Sete Maravilhas na Escola Classe 19 de Taguatinga.	250
4.	Mostra da exposição, Os Candangos, Lucio Costa (biografia), Athos Bulcão, Juscelino Kubitschek, Construção, Inauguração na Escola Classe 405 Norte.	350
5.	Mostra da exposição, Antecedentes no Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília.	300
6.	Mostra da exposição “Brasília – Fatos Importantes – 3 bannerões” no Centro de Educação Profissional - Colégio Agrícola de Brasília	300
7.	Mostra da exposição “Sarah e Ernesto Silva” no Centro de Ensino Médio 111 Recanto Emas	300
8.	Mostra da exposição “Quadros – Brasília em três Tempos” na Universidade de Brasília	300
9.	Mostra da exposição “Quadros - Brasília em três tempos; Quadros - Missão Cruls; Personalidade” no Centro de Ensino Fundamental 104 Norte,	350
10.	Mostra da exposição “Inauguração” na Universidade Católica de Brasília,	450
11.	Mostra da exposição “Lucio Costa PP, Personalidades” no Centro de Ensino Fundamental 12 de Taguatinga	350
12.	Mostra da exposição “Os Candangos” na Universidade Católica de Brasília	450
13.	Mostra da exposição “Brasília – Fatos Importantes – 2 bannerões” no Centro de Ensino Fund. Agrourbano Ipê	600
14.	Mostra da exposição “Quadros – Brasília em três Tempos” no Centro Interescolar de Línguas de Brasília,	550
15.	Mostra da exposição “Athos Bulcão e Lucio Costa” no Centro de Ensino Médio 111 Recanto Emas	200
16.	Mostra da exposição “Construção” no Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília	300
17.	Mostra da exposição “Construção” no Centro Educacional 2 de Brazlândia	250
18.	Mostra da exposição “Antecedentes” no Centro de Ensino Fundamental Agrourbano Ipê	350
19.	Mostra da exposição “As Sete Maravilhas” na Universidade Católica de Brasília	350
20.	Mostra da exposição “Antecedentes” na Escola Classe 1 do Riacho Fundo II,	350
21.	Mostra da exposição “Brasília – Fatos Importantes – 3 bannerões” no Centro de Ensino Médio 111 Recanto Emas	340
22.	Mostra da exposição “Lago Paranoá e Oscar Niemeyer” no Centro de Ensino Médio 111 Recanto Emas	340
23.	Mostra da exposição “Juscelino Kubitschek, Construção” no Centro Educacional 2 de Brazlândia,	150
24.	Mostra da exposição “Antecedentes” na Escola Classe 108 Sul	360
25.	Mostra da exposição “Núcleo Bandeirante” no Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília	300
26.	Mostra da exposição “Candangos” no Centro de Ensino Fundamental Agrourbano Ipê	600
27.	Mostra da exposição “Brasília – Fatos Importantes – 3 bannerões” no Centro Ensino Fundamental 9 de Taguatinga	250
28.	Mostra da exposição “Construção” na Escola Classe 1 INCRA 8	150
29.	Mostra da exposição “Construção, Inauguração” no Caic Prof. Benedito Carlos de Oliveira	200
30.	Mostra da exposição “JK; Oscar Niemeyer, Quadros – Missão Cruls” no CEF 3 de Taguatinga	200
31.	Mostra da exposição “Quadros: “Gente que Ama Brasília” no Colégio Marista de Brasília,	450
32.	Mostra da exposição “Os Candangos, Construção” no Centro de Ensino WGS – Ceilândia	150
33.	Mostra da exposição “Construção, Personalidade; Lucio Costa PP; Ernesto Silva.” no CE-Fund. 4 de Taguatinga	250
34.	Mostra da exposição “Brasília – Fatos Importantes – 3 bannerões” no Colégio Triângulo – Recanto das Emas	250

Eventos e Instituições Atentidas	Visitantes
35. Mostra da exposição "Inauguração" na Escola Classe 1 do Riacho Fundo II	250
36. Mostra da exposição "Athos Bulcão" na Escola Classe 1 do Riacho Fundo II	150
37. Mostra da exposição "Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e Personalidade: Oscar" no Colégio Athos	350
38. Mostra da exposição "Construção e Oscar Niemeyer" na Escola Classe 203 de Santa Maria	350
39. Mostra da exposição "Inauguração" no Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília	350
40. Mostra da exposição "JK e Personalidade: Lucio Costa" na Escola Classe 1 do Riacho Fundo II	300
41. Mostra da exposição "Brasília – Fatos Importantes – 3 bannerão" na Escola Classe 317 de Samambaia	250
42. Mostra da exposição "Construção" no Centro de Ensino Fundamental Agrourbano Ipê	350
43. Mostra da exposição "Construção, Sarah e Oscar Niemeyer" na Creche Pioneira da Vila Planalto	150
44. Mostra da exposição "As Sete Maravilhas, JK, Personalidades, Lucio Costa (P.P.), Lago Paranoá" no Centro de Ensino Médio 4 de Ceilândia	250
45. Mostra da exposição "Construção e Oscar Niemeyer" no Centro de Ensino Fundamental 206	350
46. Mostra da exposição "Construção e Núcleo Bandeirante" no Centro de Ensino Fundamental Vargem Bonita	250
47. Mostra da exposição "Os Candangos e Inauguração" na Escola Classe 204 Sul	150
48. Mostra da exposição "Construção, JK, Sarah, Lucio Costa e Personalidades (5) – Quadros Brasília em 3 tempos" no Centro Educacional Sagrada Família	300
49. Mostra da exposição "Lucio Costa Biografia, Personalidades" no Jardim de Infância 1 do Riacho Fundo II	250
50. Mostra da exposição "Antecedente; Construção" no Centro de Ensino Médio 02 de Planaltina	150
51. Mostra da exposição "Oscar Niemeyer" no Centro de Ensino SESI do Gama	350
52. Mostra da exposição "Ernesto Silva" no Centro Educacional 7 do Gama	250
53. Mostra da exposição "Israel Pinheiro e Bernardo Sayão" no Centro Educacional 7 do Gama	250
54. Mostra da exposição "Os Candangos" no Centro de Ensino Fundamental 4 de Ceilândia	350
55. Mostra da exposição "Construção; Os Candangos" no Colégio Marista de Brasília – Ensino Médio	200
56. Mostra da exposição "Quadros: Gente que Ama Brasília" no Centro Interescolar de Línguas de Brasília	600
57. Mostra da exposição "Inauguração, Os Candangos, Construção" na Escola Classe 102 do Recanto das Emas	250
58. Mostra da exposição "JK e Sarah" no Centro de Ensino Médio 111 Recanto Emas	250
59. Mostra da exposição "Athos Bulcão" no Centro de Ensino Fundamental 104 Norte	350
60. Mostra da exposição "Antecedentes e JK" na Escola Classe 35 de Ceilândia	250
61. Mostra da exposição "Inauguração" no Centro de Ensino Fundamental Agrourbano Ipê	350
62. Mostra da exposição "Construção, As Sete Maravilhas, JK. Quadros: Brasília em 3 Tempos" no Centro de Ensino Fundamental 101 do Recanto das Emas	250
63. Mostra da exposição "Núcleo Bandeirante, Antecedentes" na Escola Classe 316 Sul	250
64. Mostra da exposição "Sarah, Lucio Costa Biografia, L. Costa Plano Piloto, Oscar Niemeyer" no Colégio Triângulo	350
65. Mostra da exposição "Brasília – Fatos Importantes – 3 Bannerões" no Centro Interescolar de Línguas de Brasília	650
66. Mostra da exposição "Inauguração" na Escola Classe Pólo Agrícola da Torre de Brazlândia	250
67. Mostra da exposição "Construção, Personalidades (10)" na Escola Classe 108 Sul	250
68. Mostra da exposição "Ernesto Silva" na Escola Classe 1 do Riacho Fundo II	350
69. Mostra da exposição "Planaltina, Lucio Costa Plano Piloto" na Biblioteca Comunitária de Planaltina	120
70. Mostra da exposição "Catetinho" no Centro de Ensino Fundamental Ponte Alta do Baixo	150
71. Mostra da exposição "Lago Paranoá, Oscar Niemeyer" na Escola Classe 01 SHI Sul	250
72. Mostra da exposição "Bernardo Sayão, Ernesto Silva, Aeroporto" no Colégio Maurício Salles de Mello	350
73. Mostra da exposição "Os Candangos, L. Paranoá, Construção, Personalidades (5)" no CEF Drª Zilda Arns	250
74. Mostra da exposição "Inauguração e Os Candangos" na Escola Classe 5 do Guará	250
75. Mostra da exposição "Inauguração" no Colégio Marista de Brasília – Ensino Médio	650
76. Mostra da exposição "Construção, As Sete Maravilhas" na Escola Classe 803 do Recanto das Emas	150
77. Mostra da exposição "As Sete Maravilhas" na Escola Classe 1 Incra 8	250
78. Mostra da exposição "Construção (10), Antecedentes" na Faculdade IESA Samambaia	550
79. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010" na Escola Classe 316 Sul	400
80. Mostra da exposição "Os Candangos – Bernardo Sayão" no Centro de Ensino Médio 111 do Recanto das Emas	350
81. Mostra da exposição "Construção – Antecedentes – Juscelino Kubitschek, no CEF 2 da Estrutural	250
82. Mostra da exposição "Lago Paranoá", no Centro de Ensino Fundamental Ponte Alta do Baixo	250
83. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", na Faculdade Projeção – ESPAM, unidade de Sobradinho	460
84. Mostra da exposição "As Sete Maravilhas", no Jardim de Infância 312 Norte	230
85. Mostra da exposição "Construção – Athos Bulcão – Inauguração", na Escola Classe 407 Norte	250
86. Mostra da exposição "As Sete Maravilhas – Lago Paranoá – Personalidades: Juscelino Kubitschek, Sarah Kubitschek, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Burle Marx, Athos Bulcão, Bernardo Sayão – Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", na Escola das Nações	450
87. Mostra da exposição "Ceilândia", na Escola Classe 64 de Ceilândia	200
88. Mostra da exposição "Antecedentes – Bernardo Sayão – Personalidades", no UniCeub	500
89. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", na Escola Classe 204 Sul	300
90. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", no Colégio Marista de Brasília	450
91. Mostra da exposição "Athos Bulcão – Os Candangos – Juscelino Kubitschek", no CEF 308 de Santa Maria	450
92. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21/04/2010, na Faculdade Projeção – unidade do Guará II	550
93. Mostra da exposição "Construção – Inauguração", na Faculdade Projeção – unidade de Sobradinho	460
94. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes de 1990 a 2008 – Núcleo Bandeirante", no Centro de Ensino Fundamental Agrourbano Ipê	600
95. Mostra da exposição "Construção – As Sete Maravilhas", no "Centro de Ensino Fundamental Ponte Alta do Baixo"	250
96. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", no Centro de Ensino Fundamental 101 do Recanto das Emas	1.100
97. Mostra da exposição "Israel Pinheiro", na Biblioteca Pública do Núcleo Bandeirante,	220

Eventos e Instituições Atendidas	Visitantes
98. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", na Faculdade Projeção (Faceb) – unidade de Ceilândia	850
99. Mostra da exposição "Construção – Inauguração", na Faculdade Projeção – unidade do Guará I	950
100. Mostra da exposição "Antecedentes – Construção – Inauguração – JK, no Colégio Maria Júlia - Goiânia	250
101. Mostra da exposição "Lucio Costa Biografia – Lucio Costa Plano Piloto – Israel Pinheiro - Inauguração", na Faculdade Facitec	120
102. Mostra da exposição "Construção – Inauguração", na Faculdade Projeção (Faceb) – unidade de Ceilândia	850
103. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010 – Prefeitos e Governadores – Construção – Antecedentes", no Centro de Educação de Jovens e Adultos – CESAS	250
104. Mostra da exposição "Os Candangos – Brasília em Três Tempos", no Instituto Igual – Proj. C. da Vila – V. Planalto	300
105. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21/04/ 2010, na Escola Classe Vale Verde – Planaltina	1.000
106. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", no Centro de Ensino Fundamental 602 do Recanto das Emas	350
107. Mostra da exposição "Construção – Inauguração", na Faculdade Projeção – unidade de Taguatinga	3.030
108. Mostra da exposição "Juscelino Kubitschek – As Sete Maravilha - Personalidades", na Faculdade Anhanguera	250
109. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", no Centro de Ensino Médio 01 de Sobradinho	350
110. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", na Escola Classe 803 do Recanto das Emas	250
111. Mostra da exposição "Construção", na Faculdade UPIS	150
112. Mostra da exposição "As Sete Maravilhas", na Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas - FACITEC	200
113. Mostra da exposição "Construção – Inauguração", na Faculdade Projeção – unidade de Planaltina	200
114. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", no Centro de Ensino Fundamental 25 de Ceilândia	1.600
115. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", na Faculdade da Terra de Brasília – Recanto das Emas	450
116. Mostra da exposição "Construção – Inauguração – Lago Paranoá – Núcleo Bandeirante – Planaltina – Personalidades – As Sete Maravilhas", no Centro de Ensino Fundamental 3 de Planaltina	500
117. Mostra da exposição "Construção", no Centro de Ensino Fundamental 02 do Cruzeiro	350
118. Mostra da exposição "Construção – Inauguração – Personalidade – Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", na Escola Classe 19 de Taguatinga	250
119. Mostra da exposição "Juscelino Kubitschek – Lucio Costa Plano Piloto – Construção – As Sete Maravilhas – Ceilândia – Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", no Centro de Ensino Fundamental 411 de Samambaia	250
120. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes até 21 de abril de 2010", no Colégio ALUB – Ensino Médio	450
121. Mostra da exposição "Brasília em três Tempos – 29 quadros" na Biblioteca Pública do Núcleo Bandeirante	110
122. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 – Antecedentes – Construção – Inauguração – Personalidades – Juscelino Kubitschek – Lago Paranoá – Os Candangos – As Sete Maravilhas" na Escola Jardim do Éden	1.000
123. Mostra da exposição "Planaltina" no Centro Educacional 03 de Planaltina	350
124. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 – Construção – Inauguração – Os Candangos – Juscelino Kubitschek" na Faculdade UPIS – União Pioneira de Integração Social	250
125. Mostra da exposição "As Sete Maravilhas – Os Candangos – Personalidades – Construção – Inauguração – Núcleo Bandeirante – Planaltina – Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" na Escola Classe 41 de Taguatinga	1.000
126. Mostra da exposição "Inauguração – Athos Bulcão – Catetinho – Os Candangos – Lucio Costa – Oscar Niemeyer" na Escola Classe 305 Sul	500
127. Mostra da exposição "Antecedentes – Construção" no Centro de Ensino Médio 09 de Ceilândia	50
128. Mostra da exposição "Inauguração – As Sete Maravilhas – Os Candangos – Juscelino Kubitschek – Brasília Fatos importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" no Centro de Educação Infantil do Riacho Fundo II	400
129. Mostra da exposição "Juscelino Kubitschek" na Biblioteca Pública do Núcleo Bandeirante	50
130. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" no Centro de Ensino Médio 02 de Planaltina	2.400
131. Mostra da exposição "Athos Bulcão – As Sete Maravilhas – Os Candangos – Juscelino Kubitschek" na Escola Paroquial Santo Antônio	1.500
132. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 – Construção – As Sete Maravilhas – Personalidades – Juscelino Kubitschek – Athos Bulcão – Os Candangos" na Escola DNA	600
133. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" na Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas - FACITEC	450
134. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" no Caic Ayrtton Senna de Samambaia	1.200
135. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010, - Construção – As Sete Maravilhas" no Centro de Ensino Fundamental 411 de Samambaia	800
136. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010" no Centro Educacional Osório Bacchin	1.000
137. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 - Planaltina" no Centro Educacional Várzea – Núcleo Rural de Planaltina	650
138. Mostra da exposição "Juscelino Kubitschek" na Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas - FACITEC	350
139. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010 – As Sete Maravilhas – Athos Bulcão – Construção – Inauguração – Lago Paranoá" na Escola INEI Lago Sul	400
140. Mostra da exposição "Antecedentes, Athos Bulcão, Juscelino Kubitschek, Inauguração" no Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga.	300

Eventos e Instituições Atendidas		Visitantes
141. Mostra da exposição "Brasília Fatos Importantes dos Antecedentes até 21 de abril de 2010", no Colégio CEnCS – Construindo o Saber		300
142. Mostra da exposição "Oscar Niemeyer" na Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas - FACITEC		400
Totalizações	Instituições atendidas	143
	Visitantes	59.040

3.4. Produção de Material de Divulgação Histórica

Reeditação e impressão das séries de painéis temáticos:

Título	Nº de painéis
Antecedentes – Missão Cruls	28
Construção – 1956-1960	74
Inauguração	44
Personalidades	58
Juscelino Kubitschek – O Fundador	30
Sarah Kubitschek	20
Lucio Costa – Biografia	11
Lucio Costa – O Homem que Inventou Brasília	20
Oscar Niemeyer	20
Israel Pinheiro	14
Bernardo Sayão	10
Núcleo Bandeirante	10
Os Candangos	28
Planaltina	11
Bannerões – Linha do Tempo - Brasília Fatos Importantes (Português)	16
Total	394

Criação e impressão de novas séries de painéis temáticos:

Título	Nº de painéis
Ernesto Silva	8
As Sete Maravilhas de Brasília	16
Teatro Nacional	10
Prefeitos e Governadores	15
Aeroporto de Brasília	10
Lago Paranoá	10
Athos Bulcão	10
Ceilândia	10
Catetinho	13
Bannerões – Linha do Tempo - Brasília Fatos Importantes (Inglês)	4
Bannerões – Linha do Tempo - Brasília Fatos Importantes (Espanhol)	4
Bannerões – Primeira Missa em Brasília	2
Mulheres Pioneiras	12
Total	124

Publicações produzidas:

	Valor unitário R\$	Total do material impresso
Banners impressos (80 cm x 120 cm)	20,50	518
Bannerões impressos (560 cm x 180 cm)	225,50	26
Livreto – Brasília Fatos Importantes – versão em português	0,48	100.000
Livreto – Brasília Fatos Importantes – versão em inglês	0,92	10.000
Livreto – Brasília Fatos Importantes – versão em espanhol	0,92	10.000
Calendário Institucional 2011 – Mulheres Pioneiras	Parceria com a Terracap	10.000
JK – À Frente do Seu Tempo	2,67	1.500
Bernardo Sayão – À Frente do Seu Tempo	2,67	1.500
Brasília – 50 anos – A História em Painéis	11,86	5.000
Cartões Postais – História de Brasília (Box com 50 cartões)	2,72	10.000
Cartões Postais – Templos de Brasília (Box com 20 cartões)	2,36	3.000

4. Programa 2300 - Preservação da Memória Documental do Distrito Federal**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
1329-Gestão de Procedimentos Arquivísticos Implementação do SIAR/DF	5.908	1.688	1.642	1.642	
0001-Gestão de Procedimentos Arquivísticos Implementação do SIAR/DF	5.908	1.688	1.642	1.642	008
2465-Preservação da Memória Documental do DF	81.740	81.426	78.4826	78.482	
0001-Preservação da Memória Documental, Filmográfica e Digitalização do Distrito Federal	81.740	81.426	78.482	78.482	009, 010, 011 e 012
2467-Pesquisa Sobre a História do Distrito Federal	22.788	12.758	12.678	3.778	
0001-Pesquisa sobre a História do Distrito Federal	22.788	12.758	12.678	3.778	013, 014 e 018

4.1 - Preservação da Memória Documental

A Preservação da Memória Documental do Distrito Federal, em relação ao acervo documental sob guarda do Arquivo Público do DF, cuida dos documentos textuais, iconográficos e filmográficos que possuem o registro da História de Brasília. São em sua maioria produzidas pelo Estado. Em relação a esse material, conseguimos restaurar 4 filmes sobre a construção de Brasília.

A inexistência de um laboratório de restauração de documentos impossibilitou que fossem restaurados documentos históricos em suporte papel. O quadro de pessoal reduzido nas Gerências de Documentação Textual e Documentação Não-Textual (ambas pertencentes à Diretoria de Arquivo Permanente) tornou lento o trabalho de tratamento técnico da documentação sob nossa guarda. A perspectiva para 2011 é o aumento do quadro efetivo e o início da construção da sede do Arquivo Público, pois o prédio hoje ocupado há muito não atende as necessidades e requisitos para preservação da memória documental do Distrito Federal.

Estatística dos Serviços de Gestão de Procedimentos Arquivísticos/Implementação do SIARDF

Atividades	2007	2008	2009	2010
Promover orientação técnica a órgãos do Governo do Distrito Federal	30	16	58	61
Promover treinamento a servidores do Governo do Distrito Federal	308	625	533	312

Incluem-se visitas técnicas, cursos, oficinas e palestras.

Em 2010, as atividades da Diretoria de Gestão Documental, concentraram-se na capacitação de servidores do GDF, na realização de visitas técnicas e no apoio a criação e desenvolvimento das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CSAD. Outras atividades também foram desenvolvidas de forma esporádica, como a supervisão de estagiários, a participação no Grupo de Trabalho para Revisão da Portaria nº 3/98, referente ao Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos do Governo do Distrito Federal e nos recolhimentos da NOVACAP e Cerimonial do Governador, onde foram recolhidos fitas DAT, carteiras de trabalho de pioneiros, fitas K7 e VHS.

A capacitação dos servidores foi realizado por intermédio de cursos na Escola de Governo, oficinas de capacitação *in loco* das CSAD, palestras nos órgãos do GDF e OAB. Também foi desenvolvido um programa de acompanhamento das CSAD, com realização de visitas e criação de uma espécie de “Central de Dúvidas”, onde as comissões enviam a dúvida por e-mail ou fax e em seguida recebem a resposta.

A maior dificuldade da Diretoria concentra-se na falta de veículos para cumprir as atividades da Diretoria, culminando em visitas não realizadas e atraso no cumprimento das atividades da DGD.

A perspectiva para 2011 é poder colocar em prática o Plano de Trabalho elaborado no segundo semestre de 2010, na ocasião da substituição da Diretoria, encaminhado e aprovado pela Superintendência, em julho de 2010.

Estatística dos Serviços de Atendimento ao Usuário do ArPDF

Atividades	2007	2008	2009	2010
Pesquisas (formulários preenchidos)	502	572	772	825
Pessoas atendidas	1.039	1.856	2.589	3.931
Ampliação e Identificação de Fotografias	871	547	(*)	0
Digitalização de Fotografias	5.560	8.000	21.795	25.501
Reprodução de Filmes em VHS (2007 VHS P/DVD)	160	162	248	0
Reprodução de documentos (textos, fotografias e filmes) para atender pesquisadores	7.920	9.908	22.907	28.932
Emissão de Declarações de Tempo de Serviço	44	23	16	7
Visitas Técnicas e Guiadas (grupos)	23	45	61	88
Visitas Técnicas e Guiadas (estudantes) de 1º grau	539	1.250	1.640	2.796

(*) Com a digitalização do material fotográfico (negativos e fotos) e a desativação do laboratório fotográfico, as imagens passaram a ser entregues aos pesquisadores em CD ou DVD.

A política de divulgação do Arquivo Público, seus serviços e produtos em eventos, bem como o contato com as instituições de ensino, resultaram no aumento de visitas técnicas e guiadas e na quantidade de alunos visitantes.

4.2. Pesquisa sobre a História do Distrito Federal**Biblioteca**

Foram realizadas atividades pertinentes ao Programa: Pesquisa sobre a História do Distrito Federal dentro do contexto de suas atividades específicas e condições de trabalho.

O Programa de História Oral passou a ser realizado com suporte de áudio e vídeo – Projeto do futuro Museu Nacional da Imagem e do Som – realizou depoimentos para a posteridade, em imagem e som, com personalidades do Distrito Federal e Nacionais, em todos os segmentos da atividade humana, para perpetuar a divulgação da história de Brasília e do Brasil. Vem sendo desenvolvido desde 2007 e já alcançou 69 depoimentos, com um total de 136:24h de gravação. A cada ano houve melhora significativa em relação aos equipamentos utilizados para todo o processo de gravação, com a aquisição de equipamentos de última geração para o desenvolvimento, cada vez melhor, de nossas ações.

Destacamos o grande número de reprodução de documentos para pesquisadores – 12.967; DVD “Brasília Fatos Importantes” – 6.011 e de cópias de depoimentos orais para pesquisadores – 583 e, isso significando que teve mais procura e acesso do público ao nosso acervo.

Nossa meta para 2011 é dar prosseguimento às gravações dos depoimentos orais em vários segmentos e divulgar cada vez mais nosso acervo dando acesso aos pesquisadores. Também, ver criado o Museu Nacional da Imagem e do Som, com a sua adequada estrutura funcional.

Informamos que nosso entrave atual é sem dúvida a falta de espaço físico apropriado ao Arquivo Público para o crescimento e melhor acomodação dos acervos e maior desenvolvimento de nossas ações.

Biblioteca do Arquivo Público do Distrito Federal

Atendimento a pesquisadores internos e externos	769
Recortes classificados e arquivados	8.037
Reprodução de documentos para pesquisadores	12.967
Empréstimos de Publicações	213

Projeto referente à História Oral

Programa de História Oral	Quantidade Anual
Pesquisa e elaboração de textos sobre a história do Distrito Federal	131
Entrevistas	19
Transcrições	16
Conferência de fidelidade e correções	10
Masterização de depoimentos	216
Rebobinamento das fitas magnéticas	306
Edições de vídeo	53
Reprodução de DVD's “Brasília Fatos Importantes”	6.011
Cópias de depoimentos orais para pesquisadores	583

5. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Na atual gestão o Arquivo Público do Distrito Federal, sem prejuízo da sua missão regimental, plenamente cumprida, deu um salto à frente em seus objetivos, com importantes iniciativas, a saber:

Atividades até 31/12/2010

- aquisição de 44 computadores e 44 estabilizadores;
- visitas guiadas de estudantes de escolas públicas e privadas a nossas instalações, o que se consolidou em 2010, totalizando 2.796;
- treinamento de servidores, em parceria com a Escola de Governo/SEPLAG, em Arquivologia Básica, dando-lhes condições de tratar os documentos oficiais visando ao descarte ou arquivamento. Em 2010, foram treinados 312 servidores;
- continuidade dos empréstimos de exposições sob a forma de bannerões e banners para escolas públicas e privadas, shoppings, estação rodoviária, aeroporto e eventos oficiais ou particulares em todo o Distrito Federal, totalizando 229.814 visitantes, com distribuição de publicações editadas pelo Arquivo Público ao ensejo dos 50 anos de Brasília;
- continuidade dos depoimentos para a posteridade com pioneiros de Brasília, feitos pelo setor de História Oral - futuro Museu Nacional da Imagem e do Som, em fase de criação, totalizando mais de 136 horas de gravações;
- recuperação de quatro filmes históricos da construção de Brasília, que não foram cuidados devidamente, sendo necessário dar continuidade a esse trabalho, sob pena de perda dos filmes.

Perspectivas para 2011

- Construção da sede do Arquivo Público, em terreno de 10.800m², no lado Leste do Centro de Convenções.

Projetos futuros:

- Criar oficialmente e implantar o Museu Nacional da Imagem e do Som;
- Dar continuidade e estimular as gravações de depoimentos orais;
- Dar continuidade às transcrições dos depoimentos orais;
- Editar Israel Pinheiro, Athos Bulcão e Ernesto Silva Série Textual À Frente de Seu Tempo;
- Reeditar publicações esgotadas (como, por exemplo, Cadernos de Pesquisa, Guia de Fontes para a História de Brasília e outros);
- Dar continuidade às publicações das regiões Administrativas como Brazlândia, Gama, Sobradinho, etc;
- Editar a “Revista do Arquivo Público do Distrito Federal”.
- Criação de sistema de controle de atendimento ao pesquisador e pesquisa de documentos digitalizados;
- Criação de sistema de controle e pesquisa de documentos digitalizados;
- Publicação das Cadernetas de Hastimphilo de Moura (Missão Cruls 1892-1894);
- Guia de Fontes no Distrito Federal;
- Publicação de catálogo de cartazes e exposições do Fundo Fundação Cultural do DF;
- Publicação de catálogo de documentos dos fundos recolhidos;

- Treinamento para melhoria no atendimento aos pesquisadores;
- Informatização da sala de atendimento ao pesquisador;
- Criação de Laboratório Digital e de restauração;
- Restauração de filmes do Fundo NOVACAP e Secretaria de Comunicação Social;
- Diagnóstico do acervo documental do Governo do Distrito Federal.
- Digitalização dos negativos do Fundo Secretaria de Comunicação Social – SCS;
- Publicação de catálogo de imagens de Brasília;
- Continuação do Projeto Fotografia nas Regiões Administrativas;
- Avaliação da documentação fotográfica do Fundo Secretaria de Comunicação Social;
- Normatização da Descrição Videográfica de acordo com as normas da Federação Internacional de Arquivos de Filmes;
- Identificação da documentação fotográfica do Fundo Secretaria de Comunicação Social objeto do recolhimento gestão 2007-2010;
- Atualização do quadro de arranjo fotográfico do Fundo Arquivo Público do Distrito Federal.
- Capacitação dos Servidores
- Gestão de procedimentos Arquivísticas/implementação do SIARDF
- Projetos para Publicações: “Brasília Fatos Importantes”, “Linha do Tempo” para Crianças, “Personalidades da Construção de Brasília” – com conteúdo da Série “Personalidades”, “Juscelino Kubitschek, “Bernardo Sayão, Lucio Costa, “Oscar Niemeyer – Série Textual”, “Guia do Arquivo Público do Distrito Federal”, “As Cadernetas da Missão Cruls”

Projetos de Parceria

- Projeto – O Arquivo na Escola – (Adquirir duas tendas fechadas para que fiquem uma semana em cada escola da rede pública e particular com filmes – exposições e programas interativos sobre a história de Brasília. Temas: JK – Vida e Obra; Sarah – Vida e Obra – Personalidades, etc.;
 - Projeto Parcerias – Parceria com Centros Culturais de instituições importantes para a montagem de exposições itinerantes a partir do acervo do Arquivo Público do DF.
- Projetos Exposições: “O Dia da Inauguração – Os eventos que marcaram a inauguração”; As Fazendas que Compunham o Distrito Federal”; “Projetos do Concurso Para o Plano Piloto de Brasília”; Taguatinga”; Paranoá e Itapoã, Candangolândia; Vila Planalto; Um Toque De Cultura
- Produção de vídeo dividido em pequenos capítulos, a fim de ser usado para incrementar as visitas guiadas.

8.2. FUNDO DE APOIO À CULTURA – FAC

O Fundo de Apoio à Cultura – FAC foi criado pela Lei Complementar nº 267, de 15/12/1999, regulamentado pelo Decreto nº 23.213, de 09/09/2002 e alterado pela Lei Complementar nº 782, de 07/10/2008. Tem por finalidade prover recursos financeiros a pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Distrito Federal e inscritas no Cadastro de Entes e Agentes Culturais - CEAC, para a realização de projetos que tenham por finalidade a difusão e incremento das atividades artísticas e /ou culturais. Tem por objetivos:

- I. Incentivo à formação artística e cultural;
- II. Fomento à formação artística e cultural;
- III. Preservação e restauração do patrimônio artístico, cultural e histórico;
- IV. Pesquisa e difusão dos bens e valores artísticos e culturais;

V. E outros objetivos considerados relevantes pela Secretaria de Estado de Cultura do DF ouvido o Conselho de Cultura do DF.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	04	03	01	01	09
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	03	-	-	-	03
Conveniados	-	02	-	-	02
Total Geral	07	05	01	01	14

Obs: 11(onze) servidores com jornada de 40h semanais
03(três) servidores com jornada de 30h semanais

1. Programa: 1300 – Difusão e Promoção Cultural

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9072-Apoio à Arte e à Cultura no DF	35.032.996,00	32.673.636,00	32.442.368,86	27.007.761,69	
0002-Apoio à Arte e à Cultura no Distrito Federal	35.032.996,00	32.673.636,00	32.442.368,86	27.007.761,69	001

Fonte: Siggo

O Fundo de Apoio à Cultura - FAC, no exercício de 2010, mais uma vez atingiu de forma plena seu objetivo de fomentar a cultura local, patrocinando um montante de 460 (quatrocentos e sessenta), projetos artísticos culturais nas áreas de: Música, Teatro, Cinema, Circo/Cultura Popular, Dança, Artes Visuais, Literatura e Projetos Especiais, de interesse da cidade.

2. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Em 2010 o FAC manteve a política de prestigiar o artista local, proporcionando à população conhecer a cultura da cidade, concedendo ao artista o apoio financeiro para a realização de seu projeto cultural.

A cultura tem demonstrado de forma inequívoca sua dimensão e seu peso no conjunto da economia gerando emprego e renda e arrecadando impostos. O FAC, cumprindo seu papel institucional, comprova com seus dados estatísticos a eficácia e a importância da atividade cultural, procurando prestigiar o artista local no contexto social e econômico.

9. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL – SEDEST

Criada pelo Decreto nº 27.591 de 01 de janeiro de 2007, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF/SEDEST, órgão de assistência direta e imediata ao Governador tem como responsabilidade as seguintes áreas de atuação:

- a) Ação Social;
- b) Programas de Solidariedade;
- c) Responsabilidade Social e Parceria com as Empresas;
- d) Políticas de inclusão e assistência social.

O Regimento Interno da Secretaria, aprovado pelo Decreto nº 28.026 de 08 de junho de 2007, define como competência básica à administração direta das seguintes funções de governo:

I. Estabelecer parcerias com órgãos afins, objetivando o atendimento ao usuário e a racionalização de recursos humanos, orçamentários e financeiros;

II. Propor parcerias com sociedades civis visando maior participação da comunidade em relação à responsabilidade de assistência social e segurança alimentar;

III. Planejar e gerenciar os programas e projetos desenvolvidos para áreas de assistência social e segurança alimentar;

IV. Planejar, coordenar, elaborar e acompanhar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento nas áreas de assistência social e segurança alimentar;

V. Articular, junto aos órgãos federais, estaduais e organismos internacionais, a implementação de ações que contribuam para o desenvolvimento social do Distrito Federal;

VI. Estabelecer parcerias com órgãos afins, objetivando o acesso da população aos programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Secretária, bem como a racionalização de recursos humanos, orçamentários e financeiros;

VII. Contribuir para a crescente melhoria dos programas sociais, para alcance de suas finalidades institucionais, zelando pela eficiência das ações governamentais;

VIII. Dar ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de acesso público, aos programas e projetos executados pela Secretaria.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	72	227	42	1.411	1.752
Requisitados	Órgãos do GDF	19	-	-	19
	Órgãos do Governo Federal	01	-	-	01
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	111	-	219	-	330
Contratados Temporariamente	-	-	-	-	-
Conveniados	-	-	-	-	-
Estagiários	-	248	-	-	248
Subtotal (Força de Trabalho)	203	475	261	1.411	2.350
(+) Cedidos para outros órgãos	-	61	-	-	61
Total Geral	203	536	261	1.411	2.411

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2693-Manutenção e Funcionamento do Conselho de Assistência Social - CAS	56.000,00	2.580,00	2.580,00	2.580,00	-
0001-Manutenção e Funcionamento do Conselho de Assistência Social - CAS em Brasília	56.000,00	2.580,00	2.580,00	2.580,00	013
3903-Reforma de Prédios e Próprios	100.000,00	2.229.137,00	2.207.927,07	2.085.712,64	-
7555-Reforma de Prédios e Próprios da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda	100.000,00	2.229.137,00	2.207.927,07	2.085.712,64	002
6073-Realização de Campanhas Educativas	125.000,00	-	-	-	-
0001-Realização de Campanhas Educativas no Distrito Federal	125.000,00	-	-	-	003
8502-Administração de Pessoal	85.415.700,00	111.898.053,00	111.897.883,79	111.897.883,79	-
0033-Administração de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda	79.624.000,00	105.903.180,00	105.903.011,14	105.903.011,14	004
8690-Contribuição Patronal para o RPPS	5.791.700,00	5.994.873,00	5.994.872,65	5.994.872,65	005
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	39.813.000,00	30.635.090,00	30.517.469,39	28.960.812,07	-
0032-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda	39.813.000,00	30.635.090,00	30.517.469,39	28.960.812,07	006
Total Geral	125.509.700,00	144.764.860,00	144.625.860,25	142.946.988,50	-

Execução Física

Ação/Subtítulo	Meta Prevista na LOA	Meta realizada em 2010	Público Alvo	Nº da Etapa SAG
7555-Reforma de Prédios e Próprios da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda	1.000 m2	Reformas nos CRAS de Sobradinho e Taguatinga Norte, COSE de Sobradinho, Construção dos CRAS de Sobradinho II, São Sebastião e Itapoá (provenientes de 2009)	Pessoas em situação de vulnerabilidade de social	002
0001-Manutenção e Funcionamento do Conselho de Assistência Social - CAS em Brasília	01 unidade	Conselho mantido com material de consumo	Usuários da assistência	013

2. Programa 0750 – Gestão de Pessoas**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2655-Capacitação de Recursos Humanos	1.000.000,00	138.878,00	136.915,00	136.915,00	-
0007-Capacitação de Recursos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda	1.000.000,00	138.878,00	136.915,00	136.915,00	010
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	4.873.000,00	4.913.700,00	4.912.969,30	4.912.969,30	-
0033-Concessão de Benefícios aos Servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda	4.873.000,00	4.913.700,00	4.912.969,30	4.912.969,30	007, 008 e 009
Total Geral	5.873.000,00	5.052.578,00	5.049.884,30	5.049.884,30	-

Execução Física

Ação/Subtítulo	Meta Prevista na LOA	Meta realizada em 2010	Público Alvo	Nº da Etapa SAG
0007-Capacitação de Recursos Humanos da SEDEST	1.870 pessoas/ano	Capacitação de 298 servidores	Servidores da SEDEST	010

Ação/Subtítulo	Meta Prevista na LOA	Meta realizada em 2010	Público Alvo	Nº da Etapa SAG
0033-Concessão de Benefícios aos Servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda	1.990 pessoas/mês	Concessão de auxílio transporte, auxílio alimentação e creche aos servidores da SEDEST com média mensal de 1.363 (transporte), 1.956 (alimentação) e 239 (auxílio creche)	Servidores da SEDEST	007, 008 e 09

3. Programa 1300-Difusão e Promoção Cultural

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2007-Promoção de Atividades Culturais	1.850.000,00	-	-	-	-
9672-Eventos Com Idosos Promovidos pela Amo (Lei Nº 4128/2008)	450.000,00	-	-	-	032
9673-Apoio a Realização de Eventos Esportivos da Associação Monte das Oliveiras - Amo	500.000,00	-	-	-	033
9674-Apoio a Realização de Eventos Esportivos da Amo (Lei Nº 4128/2008)	450.000,00	-	-	-	034
9675-Apoio a Eventos com Idosos Promovidos Pela Amo (Lei Nº 4128/2008)	450.000,00	-	-	-	035

Não houve execução de ações neste programa, os créditos orçamentários foram cancelados.

4. Programa 0001 - Programa para Operação Especial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9050-Programa para operação especial	3.214.000,00	2.748.160,00	2.731.392,72	2.730.408,54	-
0020-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da SEDEST	3.214.000,00	2.748.160,00	2.731.392,72	2.730.408,54	036

Execução Física

Ação/Subtítulo	Meta Prevista na LOA	Meta realizada em 2010	Público Alvo	Nº da Etapa SAG
0020-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da SEDEST	45 pessoas/mês	Realizar ressarcimentos, indenizações e Restituições da SEDEST a 42 servidores	Servidores da SEDEST	036

5. Programa 1461- Proteção Social Básica

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
4012-Socorro Social	100.000,00	-	-	-	-
9669-Casa de Recuperação Mulheres de Deus (CRMD)	100.000,00	-	-	-	031
6356-Serviços de Proteção Social Básica às Famílias	2.500.000,00	1.631.500,00	1.631.500,00	1.631.500,00	-
9664-Promoção da Inclusão Social no DF	2.500.000,00	1.631.500,00	1.631.500,00	1.631.500,00	014

6. Programa 1462 - Proteção Social Especial

Execução Orçamentária e Financeira

Não houve execução de ações neste programa, os créditos orçamentários foram cancelados.

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
6353-Serviços Específicos de Proteção Social Especial	50.000,00	-	-	-	-
9660-Apoio aos Projetos Sociais Desenvolvidos pela Associação dos Surdos do Gama, Santa Maria e Entorno	50.000,00	-	-	-	011

Não houve execução de ações neste programa, os créditos orçamentários foram cancelados.

7. Programa 1463 - Qualificação Social e Profissional**Execução Orçamentária e Financeira**

Não houve execução de ações neste programa, os créditos orçamentários foram cancelados.

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2579-Capacitação dos Beneficiários do Pró-Família	720.000,00	-	-	-	-
8394-Capacitação dos Beneficiários dos Programas Sociais do Governo do Distrito Federal e Pessoas Carentes	20.000,00	-	-	-	015
9665-Capacitação Profissional dos Beneficiários dos Programas Sociais do GDF, Seus Familiares e Pessoas Carentes	700.000,00	-	-	-	016

8. Programa 1464 - Responsabilidade Social e Segurança Alimentar**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2094-Promoção de Assistência Social Comunitária	6.033.000,00	4.874.599,00	4.747.898,20	4.747.898,20	-
6943-Promoção da Educação Alimentar e Nutricional	125.000,00	118.779,00	-	-	025
7886-Complementação Alimentar para Mulheres Gestantes	752.000,00	-	-	-	026
7887-Concessão de Enxoval para Mulheres Gestantes	4.956.000,00	4.755.820,00	4.747.898,20	4.747.898,20	017
9666-Apoio aos Atendimentos Realizados pela Pestolozzi em Brasília	200.000,00	-	-	-	018
4944-Manutenção do Programa Renda Universidade	15.069.668,00	9.616.387,00	9.551.482,69	7.410.443,94	-
5028-Bolsa Universitária	15.069.668,00	9.616.387,00	9.551.482,69	7.410.443,94	030
5762-Construção de Restaurante Comunitário	-	1.400.000,00	-	-	-
8584-Construção de Restaurante Comunitário do Sol Nascente	-	1.400.000,00	-	-	037
Total Geral	21.102.668,00	14.490.986,00	14.299.380,89	12.158.342,14	-

Execução Física

Ação/Subtítulo	Meta Prevista na LOA	Meta realizada em 2010	Público Alvo	Nº da Etapa SAG
7887-Concessão de Enxoval para Mulheres Gestantes	41 unidades/ano	26.870 mulheres atendidas com o kit maternidade contendo 22 itens	Mulheres gestantes carentes	017
5028-Bolsa Universitária	3.200 pessoas/ano	Média mensal de 2.091 estudantes atendidos	Universitários carentes	030

9. Programa 1466 - Fomento ao Emprego, Trabalho e Renda**Execução Orçamentária e Financeira**

Não houve execução de ações neste programa, os créditos orçamentários foram cancelados

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2043-Apoio às Ações de Cooperativismo e Associativismo	-	100.000,00	-	-	-
9713-Apoio às Atividades da Casa do Ceará	-	100.000,00	-	-	-

10. Programa 1500 - Fortalecimento das Famílias de Baixa Renda**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2094-Promoção de Assistência Social Comunitária	300.000,00	-	-	-	-
9662-Apoio ao Projeto Vitrine Social	300.000,00	-	-	-	-

Não houve execução de ações neste programa, os créditos orçamentários foram bloqueados.

11. Programa 1501- Defesa e Garantia dos Direitos Humanos**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2094-Promoção de Assistência Social Comunitária	580.000,00	-	-	-	-
9659-Projeto Cão Guia de Cegos" Desenvolvido Pelo Integra"	130.000,00	-	-	-	001
9661-Apoio ao Projeto Cão-Guia de Cegos.	200.000,00	-	-	-	012
9667-Apoio às Atividades da Associação Pestalozzi.	200.000,00	-	-	-	019
9668-Mapeamento das Instituições de Promoção e Preservação da Cultura Afrodescendente no DF e Entorno	50.000,00	-	-	-	020

Não houve execução de ações neste programa, os créditos orçamentários foram bloqueados.

12. Programa 1750 - Vida Melhor**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
4015-Cesta Verde	6.384.000,00	16.390.608,00	16.368.851,98	16.368.851,98	-
0001-Cesta Verde	6.384.000,00	16.390.608,00	16.368.851,98	16.368.851,98	027
4016-Bolsa Social	27.592.000,00	37.680.289,00	37.680.289,00	37.680.289,00	-
0001-Bolsa Social	27.592.000,00	37.680.289,00	37.680.289,00	37.680.289,00	021
4041-Nutrido a Mesa	10.708.000,00	12.700.000,00	12.699.702,78	11.280.262,25	-
0002-Nosso Pão	10.708.000,00	12.700.000,00	12.699.702,78	11.280.262,25	028
4042-Restaurante Comunitário	15.824.000,00	15.147.131,18	15.102.017,07	14.851.178,76	-
0001-Restaurante Comunitário	15.824.000,00	15.147.131,18	15.102.017,07	14.851.178,76	029
4043-Bolsa Escola	42.074.000,00	51.366.521,00	51.366.519,00	51.366.519,00	-
0001-Bolsa Escola	42.074.000,00	51.366.521,00	51.366.519,00	51.366.519,00	022
4044-Bolsa Alfabetização	1.627.000,00	165.082,00	164.168,00	164.168,00	-
0001-Bolsa Alfabetização	1.627.000,00	165.082,00	164.168,00	164.168,00	023
9094-Isenção de Tarifas Públicas	2.032.000,00	1.032.000,00	1.032.000,00	935.368,39	-
0001-Isenção de Tarifas Públicas de Energia Elétrica, Água e Esgoto	2.032.000,00	1.032.000,00	1.032.000,00	935.368,39	024
Total Geral	106.241.000,00	134.481.631,18	134.413.547,83	132.646.637,38	-

Execução Física

Ação/Subtítulo	Meta Prevista na LOA	Meta realizada em 2010	Público Alvo	Nº da Etapa SAG
0001-Cesta Verde	5.000 famílias/mês	Média de 14.132 famílias/mês	Pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social	027
0001-Bolsa Social	45.000 famílias/mês	Média de 40.690 famílias/mês		021
0002-Nosso Pão	62.000 famílias/mês	Média de 48.151 famílias/mês		028
0001-Restaurante Comunitário	9.200.000Refeições/ano	7.020.360 refeições fornecidas		029
0001-Bolsa Escola	63.000 famílias/mês	Média de 53.647 famílias/mês		022
0001-Bolsa Alfabetização	5.000 pessoas/mês	Média de 459 pessoas/mês		023
0001-Isenção de Tarifas Públicas de Energia Elétrica, Água e Esgoto	11.000 famílias/mês	Média de 4.750 famílias/mês		024

Atendimento realizado de 2007 a 2010

Programas	Atividades	Atendimentos Realizados				
		Especificação	2007	2008	2009	2010
Responsabilidade Social e Segurança Alimentar	Renda Universitária	Atendimentos	8.455	3.697	1.136	170
	Bolsa Universitária	Atendimentos	-	-	16.519	24.922
Vida Melhor	Bolsa Escola	Atendimentos	-	597.764	633.698	643.765
	Cesta Verde	Atendimentos	212.245	168.912	169.999	169.581
	Leite da Solidariedade	Atendimentos	557.260	506.629	527.701	-
	Nosso Pão	Atendimentos	557.260	506.629	527.701	577.817
	Restaurante Comunitário	Atendimentos	3.896.187	4.786.387	7.004.755	7.020.360
	Bolsa Social	Atendimentos	301.052	307.696	370.168	488.282
	Isenção de Tarifas Públicas	Atendimentos	2.368	62.545	61.560	56.994
Bolsa Alfabetização	Atendimentos	-	-	3.031	5.508	

Obs: Para as atividades com produto definido como atendimentos realizados, foi computado o somatório de pessoas assistidas mensalmente.

13. Programa 0208 - Proteção Social a Indivíduos e Famílias**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2094-Promoção de Assistência Social Comunitária	70.000,00	-	-	-	-
9663-Apoio ao Projeto Cão Guia de Cegos" do Instituto Integra"	70.000,00	-	-	-	-

Não houve execução de ações neste programa, os créditos orçamentários foram bloqueados.

14. Programa 2403 - Proteção e Cuidado Infantil**Execução Orçamentária e Financeira**

Não houve execução de ações neste programa, os créditos orçamentários foram bloqueados.

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
6199-Proteção Social Básica	110.000,00	-	-	-	-
9670-Apoio aos Projetos Sociais Desenvolvidos pela Associação da Criança e do Adolescente - ACA - Santa Maria	30.000,00	-	-	-	-
9671-Manutenção de Menores em Regime de Abrigo Mantido pelo Lar São José em Taguatinga	80.000,00	-	-	-	-

15. Convênios com a Área Federal

Órgão Concedente	Objeto	Valor Repassado	Valor Executado
Ministério da Integração Nacional	Capacitação profissional para adolescentes no projeto Juventude e Cidadania	200.450,00	223.506,46
Ministério da Justiça	Cooperação dos partícipes na implementação do projeto na capacitação de Mulheres da Paz/MJ – Convenio 531/2008	900.000,00	799.217,39
Ministério da Justiça	Cooperação dos partícipes na implementação do projeto na capacitação de Mulheres da Paz/Pronasci/MJ	825.448,50	673.900,00

16. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) preconiza que “a família é o núcleo familiar, espaço insubstituível de proteção e socialização primárias, independente dos formatos, modelos e feições que ele tem assumido com as transformações econômicas, sociais e culturais contemporâneas”. Para isso, prevê o atendimento à população em situações de vulnerabilidade e risco social e passou a ser entendida como dever do Estado e direito do cidadão.

Para cumprir os objetivos traçados para 2010 e seguindo os princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no DF, a SEDEST reorganizou os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com as funções que os profissionais da área desempenham e o universo de pessoas que deles necessitam e suas complexidades. Para isso foi realizada uma regulação sistemática que deu sustentação à concepção unificada do SUAS, por meio de decretos, portarias, manuais, guias, formulários, normas operacionais, dentre outros, garantindo assim a permanência dos serviços contínuos, organizados por níveis de proteção social básica (preventiva) e especial (situações de violação de direitos).

Em 2010, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), implantado no Distrito Federal por força da Lei 4.176/2008, esteve no cerne das decisões da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST), representando um dos principais avanços no âmbito da Política de Assistência Social do Distrito Federal desde 2009. Foram estabelecidos padrões de serviços, que passaram

a ser assimilados, progressivamente, nas ações de Assistência Social, amparados por novos dispositivos legais e normativos:

A Subsecretaria de Assistência Social (SUBSAS) é responsável, no âmbito da SEDEST, pela implementação das ações da Assistência Social, enquanto política pública garantidora de direitos de cidadania, respondendo pela vigilância e proteção sociais, implementando e ofertando à população do DF, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, imprescindíveis à população.

A operacionalização da política se dá em consonância com a Lei Distrital nº. 4.176, de 16/07/2008, que ordena as ações de assistência social implementadas no âmbito do DF, cabendo ressaltar que o Distrito Federal foi o primeiro ente federado a dispor de uma lei própria instituindo o SUAS.

As ações socioassistenciais são ofertadas diretamente por meio dos seguintes equipamentos de proteção social:

- 26 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- 08 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);
- 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CREAS POP RUA);
- 10 Centros de Orientação Socioeducativa (COSE),
- 01 Centros de Convivência de Idosos (CCI),
- 01 Centros de Referência de Convivência Intergeracional (CRECI);
- 05 Núcleos da Coordenadoria de Ações Especiais (CAES);
- 05 Unidades de Acolhimento (UACs), e de forma complementar, por meio de 90 entidades da Rede conveniada.

A SUBSAS é composta por 4 (quatro) diretorias: Diretoria de Proteção Social Básica, Diretoria de Proteção Social Especial, Diretoria de Benefícios Assistenciais, Diretoria de Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e, 01 (uma) Coordenadoria de Ações Especiais.

Tem suas competências e de suas unidades orgânicas definidas no Decreto nº. 28.026, de 08 de junho de 2007.

No âmbito de seu Gabinete responsabiliza-se pela gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, compreendendo planejamento, estruturação de rede de proteção social; vigilância social com realização de estudos e pesquisas diversos; realização de fóruns, conferências e seminários no DF; discussão, pactuação e organização da política; estruturação de sistema de informações, monitoramento e avaliação do SUAS; qualificação de gestores, operadores da Rede Socioassistencial e conselheiros do Conselho de Assistência Social do DF; divulgação das ações e direitos socioassistenciais; regulamentação do SUAS no DF; redesenho de processos internos do órgão gestor da política no DF, entre outras.

Ocupa-se ainda, de ações administrativas estratégicas referentes à instrução e movimentação de processos e demais expedientes, elaboração de relatórios e pareceres,

16.1. Unidades Subordinadas à SUBSAS

16.1.1. Diretoria de Proteção Social Básica – DPSB

A Diretoria de Proteção Social Básica é órgão vinculado a Subsecretaria de Assistência Social e tem na sua estrutura orgânica 03 (três) gerências, por meio das quais atua na prevenção dos riscos de

famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade pessoal e social, com ações de desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo operada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), outras Unidades Públicas e pela rede conveniada do Distrito Federal. Operacionaliza ações de natureza continuada, compreendendo projetos, atividades, serviços e benefícios que viabilizarão a Política de Assistência Social no Sistema Único de Assistência Social do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 4.176, de 16 de julho de 2008, sem prejuízo daquelas constantes na Lei Orçamentária Anual.

Gerência de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – GSAIF

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Proteção Social Básica, responsável pela oferta dos serviços e ações complementares a seguir:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF
- Serviço de Proteção Social no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas
- Ações complementares e articuladas ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família/PAIF:
 - Projeto de Promoção da Inclusão Socioprofissional e Socioprodutiva de famílias e indivíduos - Com Licença Eu Vou à Luta
 - Projeto de Promoção da Inclusão Socioprofissional e Socioprodutiva de famílias e indivíduos - Olaria Comunitária
 - Projeto de Promoção da Inclusão Socioprofissional e Socioprodutiva de famílias e indivíduos - Promotoras da Paz
 - Projeto de Promoção da Inclusão Socioprofissional e Socioprodutiva de famílias e indivíduos - Carnaval Indústria Social
 - Projeto de Trabalho Técnico Social – apoio às famílias em processo de assentamento ou realocação

A GSAIF tem sob sua subordinação, 26 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Gerência de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – GSCOF

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Proteção Social Básica, responsável pela oferta dos serviços, programas e projetos:

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:
 - para Crianças de até 6 anos – Projeto Lares de Cuidados Diurnos
 - para Crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos
 - para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos – Centros de Convivência
 - para Jovens de 15 a 17 anos - Programa ProJovem Adolescente
 - para Jovens de 6 a 15 anos – Projeto “ExpressAção” Unidade Móvel
 - para todos os ciclos de vida – Intergeracional
 - para Idosos
 - para Idosos – Projeto Mestre do Saber

A GSCOF tem sob sua subordinação, 10 Centro de Orientação Socioeducativa (COSE), 1 Centro de Convivência de Idosos (CCI) e 01 Centro de Referência de Convivência Intergeracional (CRECI), localizados nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Gerência de Projeto de Trabalho Técnico Social - GPTTS

A Gerência de Projetos de Trabalho Técnico Social (GPTTS) foi criada pelo Decreto nº. 30.614, de 21 de julho de 2009, publicado no DODF de 22 de julho de 2009 art. 2 alínea c, com a finalidade de acompanhar a execução dos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) em parceria com a CAIXA/PAC e Banco Mundial.

A operacionalização desse trabalho envolve, primordialmente, a proteção e atendimento às famílias e indivíduos das comunidades inseridas em processos decorrentes de regularização fundiária, localizadas preferencialmente nas Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS, definidas pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT - Lei Complementar Nº. 803/2009 (anexo I e II) e compreendidas em territórios de alta vulnerabilidade.

16.1.2. Diretoria de Proteção Social Especial - DPSE

A Diretoria de Proteção Social Especial é órgão vinculado à Subsecretaria de Assistência Social e tem na sua estrutura orgânica 02 (duas) gerências, às quais estão subordinadas unidades de execução operacional, que atendem famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados, por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.

As ações da DPSE tem natureza protetiva e continuada, compreendendo projetos, atividades, serviços e benefícios que viabilizarão a Política de Assistência Social no Sistema Único de Assistência Social do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 4.176, de 16 de julho de 2008, sem prejuízo daquelas constantes na Lei Orçamentária Anual: Requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comporta encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção. As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

Gerência de Serviços Especializados a famílias e Indivíduos - GSAEFI

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Proteção Social Especial, responsável pela oferta dos serviços de proteção social de média complexidade:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – Programa de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – Programa de enfrentamento a situações de trabalho infantil;
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias;

- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;
- Ação Socioassistencial de Natureza Especial – atendimento em Plantão Social;
- Ação Socioassistencial de Natureza Especial – Atendimento às Famílias de Pessoas Desaparecidas;
- Ação Socioassistencial de Natureza Especial – Atendimento a Vítimas de Discriminação Sexual, Racial e/ou Religiosa.

A GSAEFI tem sob sua subordinação, 08 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), e 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CREAS – POP RUA), localizados nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Gerência de Serviços de Acolhimento - GSAC

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Proteção Social Especial, responsável pela oferta dos serviços e projetos de proteção social de alta complexidade:

- Serviço de Acolhimento Institucional:
 - para crianças e adolescentes em Abrigo Institucional
 - para crianças e adolescentes em Casa Lar
 - para adultos e famílias em Abrigo Institucional
 - para adultos e famílias em Casa de Passagem
 - para adultos para mulheres em Casa de Passagem
 - para jovens e adultos com deficiência em Residências Inclusivas
 - para idosos em Casa Lar
 - para idosos em Abrigo Institucional
- Serviço de Acolhimento em Repúblicas
 - para jovens;
 - para adultos em processo de saída das ruas
 - para idosos
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes
- Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências
- Projeto de Acolhimento para adultos e famílias em situação de rua na rede privada de hospedagem “Noite Acolhedora”.

A GSAC tem sob sua subordinação, 05 Unidades de Acolhimento, localizadas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

16.1.3. Coordenadoria de Ações Especiais – CAES

A Coordenadoria de Ações Especiais, órgão vinculado a Subsecretaria de Assistência Social é equipamento público de natureza estatal que tem por finalidade atender a população em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social no âmbito do Distrito Federal. A CAES executa ações da Proteção Social Especial por meio de 05 núcleos especializados.

Núcleo de Atendimento às Pessoas em Plantão Social – NUAPS

Desempenha inúmeras atividades, como o atendimento emergencial às famílias, seus membros e indivíduos em situação de violação de direitos, abordados nas operações integradas com foco em população em situação de rua.

Averigua denúncias de violações de direitos recebidas na Central SOS Cidadão e na Ouvidoria do GDF; ações emergenciais de acolhida e localização dos responsáveis por crianças e adolescentes perdidos ao longo dos eventos promovidos por órgãos governamentais do DF e do Governo Federal e órgãos não-governamentais, nas diversas Regiões Administrativas do DF; acolhimento e encaminhamento aos responsáveis, de crianças e adolescentes oriundos das Varas da Infância e da Juventude, Juizado Especial Criminal, Delegacia da Criança e do Adolescente e similares; atendimento, registro e encaminhamentos das denúncias recebidas na Central de Denúncias de Violações de Direitos – Central SOS Cidadão.

Funciona 24 horas prestando atendimento às demandas dos outros núcleos fora de seus horários de atendimento.

Oferta Ação Socioassistencial de Natureza Especial – atendimento em Plantão Social.

Núcleo Especializado de Abordagem Social – NUASO

Atua por meio de abordagem sistemática com o objetivo de acolher a população em situação de rua, conforme projeto político-pedagógico específico, em consonância com a regulação da política e do SUAS, especialmente, da Política Nacional para a População em Situação de Rua (instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009).

Oferta o Serviço de Abordagem Social.

Núcleo de Atenção à Diversidade e Intolerância Sexual, Religiosa e Racial – NUDIN

Representa uma referência no atendimento às vítimas de discriminação sexual, religiosa e racial no Distrito Federal, que objetiva garantir o respeito à diversidade, às matrizes culturais e construir identidades visando o resgate da dignidade da pessoa discriminada.

Oferta a Ação Socioassistencial de Natureza Especial – Atendimento a Vítimas de Discriminação Sexual, Racial e/ou Religiosa.

Núcleo de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências Sociais – NUCPE

Presta atendimento emergencial a indivíduos e famílias expostos a situações temporárias causadas por eventos imponderáveis e incertos proporcionados por calamidades públicas, decorrentes de risco ambiental ou climático, além de atuar de forma preventiva e protetiva em remoções de grupos populacionais que ocupam irregularmente áreas públicas e de proteção ambiental, realizando o cadastro socioassistencial e encaminhamentos pertinentes.

Oferta o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Atendimento a Famílias de Pessoas Desaparecidas – NUAPD

Unidade especializada em acompanhar os casos de desaparecimento de pessoas, mais especificamente, crianças, adolescentes, adultos com deficiência mental ou distúrbio psiquiátrico e idosos, atendendo as famílias e realizando o cadastro do desaparecimento, orientações aos familiares, confecção e distribuição de cartazes, divulgação do desaparecimento através de sites, mailing e redes parceiras, articulação com outros Estados, sistematização das informações à respeito dos casos existentes no Banco de Dados. As famílias são acompanhadas pelos CREAS.

Oferta a Ação Socioassistencial de Natureza Especial – Atendimento às Famílias de Pessoas Desaparecidas

16.1.4. Diretoria de Benefícios Assistenciais

A Diretoria de Benefícios Assistenciais é órgão vinculado a Subsecretaria de Assistência Social e tem na sua estrutura orgânica 02 (duas) gerências, que garantem a operacionalização dos Benefícios eventuais de assistência social no DF. Os Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, de morte, situações de vulnerabilidade temporária, desastre e/ou de calamidade pública e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Gerência de Benefícios Assistenciais - GEBAS

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Benefícios Assistenciais, responsável pela operacionalização de:

Benefícios Eventuais de Assistência Social:

- a) Auxílio por Natalidade;
- b) Auxílio por Morte
- c) Auxílio em Situação de Vulnerabilidade Temporária
- d) Auxílio em Situações de Desastre e/ou Calamidade Pública

A GEBAS tem sob sua subordinação, o Núcleo de Benefícios Eventuais e o Núcleo de Benefício de Prestação Continuada, localizados no Plano Piloto.

Gerência do Benefício de Bolsas Sociais - GEBBS

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Benefícios Assistenciais, responsável pela operacionalização e concessão de bolsas sociais aos usuários da política de assistência social no DF. A GEBBS tem sob sua subordinação o Núcleo do Benefício de Bolsas Sociais, localizado no Plano Piloto.

16.1.5. Diretoria da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSAP

A Diretoria da Rede Socioassistencial Privada do SUAS é órgão vinculado a Subsecretaria de Assistência Social, recentemente criado para acompanhar, supervisionar e monitorar as entidades da Rede Socioassistencial Privada, vinculada à Política de Socioassistencial do Distrito Federal.

Em 2010, houve maior e melhor adequação da estrutura orgânica da SEDEST ao novo desenho da Política da Assistência Social. Hoje, a SEDEST conta oficialmente na execução direta dos serviços socioassistenciais com 26 (vinte e seis) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 10 (dez) Centros de Orientação Socioeducativa (COSE), 08 (oito) Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 05 (cinco) Unidades de Alta Complexidade, 01 (um) Centro de Convivência do Idoso, 01(um) Centro Intergeracional e 01 (um) CREAS População de Rua (CREAS POP), representando uma maior capilaridade de atendimento e acolhimento da população mais vulnerável do DF.

Além disso, a SEDEST conta com a parceria de 85 (oitenta e cinco) Entidades e Organizações de Assistência Social, as quais, juntamente com os equipamentos públicos, compõem a Rede Socioassistencial do Distrito Federal, e complementam a execução de ações socioassistenciais e socioeducativas.

Soma-se a isso, o investimento na gestão de pessoas, em cumprimento ao que preconiza a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH, da Política Nacional de Assistência Social –

PNAS, notadamente a ampliação do número de profissionais concursados da Carreira de Pública de Assistência Social. Por força da Lei nº. 4050/2009, de 23/12/2009, ao longo deste exercício, houve a continuidade da reestruturação da carreira, por meio de concurso público em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUS), sendo nomeados e empossados 31 (trinta e um) Especialistas em Assistência Social, na especialidade de Educador Social, e 162 (cento e sessenta e dois) Técnicos em Assistência Social, nas especialidades de Agente Social (144) e Cuidador Social (18).

Destaque se dá também em 2010, ao estudo “Estabelecimento dos Pisos da Proteção Social, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, destinado a nortear a definição de custeio de serviços, programas e projetos socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Cabe registrar a transversalidade das Políticas de Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional, que juntamente com a Política de Assistência Social oferecem uma gama de serviços e benefícios à população do Distrito Federal. Em 2009, por força de Lei 4.208, de 25 de setembro de 2008, que criou o Programa Vida Melhor, com o objetivo de unificar os procedimentos de gestão e das ações de segurança alimentar e de transferência de renda.

A Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUBSAN) também ampliou sua capacidade de prestação de serviços à população do Distrito Federal em 2010. Conta hoje com 11 (onze) Restaurantes Comunitários, sendo que as unidades do Gama e de Brazlândia foram construídos e inaugurados em 2010, garantindo, assim, alimentação de qualidade à população do Distrito Federal, a preços de R\$ 1,00 por usuário.

Em 2010, a Subsecretaria de Transferência de Renda (SUTRAR), ampliou, em média (28 %), o número de famílias beneficiárias da Bolsa Social, quando comparado com igual período em 2009, representando um universo em torno de 44.916 famílias atendidas. Além disso, por meio de execução indireta, procedeu a unificação das bases de dados dos programas sociais, garantindo maior transparência, eficiência e eficácia na concessão dos programas de transferência de renda do Governo do Distrito Federal.

A Subsecretaria de Planejamento e Gestão da Informação, no âmbito da gestão da informação, realizou, com execução indireta, o Primeiro Censo de População em Situação de Rua do Distrito Federal, conhecer a “população invisível” do Distrito Federal para subsidiar a definição de políticas públicas voltadas para esse segmento. Realizou também, em parceria com o Departamento de Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, a Pesquisa Socioeconômica das Áreas de Vulnerabilidade e Risco Social, que tem como objetivo fazer o mapeamento das áreas e conhecer o perfil da população mais vulnerável do Distrito Federal. Está em fase de início da quinta e última fase da pesquisa, compreendendo o período de outubro/2010 a fevereiro/2011, quando será executada a elaboração de gráficos e dados; apresentação e discussão dos resultados parciais e finais para a SEDEST; a definição da estrutura do relatório final, análise dos dados sistematizados, elaboração do Relatório Analítico Parcial da Pesquisa, a ser entregue em dezembro de 2010 à SEDEST e, finalmente, elaboração do Relatório Analítico Final, a ser entregue até 26 de fevereiro de 2011.

Em síntese, em 2010, a SEDEST conseguiu consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), quebrando paradigmas na concepção e execução de uma política pública social, por meio do

estabelecimento de um novo ordenamento jurídico; do investimento na gestão de pessoas e da adequação da sua infraestrutura, dando suporte administrativo às ações desenvolvidas.

Com relação ao orçamento para 2010, vale ressaltar que a SEDEST apresentou proposta em agosto de 2009, no montante de R\$ 380.451.400,00 (trezentos e oitenta milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e quatrocentos reais) para a Unidade Orçamentária 17.101 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, e de R\$ 159.778.793,00 (cento e cinquenta e nove milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa e três reais), para a Unidade Orçamentária 17.902 – Fundo de Assistência Social. As referidas propostas foram rejeitadas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), sob a alegação de que os valores extrapolavam o disponível (teto orçamentário) ou o valor previsto. A partir de então, intensa discussão foi iniciada sobre os valores propostos pela SEDEST e aqueles que a SEPLAG insistia em adotar como proposta.

Assim sendo, foi lançada pela SEPLAG uma proposta orçamentária para a SEDEST, proposta esta inserida de maneira aleatória e com valores totalmente insuficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos. A LOA de 2010 sofreu uma redução de 24,7% na U.O. 17.902 e manteve praticamente o mesmo valor na U.O. 17.101 em relação a 2009, retardando a implementação de importantes ações no âmbito das políticas de proteção social do Governo do Distrito Federal em 2010, o que já representa um déficit no investimento no campo social do Distrito Federal, com impacto negativo na execução dos serviços socioassistenciais.

A situação ficou ainda mais difícil quando, em fevereiro/2010, a SEPLAG contingenciou o montante de R\$ 21.992.379,00 (vinte e um milhões, novecentos e noventa e dois mil, trezentos e setenta e nove reais),.

A falta de crédito orçamentário em 2010 e o contingenciamento realizado provocaram difíceis negociações para que fossem liberados mais recursos orçamentários para dar continuidade às atividades prioritárias, como os programas de transferência de renda (bolsas, cestas, pão e leite) e cumprimento das obrigações contratadas junto às Entidades Não-Governamentais, conveniadas para atender crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

Nesse contexto, a falta de recursos orçamentários e financeiros fez com que a execução dos programas, projetos e serviços sofressem atrasos na sua execução, com reflexo no cumprimento de metas e no cancelamento de algumas atividades previstas para 2010.

Os resultados apresentados neste relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e colaboradores, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades socioassistenciais e socioeducacionais, com foco na garantia de direitos da população mais vulnerável do Distrito Federal.

9.1. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DF

Instituído por força da Lei Complementar nº. 08, de 19 de dezembro de 1995, o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal – FAS/DF é um mecanismo especial de captação de receitas vinculadas à realização de ações relevantes de Assistência Social no âmbito do Distrito Federal, tal como previsto no art. 14, da Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS).

Vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal - SEDEST, o FAS/DF tem por objetivo prover recursos e meios capazes de garantir, de forma ágil, sistemática e continuada o financiamento de benefícios, serviços, programas e projetos de que trata a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2371-Capacitação de Gestores e Operadores	100.000,00	270.397,00	270.396,00	270.396,00	-
0016-Capacitação de Gestores, Operadores da Rede Socioassistencial e Conselheiros do Conselho de Assistência Social no Distrito Federal.	100.000,00	270.397,00	270.396,00	270.396,00	005
2598-Realização de Fóruns, Conferências e Seminários	100.000,00	-	-	-	-
7899-Realização de Fóruns, Conferências e Seminários no Distrito Federal	100.000,00	-	-	-	001
3711-Realização de Estudos e Pesquisas Diversos	500.000,00	1.121.486,00	1.121.485,76	1.072.272,22	-
0008-Realização de Estudos e Pesquisas Diversos	500.000,00	1.121.486,00	1.121.485,76	1.072.272,22	002
3903-Reforma de Prédios e Próprios	2.250.000,00	1.779.253,00	1.779.252,64	1.779.252,64	-
7886-Reforma de Centros de Orientação Socioeducativa	1.250.000,00	779.253,00	779.252,65	779.252,65	035
7885-Reforma de Centros de Referência da Assistência Social	1.000.000,00	1.000.000,00	999.999,99	999.999,99	034
5170-Estruturação de Sistema de Informações Estratégicas	2.705.375,00	2.433.615,00	2.120.225,41	1.815.925,68	-
0002-Gestão Descentralizada do Bolsa Família - IGD	1.805.375,00	2.433.615,00	2.120.225,41	1.815.925,68	003
0001-Desenvolvimento de Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Assistência Social	900.000,00	-	-	-	004
Total Geral	5.655.375,00	5.604.751,00	5.291.359,81	4.937.846,54	-

Execução Física

Ação/Subtítulo	Meta Prevista na LOA	Meta Realizada em 2010	Público Alvo	SAG
0016-Capacitação de Gestores, Operadores da Rede Socioassistencial e Conselheiros do Conselho de Assistência Social no DF.	04 unidades	Realização de capacitação sobre a implantação das SUAS no DF pelo Instituto Vidas Parceiras	Gestores, operadores e conselheiros do CAS/DF	005
0008-Realização de Estudos e Pesquisas Diversos	01 unidade	Realização de pesquisa pelo DIEESE das áreas de vulnerabilidade do DF	População em situação de vulnerabilidade e risco social	002
7886-Reforma de Centros de Orientação Socioeducativa	10.000 m2	Realização de reformas dos Coses Gama Oeste e Ceilândia Sul	População em situação de vulnerabilidade e risco social	035
7885-Reforma de Centros de Referência da Assistência Social	1.000 m2	Reforma dos CRAS da Ceilândia Norte, Ceilândia Sul e Gama	População em situação de vulnerabilidade e risco social	034
0002-Gestão descentralizada do Bolsa Família - IGD	01 unidade	Realização de pesquisa escolar do PETI e prestação de serviços de transporte para os usuários do CRAS/Cose	População em situação de vulnerabilidade e risco social	003

2. Programa 1461 – Produção Social Básica**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
3012-Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	-
9685-Auxílio a Instituição Assistência Social Casa Azul em Samambaia	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	036
6356-Serviços de Proteção Social Básica as Famílias (EP)	22.699.400,00	32.473.289,00	30.567.705,99	30.136.443,03	
0001-Serviço de Atenção Integral as Famílias - PAIF	4.098.000,00	4.845.331,00	3.615.073,07	3.324.844,67	037
0007-Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva - Projeto Mulheres da Paz	570.400,00	2.537.931,00	1.918.314,77	1.891.063,93	038
0008-Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva - Projeto Olaria Ecológica	50.000,00	36.347,00	-	-	039
0008-Devolver saldo não aplicado de convênio	-	173.000,00	172.123,63	172.123,63	077
0009-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Atenda Família	3.200.000,00	5.230.000,00	5.230.000,00	5.116.103,88	040
0010-Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva - Projeto Expressão	11.000.000,00	16.723.000,00	16.723.000,00	16.723.000,00	041
0012-Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva Para Jovens e Adultos - Rede Conveniada	800.000,00	734.880,00	723.751,92	723.751,92	042
8660-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Óculos Social	643.751,00	-	-	-	051
8659-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Bom Viver Cidadão	80.000,00	-	-	-	050
8658-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Sonho de Liberdade	556.249,00	-	-	-	049
8657-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Cidadania Feminina	276.000,00	-	-	-	048
8656-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Promotoras da Paz	600.000,00	730.000,00	730.000,00	730.000,00	047
8655-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Plano de Investimento Familiar	100.000,00	-	-	-	046
8654-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto com Licença Eu vou a Luta	250.000,00	868.000,00	866.150,00	866.150,00	045
8653-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Incubadora Social	225.000,00	-	-	-	044
8653- Conceder Benefícios	-	344.800,00	344.800,00	344.800,00	080
8652-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Carnaval Indústria Social	250.000,00	5.000,00	-	-	043
8652- Conceder Benefícios	-	245.000,00	244.605,00	244.605,00	079
6357-Serviços Específicos de Proteção Social Básica	26.448.900,00	33.879.751,00	30.091.255,19	29.930.189,84	-
0002-Serviço de Convivência para Crianças de 0 a 6 Anos - Rede Conveniada - OCA	10.858.275,00	16.899.217,00	15.726.777,32	15.596.292,81	015
0003-Serviço de Convivência para Crianças de 0 a 6 Anos em Lares de Cuidados Diurnos - Bolsa - OCA	1.720.000,00	2.035.000,00	2.035.000,00	2.035.000,00	016
0004-Serviço de Convivência para Idosos em Centros de Convivência - Rede Conveniada	842.400,00	700.917,00	523.238,02	523.238,02	006
7339-Serviço de Convivência para Adolescentes Jovens de 15 a 17 anos- Projeto Jovem do Futuro	1.080.000,00	1.928.200,00	1.928.200,00	1.928.200,00	018
7338-Serviço de Convivência para Jovens de 15 a 17 Anos - Projovem Adolescente - OCA	1.287.925,00	2.079.091,00	1.296.898,47	1.271.893,97	017
7340-Serviço de Convivência para Idosos - Projeto Mestre do Saber - Bolsa	622.500,00	752.500,00	749.794,60	749.794,60	007
9676-Apoio Institucional as Obras Sociais do Centro Espírita Jerônimo Candinho	250.000,00	250.000,00	-	-	022
7345-Serviço de Convivência para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 Anos - Rede Conveniada	1.000.000,00	7.845.026,00	7.368.582,19	7.363.005,85	021
7344-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de 2 a 5 Anos	1.389.800,00	927.035,00	-	-	020
7344-Devolver saldo não aplicado de convênio	-	462.765,00	462.764,59	462.764,59	076

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
7343-Serviço de Convivência para Pessoas com deficiência - Projeto Super Ação	498.000,00	-	-	-	010
7342-Serviço de Convivência para Crianças e Adolescentes de 09 a 18 Anos - Projeto Cidadão do Amanhã	6.900.000,00	-	-	-	019
6359-Ações Socioeducativas e de Convivência Geracional e Intergeracional	1.800.000,00	8.245.595,00	7.941.820,30	7.419.478,90	-
0003-Serviço de Convivência Geracional e Intergeracional de 6 a 65 Anos	1.800.000,00	8.245.595,00	7.941.820,30	7.419.478,90	052
6361-Benefícios Eventuais (EP)	3.280.750,00	3.830.750,00	3.729.155,00	3.729.155,00	-
0001-Concessão de Benefícios Eventuais - Auxílio por Morte	460.750,00	360.750,00	259.155,00	259.155,00	053
0002-Concessão de Benefícios Eventuais - Auxílio por Natalidade	820.000,00	1.020.000,00	1.020.000,00	1.020.000,00	054
0003-Concessão de Benefícios Eventuais - Atendimento a Situações de Contingências Sociais	2.000.000,00	2.450.000,00	2.450.000,00	2.450.000,00	055
Total Geral	54.329.050,00	78.529.385,00	72.429.936,48	71.315.266,77	-

Execução Física

Ação/Subtítulo	Meta Prevista na LOA	Meta Realizada em 2010	Público Alvo	SAG
6356.0001-Serviço de Atenção Integral às Famílias - PAIF	69.000 pessoas/ano	115.384 pessoas atendidas com atividades socioeducativas e de convivência	População em situação de vulnerabilidade e risco social	037
6356.0007-Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva - Projeto Mulheres da Paz	400 pessoas/mês	196 pessoas atendidas no serviço de educação socioprofissional e promoção da inclusão produtiva	Jovens expostos a violência	038
6356.0009-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Atenda Família	2.500 pessoas/mês	45.690 pessoas atendidas, com média de 3.808 pessoas/mês	População em situação de vulnerabilidade e risco social	040
6356.0010-Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva - Projeto Expressão	54.240 pessoas/ano	22.996 pessoas inscritas em oficinas de capacitação e lazer	Crianças e adolescentes	041
6356.8656-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Promotoras da Paz	500 pessoas/mês	Média mensal de 370 pessoas	Famílias em vulnerabilidade	047
6356.8654-Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto com Licença eu vou a Luta	1.000 pessoas/mês	Média mensal de 775 pessoas	Famílias em vulnerabilidade	045
6357.0002-Serviço de Convivência para Crianças de 0 A 6 Anos - Rede Conveniada - OCA	8.668 pessoas/mês	9.782 crianças atendidas no ano (média mensal de 7.447) com serviços de convivência através de 44 ENG's conveniadas	Crianças de 0 a 6 anos	015
6357.0003-Serviço de Convivência para Crianças de 0 a 6 Anos em Lares de Cuidados Diurnos - Bolsa - OCA	1.600 pessoas/mês	1.213 crianças atendidas no ano (média mensal de 890) em residências da comunidade, com serviços de convivência	Crianças de 0 a 6 anos	016
6357.0004-Serviço de Convivência para Idosos em Centros de Convivência - Rede Conveniada	800 pessoas/mês	248 pessoas atendidas no ano (média mensal de 240) com atividades de convivência através de 01 ENG conveniada	Idosos	006
6357.7338-Serviço de Convivência para Jovens de 15 a 17 Anos - Projovem Adolescente - OCA	975 pessoas/mês	1.049 pessoas atendidas no ano (média mensal de 736) com atividades pedagógicas, lazer, cultura, etc.	Jovens de 15 a 17 anos	017
6357.7339-Serviço de Convivência para Adolescente e Jovens de 15 a 17 Anos - Projeto Jovem do Futuro	900 pessoas/mês	Média mensal de 1.323 pessoas atendidas com serviços de convivência e pagamento de bolsa	Jovens de 15 a 17 anos	018
6357.7340-Serviço de Convivência para Idosos - Projeto Mestre do Saber - Bolsa	250 pessoas/mês	Média mensal de 149 idosos, como instrutores de cursos e oficinas para pessoas de 6 a 65 anos	Idosos	007
6357.7345-Serviço de Convivência Para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 Anos - Rede Conveniada	5.000 pessoas/mês	5.086 pessoas atendidas no ano (média mensal de 3.601 com atividades socioeducativas, lazer, cultura, etc.	Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos	021
0003-Serviço de Convivência Geracional e Intergeracional de 6 a 65 Anos	12.000 pessoas/mês	13.271 pessoas atendidas no ano (média mensal de 9.784) com atividades de esporte e lazer nos coases e em 4 ENG's conveniadas	Pessoas de 6 a 65 anos	052

Ação/Subtítulo	Meta Prevista na LOA	Meta Realizada em 2010	Público Alvo	SAG
0001-Concessão de Benefícios Eventuais - Auxílio Por Morte	1.700 pessoas/ano	1.330 pessoas atendidas com aquisição de urnas mortuárias para atendimento a população carente do DF	População em situação de vulnerabilidade e risco social	053
0002-Concessão de Benefícios Eventuais - Auxílio por Natalidade	41.000 pessoas/ano	8.530 pessoas atendidas	População em situação de vulnerabilidade e risco social	054
0003-Concessão de Benefícios Eventuais - Atendimento a Situações de Contingências Sociais	3.600 pessoas/mês	14.381 pessoas atendidas	População em situação de vulnerabilidade e risco social	055

Pessoas Atendidas

Atividades	2007	2008	2009	2010
Serviço de Convivência para Crianças de 0 a 6 anos – Rede Conveniada	10.304	11.344	10.477	9.782
Serviço Sócioeducativo as famílias de crianças de 0 a 6 atendidas na Rede Conveniada	3.295	4.086	-	-
Serviço de Convivência para Crianças de 0/ 6 anos em Lares de Cuidados Diurnos-LCD	563	468	990	1.213
Serviço de Convivência para idosos em Centro de Convivência – Rede conveniada	424	356	291	248
Serviço de Convivência para jovens de 15 a 17 anos - Projovem Adolescente	-	3.622	2.979	1.049
Serviço de Convivência para Adolescente e Jovens de 15 a 17 Anos - Projeto Jovem do Futuro	-	-	-	1.323
Programa Agente Jovem de desenvolvimento Humano	1.819	699	-	-
Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Atenda Família	-	-	-	45.690
Serviço de Convivência Geracional e Intergeracional de 6 a 65 anos	8.305	6.575	8.966	10.911
Serviço de Convivência Geracional e Intergeracional de 6 a 65 anos em ENG's	-	-	1.480	2.360
Projeto Expressação – Cose Móvel (inscritos)	-	3.044	25.927	22.996
Serviço de Convivência para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos – Rede Conveniada	2.760	4.818	5.080	5.086
Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva	234	499	1.494	-
Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva para Jovens e Adultos – Rede Conveniada	705	584	377	-
Conv. geracional e intergeracional em rede conveniada – Ações de Inclusão Digital/SECONCI	2.967	2.172	777	410
Conv. geracional e intergeracional em rede conveniada – Alfab. de jovens e adultos/SECONCI	240	271	307	245
Serviço de Convivência para idosos – Mestre do Saber	-	-	154	155
Programa Mãezinha Brasileira	-	-	22.451	26.870
Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto com Licença eu Vou à Luta	-	-	-	775
Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - Projeto Promotoras da Paz	-	-	-	370
Programa Mulheres da Paz	-	-	196	196
Programa Mulheres Empreendedoras	-	-	181	-
Concessão de Benefícios Eventuais – Atendimento a situações de vulnerabilidade social	-	-	7.955	14.381

Atendimentos Realizados

Atividades	2007	2008	2009	2010
Serviço de Atenção Integral às Famílias - SAIF	10.975	45.577	77.028	115.384
Serviço funerário gratuito (auxílio por morte)	1.633	1.571	1.442	1.330
Concessão de Benefícios Eventuais - Auxílio por Natalidade	-	-	-	8.530

3. Programa 1462 – Proteção Social Especial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
6352-Serviços de Proteção Social Esp. as Famílias (EP)	9.489.805,00	6.523.576,00	5.072.003,34	4.776.251,91	-
0014-Serviço de Acolhimento em República para Jovens e Adultos	150.000,00	-	-	-	061
0013-Serviço Especializado de Proteção à Famílias e Indivíduos - Atendimento no Domicílio para Idosos e Pessoas com Deficiência	373.500,00	-	-	-	060
0013-Devolver saldo de convênio não aplicado	-	4.966,00	4.965,86	4.965,86	078
0012-Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes	500.000,00	-	-	-	025
0011-Serviço de Acolhimento para Idosos e Pessoas com Deficiência em situação de Migração	74.605,00	-	-	-	059
009-Atendimento Socioassistencial a Situações de Natureza Especial	100.000,00	99.272,00	74.147,81	73.756,31	058

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
0006-Serviço de Acolhimento em Casa de Passagem para Adolescentes - Desenvolvimento e Acompanhamento	231.200,00	231.200,00	231.004,32	231.004,32	024
0005-Serviço de Acolhimento em Casas Lares para Crianças e Adolescentes - SISABRIRE	468.000,00	-	-	-	023
8646-Serviço de Atendimento Especializado de Ação Social - Atendimento Emergencial	100.000,00	-	-	-	065
8645-Serviço Especializado de Proteção às Famílias - Família é o Melhor Abrigo	100.000,00	-	-	-	064
8644-Serviço de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil Juvenil - Busca Ativa à População Infantil Juvenil	220.000,00	-	-	-	027
8643-Serviço Especializado de Proteção à Pessoa em Situação de Violência - Prevenção e Proteção à Situações de Exploração e Abuso Sexual Infantil Juvenil	542.000,00	530.263,00	261.402,18	261.402,18	026
7205-Serviço de Acolhimento em Casa de Passagem para Mulheres desabrigadas - Casa Flor - Desenvolvimento e Acompanhamento	53.000,00	303.000,00	302.694,31	302.694,31	063
7204-Serviço de acolhimento em Hospedaria para Indivíduos e Famílias - Projeto Noite Acolhedora	299.300,00	-	-	-	062
8655-Serviço de Acolhimento em Casa de Passagem para Mulheres desabrigadas - Casa Flor - Promoção e Conquista de Cidadania	100.000,00	-	-	-	068
8654-Serviço de acolhimento em Casa de Passagem para Adolescentes - Nossa Integração (Oficinas Culturais)	100.000,00	-	-	-	031
8653-Serviço de Acolhimento em Casas Lares para Crianças e Adolescentes - ABRIRE - Nossa Integração (Oficinas Culturais)	100.000,00	-	-	-	030
8652-Serviço de Acolhimento em Casas Lares para Crianças e Adolescentes - ABRIRE - Desenvolvimento e Acompanhamento	866.000,00	614.320,00	525.603,00	501.336,94	029
8651-Serviço de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil Juvenil	892.000,00	1.694.074,00	1.043.572,51	1.040.302,51	028
8650-Serviço Especializado de Proteção à Pessoa em Situação de Violência - Atendimento de Pessoas Vítimas de Discriminação em decorrência de Orientação Sexual e/ou Religiosa	240.000,00	11.881,00	11.881,00	11.881,00	067
8649-Serviço Especializado de Proteção à Pessoa em Situação de Violência - Enfrentamento a Violência e Maus Tratos contra a Pessoa Idosa	190.000,00	-	-	-	008
8648-Serviço Especializado de Proteção à Famílias e Indivíduos - Promoção Social de Direitos de Cidadania para Pessoas com Deficiência	110.000,00	-	-	-	011
8647-Serviço Especializado de Proteção à Famílias - Orientação e Apoio às Mulheres Grávidas em Situação de Alta Vulnerabilidade Pessoal e Social para enfrentar a Criação de Bebês	100.000,00	-	-	-	066
8661-Serviço de Acolhimento em abrigo para Pessoas com Deficiência Severa - Rede Conveniada	718.200,00	1.787.040,00	1.768.006,24	1.549.434,04	012
8660-Serviço de Acolhimento para Portadores de HIV - Rede Conveniada	769.500,00	-	-	-	072
8659-Serviço de Acolhimento para Usuários de Substâncias Psicoativas - Rede Conveniada	354.000,00	364.530,00	32.399,40	32.399,40	071
8658-Serviço de Acolhimento em Casas Lares Para Crianças e Adolescentes - Rede Conveniada	700.000,00	-	-	-	032
8657-Promoção e Conquista de Cidadania - Albergues para População de Rua, Famílias e Mulheres	100.000,00	96.624,00	84.277,60	80.283,93	070
8656-Serviço de Acolhimento para Catadores de Materiais Recicláveis	166.000,00	-	-	-	069
0002-Serviços Especializado de Abordagem Social em Espaços Públicos	250.000,00	770.788,00	717.661,11	675.511,11	057
0001-Serviço de Atendimento Especializado às Pessoas em Plantões Sociais	522.500,00	15.618,00	13.388,00	11.280,00	056
6353-Serviços Específicos de Proteção Social Especial (EP)	3.471.870,00	6.907.576,00	6.014.219,04	5.842.431,62	-
0006-Serviço de Acolhimento em Albergue para Indivíduos e Famílias - Desenvolvimento e Acompanhamento	650.000,00	950.000,00	949.653,65	883.553,05	073
0005-Serviço de Apoio ao Processo de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência - Rede Conveniada	1.435.000,00	2.197.646,00	2.139.486,02	2.136.281,35	014
0003-Serviço de Acolhimento em Abrigo para Crianças e Adolescentes - Rede Conveniada	199.500,00	1.646.880,00	1.328.285,01	1.265.468,39	033
0002-Serviço de Acolhimento em Abrigo para Pessoas com deficiência - Rede Conveniada	538.650,00	1.118.089,00	873.312,60	873.312,60	013

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
0001-Serviço de Acolhimento em Abrigo para Idosos - Rede Conveniada	648.720,00	994.961,00	723.481,76	683.816,23	009
Total Geral	12.961.675,00	13.431.152,00	11.086.222,38	10.618.683,53	-

Execução Física

Ação/Subtítulo	Meta Prevista na LOA	Meta Realizada Em 2010	Público Alvo	SAG
0011-Serviço de Acolhimento para Idosos e Pessoas Com deficiência em Situação de Migração	25 pessoas/ mês	349 pessoa atendidas no ano (média mensal de 52) com abrigo provisório, higiene, alimentação, etc	Idosos e pessoas com deficiência	059
009-Atendimento Socioassistencial a Situações de Natureza Especial	10.000 pessoas/ano	15.874 atendimentos realizados no SOS Cidadão, Plantão Social, abordagem de rua, localização de desaparecidos, atendimento ao migrante e apoio as famílias em situação de ocupação irregular do solo	População em situação de vulnerabilidade e risco social	058
0006-Serviço de Acolhimento em Casa de Passagem para Adolescentes - Desenvolvimento e Acompanhamento	65 pessoas/ mês	293 pessoas atendidas no ano (média mensal de 69) com acolhimento provisório, abrigo, alimentação, higiene, etc.	Adolescentes	024
8646-Serviço de Atendimento Especializado de Ação Social - Atendimento Emergencial	500 pessoas/ mês	21.638 pessoas atendidas no ano (média mensal de 1.803)	População em situação de vulnerabilidade e risco social	065
8643-Serviço Especializado de Proteção à Pessoa em Situação de Violência - Prevenção e Proteção à Situações de Exploração e Abuso Sexual Infante Juvenil	500 pessoas/ano	356 pessoas atendidas no ano (média mensal de 30) com averiguação de abuso e exploração sexual	Pessoas em situação de violência	026
7205-Serviço de Acolhimento em Casa de Passagem para Mulheres Desabrigadas - Casa Flor - Desenvolvimento e Acompanhamento	32 pessoas/ mês	195 pessoas atendidas no ano (média mensal de 34) com abrigo provisório, atendimento psicossocial, alimentação, etc	Mulheres desabrigadas	063
8652-Serviço de Acolhimento em Casas Lares para Crianças e Adolescentes - ABRIRE - Desenvolvimento e Acompanhamento	102 pessoas/ Mês	471 pessoas atendidas no ano (média mensal de 171) com abrigo, alimentação, higiene, lazer e atividades culturais	Crianças e adolescentes	029
8651-Serviço de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infante Juvenil	4.000 pessoas/ano	1.059 pessoas atendidas no ano (média mensal de 888) com atividades sócioeducativas	Crianças e adolescentes	028
8650-Serviço Especializado de Proteção à Pessoa em Situação de Violência - Atendimento de Pessoas Vítimas de Discriminação em decorrência de Orientação Sexual e/ou Religiosa	200 pessoas/ mês	1.279 pessoas atendidas no ano (média mensal de 107) com averiguação de discriminação	Pessoas em situação de violência	067
8661-Serviço de Acolhimento em Abrigo para Pessoas com Deficiência Severa - Rede Conveniada	75 pessoas/ mês	75 pessoas atendidas no ano com acolhimento, abrigo, alimentação, higiene, atendimento psicossocial	Pessoas com deficiência	012
8659-Serviço de Acolhimento para Usuários de Substâncias Psicoativas - Rede Conveniada	75 pessoas/ mês	22 pessoas atendidas no ano (média mensal de 14) com abrigo, alimentação, higiene e atendimento psicossocial	Usuários de substâncias psicoativas	071
8657-Promoção e Conquista de Cidadania - Albergues para População de Rua, Famílias e Mulheres	60 pessoas/ mês	1.128 pessoas atendidas no ano (média mensal de 131) com abrigo, alimentação, higiene, etc	Pessoas em tratamento de saúde	070
0002-Serviços Especializado de Abordagem Social em Espaços Públicos	10.000 pessoas/ano	1.956 atendimentos realizados no ano com abordagem planejada e sistemática	População em situação de vulnerabilidade e risco social	057
0001-Serviço de Atendimento Especializado às Pessoas em Plantões Sociais	9.000 pessoas/ano	5.098 atendimentos realizados no ano com atendimento de situações emergenciais	População em situação de vulnerabilidade e risco social	056

Ação/Subtítulo	Meta Prevista na LOA	Meta Realizada Em 2010	Público Alvo	SAG
0006-Serviço de Acolhimento em Albergue para Indivíduos e Famílias - Desenvolvimento e Acompanhamento	700 pessoas/mês	4.538 pessoas atendidas no ano (média mensal de 750) com abrigo, higiene, alimentação, etc	Famílias e indivíduos migrantes	073
0005-Serviço de apoio ao Processo de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência - Rede Conveniada	845 pessoas/mês	1.055 pessoas atendidas no ano (média mensal de 930) com serviços especializados	Pessoas com deficiência	014
0003-Serviço de Acolhimento em Abrigo para Crianças e Adolescentes - Rede Conveniada	436 pessoas/mês	521 pessoas atendidas no ano (média mensal de 357) com abrigo, higiene, alimentação, etc	Crianças e adolescentes	033
0002-Serviço de Acolhimento em Abrigo para Pessoas com deficiência - Rede Conveniada	189 pessoas/mês	151 pessoas atendidas no ano (média mensal de 142) com acolhimento, higiene, alimentação e atendimento psicossocial	Pessoas com deficiência	013
0001-Serviço de Acolhimento em Abrigo para Idosos - Rede Conveniada	270 pessoas/mês	253 pessoas atendidas no ano (média mensal de 240) com acolhimento. Higiene, alimentação, etc	Idosos	009

Pessoas Atendidas

Atividades	2007	2008	2009	2010
Serviço de Acolhida em Abrigo para Idosos – Rede Conveniada	300	315	265	253
Serviço de Acolhida em Abrigo para Pessoas com deficiência – Rede Conveniada	213	216	252	151
Serviço de Acolhimento em Abrigo para Pessoas com deficiência Severa - Rede Conveniada	-	-	-	75
Serviço de Referência e Apoio a Habilitação e Reabilitação Social de Pessoas com de eficiência – Rede Conveniada	1.051	1.272	997	1.055
Serviço de Acolhimento Para Usuários de Substâncias Psicoativas - Rede Conveniada	-	-	-	22
Serviço de Acolhida em Abrigos para Crianças e Adolescentes – Casas Lares - ABRIRE	764	660	662	471
Casa de passagem para adultos	188	36	-	-
Serviço de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Infantil Juvenil	-	2.420	1.738	1.059
Atendimento de Adolescentes do Sexo Masculino em Casa de Passagem - Giração	590	879	758	293
Atendimento de Adolescentes do Sexo Feminino em Casa de Passagem	253	139	-	-
Serviço de Acolhida em Casa de Passagem para Mulheres desabrigadas – Casa Flor	-	129	247	195
Serviço de Acolhida em Abrigo para Crianças e Adolescentes – Rede Conveniada	620	614	525	521
Serviço Especializado de Proteção à Pessoa em Situação de Violência	62	178	310	356
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	4.490	3.428	2.597	1.907
Serviço de Acolhida em Casa de Passagem para Idosos e Pessoas com deficiência em Situação de Migração	-	328	323	349
Serviço Especializado de Proteção à Pessoa em Situação de Violência - Atendimento de Pessoas Vítimas de Discriminação em decorrência de Orientação Sexual e/ou Religiosa	-	-	125	1.279
Serviço de Acolhida em Albergue para Famílias e Indivíduos - ALBERCON	4.579	5.691	5.537	4.538
Promoção e Conquista de Cidadania - Albergues para População de Rua, Famílias e Mulheres	682	657	586	1.128
Concessão de Benefícios Eventuais – Atendimento a situações de contingências sociais	-	-	2.140	14.381

Atendimentos Realizados

Atividades	2007	2008	2009	2010		
Serviço de Plantão Social	20.166	43.575	37.991	5.098		
Serviço Especializado de Abordagem Social em Espaços Públicos	6.470	5.350	2.407	1.956		
Serviço de Atendimento Especializado de Ação Social - Atendimento Emergencial	-	-	-	21.638		
Serviço Especializado de Proteção a Família	3.401	6.185	8.741	10.332		
Atendimento para Localização de desaparecidos	-	66	65	1.163		
Serviço Socioassistencial a Situações de Natureza Especial - GAE	-	15.926	18.293	15.874		
Gerência de Média Complexidade	Núcleo de Prevenção e Proteção em situações de exploração no trabalho infantil		-	278	163	-
	Núcleo de Prevenção e Proteção em situações de exploração sexual inf. Juvenil		-	114	232	-

4. Programa 1463 – Qualificação Social e Profissional

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2706-Assistência ao Trabalhador - Capacitação e Reciclagem de Mão-de-Obra	80.000,00	80.000,00	-	-	-
9687-Assistência ao Trabalhador - Capacitação e Reciclagem de Mão-de-Obra - Casa do Ceará	80.000,00	80.000,00	-	-	75

5. Programa 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2602-Defesa de Direitos Humanos	200.000,00	-			-
9686-Apoio as Ações Sociais do Integra-Instituto de Integração Social	200.000,00	-			74

Não foi executada a Ação deste Programa em 2010, os créditos orçamentários foram cancelados.

6. Programa 2403 – Proteção e Cuidado Infantil

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Etapa SAG
2815-Assistência a Criança	835.000,00	100.000,00	-	-	-
9684-Manutenção da Associação Maria de Nazaré em Samambaia	45.000,00	-	-	-	-
9683-Apoio a Creche Comunitária Gotinha de Luz	200.000,00	-	-	-	-
9682-Manutenção do Lar Assistencial Maria de Nazaré - Lamana em Samambaia	45.000,00	-	-	-	-
9681-Manutenção da Afma - Ação Social Comunitária em Samambaia	100.000,00	-	-	-	-
9680-Apoio ao Instituto Vilarindo Lima	150.000,00	-	-	-	-
9679-Apoio aos Projetos do Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente	50.000,00	-	-	-	-
9678-Apoio ao Instituto Vilarindo Lima	100.000,00	-	-	-	-
9677-Apoio aos Projetos Sociais do Integra - Instituto de Integração Social e de Promoção da Cidadania	100.000,00	100.000,00	-	-	-

7. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) preconiza que “a família é o núcleo familiar, espaço insubstituível de proteção e socialização primárias, independente dos formatos, modelos e feições que ele tem assumido com as transformações econômicas, sociais e culturais contemporâneas”. Para isso, prevê o atendimento à população em situações de vulnerabilidade e risco social e passou a ser entendida como dever do Estado e direito do cidadão.

Para cumprir os objetivos traçados para 2010 e seguindo os princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no DF, a SEDEST reorganizou os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com as funções que os profissionais da área desempenham e o universo de pessoas que deles necessitam e suas complexidades. Para isso foi realizada uma regulação sistemática que deu sustentação à concepção unificada do SUAS, por meio de decretos, portarias, manuais, guias, formulários, normas operacionais, dentre outros, garantindo assim a permanência dos serviços contínuos, organizados por níveis de proteção social básica (preventiva) e especial (situações de violação de direitos).

Em 2010, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), implantado no Distrito Federal por força da Lei 4.176/2008, esteve no cerne das decisões da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST), representando um dos principais avanços no âmbito da Política de Assistência Social do Distrito Federal desde 2009. Foram estabelecidos padrões de serviços, que passaram a ser assimilados, progressivamente, nas ações de Assistência Social, amparados por novos dispositivos legais e normativos.

A Subsecretaria de Assistência Social (SUBSAS) é responsável, no âmbito da SEDEST, pela implementação das ações da Assistência Social, enquanto política pública garantidora de direitos de

cidadania, respondendo pela vigilância e proteção sociais, implementando e ofertando à população do DF, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, imprescindíveis à população.

A operacionalização da política se dá em consonância com a Lei Distrital nº. 4.176, de 16 de julho de 2008, que ordena as ações de assistência social implementadas no âmbito do Distrito Federal, cabendo ressaltar que o Distrito Federal foi o primeiro ente federado a dispor de uma lei própria instituindo o SUAS.

As ações socioassistenciais são ofertadas diretamente por meio dos seguintes equipamentos de proteção social:

- 26 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- 08 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);
- 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CREAS POP RUA);
- 10 Centros de Orientação Socioeducativa (COSE);
- 1 Centros de Convivência de Idosos (CCI);
- 1 Centros de Referência de Convivência Intergeracional (CRECI);
- 5 Núcleos da Coordenadoria de Ações Especiais (CAES);
- 5 Unidades de Acolhimento (UACs);
- e de forma complementar, por meio de 90 entidades da Rede conveniada.

A SUBSAS é composta por 4 (quatro) diretorias: Diretoria de Proteção Social Básica, Diretoria de Proteção Social Especial, Diretoria de Benefícios Assistenciais, Diretoria de Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e, 01 (uma) Coordenadoria de Ações Especiais.

Tem suas competências e de suas unidades orgânicas definidas no Decreto nº. 28.026, de 08 de junho de 2007.

No âmbito de seu Gabinete responsabiliza-se pela gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, compreendendo planejamento, estruturação de rede de proteção social; vigilância social com realização de estudos e pesquisas diversos; realização de fóruns, conferências e seminários no DF; discussão, pactuação e organização da política; estruturação de sistema de informações, monitoramento e avaliação do SUAS; qualificação de gestores, operadores da Rede Socioassistencial e conselheiros do Conselho de Assistência Social do DF; divulgação das ações e direitos socioassistenciais; regulamentação do SUAS no DF; redesenho de processos internos do órgão gestor da política no DF, entre outras.

Ocupa-se ainda, de ações administrativas estratégicas referentes à instrução e movimentação de processos e demais expedientes, elaboração de relatórios e pareceres.

7.1. Unidades Subordinadas à SUBSAS

7.1.1. Diretoria de Proteção Social Básica – DPSB

A Diretoria de Proteção Social Básica é órgão vinculado a Subsecretaria de Assistência Social e tem na sua estrutura orgânica 03 (três) gerências, por meio das quais atua na prevenção dos riscos de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade pessoal e social, com ações de desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo operada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), outras Unidades Públicas e pela rede conveniada do Distrito

Federal. Operacionaliza ações de natureza continuada, compreendendo projetos, atividades, serviços e benefícios que viabilizarão a Política de Assistência Social no Sistema Único de Assistência Social do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 4.176, de 16 de julho de 2008, sem prejuízo daquelas constantes na Lei Orçamentária Anual.

Gerência de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – GSAIF

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Proteção Social Básica, responsável pela oferta dos serviços e ações complementares a seguir:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF;
- Serviço de Proteção Social no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;
- Ações complementares e articuladas ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família/PAIF;
- Projeto de Promoção da Inclusão Socioprofissional e Socioprodutiva de famílias e indivíduos
- Com Licença Eu Vou à Luta;
- Projeto de Promoção da Inclusão Socioprofissional e Socioprodutiva de famílias e indivíduos
- Olaria Comunitária;
- Projeto de Promoção da Inclusão Socioprofissional e Socioprodutiva de famílias e indivíduos
- Promotoras da Paz;
- Projeto de Promoção da Inclusão Socioprofissional e Socioprodutiva de famílias e indivíduos
- Carnaval Indústria Social;
- Projeto de Trabalho Técnico Social – apoio às famílias em processo de assentamento ou realocação.

A GSAIF tem sob sua subordinação, 26 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Gerência de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – GSCOF

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Proteção Social Básica, responsável pela oferta dos serviços, programas e projetos:

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:
 - para Crianças de até 6 anos – Projeto Lares de Cuidados Diurnos;
 - para Crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos;
 - para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos – Centros de Convivência;
 - para Jovens de 15 a 17 anos - Programa ProJovem Adolescente;
 - para Jovens de 6 a 15 anos – Projeto “ExpressAção” Unidade Móvel;
 - para todos os ciclos de vida –Intergeracional;
 - para Idosos;
 - para Idosos – Projeto Mestre do Saber.

A GSCOF tem sob sua subordinação, 10 Centro de Orientação Socioeducativa (COSE), 1 Centro de Convivência de Idosos (CCI) e 01 Centro de Referência de Convivência Intergeracional (CRECI), localizados nas diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Gerência de Projeto de Trabalho Técnico Social - GPTTS.

A Gerência de Projetos de Trabalho Técnico Social (GPTTS) foi criada pelo Decreto nº. 30.614, de 21 de julho de 2009, publicado no DODF de 22 de julho de 2009 art. 2 alínea “c”, com a finalidade de acompanhar a execução dos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) em parceria com a CAIXA/PAC e Banco Mundial.

A operacionalização desse trabalho envolve, primordialmente, a proteção e atendimento às famílias e indivíduos das comunidades inseridas em processos decorrentes de regularização fundiária, localizadas preferencialmente nas Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS, definidas pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT - Lei Complementar Nº. 803/2009 (anexo I e II) e compreendidas em territórios de alta vulnerabilidade.

7.1.2. Diretoria de Proteção Social Especial - DPSE

A Diretoria de Proteção Social Especial é órgão vinculado a Subsecretaria de Assistência Social e tem na sua estrutura orgânica 02 (duas) gerências, às quais estão subordinadas unidades de execução operacional, que atendem famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados, por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.

As ações da DPSE tem natureza protetiva e continuada, compreendendo projetos, atividades, serviços e benefícios que viabilizarão a Política de Assistência Social no Sistema Único de Assistência Social do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 4.176, de 16 de julho de 2008, sem prejuízo daquelas constantes na Lei Orçamentária Anual: Requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comporta encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção. As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

Gerência de Serviços Especializados a famílias e Indivíduos - GSAEFI

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Proteção Social Especial, responsável pela oferta dos serviços de proteção social de média complexidade:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – Programa de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – Programa de enfrentamento a situações de trabalho infantil;
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;
- Ação Socioassistencial de Natureza Especial – atendimento em Plantão Social;

- Ação Socioassistencial de Natureza Especial – Atendimento às Famílias de Pessoas Desaparecidas;

- Ação Socioassistencial de Natureza Especial – Atendimento a Vítimas de Discriminação Sexual, Racial e/ou Religiosa.

A GSAEFI tem sob sua subordinação, 08 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), e 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CREAS – POP RUA), localizados nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Gerência de Serviços de Acolhimento - GSAC

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Proteção Social Especial, responsável pela oferta dos serviços e projetos de proteção social de alta complexidade:

- Serviço de Acolhimento Institucional:
 - para crianças e adolescentes em Abrigo Institucional;
 - para crianças e adolescentes em Casa Lar;
 - para adultos e famílias em Abrigo Institucional;
 - para adultos e famílias em Casa de Passagem;
 - para adultos para mulheres em Casa de Passagem;
 - para jovens e adultos com deficiência em Residências Inclusivas;
 - para idosos em Casa Lar;
 - para idosos em Abrigo Institucional;
 - serviço de Acolhimento em Repúblicas;
 - para jovens;
 - para adultos em processo de saída das ruas;
 - para idosos.
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes;
- Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências;
- Projeto de Acolhimento para adultos e famílias em situação de rua na rede privada de hospedagem “Noite Acolhedora”.

A GSAC tem sob sua subordinação, 05 Unidades de Acolhimento, localizadas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

7.1.3. Coordenadoria de Ações Especiais - CAES

A Coordenadoria de Ações Especiais, órgão vinculado a Subsecretaria de Assistência Social é equipamento público de natureza estatal que tem por finalidade atender a população em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social no âmbito do Distrito Federal. A CAES executa ações da Proteção Social Especial por meio de 05 núcleos especializados.

Núcleo de Atendimento às Pessoas em Plantão Social – NUAPS

Desempenha inúmeras atividades, como o atendimento emergencial às famílias, seus membros e indivíduos em situação de violação de direitos, abordados nas operações integradas com foco em população em situação de rua.

Averigua denúncias de violações de direitos recebidas na Central SOS Cidadão e na Ouvidoria do GDF; ações emergenciais de acolhida e localização dos responsáveis por crianças e adolescentes

perdidos ao longo dos eventos promovidos por órgãos governamentais do DF e do Governo Federal e órgãos não-governamentais, nas diversas Regiões Administrativas do DF; acolhimento e encaminhamento aos responsáveis, de crianças e adolescentes oriundos das Varas da Infância e da Juventude, Juizado Especial Criminal, Delegacia da Criança e do Adolescente e similares; atendimento, registro e encaminhamentos das denúncias recebidas na Central de Denúncias de Violações de Direitos – Central SOS Cidadão.

Funciona 24 horas prestando atendimento às demandas dos outros núcleos fora de seus horários de atendimento.

Oferta Ação Socioassistencial de Natureza Especial – atendimento em Plantão Social.

Núcleo Especializado de Abordagem Social – NUASO

Atua por meio de abordagem sistemática com o objetivo de acolher a população em situação de rua, conforme projeto político-pedagógico específico, em consonância com a regulação da política e do SUAS, especialmente, da Política Nacional para a População em Situação de Rua (instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009).

Oferta o Serviço de Abordagem Social.

Núcleo de Atenção à Diversidade e Intolerância Sexual, Religiosa e Racial – NUDIN

Representa uma referência no atendimento às vítimas de discriminação sexual, religiosa e racial no Distrito Federal, que objetiva garantir o respeito à diversidade, às matrizes culturais e construir identidades visando o resgate da dignidade da pessoa discriminada.

Oferta a Ação Socioassistencial de Natureza Especial – Atendimento a Vítimas de Discriminação Sexual, Racial e/ou Religiosa.

Núcleo de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências Sociais – NUCPE

Presta atendimento emergencial a indivíduos e famílias expostos a situações temporárias causadas por eventos imponderáveis e incertos proporcionados por calamidades públicas, decorrentes de risco ambiental ou climático, além de atuar de forma preventiva e protetiva em remoções de grupos populacionais que ocupam irregularmente áreas públicas e de proteção ambiental, realizando o cadastro socioassistencial e encaminhamentos pertinentes.

Oferta o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Atendimento a Famílias de Pessoas Desaparecidas – NUAPD

Unidade especializada em acompanhar os casos de desaparecimento de pessoas, mais especificamente, crianças, adolescentes, adultos com deficiência mental ou distúrbio psiquiátrico e idosos, atendendo as famílias e realizando o cadastro do desaparecimento, orientações aos familiares, confecção e distribuição de cartazes, divulgação do desaparecimento através de sites, mailing e redes parceiras, articulação com outros Estados, sistematização das informações à respeito dos casos existentes no Banco de Dados. As famílias são acompanhadas pelos CREAS.

Oferta a Ação Socioassistencial de Natureza Especial – Atendimento às Famílias de Pessoas Desaparecidas

7.1.4. Diretoria de Benefícios Assistenciais

A Diretoria de Benefícios Assistenciais é órgão vinculado a Subsecretaria de Assistência Social e tem na sua estrutura orgânica 02 (duas) gerências, que garantem a operacionalização dos Benefícios

eventuais de assistência social no DF. Os Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, de morte, situações de vulnerabilidade temporária, desastre e/ou de calamidade pública e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Gerência de Benefícios Assistenciais - GEBAS

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Benefícios Assistenciais, responsável pela operacionalização de:

Benefícios Eventuais de Assistência Social:

- a) Auxílio por Natalidade;
- b) Auxílio por Morte
- c) Auxílio em Situação de Vulnerabilidade Temporária
- d) Auxílio em Situações de Desastre e/ou Calamidade Pública

A GEBAS tem sob sua subordinação, o Núcleo de Benefícios Eventuais e o Núcleo de Benefício de Prestação Continuada, localizados no Plano Piloto.

Gerência do Benefício de Bolsas Sociais - GEBBS

Unidade orgânica de execução, diretamente subordinada à Diretoria de Benefícios Assistenciais, responsável pela Operacionalização e concessão de bolsas sociais aos usuários da política de assistência social no DF.

A GEBBS tem sob sua subordinação o Núcleo do Benefício de Bolsas Sociais, localizado no Plano Piloto.

7.1.5. Diretoria da Rede Socioassistencial Privada do Suas - DRSAP

A Diretoria da Rede Socioassistencial Privada do SUAS é órgão vinculado a Subsecretaria de Assistência Social, recentemente criado para acompanhar, supervisionar e monitorar as entidades da Rede Socioassistencial Privada, vinculada à Política de Socioassistencial do Distrito Federal.

Em 2010, houve maior e melhor adequação da estrutura orgânica da SEDEST ao novo desenho da Política da Assistência Social. Hoje, a SEDEST conta oficialmente na execução direta dos serviços socioassistenciais com 26 (vinte e seis) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 10 (dez) Centros de Orientação Socioeducativa (COSE), 08 (oito) Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 05 (cinco) Unidades de Alta Complexidade, 01 (um) Centro de Convivência do Idoso, 01(um) Centro Intergeracional e 01 (um) CREAS População de Rua (CREAS POP), representando uma maior capilaridade de atendimento e acolhimento da população mais vulnerável do DF.

Além disso, a SEDEST conta com a parceria de 85 (oitenta e cinco) Entidades e Organizações de Assistência Social, as quais, juntamente com os equipamentos públicos, compõem a Rede Socioassistencial do Distrito Federal, e complementam a execução de ações socioassistenciais e socioeducativas.

Soma-se a isso, o investimento na gestão de pessoas, em cumprimento ao que preconiza a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, notadamente a ampliação do número de profissionais concursados da Carreira de Pública de Assistência Social. Por força da Lei nº. 4050/2009, de 23/12/2009, ao longo deste exercício, houve a continuidade da reestruturação da carreira, por meio de concurso público em parceria com a Secretaria de

Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUS), sendo nomeados e empossados 31 (trinta e um) Especialistas em Assistência Social, na especialidade de Educador Social, e 162 (cento e sessenta e dois) Técnicos em Assistência Social, nas especialidades de Agente Social (144) e Cuidador Social (18).

Destaque se dá também em 2010, ao estudo “Estabelecimento dos Pisos da Proteção Social, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, destinado a nortear a definição de custeio de serviços, programas e projetos socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Cabe registrar a transversalidade das Políticas de Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional, que juntamente com a Política de Assistência Social oferecem uma gama de serviços e benefícios à população do Distrito Federal. Em 2009, por força de Lei 4.208, de 25 de setembro de 2008, que criou o Programa Vida Melhor, com o objetivo de unificar os procedimentos de gestão e das ações de segurança alimentar e de transferência de renda.

A Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUBSAN) também ampliou sua capacidade de prestação de serviços à população do Distrito Federal em 2010. Conta hoje com 11 (onze) Restaurantes Comunitários, sendo que as unidades do Gama e de Brazlândia foram construídos e inaugurados em 2010, garantindo, assim, alimentação de qualidade à população do Distrito Federal, a preços de R\$ 1,00 por usuário.

Em 2010, a Subsecretaria de Transferência de Renda (SUTRAR), ampliou, em média (28 %), o número de famílias beneficiárias da Bolsa Social, quando comparado com igual período em 2009, representando um universo em torno de 44.916 famílias atendidas. Além disso, por meio de execução indireta, procedeu a unificação das bases de dados dos programas sociais, garantindo maior transparência, eficiência e eficácia na concessão dos programas de transferência de renda do Governo do Distrito Federal.

A Subsecretaria de Planejamento e Gestão da Informação, no âmbito da gestão da informação, realizou, com execução indireta, o Primeiro Censo de População em Situação de Rua do Distrito Federal, conhecer a “população invisível” do Distrito Federal para subsidiar a definição de políticas públicas voltadas para esse segmento. Realizou também, em parceria com o Departamento de Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, a Pesquisa Socioeconômica das Áreas de Vulnerabilidade e Risco Social, que tem como objetivo fazer o mapeamento das áreas e conhecer o perfil da população mais vulnerável do Distrito Federal. Está em fase de início da quinta e última fase da pesquisa, compreendendo o período de outubro/2010 a fevereiro/2011, quando será executada a elaboração de gráficos e dados; apresentação e discussão dos resultados parciais e finais para a SEDEST; a definição da estrutura do relatório final, análise dos dados sistematizados, elaboração do Relatório Analítico Parcial da Pesquisa, a ser entregue em dezembro de 2010 à SEDEST e, finalmente, elaboração do Relatório Analítico Final, a ser entregue até 26 de fevereiro de 2011.

Em síntese, em 2010, a SEDEST conseguiu consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), quebrando paradigmas na concepção e execução de uma política pública social, por meio do estabelecimento de um novo ordenamento jurídico; do investimento na gestão de pessoas e da adequação da sua infraestrutura, dando suporte administrativo às ações desenvolvidas.

Com relação ao orçamento para 2010, vale ressaltar que a SEDEST apresentou proposta em agosto de 2009, no montante de R\$ 380.451.400,00 (trezentos e oitenta milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e quatrocentos reais) para a Unidade Orçamentária 17.101 – Secretaria de Desenvolvimento

Social e Transferência de Renda, e de R\$ 159.778.793,00 (cento e cinquenta e nove milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa e três reais), para a Unidade Orçamentária 17.902 – Fundo de Assistência Social. As referidas propostas foram rejeitadas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), sob a alegação de que os valores extrapolavam o disponível (teto orçamentário) ou o valor previsto. A partir de então, intensa discussão foi iniciada sobre os valores propostos pela SEDEST e aqueles que a SEPLAG insistia em adotar como proposta.

Assim sendo, foi lançada pela SEPLAG uma proposta orçamentária para a SEDEST, proposta esta inserida de maneira aleatória e com valores totalmente insuficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos. A LOA de 2010 sofreu uma redução de 24,7% na U.O. 17.902 e manteve praticamente o mesmo valor para a U.O. 17.101 em relação a 2009, retardando a implementação de importantes ações no âmbito das políticas de proteção social do Governo do Distrito Federal em 2010, o que já representa um déficit no investimento no campo social do Distrito Federal, com impacto negativo na execução dos serviços socioassistenciais.

A situação ficou ainda mais difícil quando, em fevereiro/2010, a SEPLAG contingenciou o montante de R\$ 21.992.379,00 (vinte e um milhões, novecentos e noventa e dois mil, trezentos e setenta e nove reais).

A falta de crédito orçamentário em 2010 e o contingenciamento realizado provocaram difíceis negociações para que fossem liberados em outubro/2010 mais recursos orçamentários para dar continuidade às atividades prioritárias, como os programas de transferência de renda (bolsas, cestas, pão e leite) e cumprimento das obrigações contratadas junto às Entidades Não Governamentais, conveniadas para atender crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

Nesse contexto, a falta de recursos orçamentários e financeiros fez com que a execução dos programas, projetos e serviços sofressem atrasos na sua execução, com reflexo no cumprimento de metas e no cancelamento de algumas atividades previstas para 2010.

Os resultados apresentados neste relatório refletem, sobretudo, a soma de esforços dos gestores, técnicos e colaboradores, na correta aplicação dos recursos disponíveis e na capacidade de desenvolver um conjunto de serviços, programas, projetos e atividades socioassistenciais e socioeducacionais, com foco na garantia de direitos da população mais vulnerável do Distrito Federal.

10. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SE

A Secretaria de Estado de Educação, unidade orgânica de direção superior, subordinada ao Governo do Distrito Federal, tem por competência planejar, implantar, organizar, coordenar, regulamentar, fiscalizar, acompanhar e avaliar o Sistema de Ensino do Distrito Federal, conforme estabelecem os incisos I a XVIII, do artigo 1º, da Portaria nº 22 – SE, de 29/01/2001, que aprovou o Regimento Interno.

É constituída por cinco unidades setoriais que executam políticas definidas e priorizadas pela Secretaria de Estado de Educação: Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUGEPE; Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional – SDE; Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB; Subsecretaria de Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos – SEICDH; Unidade de Administração Geral – UAG.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total	
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão		
Quadro do GDF	1.299	11.271	2.549	25.472	40.591	
Requisitados	Órgãos do GDF	2	364	-	24	390
	Órgãos do Governo Federal	-	-	-	-	29
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	-	-	-	-	109	
Contratados Temporariamente	-	-	-	6.213	6.213	
Subtotal (Força de Trabalho)	1.301	11.635	2.549	31.709	47.332	
(+) Cedidos para outros órgãos	0	138	0	222	360	
Total Geral	1.301	11.773	2.549	31.931	47.692	

*Dados fornecidos pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUGEPE

Realizações

1. Programa 0071 – Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas de Informação

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3858 - Informatização do Sistema Escolar da Secretaria de Estado de Educação – SWAP	25.362.000,00	36.309.753,00	29.437.052,00	21.762.777,00	-
0001- Informatização do Sistema Escolar-SWAP	25.362.000,00	36.309.753,00	29.437.05,002	21.762.777,00	015

Esse programa tem por objetivo promover a informatização nas instituições de ensino, utilizando um sistema de gerenciamento de dados dos alunos, aquisição de licenças de softwares, serviço de impressão, serviços de suporte e rede lógica.

2. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação /Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3467-Aquisição de Equipamentos	100.000,00	0,00	0,00	0,00	
9286-Aquisição de Instrumentos Musicais para Banda de Música do Centrão de Planaltina-SE	100.000,00	0,00	0,00	0,00	004
8502-Administração de Pessoal	852.932.468,00	1.280.107.111,00	1.280.099.773,00	1.280.098.612,00	-
0036-Administração de Pessoal - Profissionais da Adm. Geral da SE	126.683.358,00	47.141.259,00	47.139.773,00	47.139.773,00	005
0037-Administração de Pessoal - Profissionais em Atividades alheias à Manutenção e Desenv. do Ensino	500.000,00	9.074,00	9.073,00	9.073,00	006
0038-Administração de Pessoal - Profissionais do Ensino Médio da Rede Pública do DF	310.826.160,00	326.592.444,00	326.589.835,00	326.589.835,00	065
0039-Administração de Pessoal - Profissionais da Educação Profissional da Rede Pública do Distrito Federal	10.107.290,00	10.403.305,00	10.403.126,00	10.403.126,00	085
0040-Administração de Pessoal - Profissionais da Educação Infantil da Rede Pública do Distrito Federal	142.855.917,00	155.694.414,00	155.691.572,00	155.691.572,00	091

Ação /Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
6977-Administração de Pessoal - Profissionais do Ensino Fundamental da Rede Pública do Distrito Federal	237.228.261,00	715.684.430,00	715.684.210,00	715.683.049,00	018
8681-Contribuição Patronal para o RPPS	24.731.482,00	24.582.185,00	24.582.184,00	24.582.184,00	007
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	20.621.802,00	17.835.585,00	14.518.150,00	11.658.751,00	-
0036-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Educação	20.416.802,00	17.610.585,00	14.295.946,00	11.436.547,00	008
0037-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais do Conselho de Educação do Distrito Federal	205.000,00	225.000,00	222.204,00	222.204,00	010

Aquisição de Instrumentos Musicais

Está em andamento o processo nº 080.009777/2010 para aquisição de instrumentos musicais para formar a banda de música do Centro Educacional 01 de Planaltina.

Administração de Pessoal

Profissionais Remunerados

2007	2008	2009	2010
60.730	63.872	64.387	63.699(média)

Remunerar os servidores ativo e aposentados da Secretaria de Educação e os profissionais de Educação contratados temporariamente.

3. Programa 0138 – Apoio ao Educando

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2160-Manutenção das Atividades de Educação Física	734.515,00	734.515,00	447.824,00	447.824,00	-
0001-Manutenção das Atividades de Educação Física da Rede Pública do Distrito Federal	734.515,00	734.515,00	447.824,00	447.824,00	019
2846-Dentista na Escola	10.000.000,00	7.996.100,00	7.995.422,00	7.995.422,00	-
0002-Dentista na Escola	10.000.000,00	7.996.100,00	7.995.422,00	7.995.422,00	020
2964-Alimentação Escolar	76.852.778,00	68.322.515,00	48.685.431,00	41.529.915,00	-
0001-Alimentação Escolar para os Alunos do Ensino Fundamental	50.833.158,00	52.425.655,00	38.808.600,00	33.467.917,00	021
0003-Alimentação Escolar para os Alunos da Educação Infantil	653.887,00	779.990,00	301.529,00	230.671,00	066
0004-Alimentação Escolar para Alunos do Ensino Médio (Lei nº 4.121/08)	25.165.733,00	15.116.870,00	9.575.302,00	7.831.327,00	092
9313-Reforma e Ampliação de Cantinas para Implantação da Alimentação Escolar para Alunos do Ensino Médio (Lei nº 4121/08)	200.000,00	0,00	0,00	0,00	-
3632-Programa Integrado de Saúde Escolar - PISE	5.620.000,00	1.005.212,00	135.886,00	132.870,00	-
0001-Programa Integrado de Saúde Escolar - PISE	5.620.000,00	1.005.212,00	135.886,00	132.870,00	022
4008-Amigos da Escola	150.000,00	0,00	0,00	0,00	-
9287-Projeto Vida nas Escolas (Jóia - Juventude Organizada para Integração e Ação)	150.000,00	0,00	0,00	0,00	017
4976-Transporte de Alunos	1.023.850,00	2.819.204,00	1.869.203,00	1.549.369,00	-
0002-Transporte de Alunos do Ensino Fundamental	1.023.850,00	2.819.204,00	1.869.203,00	1.549.369,00	023

Dados fornecidos pela Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional

As atividades foram desenvolvidas no Programa Educando Sempre: transporte, merenda escolar balanceada, odontologia preventiva e curativa, avaliação oftalmológica e noções de higiene, proporcionou ao aluno melhores condições de aprendizado e rendimento escolar.

Atividades de Educação Física

Alunos atendidos

2007	2008	2009	2010
23.686	19.801	23.189	23.174

Oferta de atividades desportivas variadas aos alunos da Rede Pública de Ensino e treinamento das equipes estudantis para competições, objetivando melhorar o desempenho corporal dos alunos. Essas atividades são ofertadas no Centro Integrado de Educação Física – CIE, com acesso de 2.221 alunos; nos Centros de Iniciação Desportiva – CID, com 11.217 alunos e no Projeto Ginástica nas Quadras, com 9.736 alunos.

Alimentação Escolar

Alunos atendidos

2007	2008	2009	2010
364.619(média)	384.594(média)	380.335(média)	456.525(média)

Oferta de refeições aos alunos da rede pública de ensino, com alimentos baseados em dieta balanceada adequada à melhoria das condições de aprendizado, sendo distribuídas 8.636.625 refeições no mês em 2010.

Programa Integrado de Saúde Escolar

Alunos Atendidos em consultas oftalmológicas

2007	2008	2009	2010
30.461	18.614	507.701	360.134

Ações de saúde nas áreas de oftalmologia, englobando doação de óculos e ações médico-sanitárias.

Kits entregues e ações odontológicas preventivas realizadas

2007	2008	2009	2010
2.309	101.085	365.018	1.065.890

Foram entregues 198.819 KITS de saúde bucal e executadas ações odontológicas preventivas em alunos do Ensino Fundamental, tais como: escovação supervisionada (técnicas de escovação) e realização de palestras educativas sobre saúde bucal.

Transporte de Alunos

Alunos atendidos

Resultados Alcançados	2007	2008	2009	2010
Transporte Escolar	28.779	37.825	35.000	28.619(média)
Passe Estudantil	15.340	17.670	12.000	7.104(média)

A ação visa atingir os alunos do Ensino Fundamental residentes em áreas de atendimento escolar precário ou que não disponham de linhas regulares de ônibus. Os alunos residentes em área rural recebem o passe estudantil para facilitar o acesso às instituições educacionais, bem como os alunos da Promoção Educativa do Menor - PROEM e da Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP.

4. Programa 0142 – Educando Sempre

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2388-Manutenção da Educação Infantil	38.210.388,00	34.804.996,00	27.224.524,00	26.943.833,00	--
0001-Manutenção da Educação Infantil da Rede Pública do Distrito Federal - Swap	38.210.388,00	34.804.996,00	27.224.524,00	26.943.833,00	110/111
2389-Manutenção do Ensino Fundamental	208.621.870,00	174.051.909,00	134.933.297,00	109.984.256,00	-
0001-Manutenção do Ensino Fundamental da Rede Pública do Distrito Federal - Swap	138.638.120,00	109.819.889,00	73.648.557,00	57.841.165,00	024/025
0003-Educação Integral - Escola Modelo	44.553.750,00	54.903.750,00	51.956.471,00	42.814.822,00	029
9288-Apoio ao Projeto de Reforço Escolar - Org. Caminhando para o Futuro - OCF	30.000,00	0,00	0,0	0,00	030
9289-Reserva para melhoria da qualidade da educação básica da rede pública do DF.	25.400.000,00	9.328.270,00	9.328.269,00	9.328.269,00	031
2390-Manutenção do Ensino Médio	28.006.768,00	29.389.000,00	21.214.515,00	18.297.435,00	-
0001-Manutenção do ensino médio da rede	28.006.768,00	29.389.000,00	21.214.515,00	18.297.435,00	067/068

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
pública do Distrito Federal – Swap.					
2391-Manutenção da Educação Profissional	2.700.000,00	2.859.948,00	2.859.947,00	2.859.947,00	-
0001-Manutenção da educação profissional da rede pública do Distrito Federal	2.700.000,00	2.859.948,00	2.859.947,00	2.859.947,00	086
2392-Manutenção da Educação de Jovens E Adultos	1.600.000,00	9.313.499,00	8.911.534,00	8.911.534,00	-
0003-Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	1.600.000,00	9.313.499,00	8.911.534,00	8.911.534,00	108
2393-Manutenção da Educação Especial	4.050.000,00	4.461.016,00	1.515.445,00	1.238.836,00	-
0001-Manutenção da Educação Especial da Rede Pública do Distrito Federal	4.050.000,00	4.461.016,00	1.515.445,00	1.238.836,00	109
9333-Construção de piscina coberta, Laboratório de informática e vestiário adaptados aos alunos do ensino especial do Cenebraz-CEE 01 de Brazlândia; construção do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais	200.000,00	0,00	0,00	0,00	-
4004-Manutenção do Programa Escolas Técnicas do Amanhã	5.101.000,00	3.900.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	-
0001-Projeto Escolas Técnicas - Escola do Amanhã	5.101.000,00	3.900.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	087

Educação Infantil

Assistência a 47 (quarenta e quatro) instituições da Educação Infantil, envolvendo manutenção da estrutura física, material pedagógico e aquisição de material permanente. Destacam-se projetos, tais como: Projeto Natura - inserção de crianças de 4 a 5 anos (pré-escola) no universo letrado para que tenham maior acesso à literatura infantil e cultura escrita, Projetos GEINF - Integra Instituições Públicas e Conveniadas – diagnóstico das instituições na área pedagógica.

Convênio com 42 (quarenta e quatro) creches para atendimento complementar a 8.700 crianças de 0 a 5 anos, não atendidas pela Secretaria de Educação em função de não ter instituições suficientes para essa demanda.

Convênio com o FNDE nº 710.160/08 – concessão de apoio financeiro para implementação das ações educacionais, constantes no Plano de Ações Articuladas - PAR, no âmbito do Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, PDE, que visa proporcionar à sociedade a melhoria da infra-estrutura da rede física escolar com a construção de escolas.

Convênio FNDE/MEC nº 658.444/2009 – visa assegurar o acesso a Educação Básica em atendimento ao Plano de Ação Articular- PAR.

Ensino Fundamental

Assistência a 515 (quinhentas e quinze) instituições do Ensino Fundamental suprimindo as necessidades de manutenção da estrutura física, material pedagógico, aquisição de equipamentos. e desenvolvimento de projetos. Foram desenvolvidos, no Ensino Fundamental, os seguintes projetos:

. Leio e escrevo o meu futuro: trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos professores junto aos alunos de 7ª e 8ª série explorando as reportagens veiculadas no Jornal “Correio Brasiliense”, que é distribuído na escola.

. Além desses, os projetos relacionados abaixo foram oferecidos nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental:

. Ciência em Foco objetiva promover a inclusão científica e tecnológica de crianças e jovens. Alia aulas teóricas e práticas na sala de aula. Os alunos contam com laboratórios individuais, montados nas carteiras, para que possam colocar em prática o que aprendem na teoria. A meta de atendimento do

programa é de 100% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental. Em 2010, contou com a participação de 326.000 alunos.

. Vereda é um programa de Intervenção Metodológica de Correção de Fluxo Idade/Série, que é voltado para os alunos que estão atrasados em relação à série correspondente à idade. Foi lançado em 2008 e, em 2009, atendeu 12.659 estudantes do segundo ciclo de Ensino Fundamental (6º a 9º ano) e Ensino Médio. Baseia-se em metodologia de aceleração da aprendizagem aliada a recursos tecnológicos e metodologias pedagógicas diferenciadas.

. Acelera DF: objetiva atender alunos com dois anos ou mais anos de distorção idade série, na faixa etária de 9 a 14 anos, matriculados na 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. As turmas são constituídas por alunos alfabetizados. A seleção dos alunos é feita mediante aplicação de prova diagnóstica específica. Em 2010, contou com a participação de 2.719 alunos.

. Se liga DF: destinado a alfabetizar os alunos que não possuem o domínio da leitura e da escrita. Participação de 890 alunos.

. Convênio com FNDE/MEC nº 742.0006/2008 – visa a melhoria da qualidade do ensino oferecendo cursos de capacitação de profissionais para a formação da cidadania - Projeto Escola Aberta.

Educação Integral - Escola Modelo

Assistência a 205 instituições de Educação Integral com atendimento a 34.383 alunos oferecendo atividades também no turno oposto ao regular, tais como: reforço escolar, informática, atividades culturais e merenda aos alunos, objetivando aumentar o índice de rendimento escolar.

Ensino Médio

Assistência a 75 (setenta e cinco) instituições de Ensino Médio suprimindo necessidades de manutenção da estrutura física, aquisição de equipamentos e materiais necessários ao andamento das atividades educacionais. Foram também desenvolvidos projetos, tais com: Projeto Alvorada - simulado semestral e aulas de reforço nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática para alunos do 3º ano; Acesso Gratuito ao PAS/Vestibular - promoção da gratuidade das taxas de inscrição do PAS e Vestibular para os alunos do Ensino Médio atendendo a 35.842 alunos, Programa de Educação Financeira – ensino aos jovens sobre o planejamento financeiro, como comprar e a poupar, Programa Mais cultura-favorece o encontro e a integração dos estudantes do ensino médio da rede pública do DF com a produção audiovisual do país atendendo a 77.000 estudantes, Correção de Fluxo - correção de Fluxo escolar de alunos do ensino médio e fundamental que se encontram em defasagem idade/série.

Educação Profissional

Assistência a 02 (duas) instituições de Educação Profissional: Centro de Ensino Médio Integrado do Gama – CEMI e Escola de Música de Brasília – EMB, suprimindo as necessidades de manutenção da estrutura física, material pedagógico e aquisição de equipamentos.

Educação de Jovens e Adultos

Assistência a 01 (uma) instituição de Educação de Jovens e Adultos suprimindo as necessidades de manutenção da estrutura física, material pedagógico e aquisição de equipamentos.

Convênio FNDE/MEC nº 700.229/2008 – apoio financeiro para viabilizar as ações do Plano de Ações Articuladas- PAR, visando promover a melhoria da educação básica, com a formação de professores e profissionais de apoio escolar e infra-estrutura escolar.

Convênio FNDE/MEC – Programa Brasil Alfabetizado- elaborar o Plano Plurianual de Alfabetização e implementar ações para alfabetização de jovens e adultos em 2011, no âmbito do referido programa.

Educação Especial

Assistência a 13 (treze) instituições de ensino especial no que se refere à manutenção física, material pedagógico, com a finalidade de promover a inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais, propiciando o desenvolvimento acadêmico e a superação da deficiência, orientando e apoiando o trabalho pedagógico realizado nas escolas.

Escolas Técnicas do Amanhã

Convênios nº 08/2007 - SESC e nº 44/2005 - SESI/SENAI, oferecendo 3.907 vagas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, aos alunos da Educação Profissional da Rede Pública de Ensino.

5. Programa 0164 – Escola de Todos Nós

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1176-Implantação de Escolas Profissionalizantes - Escola do Amanhã	50.000,00	0,00	0,00	0,00	-
4005-Implantação de Escolas Profissionalizantes - Escola do Amanhã	50.000,00	0,00	0,00	0,00	088
9323-Implantação de Escola Profissionalizante no Paranoá	100.000,00	0,00	0,00	0,00	089
1888-Reforma e Ampliação de Unidade do Ensino Médio	14.000,00	12.713.023,00	1.013.237,00	146.158,00	-
0001-Reforma e Ampliação de Unidades do Ensino Médio da Rede Pública do Distrito Federal	4.000.000,00	578.563,00	365.539,00	354.584,00	069 a 073
8180-Reforma Geral do Centro Interescolar de Educação Física - CIEF	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	074
8181-Reforma do Centro Integrado de Línguas de Taguatinga - CILT	3.700.000,00	0,00	0,00	0,00	075
9314-Reforma e construção de Ginásio de Esportes no C.E.M. 417 de Santa Maria	200.000,00	0,00	0,00	0,00	076
9315-Reforma da Área de Educação Física do Centro Educacional 7, em Ceilândia	150.000,00	0,00	0,00	0,00	077
9316-Construção de quadra esportiva e de cinco salas de aula na Escola Classe 13 de Planaltina e construção de quadra poliesportiva no C.E.M 2 do Gama	300.000,00	0,00	0,00	0,00	078
9317-Reforma do Auditório e da Biblioteca e Cobertura das quadras de esporte do CEMAB de Taguatinga	200.000,00	0,00	0,00	0,00	078
9318-Construção de Auditório no Cem 10 do Setor P Sul, em Ceilândia	200.000,00	0,00	0,00	0,00	079
9319-Construção de Sala de Reuniões/Eventos no Centro de Ensino Médio de Santa Maria	100.000,00	0,00	0,00	0,00	080
3271-Construção de Unidades da Educação Infantil	23.814.304,00	23.814.304,00	5.360.761,00	0,00	-
0019-Construção de Unidades da Educação Infantil da Rede Pública do Distrito Federal	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	093
3500-Construção de Jardim de Infância - Brazlândia	50.000,00	0,00	0,00	0,00	095
0724-Construção de Jardim de Infância 201 - São Sebastião	50.000,00	0,00	0,00	0,00	094
7887-Construção de Jardim de Infância - Riacho Fundo	50.000,00	0,00	0,00	0,00	096
7888-Construção de Jardim de Infância - Varjão	50.000,00	0,00	0,00	0,00	097
9325-Construção de Jardim de Infância	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	098
9326-Reconstrução da Escola Classe Pedra Fundamental (Nova Planaltina)	1.516.870,00	0,00	0,00	0,00	099
9327-Construção de Jardim da Infância	3.670.000,00	0,00	0,00	0,00	100

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9328-Construção de Jardim de Infância	1.903.611,00	0,00	0,00	0,00	101
9329-Construção de Jardim de Infância	3.670.000,00	0,00	0,00	0,00	102
9330-Construção de Jardim de Infância	2.000.000,00	1.762.227,00	1.762.226,00	0,00	103
9331-Construção de Jardim de Infância	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	104
9332-Construção de Jardim da Infância	3.670.000,00	3.598.536,00	3.598.535,00	0,00	105
3272-Construção de Unidades do Ensino Médio	7.250.000,00	79.741,00	79.470,00	79.470,00	-
0001-Construção de Unidades do Ensino Médio da Rede Pública do Distrito Federal	6.000.000,00	79.741,00	79.470,00	79.470,00	081
9320-Construção de Escola de Ensino Médio em Itapoã	200.000,00	0,00	0,00	0,00	082
9321-Construção de Centro de Ensino Médio na QNO 18/17, Expansão do Setor O	300.000,00	0,00	0,00	0,00	083
9322-Ampliação de 12 salas de aula no Centro de Ensino Médio 03	750.000,00	0,00	0,00	0,00	084
3273-Reforma e Ampliação de Unidades da Educação Especial	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	-
0001-Reforma e Ampliação de Unidades de Ensino da Educação Esp. da R. Pública do DF.	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	112
9334-Construção de Centro de Ensino Especial No Paranoá - OCA	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	113
3276-Reforma e Ampliação de Unidades do Ensino Fundamental	22.027.119,00	2.273.542,00	1.772.634,00	1.148.248,00	-
0031-Reforma Geral e ampliação de unidades do ensino fundamental da R. Pública do DF.	4.000.000,00	1.149.760,00	1.148.248,00	1.148.248,00	34/35 36/123/124
7808-Reconstrução do Centro de Ensino Fundamental 404 - Samambaia	50.000,00	22.814,00	0,00	0,00	037
7810-Reforma geral e ampliação da Escola Classe 203 - Santa Maria	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	038
9292-Construção de Quadra Poliesportiva da Escola Classe 02, de Brazlândia	100.000,00	0,00	0,00	0,00	039
9293-Reforma do Auditório do Centro de Ensino Fundamental 619	100.000,00	0,00	0,00	0,00	040
9294-Reconstrução da Escola Classe da Quadra 410 de Samambaia	150.000,00	0,00	0,00	0,00	041
9295-Implantação de Muros, cobertura da quadra de esporte e parquinho da Escola Classe 7 da QE 38	150.000,00	0,00	0,00	0,00	042
9296-Ampliação de 12 Salas de Aula no Centro de Fundamental 24	750.000,00	634.386,00	634.386,00	0,00	043
9297-Reconstrução de Centro de Ensino Fundamental 510	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	044
9298-Reconstrução de Escola Classe 401	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	045
9299-Reconstrução do CEF 404 de Samambaia	466.582,00	466.582,00	0,00	0,00	046
9300-Reforma Geral do Centro Educ. 01 do Cruzeiro	4.260.537,00	0,00	0,00	0,00	047
3277-Reforma e Ampliação de Unidades da Educação Infantil	12.240.000,00	3.240.000,00	0,00	0,00	-
0001-Reforma e Ampliação de Unidades da Educação Infantil da Rede Pública do DF - Swap	12.240.000,00	3.240.000,00	0,00	0,00	106/107
3440-Reforma de Quadras de Esportes	9.000.000,00	7.670.539,00	0,00	0,00	-
8491-Cobertura de 183 Quadras de Esporte das Escolas com Educação Integral	9.000.000,00	7.670.539,00	0,00	0,00	048
5924-Construção de Unidades do Ensino Fundamental	37.436.527,00	15.856.522,00	14.388.155,00	9.412.391,00	-
0001-Construção de Unidades do Ensino Fundamental da Rede Pública do Distrito Federal	6.127.950,00	4.335.028,00	3.325.068,00	2.090.560,00	049/125
7831-Construção de Centro de Ensino Fundamental - Ceilândia	50.000,00	313.819,00	0,00	0,00	050
8591-Construção de Centro de Ensino Fundamental Em Vicente Pires	50.000,00	0,00	0,00	0,00	051
9301-Construção do Centro Interescolar de Línguas de Planaltina	200.000,00	0,00	0,00	0,00	052
9302-Reconstrução do Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia - CILC	200.000,00	0,00	0,00	0,00	053
9303-Construção do Centro de Ensino Fundamental Na Vila da Telebrasília	150.000,00	0,00	0,00	0,00	054
9304-Construção do Centro de Ensino Fundamental Condomínio Privê (Reconstrução	2.914.631,00	3.097.176,00	3.003.541,00	3.003.541,00	055

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
da Ec 63 de Ceilândia)					
9305-Construção do CEF 17 (Escola em Bloco de Concreto)	2.527.842,00	2.287.444,00	2.236.493,00	1.980.624,00	056
9306-Construção de CEF no Sol Nascente	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00	057
9307-Reconstrução da Escola Classe 57	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	058
9308-Construção de CEF na Quadra 511 do Recanto das Emas	4.903.505,00	4.799.956,00	4.799.955,00	1.314.831,00	059
9309-Reconstrução da Escola Classe 403 de Samambaia	1.936.142,00	1.023.099,00	1.023.098,00	1.022.835,00	061
9310-Reconstrução da Escola Classe 203 de Santa Maria	7.657.905,00	0,00	0,00	0,00	060
9311-Reconstrução de Centro de Ensino Fundamental Fercal	4.500.000,00	0,00	0,00	0,00	062
9312-Reconstrução da Escola Classe 19 de Taguatinga	1.618.552,00	0,00	0,00	0,00	063

Realização de reforma, construção e manutenção das Instituições de Ensino objetivando a melhoria da qualidade do ensino e a ampliação do número de vagas oferecidas a comunidade. No ano de 2010 o orçamento foi contingenciado impossibilitando a construção de instituições de ensino. As obras incluídas na LOA 2010 por emenda parlamentar foram canceladas pelo Decreto nº 4.521/2010, publicado no DODF 232, de 08/12/2010, para custear o pagamento dos servidores da Secretaria de Estado de Educação.

6. Programa 0169 – Promoção Comunitária

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1951-Construção de Creches Comunitárias	300.000,00	0,00	0,00	0,00	-
9689-Construção de uma creche no Paranoá e na QS 11 do Areal em Taguatinga	300.000,00	0,00	0,00	0,00	002

7. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa No SAG
2655-Capacitação de Recursos Humanos	600.000,00	86.977,00	78.985,00	78.985,00	-
6179-Capacitação de Recursos Humanos da Secretaria de educação	600.000,00	86.977,00	78.985,00	78.985,00	016
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	2.000.000,00	8.961.000,00	922.026,00	922.026,00	-
6980-Concessão de Benefícios aos Servidores da Secretaria de educação	2.000.000,00	8.961.000,00	922.026,00	922.026,00	011/026/ 027/028

Capacitação de Recursos Humanos

A Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação-EAPE ofereceu no ano de 2010 14.482 vagas para cursos de capacitação para os servidores e professores desta Secretaria. Foram inscritos 11.455 profissionais nos cursos oferecidos com a capacitação de 5.029 profissionais.

Concessão de Benefícios

Benefícios concedidos aos Profissionais de Educação

Benefícios	2009	2010
Auxílio Transporte	173.864,00	203.255,00
Vale-Transporte	104.730,00	4.863,00
Auxílio-Creche	73.158,00	64.134,00
Auxílio-Alimentação	28.170,00	38.826,00(média)

*Dados fornecidos pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas-SUGEPE

Ressalta-se que houve uma redução no número de servidores atendidos com o vale transporte em bilhete, ocasionado pelo fim do contrato com a empresa do Vale Fácil. Os servidores a partir de então passaram a receber o auxílio transporte em pecúnia.

8. Programa 1300 – Difusão e Promoção Cultural

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2007-Promoção de Atividades Culturais	975.000,00	40.000,00	39.295,00	39.295,00	
9335-Apoio à UMESB para a realização do Evento Show Estudantil pela Paz	150.000,00	0,00	0,00	0,00	114
9337-Apoio ao Projeto Cinema da Escola	25.000,00	0,00	0,00	0,00	117
9338-Apoio à Realização do 32º Curso Internacional de Verão da Escola de Música de Brasília	550.000,00	40.000,00	39.295,00	39.295,00	118
9072-Apoio à Arte e À Cultura	250.000,00	50.000,00	0,00	0,00	
9336-Apoio à Associação Pró-Arte de Brasília na Realização da Edição de Dois Cd'S de Músicas, para Educação Musical na Educação Básica (Ed. Infantil) e anos Iniciais do Ef.	250.000,00	0,00	0,00	0,00	115

Realização do 32º Curso Internacional de Verão da Escola de Música de Brasília, onde foram oferecidos 35 cursos de educação musical, atualização e reciclagem.

A Secretaria de Educação descentralizou dotação orçamentária para a Região Administrativa de Brazlândia para atender a UMESB na realização do Evento Show Estudantil pela Paz com a presença de aproximadamente 11.580 alunos.

9. Programa 1501 – Defesa e Garantia dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2426-Manutenção do Programa Reintegra Cidadão	1.917.912,00	1.512.000,00	1.446.315,00	1.075.312,00	-
0018-Manutenção do Programa Reintegra Cidadão da Secretaria de Educação	1.917.912,00	1.512.000,00	1.446.315,00	1.075.312,00	116

Promover a reintegração de 155 profissionais em atividades de manutenção geral, protocolo, marcenaria.

10. Programa 1750 Vida Melhor

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
4071-Bolsa Escola - Apoio à Aprendizagem	11.500.000,00	10.100.000,00	10.097.640,00	0,00	-
0001-Bolsa Escola - Apoio a Aprendizagem	11.500.000,00	10.100.000,00	10.097.640,00	0,00	064

Aquisição de 119.500 Kits compostos por material escolar e uniforme para ser distribuídos entre os alunos da rede pública de ensino.

11. Programa 2100 – Modernizando a Educação

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2387-Descentralização de Recursos Financeiros para as Escolas do Distrito Federal	66.267.000,00	17.325.754,00	13.055.754,00	13.055.754,00	
0003-Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF - Swap	66.267.000,00	17.325.754,00	13.055.754,00	13.055.754,00	012
2968-Gestão Escolar Competente	6.500.000,00	6.500.000,00	4.750.000,00	4.750.000,00	

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
0002-Gestão Compartilhada	6.500.000,00	6.500.000,00	4.750.000,00	4.750.000,00	013
4070-Concessão de Prêmio de Incentivo à Educação	147.500,00	147.500,00	0,00	0,00	-
0001-Prêmio de Incentivo à Educação	147.500,00	147.500,00	0,00	0,00	014
5138-Implantação do Campus da Universidade de Brasília em Ceilândia	300.000,00	0,00	0,00	0,00	-
9324-Construção do Centro Internacional de Saúde Ambiental no Campus da UnB em Ceilândia	300.000,00	0,00	0,00	0,00	090

Descentralização de Recursos Financeiros

O Programa de descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, regulamentado pela portaria nº 12 de 09 de fevereiro de 2010. Tem por objetivo a descentralização de recursos financeiros para os responsáveis pela direção das Instituições de Ensino e das Diretorias Regionais de Ensino decidam como conduzir a administração da instituição e a realização dos projetos pedagógicos e administrativos. O programa atende atualmente a 654 instituições de Ensino e Diretorias Regionais de Ensino.

Gestão Compartilhada

Apoiar as Instituições de Ensino na realização de eleição dos dirigentes das escolas, conselho escolar e associação de pais e mestres- APAM.

12. Programa 2409 – Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2668-Apoio e Promoção da Assistência a Portadores de Deficiência	230.000,00	0,00	0,00	0,00	-
9688-Manutenção do Centro de Iniciação Desportiva para Pessoa com Deficiência - CID - Paraolímpicos	230.000,00	0,00	0,00	0,00	001

Programa criado para atender aos alunos portadores de necessidades especiais da rede pública de ensino oferecendo 09 modalidades esportivas, praticadas no CIEF e nos Centros de Iniciação Desportiva-CID, localizados nas Diretorias Regionais de Ensino, assistindo a 1.081 alunos. Este programa conta com a parceria do CETEFE o qual possibilita a participação dos atletas nos Jogos Paraolímpicos.

13. Programa 3000 – Administrando Nossa Cidade

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
1984-Construção de Prédios e Próprios	200.000,00	0,00	0,00	0,00	-
9339-Construção do Refeitório e do Auditório da Escola Classe Nº 02 do Gama	200.000,00	0,00	0,00	0,00	119

Obra não realizada devido ao contingenciamento orçamentário previsto no Decreto nº 31.692, publicado no DODF nº 95, de 19/05/2010.

14. Informações Complementares

Pode-se realçar o funcionamento do Sistema de Avaliação de Desempenho das Instituições Educacionais do Distrito Federal – SIADE, que compreende um exame padronizado de competências e habilidades desenvolvido pelos alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. O referido Sistema objetiva a) diagnosticar os Sistemas de Ensino da Rede Pública; b) monitorar as políticas públicas desenvolvidas; e c) identificar os fatores intra e extraescolares associados ao desempenho escolar.

Nessa perspectiva, serão avaliados os alunos da rede pública matriculados nas instituições de ensino distribuídas em 14 Diretorias Regionais de Ensino. A avaliação destina-se aos alunos do Ensino Fundamental: de 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries e 3º, 5º, 7º e 9º ano, 1º e 2º segmento da EJA e classes de aceleração, alunos do Ensino Médio: 3ª série e 3º segmento da EJA.

15. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

No exercício financeiro de 2010, os recursos aplicados na Educação Pública do Distrito Federal, totalizaram R\$ 1.505.897.496,00, para serem investidos em ações voltadas às áreas pedagógica e administrativa e em despesas com pessoal e encargos sociais.

Neste exercício financeiro há de se observar o contingenciamento dos recursos orçamentários por meio do Art. 8º do Decreto nº 31.692, publicado no DODF nº 95, de 19/05/2010, impossibilitando a administração de realizar seus projetos como ampliação e construção de escolas, bem como a aquisição de materiais de consumo e pedagógicos, permitindo que as instituições de ensino ofereçam um ensino de melhor qualidade aos seus alunos.

Um dos desafios enfrentados foi à priorização desses recursos disponibilizados, que se tornaram insuficientes para o atendimento do volume das demandas oriundas de 649 instituições educacionais e das 17 Unidades Administrativas integrantes da Rede Pública de Ensino.

A Secretaria de Estado de Educação, objetivando o “sucesso do aluno”, implementou algumas inovações factíveis, entre as quais merecem destaque: a Política Setorial para o Ensino de Ciências; os Programas de Correção do Fluxo Escolar; a Gestão Compartilhada, que engloba também o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF; o Sistema de Avaliação do Desempenho das Escolas – SIADE, dentre outros.

A adoção dessas estratégias teve a finalidade de potencializar o desenvolvimento dos alunos e equalizar as oportunidades de acesso à educação de qualidade.

Registra-se que os programas e projetos desenvolvidos no exercício pautaram-se, inicialmente, nas metas efetivamente planejadas em instrumentos adequados; contudo, algumas ações sofreram alterações ou foram executadas extrapolando ou, ainda, não tiveram execução. Cumpre enfatizar que o reflexo da não realização de ações planejadas como prioritárias, a exemplo das construções de novas instituições educacionais para atendimento à Educação Infantil, que se encontravam devidamente programadas na Lei Orçamentária Anual, prejudicou sobremaneira a comunidade escolar, vez que crianças, de 04 e 05 anos, inscritas no Sistema Informatizado de Matrícula – SIM - Telematrícula 156, não tiveram acesso à Rede Pública de Ensino.

Para o próximo exercício a Secretaria de Estado de Educação tem como meta dar continuidade às políticas em execução e, ainda, adotar novas estratégias direcionadas para o Ensino da Língua Portuguesa e de Matemática. Essas ações contribuirão para a promoção de equidade na oferta em todas as etapas e modalidades, com regularização do fluxo escolar, ampliando, conseqüentemente, a escolaridade da população do Distrito Federal.

10.1 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL**Realizações****1. Programa 2100 – Modernizando a Educação****Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa SAG
2265-Manutenção e Implementação de Cursos de Atualização Aperfeiçoamento e Especiais	10.000	10.000	0	0	
0001-Manutenção e Implementação de Cursos de Atualização, Aperfeiçoamento e Especiais.	10.000	10.000	0	0	001

Não foi executado nenhum valor nesta unidade Orçamentária. As ações da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal estão concentradas nas Unidades Orçamentárias 18101 e 18903.

10.2. FUNDO DE APOIO AO PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS

Instituído pela lei 1511/97, o FUNALFA tem os objetivos de prover recursos para dar suporte ao Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos e de:

I – criar condições para erradicar o analfabetismo no Distrito Federal;

II – promover a educação básica de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou foram excluídos dela;

III – garantir o direito de todos à educação para o pleno exercício da cidadania.

Realizações

1. Programa 2100 – Modernizando a Educação

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa SAG
2475-Programa de educação de Jovens e Adultos – Fases I e II	50.000	0	0	0	
0002-Programa de educação de Jovens e Adultos – Fases I e II	50.000	0	0	0	001

Não foi executado nenhum valor nesta unidade Orçamentária. As ações da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal estão concentradas nas Unidades Orçamentárias 18101 e 18903.

Alunos Atendidos

Resultados alcançados	2007	2008	2009	2010
Transporte escolar/alunos atendidos	28.779	37.825	35.000	28.619(mensal)
Passe estudantil rural /alunos atendidos	15.340	17.670	12.000	7.104(mensal)

A ação visa atender os alunos do Ensino Fundamental residentes em áreas de atendimento escolar precário ou que não disponham de linhas regulares de ônibus. Os alunos residentes em área rural recebem o passe estudantil para facilitar o acesso às instituições educacionais, bem como os alunos da Promoção Educativa do Menor - PROEM e da Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP.

2. Programa 0142 – Educando Sempre

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2388-Manutenção da educação Infantil	6.833.333	12.335.906	9.921.694	5.864.491	
0002-Manutenção da educação Infantil-Swap	6.833.333	12.335.906	9.921.694	5.864.491	009
2389-Manutenção do ensino Fundamental	57.229.648	94.603.500	73.902.912	41.223.654	
0002-Manutenção do ensino Fundamental-Swap	57.229.648	94.603.500	73.902.912	41.223.654	003
2390-Manutenção do ensino Médio	3.333.333	14.308.978	6.687.046	3.132.718	
3115-Manutenção do ensino Médio	3.333.333	14.308.978	6.687.046	3.132.718	006

2.1. Educação Infantil

Assistência a 47 (quarenta e sete) instituições de Educação Infantil, envolvendo manutenção da estrutura física, material pedagógico e aquisição de material permanente, destacando-se os projetos: a) Projeto Natura - inserção de crianças de 4 a 5 anos (pré escola) no universo letrado para que tenham maior acesso à literatura infantil e à cultura escrita, b) Projeto GEINF Integra – promoção de avaliação diagnóstica das instituições da rede pública e conveniadas que ofertam a educação infantil para intervir pedagogicamente, quando necessário.

Convênio com 41 (quarenta e uma) creches para atendimento complementar a 8.700 crianças de 0 a 5 anos, não atendidas pelas escolas da Secretaria de Educação em razão do número de instituições não ser suficiente para essa demanda.

2.2. Ensino Fundamental

Assistência a 515 (quinhentas e quinze) instituições do Ensino Fundamental suprindo as necessidades de manutenção da estrutura física, material pedagógico, aquisição de equipamentos. e desenvolvimento de projetos. Foram desenvolvidos, no Ensino Fundamental, os seguintes projetos:

. Leio e escrevo o meu futuro: trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos professores junto aos alunos de 7ª e 8ª série explorando as reportagens veiculadas no Jornal “Correio Brasiliense”, que é distribuído na escola. Além desses, os projetos relacionados abaixo foram oferecidos nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental:

. Ciência em Foco: objetiva promover a inclusão científica e tecnológica de crianças e jovens, aliando aulas teóricas e práticas na sala de aula. Os alunos usam laboratórios individuais, montados nas carteiras, para que possam colocar em prática o que aprendem na teoria. A meta de atendimento do programa é de 100% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental. Em 2010 contou com a participação de 326.000 alunos.

2.3. Ensino Médio

Assistência a 75 (setenta e cinco) instituições de Ensino Médio suprindo necessidades de manutenção da estrutura física, aquisição de equipamentos e materiais necessários ao andamento das atividades educacionais. Foram também desenvolvidos projetos, tais com: Projeto Alvorada - simulado semestral e aulas de reforço nos diversos componentes curriculares para alunos do 3º ano; Programa de Educação Financeira – ensinar os jovens sobre o planejamento financeiro, incentivando-os a planejar os gastos para consumir e poupar de modo ético; Programa Mais cultura - favorecer o encontro e a integração dos estudantes do ensino médio da rede pública do DF para divulgar a produção audiovisual do país. Em 2010 atingiu 77.000 estudantes; Correção de Fluxo- correção do fluxo escolar de alunos do ensino médio e fundamental que se encontra em defasagem idade/série.

3. Programa 1250 – Erradicação do Analfabetismo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3531-Alfabetização de Jovens e Adultos	7.524.000	1.963.919	1.963.918	1.963.918	
0001-Projeto de erradicação do Analfabetismo	7.524.000	1.963.919	1.963.918	1.963.918	010

Projeto ABC atendendo a 10.000 alunos na educação de jovens e adultos promovendo a alfabetização de familiares dos alunos atendidos no programa Bolsa Escola – Apoio a Aprendizagem.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

No exercício financeiro de 2010 os recursos aplicados na Educação Pública do Distrito Federal totalizaram R\$ 1.505.897.496,00, para serem investidos em despesas com Pessoal e Encargos Sociais e em ações voltadas para as áreas pedagógica e administrativa.

Um dos desafios enfrentados foi a priorização desses recursos disponibilizados, que se tornaram insuficientes para o atendimento do volume das demandas oriundas de 649 instituições educacionais e das 17 Unidades Administrativas integrantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

A Secretaria de Estado de Educação, objetivando o “sucesso do aluno”, implementou algumas inovações factíveis, entre as quais merecem destaque: a Política Setorial para o Ensino de Ciências; os Programas de Correção do Fluxo Escolar; a Gestão Compartilhada, que engloba também o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF; o Sistema de Avaliação do Desempenho das Escolas – SIADE, dentre outros.

A adoção dessas estratégias teve a finalidade de potencializar o desenvolvimento dos alunos e equalizar as oportunidades de acesso à educação de qualidade.

Registra-se que os programas e projetos desenvolvidos no exercício pautaram-se, inicialmente, nas metas efetivamente planejadas em instrumentos adequados; contudo, algumas ações sofreram alterações ou foram executadas extrapolando o planejado ou, ainda, não tiveram execução. Cumpre enfatizar que o reflexo da não realização de ações planejadas como prioritárias, a exemplo das construções de novas instituições educacionais para atendimento à Educação Infantil prejudicou sobremaneira a comunidade escolar, vez que crianças, de 04 e 05 anos, inscritas no Sistema Informatizado de Matrícula – SIM Telematrícula - 156, não tiveram acesso ao ensino na Rede Pública.

Para o próximo exercício a Secretaria de Estado de Educação tem como meta dar continuidade às políticas em execução e, ainda, adotar novas estratégias direcionadas para o Ensino da Língua Portuguesa e de Matemática. Essas ações contribuirão para a promoção de equidade na oferta em todas as etapas e modalidades, com regularização do fluxo escolar, ampliando, conseqüentemente, a escolaridade da população do Distrito Federal.

10.3. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

A Secretaria de Estado de Educação, unidade orgânica de direção superior, subordinada ao Governo do Distrito Federal, tem por competência planejar, implantar, organizar, coordenar, regulamentar, fiscalizar, acompanhar e avaliar o Sistema de Ensino do Distrito Federal, conforme estabelecem os incisos I a XVIII, do Artigo 1º, da Portaria nº 22 – SE, de 29/01/2001, que aprovou o Regimento Interno.

O presente Relatório aborda atividades inerentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, unidade orçamentária 18.903. Ressalta-se que as ações desenvolvidas nesta Unidade 18.903 complementam ações realizadas na Unidade Orçamentária 18.101 – Secretaria de Estado de Educação. Portanto, os resultados a seguir apresentados são os mesmos já detalhados na Unidade Orçamentária 18.101 - SEDF. Excetua-se o Programa “Erradicação do Analfabetismo” exclusivo desta Unidade.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total	
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão		
Quadro do GDF	1.299	11.271	2.549	25.472	40.591	
Requisitados	Órgãos do GDF	02	364	-	24	390
	Órgãos do Governo Federal	-	-	-	-	29
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	-	-	-	-	109	
Contratados Temporariamente	-	-	-	6.213	6.213	
Subtotal (Força de Trabalho)	1.301	11.635	2.549	31.709	47.332	
(+) Cedidos para outros órgãos	-	138	-	222	360	
Total Geral	1.301	11.773	2.549	31.931	47.692	

Obs.: Dados fornecidos pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa SAG
8502-Administração de Pessoal	1.131.961.587	1.031.961.587	913.537.860	913.537.860	
0015-Administração de Pessoa I-Profissionais do Ensino Fundamental da Rede Pública do Distrito Federal	1.055.669.416	955.669.416	837.652.314	837.652.314	001
6978-Administração de Pessoal-Profissionais do Ensino Médio da Rede Pública do Distrito Federal	46.000.000	46.000.000	45.894.129	45.894.129	005
6979-Administração de Pessoal-Profissionais da Educação Profissional da Rede Pública do Distrito Federal	1.000.000	1.000.000	899.956	899.956	007
6980-Administração de Pessoal-Profissionais da educação Infantil da Rede Pública do Distrito Federal	29.292.171	29.292.171	29.091.461	29.091.461	008

2007	2008	2009	2010
60.730	63.872	64.387	63.699

2. Programa 0138 – Apoio ao Educando

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
4976-Transporte de Alunos	48.774.000	48.774.000	47.787.134	26.863.151	
0001-Transporte de Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública do Distrito Federal	48.774.000	48.774.000	47.787.134	26.863.151	002

Alunos Atendidos

Resultados alcançados	2007	2008	2009	2010
Transporte escolar/alunos atendidos	28.779	37.825	35.000	28.619(mensal)
Passes estudantil rural /alunos atendidos	15.340	17.670	12.000	7.104(mensal)

A ação visa atender os alunos do Ensino Fundamental residentes em áreas de atendimento escolar precário ou que não disponham de linhas regulares de ônibus. Os alunos residentes em área rural recebem o passe estudantil para facilitar o acesso às instituições educacionais, bem como os alunos da Promoção Educativa do Menor - PROEM e da Escola de Meninos e Meninas do Parque – EMMP.

3. Programa 0142 – Educando Sempre

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2388-Manutenção da educação Infantil	6.833.333	12.335.906	9.921.694	5.864.491	
0002-Manutenção da educação Infantil-Swap	6.833.333	12.335.906	9.921.694	5.864.491	009
2389-Manutenção do ensino Fundamental	57.229.648	94.603.500	73.902.912	41.223.654	
0002-Manutenção do ensino Fundamental-Swap	57.229.648	94.603.500	73.902.912	41.223.654	003
2390-Manutenção do ensino Médio	3.333.333	14.308.978	6.687.046	3.132.718	
3115-Manutenção do ensino Médio	3.333.333	14.308.978	6.687.046	3.132.718	006

3.1. Educação Infantil

Assistência a 47 (quarenta e sete) instituições de Educação Infantil, envolvendo manutenção da estrutura física, material pedagógico e aquisição de material permanente, destacando-se os projetos: a) Projeto Natura - inserção de crianças de 4 a 5 anos (pré-escola) no universo letrado para que tenham maior acesso à literatura infantil e à cultura escrita, b) Projeto GEINF Integra – promoção de avaliação diagnóstica das instituições da rede pública e conveniadas que ofertam a educação infantil para intervir pedagogicamente, quando necessário.

Convênio com 41 (quarenta e uma) creches para atendimento complementar a 8.700 crianças de 0 a 5 anos, não atendidas pelas escolas da Secretaria de Educação em razão do número de instituições não ser suficiente para essa demanda.

3.2. Ensino Fundamental

Assistência a 515 (quinhentas e quinze) instituições do Ensino Fundamental suprimindo as necessidades de manutenção da estrutura física, material pedagógico, aquisição de equipamentos. e desenvolvimento de projetos. Foram desenvolvidos, no Ensino Fundamental, os seguintes projetos:

. Leio e escrevo o meu futuro: trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos professores junto aos alunos de 7ª e 8ª série explorando as reportagens veiculadas no Jornal “Correio Brasiliense”, que é distribuído na escola. Além desses, os projetos relacionados abaixo foram oferecidos nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental:

. Ciência em Foco: objetiva promover a inclusão científica e tecnológica de crianças e jovens, aliando aulas teóricas e práticas na sala de aula. Os alunos usam laboratórios individuais, montados nas carteiras, para que possam colocar em prática o que aprendem na teoria. A meta de atendimento do programa é de 100% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental. Em 2010 contou com a participação de 326.000 alunos.

3.3. Ensino Médio

Assistência a 75 (setenta e cinco) instituições de Ensino Médio suprimindo necessidades de manutenção da estrutura física, aquisição de equipamentos e materiais necessários ao andamento das atividades educacionais. Foram também desenvolvidos projetos, tais com: Projeto Alvorada - simulado semestral e aulas de reforço nos diversos componentes curriculares para alunos do 3º ano; Programa de Educação Financeira – ensinar os jovens sobre o planejamento financeiro, incentivando-os a planejar os

gastos para consumir e poupar de modo ético; Programa Mais cultura - favorecer o encontro e a integração dos estudantes do ensino médio da rede pública do DF para divulgar a produção audiovisual do país. Em 2010 atingiu 77.000 estudantes; Correção de Fluxo- correção do fluxo escolar de alunos do ensino médio e fundamental que se encontra em defasagem idade/série.

4. Programa 1250 – Erradicação do Analfabetismo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3531-Alfabetização de Jovens e Adultos	7.524.000	1.963.919	1.963.918	1.963.918	
0001-Projeto de erradicação do Analfabetismo	7.524.000	1.963.919	1.963.918	1.963.918	010

Projeto ABC atendendo a 10.000 alunos na educação de jovens e adultos promovendo a alfabetização de familiares dos alunos atendidos no programa Bolsa Escola – Apoio a Aprendizagem.

5. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

No exercício financeiro de 2010 os recursos aplicados na Educação Pública do Distrito Federal totalizaram R\$ 1.505.897.496,00, para serem investidos em despesas com Pessoal e Encargos Sociais e em ações voltadas para as áreas pedagógica e administrativa.

Um dos desafios enfrentados foi a priorização desses recursos disponibilizados, que se tornaram insuficientes para o atendimento do volume das demandas oriundas de 649 instituições educacionais e das 17 Unidades Administrativas integrantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

A Secretaria de Estado de Educação, objetivando o “sucesso do aluno”, implementou algumas inovações factíveis, entre as quais merecem destaque: a Política Setorial para o Ensino de Ciências; os Programas de Correção do Fluxo Escolar; a Gestão Compartilhada, que engloba também o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF; o Sistema de Avaliação do Desempenho das Escolas – SIADE, dentre outros.

A adoção dessas estratégias teve a finalidade de potencializar o desenvolvimento dos alunos e equalizar as oportunidades de acesso à educação de qualidade.

Registra-se que os programas e projetos desenvolvidos no exercício pautaram-se, inicialmente, nas metas efetivamente planejadas em instrumentos adequados; contudo, algumas ações sofreram alterações ou foram executadas extrapolando o planejado ou, ainda, não tiveram execução. Cumpre enfatizar que o reflexo da não realização de ações planejadas como prioritárias, a exemplo das construções de novas instituições educacionais para atendimento à Educação Infantil prejudicou sobremaneira a comunidade escolar, vez que crianças, de 04 e 05 anos, inscritas no Sistema Informatizado de Matrícula – SIM Telematrícula - 156, não tiveram acesso ao ensino na Rede Pública.

Para o próximo exercício a Secretaria de Estado de Educação tem como meta dar continuidade às políticas em execução e, ainda, adotar novas estratégias direcionadas para o Ensino da Língua Portuguesa e de Matemática. Essas ações contribuirão para a promoção de equidade na oferta em todas as etapas e modalidades, com regularização do fluxo escolar, ampliando, conseqüentemente, a escolaridade da população do Distrito Federal.

11. SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL

Este relatório tem por objetivo descrever as principais atividades/ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF, no período de janeiro a dezembro/2010. Com o escopo de alcançar a eficiência e eficácia no setor público, a SEF/DF vem buscando se modernizar, de forma continuada, consistente e transparente e, nesse sentido, muitas atividades/ações foram realizadas ao longo do exercício de 2010, como pretende demonstrar o presente relatório.

Unidade Orgânica de Direção Superior, da Administração Direta do Distrito Federal, nos termos do decreto nº 27.782, de 15 de março de 2007, publicado no DODF nº 70 de 12/04/2007, a SEF/DF tem a competência institucional de promover a gestão tributária e financeira distrital; bem como, supervisionar, coordenar e executar a política tributária e fiscal do Governo do Distrito Federal.

Norteadada pela missão institucional que integra as áreas de administração tributária, financeira e contábil do Governo, a SEF/DF implementou ações objetivando garantir o equilíbrio fiscal e o nível adequado de receita governamental do Distrito Federal, mesmo em face dos efeitos da crise econômica mundial, atuando preponderantemente na gestão tributária, priorizando meios para garantir efetiva fiscalização dos setores econômicos, reduzindo a inadimplência e combatendo a sonegação fiscal.

Destaca-se que, para atingir o resultado em comento, foram realizadas ações voltadas para a gestão austera dos recursos financeiros, com eficiência e agilidade; visando atender, com a tempestividade possível, demandas financeiras formalizadas pelas unidades orçamentárias do complexo administrativo do Distrito Federal.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total	
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão		
Quadro do GDF	112	284	266	775	1.437	
Requisitados	Órgãos do GDF	08	36	16	54	114
	Órgãos do Governo Federal	-	-	01	-	01
Servidores comissionados, sem vínculo efetivo	23	-	18	-	41	
Estagiários		74			74	
Terceirizados (Politec)					265	
Subtotal (Força de Trabalho)	143	394	301	829	1.932	
(+) Cedidos para outros órgãos	-	93	-	-	93	
Total Geral	143	487	301	829	2.025	

Realizações

1. Programa 0001 – Programa para Operação Especial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
9001-Execução de Sentenças Judiciais	129.541.982	148.113.982	148.112.982	148.112.982	
0009-Execução de Sentenças Judiciais	127.096.572	148.113.982	148.112.982	148.112.982	0022
9029-Amortização e encargos da Dívida Pública Contratada - externa	73.412.000	42.819.842	42.819.536	42.819.536	
0001-Amortização e encargos da Dívida Pública Contratada - externa	73.412.000	42.819.842	42.819.536	42.819.536	0021
9030-Amortização e encargos da Dívida Pública Contratada - Interna	109.059.000	96.825.000	96.770.893	96.770.893	
0001-Amortização e encargos da Dívida Pública Refinanciada - Interna	109.059.000	96.825.000	96.770.893	96.770.893	
9030-Amortização e encargos da Dívida Pública Contratada - Interna	113.165.000	92.472.713	90.200.562	90.200.562	
0002-Amortização e encargos da Dívida Pública Contratada - Interna	113.165.000	92.472.713	90.200.562	90.200.562	0020
9033-Formação do Patrimônio do Servidor Público	114.694.000	99.132.000	95.558.560	95.558.560	

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
6963-Formação do Patrimônio do Servidor Público	114.694.000	99.132.000	95.558.560	95.558.560	0024
9050-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições	10.051.140	10.503.354	10.493.810	10.320.590	
0063-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da Sec. de Estado de Fazenda	5.831.140	6.859.808	6.850.265	6.850.265	0025/0026
7002-Restituições de Tributos da SEF	4.220.000	3.643.546	3.643.545	3.470.326	0027

Na “Ação 9011 – Execução de Sentenças Judiciais”, foram feitas transferências de recursos para atender despesas com a quitação de precatórios e requisições de pequeno valor, conforme Convênio nº 206/2006 entre o DF e o TRT 10ª Região. Houve, também, despesas com quitação de precatórios emitidos pelo TJDF, no ano de 2010.

Na “Ação 0001-Amortização e Encargos da Dívida Pública Contratada – Externa”, foram efetuados os pagamentos semestrais com amortização e encargos da dívida externa.

Na “Ação 0002-Amortização e Encargos da Dívida Pública Contratada – Interna”, foram efetuados os pagamentos mensais de amortização e encargos da dívida pública contratada interna.

Na “Ação 6963-Formação do Patrimônio do Servidor Público”, foram efetuados os pagamentos mensais para a liquidação do PASEP e foi regularizada a contribuição do PASEP retido por conta de transferências da União.

Na “Ação 0063-Ressarcimentos, Indenizações e Restituições da Sec. de Estado de Fazenda”, foram pagas indenizações e restituições.

Na “Ação 7002-Restituições de Tributos da Secretaria de Estado de Fazenda”, foram restituídos tributos.

Precatórios

Desde o exercício de 2003, a Secretaria de Fazenda é responsável pelos repasses de recursos financeiros à Justiça, para pagamento de precatórios do GDF.

Em 2008, foram executados os Convênios GDF X TJDF, firmado em 28/09/2006 e Convênio 206/2007, firmado entre o GDF, por meio da Secretaria e o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em 29/12/2006, o qual substituiu o Convênio 115/2004, além de absorver os precatórios de pequeno valor (RPV e RPI).

Em 2010, por força do § 1º do artigo 1º do decreto 31.398/2010, o Distrito Federal optou pelo pagamento, em conta própria, de seus precatórios judiciais, da administração direta e indireta, nos termos do artigo 97 das Disposições Constitucionais Transitórias.

Os referidos pagamentos correspondem a 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5 % (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Apresenta – se, no Quadro a seguir, a evolução histórica relativa aos repasses efetuados pela Secretaria para pagamento de precatórios, até dezembro/2010.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TJDF (RPI)	47.234,14	1.413.790,05	335.720,63	284.457,55	15.779,19			
TRT 0ª (RPV)	720.028,62	438.478,96	5.515,54	844,16				
Convênio TRT 10ª	3.000.000,00	17.863.636,00	7.772.727,00	6.000.000,00				

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Convênio TJDFT				500.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	7.260.981,20
Convênio TRT 10ª - Nº 206					18.000.000,00	18.000.000,00	18.000.000,00	6.974.807,90
TJDF deC. 31.398/10								133.682.806,79

Restituição de Tributos

O pagamento de restituição de tributos é demandado pelas Agências de Atendimento da Receita, para aqueles contribuintes que realizaram pagamentos indevidos, em duplicidade e outros casos e reclamam a devolução dos valores pagos, conforme demonstrado, a partir de 2006. O detalhamento abaixo demonstra sua evolução no período de 2006 a dezembro de 2010.

Exercício	Quantidade de processos	Valor Restituído
2006	2.537	1.584.072,97
2007	2.728	2.371.229,22
2008	2.704	4.141.153,88
2009	2.856	3.111.973,84
2010	-	4.107.190,9*4

Limites Financeiros

Demonstra-se, abaixo, os valores liberados por fonte e categoria de gasto para 2010:

Fonte	Grupo 1 Pessoal	Grupo 3 Custeio	Grupo 4 Investimento
100	392.785.894,81	55.874.661,86	4.150.017,88
101	0,00	10.919.028,96	0,00
109	1.000.000,00	0,00	0,00
320	72.000,33	1.626.117,51	0,00
Total	393.857.895,14	68.419.808,33	4.150.017,88

1.1. Dívida, Avais e Haveres

1.1.1. Dívida Pública e o Ajuste Fiscal

A Subsecretaria do Tesouro - SUTES atua na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal do Distrito Federal, envolvendo a apuração do resultado primário e da capacidade de endividamento do Distrito Federal, segundo metodologias definidas pela legislação em vigor e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, como também, no acompanhamento e na revisão anual do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/DF.

Informações sobre a evolução da dívida pública fundada, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do DF e ao Tribunal de Contas do DF.

Dando continuidade aos procedimentos iniciados no ano de 1999, a partir da renegociação da dívida fundada do DF junto a União, a SUTES vem atuando nas revisões anuais do PAF e na elaboração do Relatório de Acompanhamento, fornecendo dados para subsidiar o monitoramento da STN sobre a execução do programa quanto ao alcance das metas fiscais acordadas, implementação das medidas de ajuste propostas e formulação de novas metas.

Além disso, atuou na elaboração das projeções e cálculos dos juros e amortizações da dívida pública fundada, que subsidiaram a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes

Orçamentárias, a proposta orçamentária e o demonstrativo da situação do endividamento, exigido pelo inciso III, § 7º art. 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Para subsidiar a captação de operações de crédito e convênios, acompanha sistematicamente o Cadastro Único de Convênios – CAUC e o Sistema de Coleta de dados Contábeis - SISTN.

Com a necessidade de garantir o cumprimento dos ditames da Lei Complementar 101/2000, elaborou quadros mensais, bimestrais e quadrimestrais sobre evolução da dívida pública e serviço da dívida da Administração Direta, além de consolidar os quadros da Indireta, para publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e fornecer demonstrativos contendo a posição da Dívida Pública Fundada para a execução do Relatório de Gestão Fiscal.

1.1.2. Evolução da Dívida Pública Fundada

1.1.2.1. Projeção do Serviço da Dívida

O pagamento do serviço da dívida fundada interna e externa, em 2010, alcançou R\$ 229,8 milhões. A projeção para a liquidação total da dívida se estende até 2032. Observamos uma trajetória de crescimento até o ano de 2014, em função de liberações dos empréstimos externos obtidos junto ao BID para o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal e Programa de Transporte Urbano, BIRD para Programa Brasília Sustentável – Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF e internos junto a CAIXA, com aplicação em Infra-Estrutura e Saneamento Básico no DF – Pró-Moradia e Obras de Infra-Estrutura, Urbana de Assentamentos Precários – Pró-Moradia II (Mestre D'Armas e Araponga), retomando trajetória de decréscimo a partir de 2015, conforme projeções no quadro demonstradas a seguir:

R\$Mil							
Atual	Amortização	Encargos	Total	Atual	Amortização	Encargos	Total
2011	115.829	167.987	283.816	2022	161.653	69.201	230.854
2012	144.604	170.196	314.800	2023	161.145	59.855	221.000
2013	152.992	160.080	313.073	2024	160.424	50.226	210.649
2014	174.249	150.983	325.231	2025	153.135	41.276	194.410
2015	168.712	141.327	310.038	2026	154.643	32.281	186.924
2016	173.854	131.819	305.673	2027	156.572	23.139	179.711
2017	178.535	121.749	300.284	2028	154.913	13.834	168.747
2018	181.831	111.380	293.211	2029	113.251	5.646	118.897
2019	184.927	100.752	285.679	2030	42.825	2.007	44.831
2020	174.580	90.045	264.626	2031	31.914	822	32.736
2021	177.423	79.297	256.721	2032	20.142	204	20.346

Obs: em valores correntes – atualizado em 31/12/2010.

1.1.2.2. Estoque da Dívida Interna por Credor

O Estoque da Dívida Fundada na figura do credor STN vem sofrendo acréscimo em relação ao exercício anterior, devido à elevação do IGP-DI no decorrer do ano. As dívidas com o BNDES aumentaram devido aos desembolsos de um dos contratos que ainda está em fase de liberações. Já a dívida da CAIXA sofreu pouca variação devido ao baixo volume de desembolsos e à baixa variação da UPR. Quanto ao total da dívida interna, a União (STN) é credora de 67,59%, o BNDES de 15,03%, a CAIXA de 17,37%, e o Banco do Brasil de apenas 0,01% desta dívida. O contrato da FINEP foi encerrado em dezembro de 2007.

R\$ milhões

Estoque da dívida interna por credor

Credor	2005	2006	2007	2008	2009	2010
STN	947,3	959,1	1.017,4	1.084,1	1.041,4	1.127,1
BNDES	192,7	171,7	138,6	109,7	170,0	250,7
BB / FINEP	1,5	1,4	0,9	0,8	0,4	0,2
CAIXA	64,8	118,0	116,5	222,1	285,9	289,6
Total	1.209,3	1.206,3	1.250,2	1.273,3	1.497,7	1.667,6

Obs: em valores correntes – atualizado em 31/12/2010.

1.1.2.3. Estoque da Dívida Externa por Credor

A Dívida Fundada Externa refere-se a sete contratos, sendo quatro contraídos junto ao Banco Interamericano de desenvolvimento – BID, dois junto ao Banco Internacional de Reconstrução e desenvolvimento – BIRD e um com a Corporação Andina de Fomento. Ocorreram liberações nos contratos do BID nº 1288/OC-BR – Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal¹, nº1957/OC-BR – Programa Transporte Urbano do DF e BIRD nº 7326/BR – Programa de Saneamento Ambiental do DF e nº 7675/BR – Programa de Modernização da Gestão Pública². O crescimento da dívida foi alavancado pelo volume de liberações ocorrido no período. Vale ressaltar que, o contrato com a Corporação Andina de Fomento que financiará o Programa de Gestão de Águas do DF foi assinado em 2009, contudo, ainda não houve liberação.

R\$ milhões

Estoque da dívida externa por credor

Credor	2005	2006	2007	2008	2009	2010
BID	336,9	316,2	265,25	341,4	315,1	430,7
BIRD	-	0,3	7,0	50,1	57,4	58,7
Total	336,9	316,5	272,3	391,5	372,5	489,4

Obs: em valores correntes – atualizado em 31/12/2010.

1.1.2.4. Evolução do Serviço da Dívida**Serviço da Dívida Interna**

Em 2010, as despesas com serviço da Dívida Interna do DF (administração direta) foram de R\$ 73,1 milhões com amortização e R\$ 113,8 com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 186,9 milhões.

R\$ milhões

Pagamento do serviço da dívida interna

Credor	2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E
STN	15,6	55,1	15,6	48,2	21,2	59,7	25,0	65,2	27,4	64,5	30,3	66,5
BNDES	27,1	26,0	24,0	17,7	29,1	17,9	29,2	14,4	29,3	12,3	30,4	18,1
CAIXA	2,6	2,4	2,4	7,7	5,3	12,8	6,6	14,8	10,6	25,0	12,2	29,2
FINEP/BB	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,01
Total	48,7	84,2	42,4	73,7	55,9	90,5	61,0	94,4	67,4	101,9	73,1	113,8

Obs: em valores correntes – atualizado em 31/12/2010.

Serviço da Dívida Externa

As despesas com o serviço da Dívida Externa do Distrito Federal foram assim distribuídas: R\$ 27,2 milhões com amortização e R\$ 15,6 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 42,8 milhões.

R\$ milhões

Pagamento do serviço da dívida externa

Ano	Amortização	Encargos	Total
2005	15,2	19,5	34,7
2006	13,6	12,9	26,5

¹ As liberações do contrato nº 1288/OC-BR encerraram-se em 2009, contudo foram realizadas internalizações ao longo de 2010 de parcelas de gastos realizados neste exercício.

² A liberação ocorrida no contrato nº 7576/BR foi referente ao abatimento do saldo a liberar para pagamento da Comissão de Inspeção e Supervisão Geral no valor de US\$ 325.000,00 (R\$ 591.695,00)

Ano	Amortização	Encargos	Total
2007	24,5	16,0	40,5
2008	25,9	17,7	43,6
2009	26,0	18,2	44,2
2010	27,2	15,6	42,8

Obs: em valores correntes – atualizado em 31/12/2010.

Operações de Créditos – Liberações

Em 2010 foram liberados R\$ 125.511.758,99 nos contratos da dívida interna sendo: pela CAIXA nos Programas Pró-Moradia – Infra-Estrutura e Saneamento Básico no DF, no valor de R\$ 2.779.558,25, e Pró-Moradia – Obras de infra-estrutura, urbanização de assentamentos precários – Mestre D’Armas e Araponga, somando o valor de R\$ 11.581.280,83. Pelo BNDES para Aquisição de 12 trens metroviários e equipamentos do metrô foram liberados R\$ 111.150.919,91. Já nos contratos da dívida externa as liberações somaram R\$ 166,5 milhões, sendo R\$ 159.441.841,20 pelo BID nos programas de saneamento Básico do DF e de transporte Urbano do DF, e R\$ 7.070.491,82 pelo BIRD nos programas de saneamento ambiental do DF e de modernização da gestão pública.

R\$ milhões

Liberações ocorridas

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Dívida interna	29,8	56,1	2,7	106,3	166,0	125,5
Dívida externa	12,2	15,0	28,6	43,6	108,6	166,5

Obs: em valores correntes – atualizado em 31/10/2010.

1.1.3. Novas Operações de Crédito

Em 2010 não houve contratação de novas operações de crédito pelo Governo do Distrito Federal. Quando das negociações de novos pleitos de operações de crédito, no decorrer de 2009 e 2010, o anexo V da 9ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal teve como base as previsões de novas operações de crédito a seguir discriminadas:

Operações de crédito externas

- I. Aquisição de Material Rodante - VLT – valor do financiamento: R\$ 550 milhões, para o período de 2012 a 2014;
- II. Brasília Sustentável II – valor do financiamento: R\$ 17,9 milhões, para o período de 2013;
- III. Implantação de Sistema de Transporte Coletivo Eixo Sul – valor do financiamento: R\$ 424 milhões, para o período de 2011 a 2014;
- IV. Infra-Estrutura e Saneamento Básico Área de Expansão Urbana no DF – valor do financiamento: R\$ 87,06 milhões, para o período de 2011 a 2014;
- V. Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO – valor do financiamento: R\$ 55,7 milhões, para o período de 2011 a 2014;
- VI. Projeto de Metrô Leve W3 Sul – valor do financiamento: R\$ 336,8 milhões, para o período de 2011 a 2013.

Operações de crédito internas

- I. BNDES Estados – valor do financiamento R\$ 41,4 milhões, para o período de 2012;
- II. Brasília Segurança Integrada – valor do financiamento R\$ 50 milhões, para o período de 2012 a 2014;

III. Construção Estádio Nacional – valor do financiamento R\$ 196 milhões, para o período de 2011 a 2013;

IV. Dren. Pavimentação Pôr do Sol e Parte Sol Nascente – valor do financiamento R\$ 200 milhões, para o período de 2011 a 2014;

V. Implantação Trecho 1 Sist. VLT e Ampl. Rod. DF-047 – valor do financiamento R\$ 361 milhões, para o período de 2011 a 2014;

VI. PNAFM – valor do financiamento R\$ 35 milhões, para o período de 2011 a 2015;

VII. Programa Transporte Urbano Etapa II – valor do financiamento R\$ 319,8 milhões, para o período de 2011 a 2014;

VIII. Sistema de Abastecimento de Água do Lago Paranoá – valor do financiamento R\$ 350 milhões, para o período de 2012 a 2014;

IX. Túnel de Taguatinga – valor do financiamento R\$ 230 milhões, para o período de 2011 a 2014.

1.1.4. Cálculo da Capacidade de Endividamento

Com relação à aprovação de novas operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização submetem-se aos ditames da Resolução 40 e 43 do Senado Federal de 2001. As tabelas a seguir resumem os limites do endividamento com dados do Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2010, ou seja, dados acumulados até agosto de 2010.

Comparativo dos Limites ao Endividamento para o Distrito Federal							
Limites de Endividamento	Normativo	Limite		Realizado até ago/2010		Folga ou excesso	
		Em % da RCL	Corresp. em R\$ milhões	Em % da RCL	Corresp. em R\$ milhões	Em % da RCL	Corresp. em R\$ milhões
- Fluxo de realização de operações de crédito	Art. 7º, Inciso I da Res. SF nº 43/2001	16,0%	1.752	1,92%	211	14,08%	1.542
- Dispêndio com servido da dívida fundada	Art. 7º, Inciso II da Res. SF nº 43/2001	11,5%	1.260	1,53%	167	9,97%	1.092
- Limite do estoque das operações de crédito	Art. 3º, Res. SF nº 40/2001	200,0%	21.905	11,02%	1.207	188,98%	20.699
- Limite das garantias concedidas	Art. 9º da Res. SF nº 43/2001	22,0%	2.410	0,00%	-	22,00%	2.410
- Limite das operações por ARO	Art. 10º da Res. SF nº 43/2001	7,0%	767	0,00%	-	7,00%	767

Acompanhamento do Cumprimento da Regra de Ouro no Distrito Federal							
Limites de Endividamento	Normativo	Limite = Despesas de Capital		Receita de Operações de		Folga ou excesso	
		Em %	Corresp. em R\$ milhões	Em %	Corresp. em R\$ milhões	Em %	Corresp. em R\$ milhões
- Regra de Ouro	Art. 6º, § 1º, inciso II da Res. SF nº 43/2001	100,0%	3.102	6,93%	759	93,07%	10.194

1.1.5. Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal

No ano de 1999, o Governo do Distrito Federal refinanciou sua dívida fundada interna com a União, ao amparo da Lei 9.496/97, assinando o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal – PAF/DF, parte integrante do contrato de renegociação da dívida com previsão para o período de 30 anos. O PAF/DF é revisado anualmente com ações corretivas de ajuste fiscal ao longo do referido contrato.

O Programa prevê em sua revisão anual a definição de metas que envolvem o controle efetivo da execução da despesa e realização da receita pública, o cumprimento de compromissos e ações previstas, a elaboração de relatório anual com prazo de entrega para até 30 de maio de cada exercício e ainda, o recebimento da equipe de técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional, com objetivo de verificar o cumprimento das metas estabelecidas pelo PAF/DF para o exercício em análise e formulação de metas para o triênio seguinte.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN avalia, anualmente, a execução do programa de ajuste referente ao exercício anterior. Para o ano de 2009, o Distrito Federal apresentou, os seguintes resultados:

- a) Meta n.º 1: manter relação ajustada Dívida Financeira/Receita Líquida Real ≤ 1 ; O DF cumpriu a meta com a relação de 0,22 da RLR.
- b) Meta n.º 2: apresentar resultado primário nulo; O DF apresentou déficit primário de R\$ 576 milhões, expurgadas receitas e despesas previdenciárias.
- c) Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida, com limite prudencial em 52,87%; O DF cumpriu a meta com a relação de despesa com pessoal/RCL igual a 48,77%, excluídas as despesas previdenciárias.
- d) Meta n.º 4: alcançar receita de arrecadação própria no valor de R\$ 8.155 milhões; O DF arrecadou receitas no montante de R\$ 7.014 milhões, excluídas as receitas previdenciárias.
- e) Meta n.º 5: meta estabelecida na forma de compromissos, com destaque para a relação de 37,24% para as Outras despesas Correntes em relação à RLR; O DF apresentou o índice de 48,08% com Outras despesas Correntes em relação à RLR, expurgadas receitas e despesas previdenciárias.
- f) Meta n.º 6: limitar os gastos de investimentos e demais despesas de capital a 18,92% da Receita Líquida Real anual – RLR; O DF cumpriu a meta apresentando um índice de 17,65% para as despesas de investimentos em relação à RLR.

A Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda realizou a avaliação do cumprimento das metas e compromissos estabelecidos para o exercício de 2009, informando a adimplência do Distrito Federal acerca do cumprimento das metas e compromissos previstos no PAF/DF e concedendo remissão de penalidade por meta não cumprida, por meio do Ofício nº 375/2010/COREM/SUBSEC4/STN/MF-DF, de 27/10/10 e publicação no DOU de 15/09/10.

O Governo do Distrito Federal revisou em 24/12/2010 o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF/DF, triênio 2010-2012. Com a medida, o Distrito Federal amplia seu limite atual de endividamento de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 3,2 bilhões.

Verifica-se na tabela abaixo os resultados apresentados pelo Distrito Federal em cumprimento às metas estabelecidas no PAF-DF para o período de 2006 a 2009, bem como as acordadas para os exercícios de 2010 a 2012:

Evolução das Metas Acordadas no PAF-DF							R\$ mil
Ano metas	Realizado				Assinado		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Meta 1 Dívida Financeira/RLR	0,25	0,22	0,22	0,22	≤ 1	≤ 1	≤ 1
Meta 2 Resultado Primário	-58	556	145	-576	-312	-405	-359
Meta 3	49,67%	47,72%	51,90%	48,77%	48,01%	47,24%	45,97%

Evolução das Metas Acordadas no PAF-DF							R\$ mil
Ano metas	Realizado				Assinado		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesa Pessoal/RCL							
Meta 4 Receita Própria	5.741	6.266	7.511	7.014	8.034	8.621	9.607
Meta 5 – Compromissos (Outras despesas Correntes/RLR = 48,23% em 2010, 46,25% em 2011 e 43,96% em 2012)							
Meta 6 Investimentos/RLR	12,09%	10,17%	13,03%	17,65%	11,52%	14,94%	18,04%
* A meta n.º 5 é estabelecida na forma de compromissos.							

Com relação aos resultados do exercício de 2010, esses só poderão ser aferidos e analisados pela STN, a partir do segundo semestre de 2011, dado que a mesma virá em Missão à Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal para avaliar a execução das metas acordadas e revisar as metas do Programa para o triênio 2010-2012.

1.1.6. Cadastros Informativos

É realizado o monitoramento periódico do cadastro e sistema que se seguem:

- Cadastro Único de Convênio – CAUC; e
- Sistema de Coleta de dados Contábeis – SISTN;

O Cadastro Único de Convênio (CAUC) foi criado pela Instrução Normativa (IN) nº 1, de 4 de maio de 2001, sucedida pela Instrução Normativa nº 1, de 17 de outubro de 2005, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O CAUC consiste num subsistema desenvolvido dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), disponibilizado em rede a todas as unidades do Governo Federal e, na internet, no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional. Seu objetivo é exclusivamente simplificar a verificação, pelo gestor público do órgão ou entidade concedente, do atendimento, pelos convenientes e entes federativos beneficiários de transferência voluntária de recursos da União, das exigências estabelecidas pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e legislação aplicável. O subsistema CAUC consolida num só lugar, a verificação das documentações comprobatórias exigidas no momento da formalização de um convênio.

Para fim de verificação dos cumprimentos, O CAUC disponibiliza as seguintes informações:

Seq	Dispositivo	Atendimento
100	LRF, Art.11 - Arrecadação de Tributos	S
200	Certidão (Adimplência), Art 25 § 1º, IV, Alínea A	
201	INSS - CND	
202	CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária	S
203	FGTS - CRF	
204	Regularidade na Prestação de Contas de Convenio (CONCONV/SIAFI)	
205	SRF - Tributos e Contrib. Federais/PGFN - Dívida Ativa da União	
207	CADIN - Cad. Inf. dos Créditos Não Quitados do Setor Púb. Federal	
208	Pagamentos de Emprést e Financ ao Ente Transferidor (Art 25,IV,A)	S
300	Aplicações Constitucionais- LRF Art 25, § 1º, IV, Alínea B	
301	Educação (Art. 212, CF)	S
302	Saúde (E.C. 29/2000)	S
400	Relatório de Gestão Fiscal - RGF	S
500	Contas Anuais	
501	LRF, Art. 51 (Encaminhamento das Contas Anuais)	S
600	Relatório da Execução Orçamentária	
601	LRF, Art. 52 (Publicação do RREO)	S

AC = A Comprovar pelo Beneficiário

Com a criação do CAUC, a verificação de inadimplência passou a ser acompanhada diariamente. O acompanhamento diário e visa identificar a inclusão de órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Distrito Federal como inadimplentes junto à União ou entidades federais.

Para tanto é realizada consulta e orientação objetivando a retirada do inadimplente do referido banco de dados. Tarefa de caráter inadiável, em se considerando as diversas implicações para o governo local, inclusive quanto ao impedimento de órgãos e entidades do GDF receberem transferências de recursos da União e contratar operações de crédito.

O Sistema de Coleta de dados Contábeis – SISTN é o instrumento disponibilizado ao Governo do Distrito Federal para captação de dados contábeis junto ao convênio de Cooperação Técnica firmado entre a Caixa Econômica Federal e a União, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No ano de 2002 a GEDAF iniciou o provimento do sistema no que se refere ao cadastramento de operações de crédito – COC do DF. Tais dados são atualizados anualmente.

1.1.7 Avais e Haveres

Atua na gestão dos recursos provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, acompanhando, controlando e administrando os créditos orçamentários e os repasses financeiros para as áreas de segurança, saúde e educação.

Verifica a regularidade do ingresso dos dividendos das empresas públicas do Distrito Federal e as alterações da composição anual do capital social das sociedades de economia mista.

O grau de participação dos recursos do tesouro na execução financeira das empresas públicas constantes do orçamento fiscal do Distrito Federal tem seu acompanhamento crítico efetivado anualmente e traduzido pelo acompanhamento da evolução dos índices de dependência financeira, individuais e totais, das empresas públicas dependentes dos repasses financeiros do tesouro.

2. Programa 0071 – Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas de Informação

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
1057-Ampliação e Modernização da Plataforma Computacional dos Sistemas Institucionais da Secretaria de Fazenda	126.600	12.129.997	11.731.959	10.336.629	
0001-Ampliar e Modernizar a Plataforma Computacional dos Sistemas Institucionais da Secretaria de Fazenda	126.600	12.129.997	11.731.959	10.336.629	0014
1111-Desenvolvimento e Evolução dos Sistemas Institucionais da Secretaria de Fazenda	10.125.267	23.751.907	23.736.633	21.449.038	
0001-Desenvolvimento e Evolução dos Sistemas Institucionais da Secretaria de Fazenda	10.125.267	23.751.907	23.736.633	21.449.038	0015

No âmbito do referido programa e por intermédio da Unidade de Administração Tecnológica – UAT/SEF, diretamente subordinada ao Secretário de Fazenda, a “Ação 0001 - Ampliação e Modernização da Plataforma Computacional dos Sistemas Institucionais da SEF” contribuiu para a ampliação e a modernização da plataforma computacional dos sistemas institucionais da SEF, com a aquisição de 22 licenças de softwares e com treinamentos para os colaboradores da área de TI. Além disso, possibilitou a execução de outros projetos prioritários, a seguir elencados, em consonância com a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2010.

2.1. Projetos

Manutenção de Rede sem Fio (Móvel)

Objetivo: Manutenção do sistema de comunicação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Resultados Alcançados: Rede wireless mantida.

Treinamento em Tecnologia da Informação

Objetivo: Contribuir para o alcance dos objetivos da Unidade de Administração Tecnológica.

Resultados Alcançados: Servidores Treinados

Adequação da Infraestrutura Física do Service desk

Objetivo: Ampliação do ambiente físico do Service desk, envolvendo recursos de infraestrutura e recursos tecnológicos.

Resultados Alcançados: Projeto implantado

Manutenção do Serviço de Impressão

Objetivo: Proporcionar adequada capacidade de impressão e maior nível de disponibilidade dos serviços.

Resultados Alcançados: Projeto mantido.

Manutenção do Serviço de Link Internet

Objetivo: Manter serviço de sistemas disponibilizados na Internet.

Resultados Alcançados: Serviço mantido.

Serviço de Manutenção e Ampliação da Rede por Rádio Frequência

Objetivo: Melhoria da estrutura de funcionamento da rede de dados e voz da SEF.

Resultados Alcançados: Serviço mantido.

Sistema de Impressão Eletrônica

Objetivo: Disponibilidade de alto volume de impressão destinado a atender as demandas de comunicação externa.

Resultados Alcançados: Serviço mantido.

2.2. Administração Tecnológica**2.2.1. Desenvolvimento e Evolução dos Sistemas Institucionais da SEF**

No âmbito do mesmo Programa e, também, por intermédio da UAT/SEF, a “Ação 0001- Desenvolvimento e Evolução dos Sistemas Institucionais da SEF” foi custeada a prestação de serviços contínuos de processamento de dados de recepção e transmissão de arquivos eletrônicos e pacote de serviços de dados para tráfego de 01 GB mensal, com acesso a rede mundial internet. Além disso, possibilitou a execução de outros serviços técnicos em TI, com o objetivo de disponibilizar metodologia automatizada de gestão de recursos humanos e de produtos de software nas áreas de manutenção e desenvolvimento de sistemas, suporte à microinformática, gestão de infraestrutura tecnológica e gestão eletrônica de documentos. Assim, foi possível a manutenção de sistemas existentes e, ainda, a evolução de novos sistemas, conforme detalhamento a seguir:

Sistemas

Mantidos	População-Alvo Atingida
SIGA	SEF
CIMPRE	SEF
GERADIRF	SEF
Portal Intranet	SEF
SISGEDOC	SEF
SISLEG	GDF
SOSPRES	SEF
TARE	SEF
Portal Internet	GDF e público externo
SISGEPAT	GDF

Sistemas

Evoluidos	População-Alvo Atingida
E- COMPRAS	GDF
SIGEP	SEF
SIGGO	GDF
Portal da Transparência – SIREP	GDF e cidadãos

Dados Estatísticos

Indicadores	2008	2009	2010
Quantidade de sistemas mantidos	21	11	10
Quantidade de sistemas evoluídos	5	4	4
Quantidade de chamadas no Service desk	11.757	12.107	8.103
Quantidade de documentos processados	21.680.840	15.832.924	11.972.212
Quantidade de e-mails recebidos pelo webmaster	19.487	28.340	34.008

Em 2010, foram implantadas medidas que possibilitaram o aumento da oferta de serviços da UAT aos usuários de TI da SEF. Pode-se citar o Service desk, que contou com um projeto ergonômico para o desempenho de suas atividades e a implantação no setor do serviço de Controle de Qualidade e Pós-Atendimento, propiciando controle dos serviços prestados pela UAT e uma constante busca de melhoria com a captação de informações nos feedback apurados com o Pós-Atendimento.

Com a renovação do parque computacional da SEF/DF, identificam-se uma redução nos atendimentos de suporte técnico solicitados ao Service desk, como pode ser constatado na série histórica dos chamados no Service desk, em relação a anos anteriores. Com isto, obteve-se uma melhora no desempenho dos serviços.

No Setor de Produção, foram incluídos novos sistemas para monitoramento e, também, aumento do número de computadores na rede.

Buscando obter melhoria nos serviços, foram mantidos inventários de hardware semestrais no âmbito da SEF, contando, ainda, com manutenções preventivas interna e externa, manutenções da infraestrutura de rede física/lógica e da rede de comunicação sem fio.

No setor de Sistemas enfatiza-se o desenvolvimento do Portal da Transparência, que permite o acompanhamento do cidadão dos gastos públicos.

Foram realizados, na Sala de Sustentação, eventos de transferência de conhecimento de TI.

O projeto Escritório de Projetos foi implantado, por meio do qual foram mantidos acompanhamentos de projetos de maior importância de TI, com o objetivo de garantir a qualidade de sua realização, mantendo uma visão integrada do plano estratégico da UAT.

No contexto das realizações da UAT foram identificadas algumas dificuldades que interferiram na execução dos programas, dentre as quais, falta de pessoal especializado em TI; dificuldade na aquisição de produtos e serviços de TI, muitas vezes comprometendo a infraestrutura da SEF pela morosidade do andamento processual; e divisão física da Fábrica de Software da SEF.

Em 2010, foram formalizados novos contratos de Tecnologia da Informação e, também, mantidos outros contratos, que são supervisionados e acompanhados pela UAT, com os seguintes objetos:

- a) Serviços técnicos na área de informática;
- b) Prestação de serviços de locação de Microcomputadores com assistência técnica e suporte para a Secretaria;
- c) Contratação de empresa para fornecimento de licenças, bem como manutenção e suporte técnico local para a SEF;
- d) Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e de evolução adaptativa da infra-estrutura de rede Wireless Wan por rádio frequência (dados e voz), incluindo o monitoramento, a substituição e reposição de peças, componentes, cabos e outros que se fizerem necessários, para a SEF;

e) Fornecimento de pacote de serviços de dados para tráfego de 01 (um) Gigabyte mensal, com acesso à rede mundial de computadores (Internet) por intermédio de dispositivo sem fio via rede de telefonia móvel, que permita tráfego de dados em um único Hardware, composto por cartão PCMCIA ou dispositivo USB, a ser fornecido em regime de comodato;

f) Serviços de processamento de dados de recepção e transmissão de arquivos eletrônicos com objetivo de reproduzi-los em papel;

g) Aquisição de mobiliário para implantação das Salas de Sustentação e treinamento da Unidade de Administração Tecnológica da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal;

h) Serviço GDF-NET e comunicação de dados para a SEF;

i) Prestação de serviços de conectividade IP dedicada à Internet Global incluindo do fornecimento de meios de comunicação dedicado entre a prestadora dos serviços e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal;

j) Contratação de empresa especializada para instalação e configuração dos serviços de solução de segurança: de antivírus, antivírus com fornecimento, criptografia, gerenciamento de serviços de TI, controle de correio eletrônico, backup; e serviços de softwares e solução de gerenciamento, administração, virtualização e clusterização de ambiente; e demais especificações constantes do Pedido de Aquisição de Material – PAM;

k) Fornecimento de 4 (quatro) Certificados Identificador de Servidor Web;

l) Contratação de empresa especializada para fornecimento e implementação de solução de controle de backup, para a SEF, especificamente para o fornecimento de solução de gerenciamento de TI – NETBACKUP;

m) Prestação e operacionalização de serviços de impressão a laser ou em processo eletrográfico com ambiente instalado nas dependências da SEF e em ambiente externo sediado no DF;

n) Aquisição, instalação e configuração de recursos tecnológicos de hardware com softwares embutidos para armazenamento de dados desta Secretaria;

o) Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de uso de software da plataforma Oracle (TUXEDO e options de Banco de dados);

p) Aquisição de Software, aplicativos sistemas operacionais para estação de trabalho, software para equipamentos servidores com respectivo fornecimento de licenças e garantia de atualizações das versões com finalidade de legalização padronização e atualização do parque computacional da SEF.

Ao longo de 2011, outras medidas serão tomadas, com vistas a cumprir a missão da SEF, contribuindo para o desenvolvimento do Distrito Federal, em consonância com a política governamental.

3. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inical	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
8502-Administração de Pessoal	203.714.506	246.193.444	245.642.159	245.642.159	
0055-Administração de Pessoal da Secretaria de Fazenda	203.537.000	240.869.708	240.320.402	240.320.402	0001
8692-Contribuição Patronal Para o RPPS	177.506	5.323.736	5.321.757	5.321.757	0002
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	26.149.314	20.699.366	20.118.321	19.328.163	

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
0051-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de estado de Fazenda	26.149.314	20.699.366	20.118.321	19.328.163	0003

Na Ação 0055 foram remunerados mensalmente os servidores ativos, num total de 1.656 em dezembro/2010.

Na Ação 8692 foi recolhida mensalmente a contribuição patronal para composição do RPPS.

Na Ação 0051 possibilitou a manutenção dos serviços administrativos gerais da SEF.

3.1. Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP

O PASEP foi instituído pela Lei Complementar nº8, de 03/12/70, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte.

Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro - desemprego.

A Lei nº 9.715, de, 25/11/98 estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno passariam a contribuir para o PIS/PASEP, com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas.

Contribuição da Administração Direta e Fundos

R\$ Milhões

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Valores pagos	54,6	66,4	82,0	91,7	87,0	95,3

Obs: valores correntes nos anos de 2005 à 2010

4. Programa 0136 – Cidadania Tributária

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
1002-Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal	17.525.363	21.513.283	4.603.295	850.467	-
0001-Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal/Tributária	8.440	5.646.360	4.603.295	850.467	0016
6066-Ação de Incentivo A Arrecadação E Educação Tributária - PINAT	328.105	292.625	238.625	238.625	-
0001-Desenvolvimento de Ações Integradas de Combate à Evasão Fiscal	328.105	292.625	238.625	238.625	0018

Na “Ação 0001-Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal”, foi executado serviço de reforma do telhado da Agência de Atendimento da Receita do SIA.

Na “Ação 0001-Desenvolvimento de Ações Integradas de Combate à Evasão Fiscal”, foi repassado recurso ao Convênio nº 22/2005, referente ao rateio dos custos do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços – Sintegra, correspondente ao quinto trimestre de 2009.

4.1. Gestão Tributária

4.1.1. Desempenho da Receita de Origem Tributária de 2008 a 2010

Desempenho Nominal

Em 2010, as receitas de origem tributária administradas pela SUREC, que englobam as receitas de impostos, exceto Imposto de Renda Retido na Fonte, taxas, dívida ativa tributária e multas e juros de

mora dos tributos, deverão alcançar o montante de R\$ 7,02 bilhões, o que indica crescimento nominal de 12,30% na comparação com 2009, conforme demonstra o quadro a seguir.

**Evolução das Receitas de Origem Tributária do Distrito Federal
(Valores correntes) - R\$ 1.000**

Ano	2008 (a)	2009 (b)	2010 (c)
Valor	6.015.293	6.256.086	7.025.770
Variação %		(b/a)	(c/b)
		4,0	12,30

Fonte: SIGGO para receita realizada.

Desempenho Real

Descontando o efeito da inflação medida pelo INPC/IBGE, verificou-se crescimento real do total das receitas de origem tributária de 6,8% em 2010 na relação com 2009. Na comparação de 2009 com 2008, observou-se queda de real de 1% da receita.

**Evolução das Receitas de Origem Tributária do Distrito Federal
(Valores constantes a preços estimados de outubro/2010-INPC/IBGE) - R\$ 1.000**

Ano	(a) 2008	(b) 2009	(c) 2010
Valor	6.835.361	6.765.412	7.226.603
Variação %		(b/a)	(c/b)
		-1,02	6,81

Fonte: COPET/SUREC.

Em relação ao contexto macroeconômico, o crescimento real da arrecadação é inferior ao do PIB nacional em 2010. Em 2009, a queda do crescimento real da arrecadação superou a queda real do PIB.

Evolução da Receita de Origem Tributária do DF / PIB

Arrecadação tributária (%)		PIB (%)
2009/2008	-1,02	-0,23
2010/2009	6,81	7,63

Elaboração: COPET/SUREC

Fonte: PIB – IBGE para 2009 e BACEN/Expectativas de Mercado para 2010.

O crescimento da arrecadação de origem tributária em 2010 tem resultado, principalmente, no desempenho positivo do ICMS, que apresentou crescimento real de 7,35% na comparação com 2009.

Desempenho Real Anual da Arrecadação Tributária no Distrito Federal – 2009/2010

Ano	Impostos Indiretos			Impostos Diretos – Imobiliários			IPVA	Dívida Ativa Tributária	Multa e Juros de Mora	Taxas
	ICMS	SIMPLES	ISS	IPTU	ITBI	ITCD				
2009/2008	-3,74	24,36	7,16	1,01	10,16	-4,53	13,97	-41,41	14,63	-6,33
2010/2009	7,35	22,82	7,32	4,06	16,00	23,27	-4,98	51,24	-4,60	5,10

Fonte: COPET/SUREC.

Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

4.1.2. Composição da Receita Tributária

No exercício de 2010, verifica-se aumento na participação dos tributos indiretos no total da arrecadação na comparação com 2009, devido aos aumentos das participações do ICMS e do Simples. Em relação à tributação direta, observam-se, à exceção do ITBI e do ITCD, queda das participações no total da arrecadação.

Composição da Arrecadação de Origem Tributária (em %)

Ano	ICMS	SIMPLES	ISS	IPTU	IPVA	Taxas	ITBI	ITCD	Dívida ativa tributária	multa e juros de mora
2008	65,52	1,91	11,22	5,66	7,45	1,91	2,47	0,42	2,78	0,67
2009	63,67	2,39	12,14	5,83	8,57	1,82	2,76	0,41	1,64	0,77

Ano	ICMS	SIMPLES	ISS	IPTU	IPVA	Taxas	ITBI	ITCD	Divida ativa tributária	multa e juros de mora
2010	63,96	2,75	12,19	5,69	7,65	1,79	2,99	0,47	2,31	0,69
Média	64,38	2,35	11,85	5,73	7,89	1,84	2,74	0,44	2,24	0,71

Fonte: COPET/SUREC.

4.1.2.1. Impostos Indiretos

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Em 2010, o ICMS apresentou crescimento de receita em termos reais da ordem de 7,35%. Com isso, o crescimento real acumulado nos três últimos anos fechou em 11,25%.

Desempenho do ICMS – 2008/2010

Ano	Participação na arrecadação Tributária (%)	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho real ano a ano ⁽¹⁾ (%)	Desempenho real em relação a 2007 ⁽¹⁾ (%)	ICMS – Brasil desempenho ano a ano ⁽²⁾ (%)
2008	65,52	3.941.223	7,66	7,66	9,34
2009	63,67	3.983.561	-3,74	3,63	-1,21
2010	63,96	4.493.609	7,35	11,25	9,87

Fonte: ICMS DF – COPET/SUREC; ICMS Brasil - COTEPE/CONFAZ/MF até novembro/2010

Notas: (1) desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

(2) A comparação de 2010 com 2009 restringiu-se ao período de janeiro a novembro.

Com relação à decomposição por atividade econômica da arrecadação do ICMS do Distrito Federal em 2010 verifica-se que o setor comércio varejista é o segmento que registra maior aumento na comparação com 2009, 26,39%, seguido da indústria, 23,68%, e de veículos, 18,47%.

Arrecadação do ICMS por Setor de Atividade Econômica

Valores correntes (R\$1.000)

Setor	2008	2009	2010	Média
Energia elétrica	279.431	286.711	283.289	283.144
Combustíveis	862.259	821.425	913.760	865.815
Comunicação	731.586	756.732	861.576	783.298
Veículos	329.740	335.382	397.340	354.154
Indústria	382.643	352.649	436.152	390.482
Comércio atacadista	705.765	720.010	720.056	715.277
Comércio varejista	592.354	655.678	828.739	692.257
Outros	57.444	54.973	52.697	55.038
Total	3.941.223	3.983.581	4.493.609	4.139.464

Fonte: COPET/SUREC.

No confronto de 2010 com 2009, os segmentos econômicos de comunicação, veículos, indústria e comércio varejista apresentaram aumento, enquanto energia elétrica, combustíveis, outros e principalmente do comércio atacadista recuaram. A queda do comércio atacadista está associada, possivelmente, aos questionamentos judiciais que vem afetando o Regime Especial de Apuração – REA.

Composição da Arrecadação do ICMS (em %) – 2008/ 2010

Setor	2008	2009	2010	Média
Energia elétrica	7,1	7,2	6,3	6,9
Combustíveis	21,9	20,6	20,3	20,9
Comunicação	18,6	19,0	19,2	18,9
Veículos	8,4	8,4	8,8	8,5
Indústria	9,7	8,9	9,7	9,4
Comércio atacadista	17,9	18,1	16,0	17,3
Comércio varejista	15,0	16,5	18,4	16,6
Outros	1,5	1,4	1,2	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: COPET/SUREC.

Imposto sobre Serviço - ISS

Despontando como segundo maior imposto em termos de volume arrecadado, excluindo o Imposto de Renda Retido na Fonte, o ISS respondeu por 12,19% da arrecadação tributária em 2010.

Após aumento real de 7,16% em 2009 face 2008, a arrecadação do ISS apresenta acréscimo real de 7,32% em 2010 e evolução real de 13,29% no resultado acumulado no triênio de 2008-2010.

Desempenho do ISS – 2008/2010

Ano	Participação na arrecadação de origem tributária (%)	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho real ano a ano ⁽¹⁾ (%)	Desempenho real em relação a 2007 ⁽¹⁾ (%)
2008	11,22	675.050	-1,48	-1,48
2009	12,14	759.201	7,16	5,56
2010	12,19	856.498	7,32	13,29

Fonte: COPET/SUREC.

Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Detalhando a receita do ISS em 2010, com enfoque no regime de tributação vigente, observa-se que 26% da receita desse imposto decorre das retenções tributárias realizadas por órgãos públicos federais e distritais. O total do imposto retido por órgãos públicos federais registra acréscimo de R\$ 13,195 milhões em 2010, na comparação com 2009, enquanto o total do imposto retido por órgãos distritais mostra queda de R\$ 3,547 milhões.

ISS Total e ISS/Retenção

Ano	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Arrecadação do ISS Retenção GDF (em R\$ 1.000)	Arrecadação do ISS Retenção Governo Federal (em R\$ 1.000)
2008	675.050	68.955	130.612
2009	759.201	84.952	151.686
2010	856.498	81.405	138.492

Fonte: COPET/SUREC.

Simplex

Em 2010, a receita do Simplex apresentará aumento real de 22,82% em relação a 2009, o que está relacionado à expansão do regime Simplex Nacional.

Desempenho do SIMPLES – 2008/2010

Ano	Participação na arrecadação de origem tributária (%)	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho real ano a ano ⁽¹⁾ (%)	Desempenho real em relação a 2007 ⁽¹⁾ (%)
2008	1,91	114.655	60,73	60,73
2009	2,39	149.805	24,36	99,89
2010	2,75	193.124	22,82	145,49

Fonte: COPET/SUREC.

Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Em 2010, o total de contribuintes do ICMS, do ISS e do Simplex foi de 115.328 mil, o que resultou no incremento de 16,5 mil contribuintes ativos na comparação com 2009.

Quantidade de Contribuintes no Cadastro Fiscal do DF Impostos Indiretos

Ano	Total
2008	90.006
2009	98.828
2010	115.526

Fonte: NUCAC/DIRAR/SUREC.

Nota: Número de contribuintes em 31/12/08, 31/12/09 e 31/12/2010.

4.1.2.2. Impostos Diretos

Os impostos diretos, que em anos anteriores expandiram sua participação no total da arrecadação de origem tributária, saindo de um patamar de 16% do total da arrecadação em 2008 para 17,5% em 2009, apresentaram queda em 2010, registrando 16,80%.

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU

Em 2010, o lançamento do IPTU alcançou mais 22 mil unidades imobiliárias, perfazendo um total de 824 mil unidades, sendo que a maior expansão é observada para os imóveis sujeitos à alíquota de 0,30%, que são os imóveis residenciais, refletindo os efeitos da construção para este fim.

**Quantidade de Imóveis Constantes no Cadastro Imobiliário
por Alíquota de Tributação**

Ano	0,3%	1,0%	3,0%	Total
2008	547.059	98.933	89.507	735.499
2009	613.678	112.054	76.520	802.252
2010	627.545	117.717	79.630	824.892

Fonte: SITAF. Nota: Número de imóveis para os quais houve lançamento do IPTU.

Observa-se que a participação do IPTU na receita total de origem tributária tende a apresentar uma pequena queda em 2010 em relação a 2009. O imposto deve registrar participações de 5,65% para 2010, enquanto registrou 5,83% em 2009; ultrapassando, porém, os 5,66% apresentados em 2008.

Desempenho do IPTU – 2008/2010

Ano	Participação na arrecadação de origem tributária (%)	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho real ano a ano ⁽¹⁾ (%)	Desempenho real em relação a 2007 ⁽¹⁾ (%)
2008	5,66	340.217	15,89	15,89
2009	5,83	364.849	1,01	17,06
2010	5,69	400.009	4,06	21,82

Fonte: COPET/SUREC. Nota: (1) desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

A receita do IPTU cresceu no triênio 2008-2010, em valores correntes, cerca de R\$ 59,7 milhões na comparação com 2007 teve crescimento real de 21,82%. Entre 2008 para 2009, a arrecadação do IPTU apresentou desaceleração do crescimento real, passando de 15,89% em 2008 para 1,01% em 2009, devido ao reajuste do lançamento do tributo em 2009 ter sido inferior ao de 2008. Em 2010, o crescimento real foi de 4,06%.

Imposto sobre Transmissão Inter-vivos de Bens móveis por Natureza ou Acesso Física e Díficeis Reais sobre Imóveis – ITBI

Para o ITBI, o crescimento real fechou em torno de 16% em 2010 na comparação com 2009. No triênio 2008-2010, a receita do imposto, em valores correntes, expandiu em R\$ 61,3 milhões, apontando aumento real de 47,12%.

Contextualizando esse aumento na receita do ITBI no cenário econômico, depreende-se que o comportamento favorável desse tributo pode ser justificado pelo incremento nas transações imobiliárias.

Desempenho do ITBI – 2008/2010

Ano	Participação na arrecadação de origem tributária (%)	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho real ano a ano ⁽¹⁾ (%)	Desempenho real em relação a 2007 ⁽¹⁾ (%)
2008	2,47	148.536	15,13	15,13
2009	2,76	172.358	10,16	26,83
2010	2,99	209.862	16,00	47,12

Fonte: COPET/SUREC. Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Imposto sobre Transmissão Causa mortes ou doação de Receita e Bens e Direitos – ITCD

Quanto ao ITCD, a receita deverá crescer no triênio 2008-2010, em termos nominais, R\$ 7,6 milhões, com variação real de 35,86%. Tal desempenho é inferior ao observado para o ITBI. Quanto à participação da receita do ITCD na arrecadação de origem tributária, observou-se relativa estabilidade no período de 2008 a 2010.

Desempenho do ITCD – 2008/2010

Ano	Participação na arrecadação de origem tributária (%)	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho real ano a ano ⁽¹⁾ (%)	Desempenho real em relação a 2007 ⁽¹⁾ (%)
2008	0,42	25.518	15,45	15,45
2009	0,41	25.597	-4,53	10,22
2010	0,47	33.194	23,27	35,86

Fonte: COPET/SUREC. Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA

O número de veículos para os quais houveram lançamentos do IPVA em 2010 foram de 853 mil, registrando aumento de 12% em relação a 2009, superior ao aumento de 6% observado de 2008 para 2009.

Quantidade de Veículos Constantes no Cadastro do IPVA por Alíquota de Tributação

Ano	1,0%	2,0%	3,0%	Total
2008	18.138	76.750	623.575	718.463
2009	18.481	89.850	653.031	761.362
2010	26.333	107.697	719.037	853.067

Fonte: SITAF

Apesar do aumento na frota de veículos, verifica-se queda real de 4,98% no desempenho do IPVA em 2010. Essa queda real pode ser explicada pelo fato de o reajuste do valor lançado do IPVA em 2010 ter sido no máximo de 4,44%, por força de lei, enquanto o reajuste de 2009 superou esse percentual. A participação da receita do IPVA na arrecadação de origem tributária caiu de 8,57% em 2009 para 7,65% em 2010, conforme quadro abaixo.

Desempenho do IPVA – 2008/2010

Ano	Participação na arrecadação de origem tributária (%)	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho real ano a ano ⁽¹⁾ (%)	Desempenho real em relação a 2007 ⁽¹⁾ (%)
2008	7,45	448.113	12,66	12,66
2009	8,57	535.888	13,97	28,90
2010	7,65	537.171	-4,98	22,00

Fonte: COPET/SUREC. Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

4.1.2.3. Taxas

O grupo Taxas considera: Taxa de Fiscalização de Obras; Taxa de Fiscalização do Uso de Área Pública; Taxa de Vigilância Sanitária; Taxa Ambiental; Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento; Taxa de Fiscalização de Anúncios; Taxa de Funcionamento de Estabelecimento; Taxa de Execução de Obras; Taxa de Limpeza Pública; Taxa de Expediente; Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento e Taxa de Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos. da arrecadação total desse grupo, a TLP, em 2010, respondeu por quase 66% da arrecadação das taxas.

O item de receita Taxas registra comportamento decrescente em sua participação no total da arrecadação tributária, saindo de um patamar de 1,91% em 2008, para uma participação de 1,82% em 2009 e 1,79% em 2010. A receita de Taxas atingiu, até hoje, o montante de R\$ 125,8 milhões em 2010.

Desempenho das Taxas – 2008/2010

Ano	Participação na arrecadação de origem tributária - (%)	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho real ano a ano ⁽¹⁾ (%)	Desempenho real em relação a 2007 ⁽¹⁾ (%)
2008	1,91	114.903	5,74	5,74
2009	1,82	113.883	-6,33	-0,95
2010	1,79	125.877	5,10	4,10

Fonte: COPET/SUREC - Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Em 2010, a queda real do item taxas foi de 5,10%, sendo que a TLP registra decréscimo real de 2,52% e as demais taxas, aumento de 24,05%.

4.1.3. Outras Receitas de Origem Tributária

Multas e Juros de Mora

A receita de multas e juros de mora fechou o ano de 2010 com queda real de 4,60% na comparação com o ano anterior. Embora apresente queda em 2010, a receita de multas e juros terá aumento real de 30,94% no triênio 2008-2010.

Desempenho das Multas e Juros de Mora – 2008/2010

Ano	Participação na arrecadação de origem tributária (%)	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho real ano a ano ⁽¹⁾ (%)	Desempenho real em relação a 2007 ⁽¹⁾ (%)
2008	0,67	40.078	19,73	19,73
2009	0,77	48.259	14,63	37,25
2010	0,69	48.357	-4,60	30,94

Fonte: COPET/SUREC. Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

Receita da Dívida Ativa Tributária

Em 2010, observa-se o crescimento da receita da dívida ativa em relação a 2009. Em relação a 2007, verifica-se que o aumento ocorrido em 2010 não foi o suficiente para superar a perda ocorrida em 2009, conferindo desempenho acumulado negativo de 2,26%.

Desempenho da Dívida Ativa Tributária – 2008/2010

Ano	Participação na arrecadação de origem tributária - (%)	Valores correntes arrecadados (em R\$ 1.000)	Desempenho real ano a ano ⁽¹⁾ (%)	Desempenho real em relação a 2007 ⁽¹⁾ - (%)
2008	2,78	166.999	10,29	10,29
2009	1,64	102.716	-41,41	-35,38
2010	2,31	163.284	51,24	-2,26

Fonte: COPET/SUREC. Nota: desempenho real medido com base no INPC/IBGE.

4.1.4. Renúncia das Receitas de Origem Tributária

No tocante à renúncia de receita de origem tributária, foi estimado para o exercício de 2010 o montante de R\$ 1,1 bilhão. desse valor, R\$ 1,0 bilhão ou 88% referem-se a benefícios tributários do ICMS. depois do ICMS, os tributos que apresentam maior participação no total da renúncia tributária são o IPTU, o ISS e o IPVA nos montantes de R\$ 55,6 milhões R\$ 22,2 milhões e R\$ 19,6 milhões, respectivamente.

Renúncia Tributária Estimada para 2010

Tributo	Valores Correntes em R\$ 1.000
IPVA	19.551
TLP	8.862
IPTU	55.596
ITBI	311
ITCD	3.300
ICMS	831.910
ISS	22.244
Multas e Juros	98.100
Total	1.039.874

Fonte: COPET/SUREC.

4.1.5 Ações de Combate à Evasão Fiscal

Programa 0136 – Cidadania Tributária

Projeto: 04.129.0136.6066.0001 – desenvolvimento de Ações Integradas de Combate à Evasão Fiscal
Planejamento, Distribuição e Conclusão de Ações Fiscais

Tipo de Ação Fiscal	Distribuídas			Concluídas		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Auditorias	361	351	702	313	336	431
Diligências	16.604	1.235 (1)	1.565	15.184	1671 (1)	2.592
Monitoramentos	279	541 (1)	257	332	702 (1)	303

Tipo de Ação Fiscal	Distribuídas			Concluídas		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Outras	291	424 (1)	1132	168	432 (1)	673
Totais	17.535	2.551	3656	15.997	3.141	4.359

Fonte: DIFIT

(1) O saldo de ações concluídas superior ao saldo de ações distribuídas deve-se ao estoque inicial de auditorias, diligências, monitoramentos e outros, existentes no início do exercício.

Além das ações fiscais programadas (quantificadas na tabela acima), é realizada ininterruptamente, 24 horas por dia, a fiscalização de mercadorias em trânsito no território do DF, por meio da atuação dos postos fiscais de fronteira e da atuação da fiscalização itinerante.

Constituição de Crédito Tributário pela Fiscalização em Estabelecimentos

Documento lavrado para constituição do crédito	2008		2009		2010	
	Quant. docs.	Crédito Constituído	Quant. docs.	Crédito Constituído	Quant. docs.	Crédito Constituído
Auto de Infração	1.216	592.443.439,12	622	668.171.017,26	6.224	1.158.045.585,43
Aviso de Lançamento	21	533.666,40	23	50.859.883,62	4	392.499,11
Termo Aditivo (AI e AL)	19	1.719.721,00	26	9.016.742,82	24	3.292.947,76
Outros	8	1.452.656,11	23	5.425.085,97	6	33.710.037,88

Fonte: DIFIT

Constituição de Crédito Tributário pela Fiscalização de Mercadorias em Trânsito

2008		2009		2010	
Qtde de Autos de Infração lavrados	Crédito Constituído	Qtde de Autos de Infração lavrados	Crédito Constituído	Qtde de Autos de Infração lavrados	Crédito Constituído
3.645	194.051.842,75	3.520	181.190.854	2.525	199.795.058,50

Fonte: DIFIT

Participação Relativa na Arrecadação do ICMS - Principais Setores Monitorados

Segmento Econômico	Valor Arrecadado R\$ milhões Correntes			Participação Relativa no total da Arrecadação do ICMS %		
	2008	2009	2010*	2008	2009	2010
Energia Elétrica	278,2	289,0	269,9	7,08%	7,20%	7,09%
Combustíveis	858,6	828,1	765,8	21,88%	20,62%	20,13%
Serviços de Comunicação	745,1	762,8	736,4	18,99%	19,00%	19,35%
ICMS - Principais segmentos monitorados	1.882,0	1.879,9	1.772,1	47,96%	46,81%	46,57%
Arrecadação total do ICMS	3.924,4	4.015,7	3.804,9	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: DIFIT

Participação Relativa na Arrecadação do ISS

Situação de Recolhimento	Valor Arrecadado R\$ milhões Correntes			Participação Relativa no total da Arrecadação do ISS %		
	2008	2009	2010*	2008	2009	2010*
Substituição Tributária	126,5	148,0	146,3	18,52%	19,98%	21,55%
Retenção via SIAFI	125,9	129,4	111,9	18,44%	17,46%	16,49%
Retenção via SIGGO	70,3	80,9	61,8	10,29%	10,92%	9,10%
ISS Monitorado	322,7	358,3	320,0	47,25%	48,37%	47,13%
Arrecadação Total do ISS	682,9	740,8	679,0	100,00%	100,00%	100,00%

FONTE: DIFIT - * dados computados até 30/10/2010

Os resultados demonstrados são provenientes dos diversos Projetos de Auditoria e Monitoramento desenvolvidos ou, ainda, fruto das Diligências Especiais realizadas pela Diretoria de

Fiscalização Tributária. Algumas dessas ações foram executadas em parceria com a Coordenadoria de Inteligência Fiscal – COINF e delegacia de Crimes contra da Ordem Tributária – DOT, dentre as quais destacam-se:

Projetos de Auditoria Executados e Resultados de Ações Fiscais

Projeto	Objetivos	Resultados
LFE “zerado”	Cotejar os dados fornecidos pelas administradoras de cartão de crédito/débito (com movimento) com os dos Livros Fiscais Eletrônicos - LFE's (zerados). Foram enviados comunicados previamente, e, no caso de constatadas diferenças as empresas foram autuadas	Em andamento. Resultados ainda não computados.
Projeto “Crédito Podre” (decorrente do projeto Atacadão)	Cobrar ICMS de contribuintes que se utilizaram de créditos fictícios nas operações de compra a fim de suprimir o imposto devido na saída de mercadorias.	Foram distribuídas 10 empresas para auditoria, tendo sido concluídas 7, com lavratura de autos de infração totalizando crédito tributário constituído de R\$ 3.461.077,11
Projeto Crédito Simples	Detectar empresas enquadradas no regime normal de apuração com crédito de ICMS de empresa optante pelo Simples Nacional, cujo valor do imposto fosse superior ao determinado na faixa de faturamento. Como piloto foi incluído em auditoria uma empresa para a verificação do correto aproveitamento de crédito.	Foi gerada uma ordem de serviço para execução, não tendo sido apresentados resultados ainda.
Projeto “Zumbi”	Diligenciar empresas baixadas e/ou canceladas, que continuam emitindo notas fiscais e gerando crédito	Foram distribuídas 5 empresas para realização de auditoria, tendo sido concluídas duas, com valor de crédito tributário constituído de R\$ 538.600,73
Projeto “Deleta”	Realizar auditoria em 18 empresas previamente selecionadas visando a comparação entre as notas fiscais do emitente registradas no Livro Fiscal Eletrônico - LFE e as Notas Fiscais Eletrônicas - NFE no livro fiscal dos adquirentes. As diferenças detectadas foram provenientes de emissão de nota fiscal calçada e/ou de saída não escriturada.	Foram realizadas 9 auditorias sendo constituído crédito tributário de R\$ 24.840.101,23.
Projeto Cartão de Crédito/débito	Realizar auditorias em 370 empresas com base nos dados de 2009, tendo sido detectadas diferenças entre os valores declarados e os valores informados pelas administradoras de cartão de crédito/débito. Foram enviados 6.573 comunicados para os contribuintes e 3.432 para os contadores.	Concluídas 312 ações de constituição de crédito tributário no montante de R\$ 65.123.062,11
Projeto Atacadão	Realizar diligências em 550 empresas participantes atacadistas, não optantes pelo REA-ICMS, possíveis geradoras de “crédito podres”. Os auditores realizaram visitas nos estabelecimentos das empresas, nos sócios e contadores para avaliar o porte e a capacidade das mesmas, espaço físico e estoque de mercadorias	Projeto em execução, tendo sido visitadas 450 empresas.
Projeto ECF	Realizar diligências em 2.660 empresas para entrega de auto de infração pela falta de uso do ECF-Equipamento Emissor de Cupom Fiscal	Foram autuadas 502 empresas, totalizando crédito tributário constituído de R\$ 948.461,24. Também, como resultado, 1.300 empresas adquiriram o ECF.
Projeto ECF “Full”	Notificar 110 empresas para apresentar a memória fiscal dos últimos 5 anos, para ser feito o cotejamento dos dados: memória fiscal do Emissor de Cupom Fiscal - ECF e do Livro Fiscal Eletrônico – LFE.	Em andamento. Resultados ainda não computados.

Fonte: DIFIT

Realização de Diligências Especiais

Diligência	Descrição
Autos de infração por falta de ECF	Diligência para entrega de autos de infração em contribuintes não possuidores de ECF.
SOIWEB	Diligências <i>in locu</i> para verificação das denúncias recebidas via sistema SOIWEB, da Corregedoria Geral do DF.
Pedidos da DOT, MPDFT, TCU, TCDF, CGDF, TJDFT, etc.	Diligências realizadas em contribuintes e não contribuintes a pedido dos referidos órgãos.
Pedido de Verificação Fiscal – PVF	Atendimento às demandas oriundas dos Fiscos de outras Unidades da Federação, com vistas a verificar a idoneidade de documentos fiscais referentes a operações interestaduais.
Pesquisas de preços em estabelecimentos comerciais	Coleta de preços para fixação da base de cálculo de produtos sujeitos à substituição tributária do ICMS, como cervejas, refrigerantes, combustíveis, água mineral, etc.

Diligência	Descrição
Condomínios comerciais	Verificação de regularidade de inscrição cadastral de empresas ou profissionais autônomos estabelecidos em condomínios comerciais com respectiva lavratura de auto de infração e termo de inscrição de ofício, nos casos em que couber.

Fonte: DIFIT

Operações Especiais

Projeto	Objetivo
Auditoria Tributária	Incrementar a arrecadação. Foram lavrados 53 autos de infração, totalizando crédito tributário de R\$ 42.975.814,68. Participaram desta ação 33 Auditores Tributários. Estas auditorias tiveram por origem diversos projetos, cujo escopo são as diferenças constatadas entre as informações prestadas pelas operadoras de cartões de crédito e as informadas pelos contribuintes no LFE, créditos fiscais inidôneos, falta de recolhimento de ISS normal, diferenças nas saídas constatadas entre os valores declarados no LFE e os apurados na leitura da memória fiscal dos ECF's das empresas. Foram desenhadas três empresas do regime do Simples Nacional. Os segmentos alcançados foram: comércio varejista, atacadista, restaurantes, supermercados e instituições de ensino superior. As irregularidades predominantes foram: omissão de receita e aproveitamento indevido de crédito.
20 de outubro Dia do Combate à Sonegação	No dia de combate à sonegação (20 de outubro) foram executadas ações em conjunto com a DOT e PDOT. Com a participação de 40 Auditores Tributários foram lavrados 45 autos de infração no valor total de R\$ 196.774.652,40 (cento e noventa e seis milhões, setecentos e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos). Os segmentos alcançados foram: telecomunicações, comércio varejista e atacadista. As infrações foram relacionadas ao projeto cartões de crédito, circularização das entradas e saídas dos segmentos de atacado x varejo e outros. Foram também desenhadas 10 empresas optantes pelo Simples Nacional tendo como motivo a constatação de excesso nos valores de faturamento legal, sem que tal fato fosse comunicado à SEF/DF.
Fiscalização de Mercadorias em Trânsito	Realizar operações especiais com o objetivo de coibir a sonegação e fiscal e aumentar a percepção de risco na decisão de não cumprimento das obrigações tributárias. destaques: Feira Expotchê; Feira BSB Mix; Feira da Lua e outras; Transportadoras; leilões e eventos sujeitos à arrecadação de ICMS em que foi feita a verificação das entradas e saídas de mercadorias durante todo o período da Feira e distribuído manual, elaborado pelo Núcleo de Fiscalização Itinerante, aos expositores. Na operação (dia das mães) foram lavrados 9 autos de infração, totalizando crédito tributário de R\$ 65.712,23. As principais irregularidades detectadas foram nos setores moveleiro, de refrigeração, material de construção e laticínios. As averiguações foram realizadas nos shoppings: Taguatinga Shopping, Free Park e Shopping Iguatemi. No dia de combate à sonegação (20 de outubro) foram lavrados 28 autos de infração no valor de R\$ 288.324,09. Os segmentos alcançados foram: confecções, calçados, auto peças, produtos de metalurgia, materiais de construção, pescados, produtos alimentícios, bebida energética, refrigerantes, bobinas de papel, eletrodomésticos, amarelinhos, etiquetas e outros.

Fonte: DIFIT

Projetos de Monitoramento

Projeto	Objetivo
Substitutos Tributários do ICMS	Monitorar o comportamento tributário dos contribuintes substitutos tributários do ICMS, no tocante à regularidade da retenção e recolhimento do imposto devido por substituição tributária e, se necessário, realização de auditoria com vistas à constituição do crédito tributário respectivo.
Combustíveis	Verificar a regularidade tributária das operações envolvendo combustíveis no DF, conferindo a exatidão dos anexos apresentados pelas refinarias, distribuidoras e Transportador Revendedor Retalhista – TRR e, se necessário, diligências aos postos revendedores de combustíveis - PRCs, adotando as ações pertinentes.
Regime Especial de Apuração do ICMS – REA	Monitorar o cumprimento das obrigações previstas na legislação que rege o Regime Especial de Apuração do ICMS - REA para indústrias, comércio atacadista e distribuidor, em especial o recolhimento do ICMS, transmissão de informações no LFE e cumprimento de demais obrigações, como o recolhimento aos fundos FUNDAF e FUNGER.
Substitutos tributários do ISS	Orientar e acompanhar os substitutos tributários do ISS relativamente ao cumprimento da legislação tributária, tomando-se como referencial as informações de retenção do ISS fornecidas por órgãos públicos do GDF e da União e empresas públicas e privadas habilitadas como substitutos tributários do imposto
Shows e Eventos	Acompanhar o comportamento das empresas e promotores autônomos que atuam no segmento de realização de shows e eventos, com vistas à apuração e cobrança do ISS devido por estimativa e, se necessário, constituição do crédito tributário respectivo.
Comunicação e Energia Elétrica	Acompanhar o comportamento tributário das empresas que atuam nos segmentos de comunicação e de energia elétrica, suas operações e verificar a regularidade de seus procedimentos.

Projeto	Objetivo
ME/EPP	Proceder à lavratura de Termos de desenquadramento de Empresas enquadradas no Simples Nacional que apresentam divergências expressivas entre o faturamento informado na DASN - declaração Anual do Simples Nacional e o informado pelas Administradoras de Cartões de crédito/débito referentes ao exercício de 2009

Fonte: DIFIT

Projetos Especiais da Fiscalização de Mercadorias em Trânsito

Projeto/atividade	Objetivos
Desenvolvimento de estudos para elaboração de proposta de modelo de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito do Distrito Federal.	- Atualizar a sistemática de fiscalização de mercadorias em trânsito, com a intenção de torná-la dinâmica, além de otimizar a mão de obra, através da incorporação de novas tecnologias que vem sendo discutidas no âmbito do ENCAT e também a troca de experiências com o Fisco de outros Estados.
Implantação do auto de infração eletrônico	- Padronizar e aperfeiçoar a qualidade dos autos de infração buscando a diminuição de erros formais, de forma a minimizar a necessidade de diligências posteriores para correção e eventuais anulação de autos de infração; - Gerar estatísticas para subsidiar um trabalho de planejamento das ações de fiscalização.
SGF e Registro de Passagem	- Incorporar novas funcionalidades visando eficiência nas rotinas de trabalho desenvolvidas nos Posto Fiscais; - Realizar consultas da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, na base de dados da SEF/DF, via registro de passagem; - Evitar reutilização e/ou cancelamento do DANFE.
Legislação do Passe Fiscal	- Aumentar a fiscalização de mercadorias que deveriam passar em trânsito pelo DF, mas que são internalizadas no DF, através de mecanismos de controle mais eficientes.
Capacitação, aperfeiçoamento e intercâmbio	- Promover cursos e seminários por meio de um aperfeiçoamento permanente em assuntos afins à atividade de fiscalização de mercadorias em trânsito. - Realizar maior intercâmbio com o Fisco de outros Estados objetivando a troca de experiências e informações, de forma a manter a Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito - GEFMT sempre atualizada.

Fonte: DIFIT

Projetos Especiais Realizados em Parceria com a Inteligência Fiscal

Projeto /Atividade	Resultados Alcançados
"Grãos Podres"	Projeto ainda em andamento. Já foram detectadas 14 empresas de fachada que tiveram suas inscrições canceladas.
Atacadista	Visitadas 247 empresas atacadistas não beneficiadas com o regime especial. Quarenta e duas (42) delas foram suspensas ou canceladas.
Investigação de Grupos de Seguimento Específico de Atividade Econômica	Atendimento de demanda do Ministério Público do DF e encaminhamento das empresas com indício de sonegação fiscal para a auditoria
Ação conjunta com a Procuradoria Geral do DF	Permitiu à PGDF sustentar junto aos Órgãos Judiciais o pedido de cancelamento de inscrição no Cadastro Fiscal do DF. Em conseqüência, o cancelamento de Notas Fiscais emitidas por essas empresas permitiu a realização de ações com constituição de crédito da ordem de três milhões de reais.
Ação conjunta com a promotoria de Justiça de defesa das Fundações e Entidades de Interesse Social - PJFEIS.	Comprovação após análise de 2.300 notas fiscais da utilização de notas fiscais inidôneas na prestação de contas de Organizações não Governamentais - ONG's e que recebem recursos públicos.

Fonte: COINF

4.1.6 Informações Complementares

Foram realizadas, ainda, no âmbito da SUREC, as seguintes atividades:

Revitalização das Unidades de Atendimento ao Contribuinte:

- Aquisição de mobiliário para a Central de Atendimento Empresarial – CAEMI.
- Execução da reforma da Agência de Atendimento da Receita Planaltina – AGPLA no segundo semestre de 2010, segundo o padrão da SUREC. reinauguração dia 11/11/2010.
- Execução de reforma visando a revitalização do telhado e piso da Agência de Atendimento da Receita SIA – AGSIA, em andamento e com previsão de conclusão em 10/12/2010.
- Aprovado plano de ação de adequação das Unidades de Atendimento ao Contribuinte, cuja execução está prevista para início em 2011 e conclusão até dezembro/2013. A ação consiste em adequar

ao padrão da SUREC as Unidades da DIATE que ainda não se modernizaram, executando obras de reforma/construção, com aquisição de mobiliário e equipamentos de informática.

Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal/Tributária:

Durante o exercício foram realizadas as seguintes ações:

I. Criação de Banco de dados – Controle de Autorizações, visando à gestão centralizada para concessão de numeração de Autorizações, bem como para emissão das mesmas, com vista à aquisição de Veículos com Isenção de ICMS.

II. Melhoria do processo de gestão com o aperfeiçoamento do Banco de dados – BD Cadastro fundindo, em um único banco de dados, os controles de alteração no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, controle de vistorias, controle da concessão de indenização de transportes, controle de Fichas de alteração Cadastral/ alteração no cadastro Fiscal. Criação nesse mesmo banco de dados, de sistema de emissão de protocolo que permitirá a rápida consulta do andamento de demandas simples realizadas pelo contribuinte.

III. Desenvolvimento de Banco de dados – Controle de Numeração, para emissão de notificação e comunicados, com número do documento gerado automaticamente e de forma centralizada pelo sistema, de forma a agilizar os procedimentos de consulta.

IV. Aprimoramento da planilha de cálculo de renúncia de ICMS para auxiliar nas análises de processos de isenção de ICMS e do simulador de parcelamentos.

V. Disponibilização eletrônica de documentos padrão, relativos aos seguintes atos administrativos: despacho de deferimento de exclusão de atividades do ICMS; deferimento de exclusão de atividades do ISS; indeferimento de exclusão de atividades; deferimento de baixa, indeferimento de baixa e lista de verificação de processos de baixas.

VI. Implantação do Sistema de Emissão de Notas Fiscais Avulsas – SENFA.

VII. Elaboração de 3.281 atos (julgamento de processos, elaboração de pareceres e propostas de alteração na legislação tributária, desenvolvimento de pesquisas e análises, dentre outros), na execução das atividades de Administração Tributária.

VIII. Acompanhamento Judicial de 395 processos e formulação de respostas a 445 ações.

IX. Realização de 27 viagens para participação de diversos eventos técnicos.

X. Melhoria das condições de trabalho com a redefinição de 18 ambientes físicos, distribuição entre as diversas unidades da SUREC de 8.542 itens de consumo e 216 itens de bens permanentes.

XI. Fornecimento de 626 vagas de capacitação, das quais apenas 38 tiveram ônus para a SUREC. As demais vagas foram disponibilizadas com a realização de eventos de capacitação realizados com o emprego de parcerias e utilização de multiplicadores internos.

Atendimentos Prestados pelas Agências de Atendimento da Receita:

Atendimento Presencial x AGÊNCIA@NET (trimestral)

		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total Anual
2008	Internet	198.017	121.682	126.207	103.673	516.649
	Agências	48.876	60.824	58825	13.289	181.814
	Total	246.893	182.506	185.032	84.031	698.463
2009	Internet	286.040	184.866	149.826	138.832	759.565
	Agências	54.101	69.233	66.501	41.817	231.653
	Total	340.141	254.099	216.327	180.649	991.218

		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total Anual
2010	Internet	31.900	32.912	38.079	11.504 *	114.39*5
	Agências	161.878	204.038	145.893	38.266 *	550.075*
	Total	193.778	236.950	183.972	49.770 *	664.470*

Fonte: SITAF

Comparativo SITAF/SIGEST x AGENCI@NET

2010	Tipo de Solicitação	SITAF/ SIGEST	AGNET	Total*	Percentual AGNET
	Inscrição Cadastral	5.683	12.514	18.197	68,76%
Alteração Cadastral	9.047	13.904	22.951	60,58%	
AIDF	2.925	60.284	63.209	95,37%	
Autenticação de Livros Fiscais	45	7.262	7.307	99,38%	
Pedido de Uso	39	1.267	1.306	97,01%	
Intervenção em ECF	388	11.940	12.328	96,85%	
Exclusão de Contabilista	0	6.033	6.033	100,00%	
Total	18.127	113.204	131.331	86,19%	
2009	Tipo de Solicitação	SITAF/ SIGEST	AGNET	Total	Percentual AGNET
	Inscrição Cadastral	383	1165	1548	75,26%
Alteração Cadastral	881	1372	2253	60,90%	
AIDF	253	5747	6000	95,78%	
Autenticação de Livros Fiscais	2	701	703	99,72%	
Pedido de Uso	0	173	173	100,00%	
Intervenção em ECF	44	1776	1820	97,58%	
Exclusão de Contabilista	0	420	420	100,00%	
Total	1563	11354	12917	87,90%	

Fonte: DIATE

* Atualização: até 31/10/2010

Nota: Não foram considerados os dados de 2008 em razão de possuímos registros apenas a partir do mês de outubro/2008.

Em razão das soluções implementadas até a presente data, nota-se sensível decréscimo do atendimento presencial prestado pelas agências e incremento na quantidade do atendimento prestado por intermédio do sistema AGENCI@NET.

Atendimento Presencial X Contribuintes em potencial

Eventos	2006	2007	2008	2009
Atendimento presencial nas agências	774.278	697.368	610.981	516.299*
Nº de empresas inscritas no CF/DF	73.323	83.060	92.164	98.828
Nº de veículos no DF	883.676	964.534	1.046.638	1.138.127
Nº de imóveis inscritos no Cadastro Imobiliário do DF	681.646	705.273	742.870	777.698
Total (contribuintes em potencial)	1.638.645	1.752.867	1.881.672	2.014.653
Indicador de qualidade (relação dos atendimentos presenciais / contribuintes em potencial)	0,4725	0,3978	0,3247	0,2563

Fonte: DIATE

* dados até jul/09 – de ago/09 a dez/09 foram repetidos os dados de 2008.

Análise processual - Agências:

É possível notar em razão da melhoria dos processos de trabalho, a célere solução das demandas impetradas junto às Agências de Atendimento da Receita, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Processos Diversos

Situação dos Processos por Exercício	2008	2009	2010
Processos recebidos	44.378	65.627	41.168
Processos analisados	35.759	72.217	25.448
Estoque final para análise	13.659	8.680	6.355
Processos conclusos para arquivo	275.057	299.201	311.771

Fonte: DIATE –

Arrecadação e Cobrança:

Entre as diversas melhorias nos processos de trabalho, destaca-se a atuação da SUREC em relação à limpeza do Cadastro de Contribuintes e à melhoria dos processos de arrecadação e cobrança.

Processos de Cobrança e Arrecadação

Item	Ano	Janeiro		Fevereiro		Março	
		Qt	Valor	Qt	Valor	Qt	Valor
Débitos inscritos em DAT	2009	4.105	32.056.714,91	2.263	6.644.607,62	4.372	137.160.154,87
	2010	567.728	358.265.658,42	1.723	36.832.202,87	4.243	313.255.816,19
Débitos ajuizados	2009	28.030	79.226.033,93	5.414	85.684.620,76	442	291.782,05
	2010	0	0,00	3.710	209.763.802,09	50.238	94.083.933,59
Parcelamentos de CDA	2009	14.728	44.467.899,21	12.886	17.977.164,13	8.803	13.558.728,42
	2010	26.088	224.160.571,65	13.126	12.830.546,11	9.100	11.404.926,95
CDA quitadas com parcelamento	2009	376	12.803.103,37	1.905	1.630.811,50	2.734	4.353.004,10
	2010	3.083	3.007.978,84	3.411	2.116.957,77	4.076	2.595.688,41
CDA quitadas à vista	2009	12.803	6.500.281,03	9.857	4.552.375,96	6.185	3.089.432,14
	2010	11.313	4.983.216,12	15.551	7.838.609,27	16.288	8.257.184,63
CDA canceladas	2009	23.465	7.954.907,20	31.617	9.174.549,78	6.432	4.943.510,68
	2010	1.483	2.482.568,90	1.377	30.893.022,87	1.072	3.413.551,80
Auto de Infração de obrigação acessória	2009	622	420.26,06	606	410.098,38	597	404.007,81
	2010	514	362.344,30	477	336.261,15	502	353.884,90
Notificação de rito especial	2009	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	2010	6.617	52.716.376,16	0	0,00	4.295	43.168.656,82
Processos de compensação com precatórios deferidos	2009	35	10.028.790,12	8	3.837.231,76	5	1.239.309,30
	2010	0	0,00	2	48.793,71	9	640.775,84
Processos de compensação com precatórios indeferidos/excluídos	2009						
	2010	0	0,00	4	348.396,00	1	24.590,48

Item	Ano	Abril		Maio		Junho	
		Qt	Valor	Qt	Valor	Qt	Valor
Débitos inscritos em DAT	2009	2.133	12.624.754,65	3.920	12.344.932,63	2.468	25.856.912,80
	2010	8.224	31.176.863,88	3.487	10.283.825,73	1.487	10.287.461,58
Débitos ajuizados	2009	15.712	307.454.785,70	13.190	35.116.860,63	67.132	69.221.308,05
	2010	41.218	238.897.526,74	57.771	347.876.079,78	40.516	47.657.112,69
Parcelamentos de CDA	2009	9.038	7.937.246,26	6.081	7.248.998,93	5.310	5.777.788,81
	2010	6.197	6.280.182,05	7.863	10.059.386,46	5.228	6.300.293,01
CDA quitadas com parcelamento	2009	2.220	1.990.287,19	2.857	2.040.016,67	4.248	2.853.242,60
	2010	3.507	2.303.698,61	3.424	2.232.630,99	3.426	2.633.736,10
CDA quitadas à vista	2009	6.135	3.341.443,06	4.977	2.898.275,84	4.698	2.511.424,65
	2010	14.501	8.065.842,82	904	2.577.401,05	12.132	7.214.402,29
CDA canceladas	2009	2.120	104.294.716,24	1.368	14.945.282,29	551	32.118.904,37
	2010	793	14.876.094,34	14.696	7.443.666,83	1.762	3.295.450,15
Auto de Infração de obrigação acessória	2009	620	419.572,60	649	439.197,77	685	463.560,05
	2010	502	353.884,90	472	332.736,40	0	0,00
Notificação de rito especial	2009	0	0,00	0	0,00	6.451	2.325.738,49
	2010	0	0,00	0	0,00	4.314	37.782.724,05
Processos de compensação com precatórios deferidos	2009	5	163.671,42	14	1.270.805,87	5	937.561,65
	2010	5	193.191,42	3	413.961,33	0	0,00
Processos de compensação com precatórios indeferidos/excluídos	2009	-	-	-	-	-	-
	2010	1	223,04	0	0,00	0	0,00

Fonte: DIRAR

Item	Ano	Julho		Agosto		Setembro	
		Qt	Valor	Qt	Valor	Qt	Valor
Débitos inscritos em DAT	2009	6.140	20.612.467,76	3.907	33.887.486,83	12.615	75.406.231,55
	2010	123.554	72.162.749,36	38.925	187.070.219,01	33.789	40.563.737,00
Débitos ajuizados	2009	13.700	79.155.083,27	16.471	83.790.128,73	21.027	75.780.351,21
	2010	84.293	49.484.100,64	67.550	70.407.283,08	7.576	30.928.559,04
Parcelamentos de CDA	2009	3.394	3.207.428,91	2.618	5.023.005,41	2.119	4.378.663,64

Item	Ano	Julho		Agosto		Setembro	
		Qt	Valor	Qt	Valor	Qt	Valor
CDA quitadas com parcelamento	2010	5.939	16.542.920,94	8.826	12.696.448,38	7.440	13.089.623,51
	2009	4.270	3.516.941,06	3.934	2.402.828,06	3.350	3.683.206,07
	2010	3.633	3.061.461,10	3.421	4.015.565,76	3.173	3.086.483,05
CDA quitadas à vista	2009	4.350	2.105.780,79	5.309	1.792.993,10	3.163	1.785.777,96
	2010	13.443	6.636.582,48	11.874	6.492.860,21	11.216	5.930.794,77
CDA canceladas	2009	1.461	5.356.258,37	4.340	3.262.995,80	3.432	27.674.538,09
	2010	712	1.428.572,20	3.354	12.194.102,53	3.195	3.696.917,41
Auto de Infração de obrigação acessória	2009	585	395.887,05	423	286.256,79	520	351.899,60
	2010	447	315.112,65	527	371.508,65	467	329.211,65
Notificação de rito especial	2009	5.980	508.885,71	4.780	1.064.278,09	0	0,00
	2010	4.207	58.551.098,64	0	0,00	0	0,00
Processos de compensação com precatórios deferidos	2009	5	868.818,89	1	1.809.947,62	13	4.736.070,95
	2010	7	158.442,60	15	2.651.566,81	9	1.890.838,94
Processos de compensação com precatórios indeferidos/excluídos	2009	-	-	-	-	12	4.727.721,21
	2010	1	530.522,06	4	107.571,60	1	941,60

Item	Ano	Outubro		Novembro		Dezembro	
		Qt	Valor	Qt	Valor	Qt	Valor
Débitos inscritos em DAT	2009	4.229	6.662.057,81	3.884	26.883.411,76	2.658	6.780.751,82
	2010	36.339	24.355.200,04	159.045	57.602.592,56	987	
Débitos ajuizados	2009	17.164	43.414.930,74	40.256	30.241.702,73	5.713	12.029.453,36
	2010	25.076	35.217.764,28	32.994	25.696.747,64	20.069	68.638.707,37
Parcelamentos de CDA	2009	44.738	72.486.465,35	33.789	50.989.530,35	7.874	16.639.868,25
	2010	5.686	10.280.084,97	5.678	7.257.985,49	630	
CDA quitadas com parcelamento	2009	3.061	2.807.330,39	3.275	2.367.192,64	3.623	3.321.840,16
	2010	3.223	3.065.395,40	4.509	5.655.082,27	442	
CDA quitadas à vista	2009	35.186	22.401.882,74	19.618	10.028.917,63	7.860	4.721.413,88
	2010	9.614	4.878.913,63	8.504	4.584.558,70	708	
CDA canceladas	2009	1.637	11.396.112,72	935	4.728.513,66	701	11.080.297,89
	2010	1.402	5.649.119,64	1.820	1.855.930,65	781	
Auto de Infração de obrigação acessória	2009	482	326.183,86	521	352.576,33	0	0,00
	2010	474	334.146,30	476	335.556,20	396	279160,20
Notificação de rito especial	2009	0	0,00	3.597	927.031,53	0	0,00
	2010	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Processos de compensação com precatórios deferidos	2009	9	4.840.403,60	6	1.075.737,20	0	0,00
	2010	5	719.449,00	6	631556,90	5	892.149,61
Processos de compensação com precatórios indeferidos/excluídos	2009	8	4.783.946,66	6	1.075.737,20	0	0,00
	2010	0	0,00	0	0,00	1	41.780,24

Fonte: DIRAR

Julgamentos do Contencioso Administrativo Fiscal:**Julgamentos do Contencioso Administrativo**

Processos julgados	2008	2009	2010
Tributos Indiretos	1.371	1019	488
Tributos Diretos	27	28	20
Total de julgamentos	1.398	1047	508
Despachos de Diligências Expedidos	246	216	35
Total de ações realizadas	1.644	1.263	543

Fonte: DITRI – Atualização até 31/10/2010

Controle e Acompanhamento de Processos Especiais:**Concessão / Indeferimento de Benefícios Fiscais**

Pareceres, atos declaratórios, despachos e notificações	2008	2009	2010
Pareceres pela concessão de benefícios fiscais, reconhecimento de imunidade e não-incidência de tributos.	55	50	40
Atos declaratórios de reconhecimento de benefícios fiscais, imunidade e não-incidência de tributos.	478	377	236
Despachos de reconhecimento de benefícios fiscais (isenção de IPVA)	54	108	56
Despachos de indeferimento de benefícios fiscais	124	165	105
Notificações expedidas para saneamento de pendências	-	273	326
Check-list	-	-	242
Total de Ações Realizadas	711	973	1.005

Fonte: DITRI – Atualização até 31/10/2010

Emissão de Pareceres e Notificações

Pareceres e notificações	2008	2009	2010
Parecer pela concessão de Termo de Acordo de Regime Especial	30	15	15
Parecer pela concessão de Termo de Anuência	3	6	4
Parecer pela concessão de Ato declaratório para obrigação acessória	33	51	27
Parecer pela concessão de Termo Aditivo de Regime Especial	8	-	6
Parecer pelo indeferimento de regimes especiais	62	36	17
Parecer pela concessão de REA/ICMS	102	273	83
Parecer pelo indeferimento de REA/ICMS	30	81	77
Notificações expedidas para saneamento de pendências	342	370	143
Total de Ações Realizadas	610	832	372

Fonte: DITRI – Atualização até 31/10/2010

Formulação, Disseminação de Normas Tributárias:**Formulação de Normas Tributárias**

Propostas Encaminhadas		2008	2009	2010
OS	Ordem de Serviço	7	5	03
CV	Convênios	52	53	-
PT	Portaria	42	22	26
PL	Projeto de Lei	37	18	21
LC	Lei Complementar	2	0	01
DC	Decreto	109	39	49
IN	Instrução Normativa	26	13	02
PTC	Protocolo	30	18	01
NO	Normas outras	-	-	03
Total		305	168	106

Fonte: DITRI – Atualização até 31/10/2010

Disseminação de Normas Tributárias

Alterações na Legislação	2008	2009	2010
Normas Tributárias Publicadas	583	510	338
Normas Disseminadas no SISLEGIS	583	510	338
Protocolos baixados (SCD)	132	190	74
Benefícios Cadastrados no SISREF	5	14	81
Normas veiculadas pelo "INFORMATIVO NUDIS"	36	84	9
Total de Ações Realizadas	1.339	1.308	840

Fonte: DITRI – Atualização até 31/10/2010

Implementação de Normas do CONFAZ - Conselho Nacional de Políticas Fazendárias:**Proposição de Normas Acordadas no CONFAZ**

Propostas Encaminhadas		2010
LC	Lei Complementar	01
DC	Decreto	41
NT	Nota Técnica	02
DL	Decreto Legislativo	01
EX	Expediente	01

Fonte: DITRI – Atualização até 31/10/2010

NOTA: Processo de trabalho reorganizado por unidade recém transformada e por esse motivo não fazemos constar dados anteriores à 2010.

Esclarecimento de Normas Tributárias**Atendimento a Consultas**

Pareceres Exarados	2008	2009	2010
Processos de Consultas (controvertidas ou não)	39	57	42
Pareceres em procedimentos de Consultas Internas	39	25	1
Instrução Normativa	-	2	-
Estudo para Ato declaratório	-	-	1
Parecer Técnico para SUREC	-	-	1
Total de Pareceres	78	83	45

Fonte: DITRI – Atualização até 31/10/2010

Exigibilidade de Créditos Tributários já Passíveis de Cobrança x Exigibilidade Suspensa por decisão Judicial

A SUREC/SEF tem buscado métodos mais eficazes para consolidar uma sistemática administrativa (preventiva e corretiva) que evite a prescrição de créditos tributários do DF eventualmente mantidos com a exigibilidade suspensa por decisão judicial ou ato administrativo já sem eficácia. Nesse sentido tem realizado as seguintes ações:

a) de Caráter Revisional - identificação e reativação da exigibilidade de qualquer crédito tributário cuja cobrança esteja suspensa por decisão judicial ou ato administrativo ineficaz;

b) de Caráter Preventivo - implementação de procedimentos e/ou rotinas de controle que impeçam que decisões judiciais e atos administrativos sem eficácia continuem mantendo suspensa a exigibilidade de créditos tributários já passíveis de cobrança.

Espera-se que até meados de dezembro de 2011 já tenham sido identificadas todas as decisões judiciais ou atos administrativos que fundamentam a suspensão da exigibilidade de cada um dos créditos tributários mantidos nessa situação.

Quantificação das Ações Respondidas pela SUREC

Tipo de Ação	2008	2009	2010	Tipo de Ação	2008	2009	2010
Ação Civil Originária - ACO		1	1	Mandado de Segurança	76	86	47
Agravo de Instrumento	12	23	12	Medida Cautelar		1	
Anulatória	38	46	47	Monitoria		2	
Cautelar	10	12	3	Obrigações de Fazer		17	4
Ação Cautelar Inominada		4	5	Ordinária	35	33	31
Civil Pública	2	2	4	Penal		1	
Cominatória		1		Popular		1	
Condenatória		2		Procedimento Sumaríssimo		2	
Conhecimento		5	1	Reinvidicatória		1	
Consignação em Pagamento	2	5	4	Reparação de danos	5	1	
Declaratória	64	77	57	Repetição de Indébito	13	15	12
Diversas		6	6	Usucapião	1	3	3
Embargos do devedor		1		Habeas Corpus			1
Embargos à Execução	25	30	14	Revisional			1
Embargos de Terceiros	1	1		Cobrança			2
Exceção de Pre-executividade	38	15	19	Ação Direta de Constitucionalidade	1		
Execução de Sentença		2		Compensação	1		
Execução Fiscal	6	170	81	Dação em Pagamento	1		
Exibição de Documento		1		Ressarcimento	2		
Indenização	12	6	4	Restituição	1		
Inquérito		2					
Total de Ações Respondidas no Ano					346	575	359

Fonte: COTET – Atualização até 31/10/2010

Desenvolvimento de Sistemas - Projetos de Tecnologia da Informação – TI

Diversos projetos de TI desenvolvidos pela SUREC acusam impacto significativo na população usuária dos serviços prestados por esta SEF. A seguir, listamos aqueles que se enquadram nesta categoria:

Projetos de TI

1	Projeto	Andamento	
		2009	2010
	Implantação do SIGEST	77%	78%
Objetivos			
Apoio informatizado às atividades da SUREC			
Público-Alvo			
- Servidores da SUREC Usuários dos serviços da SUREC.			
Resultados já alcançados			
- Implantação do módulo de Benefícios Fiscais Implantação do Sistema de Emissão de Notas Fiscais Avulsas;			
Obs.: Equipe reduzida, exigindo priorização da manutenção dos subsistemas implantados em detrimento do desenvolvimento dos novos sistemas restantes.			
2	Projeto	Andamento	
		2009	2010
	Sistema de Concessão de Créditos – Nota Legal	90%	90%
Objetivos			
- Ampliação da arrecadação mediante a participação popular na exigência de cumprimento das obrigações tributárias por parte dos contribuintes de ICMS e ISS; - Disponibilizar aos beneficiários acesso via Internet às informações sobre suas notas e créditos; - Disponibilizar aos beneficiários rotina para indicação dos bens para obtenção de descontos; - Realização de sorteios para incentivar a participação popular			
Público-Alvo			
- Contribuintes de IPTU e IPVA que solicitarem Notas Fiscais - Contribuintes pessoa jurídica optantes do Simples Nacional			
Resultados já alcançados			
- Disponibilização da lista de participantes; - Concessão dos créditos auferidos aos participantes (descontos no IPTU e IPVA); - Disponibilização de consulta de créditos auferidos para os contribuintes (emissores de nota); Disponibilização de caixas de mensagem para envio de comunicados, notificações e autos de infração.			
Obs.: devido ao aumento do escopo do sistema, com a inclusão do sorteio e de outras funcionalidades relacionadas à administração do programa, o percentual foi mantido, apesar do acréscimo de funcionalidades realizado durante o ano.			
3	Projeto	Andamento	
		2009	2010
	Cadastro Sincronizado Nacional - CADSIN	91%	40%
Objetivos			
- Simplificar e racionalizar os processos de inscrição, alteração e baixa das pessoas jurídicas e demais entidades (entes econômicos), com a conseqüente redução de custos e prazos. Harmonizar as informações cadastrais das pessoas jurídicas e demais entidades, permitindo a realização de procedimentos inerentes às administrações tributárias no Brasil com maior eficiência e eficácia.			
Público-Alvo			
Comerciantes, prestadores de serviços e empresários, contribuintes do ICMS e do ISS, que terão reduzida a burocracia para inscrição de empresas e alterações cadastrais			
Resultados alcançados			
Funcionalidades de inclusão automática (sincronizada) implementadas.			
Obs.: Houve grande aumento no escopo previsto para o sistema, fazendo com que o percentual já concretizado em 2009 e realizado durante o ano corresponda a menos da metade do projeto completo.			
4	Projeto	Andamento	
		2009	2010
	Cobrança de Tributo On-line – CTO	99%	99%
Objetivos			
- Acelerar o processo de pagamento de tributos (inicialmente IPVA), permitindo ao contribuinte o uso de cartões de débito; - Possibilitar o pagamento de débitos <i>in loco</i> , durante fiscalizações do DETRAN; - Agilizar o procedimento de emissão de certidões negativas.			
Público-Alvo			
Proprietários (e ex-proprietários) de veículos, que poderão quitar seus tributos rapidamente, nas agências de atendimento e nos postos do DETRAN, utilizando cartões de débito, possibilitando a emissão de certidões, transferências de veículos e liberação de veículos retidos em caráter imediato.			
Obs.: Projeto suspenso por instabilidade da rede, que não oferece a disponibilidade desejada. Prioridade alterada para implantação de projeto similar nos postos fiscais, para reduzir a manipulação de numerário nestes locais. Esta implantação aguarda disponibilização de equipamentos (pin-pads) pela operadora.			
5	Projeto	Andamento	
		2009	2010
	Migração de ambiente – SITAF	-	100%
Objetivos			
- Substituir equipamentos alugados por máquinas de propriedade da SEF; - Aumentar a capacidade de processamento, pela utilização de equipamento mais poderoso e software mais atualizado; Possibilitar a migração de aplicativos Natural para ambiente Web.			
Público-Alvo			
- Usuários das agências, que não sofrerão com a morosidade provocada pela lentidão dos sistemas; Usuários do Agênci@net.			

Resultados alcançados			
- Sistemas migrados; Retomada da execução de rotinas suspensas pela inviabilidade de execução nas janelas de processamento (horários sem expediente)			
6	Projeto	Andamento	
		2009	2010
	Migração de ambiente - SIGEST	-	40%
Objetivos			
- Substituir equipamentos alugados por máquinas de propriedade da SEF; - Aumentar a capacidade de processamento, pela utilização de equipamento mais poderoso e software mais atualizado; - Utilizar software atual, que disponha de suporte pelo fabricante; Melhorar a compatibilidade de performance na integração com o SITAF, que teve a plataforma atualizada.			
Público-Alvo			
- Usuários das agências, que não sofrerão com a morosidade provocada pela lentidão dos sistemas; Usuários dos sistemas Nota Fiscal Eletrônica, Livro Eletrônico e Nota Legal, pela melhora no desempenho destes sistemas.			
Resultados alcançados			
- Migração da versão 8i para a versão 10g (intermediária).			
7	Projeto	Andamento	
		2009	2010
	Reestruturação da cobrança (LANCDEBITO)	-	75%
Objetivos			
- Aumentar do controle sobre a cobrança de tributos indiretos (ICMS e ISS), que terão a baixa automatizada. Viabilizar o controle da cobrança de débitos não tributários, como as taxas do poder de polícia.			
Público-Alvo			
- Procuradoria-Geral do DF, Administrações Regionais, AGEFIS - Permissionários de Serviços Públicos; Contribuintes em geral, em função de minimização de erros de baixa e maior controle sobre a Dívida Ativa.			

Fonte: COINF – Atualização até 31/10/2010

Quantificação dos dados do Programa Nota Legal

Indicador	2009	2010
Reclamações protocoladas (no ano)	4.799	67.002
Créditos disponibilizados (no ano) – R\$	13.151.324,81	44.243.748,24
Documentos fiscais (no ano)	2.064.596	7.043.079
Autos de Infração gerados (no ano)	3.356	5.333
Consumidores participantes (total)	125.149	177.845

Fonte: COINF – Atualização até 31/10/2010

4.2. Gestão Financeira

Principais Ações desenvolvidas:

- a) Gerenciamento e controle do ingresso de recursos públicos, oriundos de diversas fontes, a exemplo dos repasses da União, convênios, arrecadações e contribuições;
- b) Execução da programação financeira aprovada, acompanhando e analisando a realização das despesas de que trata o cronograma mensal de desembolso;
- c) Conferências e acompanhamento das Ordens Bancárias junto ao BRB, referentes às Folhas de Pagamento da Administração Direta do Poder Executivo, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas;
- d) Acompanhamento da movimentação dos limites orçamentários autorizados e liberação dos recursos financeiros necessários às Unidades integrantes do sistema de programação financeira;
- e) Conciliação bancária das contas do Tesouro, Convênios e Fundos, conferindo e ajustando os movimentos diários dos extratos de 433 contas do Banco do Brasil, 103 contas no Banco de Brasília e 42 contas na Caixa Economia Federal;
- f) Conferência e encaminhamento aos bancos, dos pedidos de abertura de contas correntes;
- g) Controle e execução das aplicações financeiras dos saldos das contas gerenciadas pelo Tesouro;

h) Recebimento de depósitos judiciais, cauções, fianças, seguro garantia, guia de tributos, taxas, reposição de valores ao GDF, ressarcimentos decorrentes de prejuízos causados ao Erário e restituições de cauções, fianças, depósitos em títulos ou em espécie;

i) Gerenciamento dos cheques devolvidos por insuficiência de fundos ao GDF;

j) Fechamento, diário, do Caixa do Tesouro, mediante conferência das movimentações bancárias nos extratos;

k) Controle de emissão de Previsão de Pagamento para acompanhamento do fluxo de caixa;

l) Atendimento de solicitação às Unidades/Entidades, fornecendo-lhes cópias das conciliações bancárias, de extratos bancários, de declarações de saldos, e de detalhamento da conta contábil.

Atividades de pagamento e controle financeiro

Atividades de pagamento e controle financeiro

Setor	Ações desenvolvidas	2010
Núcleo de Pagamento	Emissão de Ordens bancárias - OBs a Fundos	5373
	Emissão de Ordens bancárias-OBs - Conta Única	55420
Núcleo de Conciliação Bancária	Boletins e fluxo de caixa diário	440
	Conciliação bancária das contas (Única, Movimento e Vinculadas)	536
	Cadastro e abertura de contas	101
	Lançamentos de resgates e aplicações	672
	Lançamentos de receitas	953
	Estornos de OBs (rejeitas/devolvidas)	663
	Compensação de OBs	476
	Lançamentos de valores a compensar (reversão a regularizar)	25
	Lançamentos de valores pendentes	2863
Núcleo de Tesouraria Geral	Emissão de DAR/DDAR (Doc. de Arrecadação)	300
	Recebimento e devolução de caução e cheque	1199
	Guia de Recolhimento	984
	Nota de lançamento e movimento de caixa	1949
Total		71954

Controle de Conta Corrente

Conciliação Bancária de Contas Correntes do Tesouro do Distrito Federal, de Convênios, Fundos e elaboração de relatórios mensais

Bancos	Convênios	Fundos	Total
BRB	128	24	152
Banco do Brasil	281	53	334
Caixa Econômica Federal	49	01	50
Total	458	78	536

Compensação e cancelamento diário de ordens bancárias mediante exame de extratos bancários extraídos do SIGGO

Mês/ano	BRB		BB		CEF	
	C/C	APL. Financeira	C/C	APL. Financeira	C/C	APL. Financeira
01.01 A 31.12.2010	152	152	334	334	5	19

4.3. Despesa Pública

Autorização X Empenho (em R\$)

Despesas fiscais	Dotações atualizadas (A)	Despesas realizadas em 2010 (B)	Realização %
Despesas correntes	11.803.235.399,58	10.991.410.590,41	93,12
Pessoal e Encargos Sociais	5.769.714.831,00	5.707.727.198,64	98,64
Juros e Encargos da Dívida	141.032.237,00	139.980.165,60	98,54
Outras despesas Correntes	5.865.488.331,58	5.134.703.226,17	87,54
Despesas de capital	2.782.138.116,18	1.291.327.992,86	46,41
Investimentos	2.511.650.400,18	1.041.462.545,27	41,47

Despesas fiscais	Dotações atualizadas (A)	Despesas realizadas em 2010 (B)	Realização %
Inversões Financeiras	137.738.111,00	119.627.742,88	86,85
Amortização da Dívida	132.749.605,00	130.237.704,71	98,11
Reserva orçamentária para o RPPS (ix)	140.500.000,00	0	
Reserva de contingência (x)	103.803.026,00	0	

Fonte: SIGGO.

Os dados da planilha acima demonstram que do total de R\$ 11.662.203.162,58 das despesas primárias correntes (pessoal e outras despesas correntes), 94,25% (R\$ 10.991.410.590,41) foram realizadas em 2010. Considerando despesa realizada a despesa empenhada. Ressaltando-se que para o alcance desse percentual foram excluídas as despesas com juros e encargos da dívida pública. Cabendo frisar que do total de R\$ 8.223.313.895,30 das despesas correntes realizadas no mesmo período, aproximadamente, 52,02% dizem respeito à pessoal e encargos sociais e 46,72% a outras despesas correntes.

No que tange as despesas de capital, verifica-se que, do total programado de R\$ 2.782.138.116,18; 46,41% foram executadas em 2010, com destaque para as despesas com investimentos que alcançaram 81% das despesas de capital, seguido das despesas com amortização da dívida pública que atingiram 9%.

4.3.1. Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

O Fundo, de natureza contábil, foi instituído em atendimento à Carta de 1988 por meio da Lei federal nº. 10.633/2002 com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação.

A execução orçamentária e financeira é realizada diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, pelas Unidades Gestoras do Distrito Federal integrantes do FCDF, onde são acompanhadas e analisadas, mensalmente, as consistências das informações contábeis, sintéticas e analíticas, bem como a conformidade dos registros realizados pelos executores de cada unidade, de forma a obedecer ao calendário estabelecido pelo Governo Federal para o fechamento contábil.

4.3.1.1. Orçamento do FCDF

No exercício em análise, o valor do orçamento inicial foi de R\$ 7.686.171.324,00, sendo que em 29 de junho de 2010, houve o bloqueio de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), em atendimento à solicitação da Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MPOG, por tratar-se de emenda ao Projeto de Lei Orçamentária - PLOA, a qual não coaduna com as diretrizes do art. 2º da Lei nº 10.633/2002. desta forma, a dotação inicial real do FCDF é de R\$ 7.685.571.325,00.

É importante ressaltar que, em virtude dos remanejamentos necessários ao bom andamento da execução orçamentária das unidades gestoras participantes do FCDF, o valor atual das áreas difere-se da dotação inicial. O cenário orçamentário apresenta a seguinte situação:

Área	Valor inicial	Valor atual	% Atual
Segurança	3.919.645.234	4.099.145.234	53,34
Saúde	2.195.786.161	1.986.286.161	25,84
Educação	1.570.139.929	1.600.139.929	20,82
Total	7.685.571.325	7.685.571.325	100,00

Em R\$

Em maio de 2010, houve remanejamento de R\$ 179.500.000,00 (cento e setenta e nove milhões e quinhentos mil) do Grupo I – Pessoal e Encargos Sociais da área de Saúde para atender

despesas dos Grupos 3 (Custeio) e 4 (Investimento) da área de Segurança Pública. Tendo havido, ainda, o remanejamento de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) do grupo 3 para o 4 no Programa de Trabalho – 28 845.0903.00A1 0053 (Assistência Médica e Odontológica dos Servidores e seus dependentes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, do Distrito Federal), cujo decreto nº 1.571 foi publicado no DOU de 21/05/2010.

Em outubro de 2010, houve remanejamento de R\$ 123.839.086,00 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e trinta e nove mil e oitenta e seis reais), visando suplementar recursos para as despesas com pessoal, custeio e investimento da área de segurança, conforme decretos nºs 3.466 e 4.113, ambos publicados no DOU de 29/10/2010.

Com vistas a reduzir a inscrição em despesas de exercícios anteriores, de parte da folha do mês de competência de dezembro/10 da PMDF, foi remanejado do custeio da Assistência Médica e Odontológica o montante de R\$ 8.000.000,00 e da manutenção da PMDF o valor de R\$ 5.600.000,00, ambos para o pessoal ativo. O decreto publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, Edição Extra, de 24 de dezembro de 2010, determinou a operação.

Por fim, o decreto nº. 66 do dia 7 de dezembro de 2010 produziu os seguintes remanejamentos:

- CBMDF: R\$ 8.000.000,00, transferido do grupo de natureza de despesa Investimentos para outras despesas correntes;
- PMDF: R\$ 4.800.000,00, transferido do grupo de natureza de despesa Investimentos para outras despesas correntes;
- PCDF: R\$ 3.500.000,00, transferido do grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais para Pessoal e Encargos Sociais destinado aos inativos e pensionistas;
- SEEDF: R\$ 30.000.000,00, transferido do grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais destinado à realização de serviços públicos de saúde para Pessoal e Encargos Sociais destinado à realização de serviços públicos de educação.

Conformidade Contábil do FCDF

Acompanhamento e análise contábil no SIAFI, utilizando as transações CONCONFREG, CONORC, BALANSINT e Balancete, bem como dos auditores CONCONTIR e CONINCONS, após proceder ao respectivo registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do FCDF.

4.4. Empresas Públicas do Distrito Federal

Os repasses do Tesouro Distrital a cada uma das empresas dependentes, respectivamente, relacionados com a receita de outras fontes – arrecadação própria e convênios – e com a receita total realizada no exercício, indica as participações relativas de recursos do Tesouro configuradas pelos correspondentes índices de dependência (Id), específicos e total, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Receita realizada, por origem dos recursos, e grau de dependência (Id), por empresa

Empresa	Tesouro	⁽¹⁾ Outras Fontes	Total	Id %
EMATER	65.720.834,99	1.148.627,07	66.869.462,06	98,28
BRASILATUR	32.924.050,31	4.353.865,28	37.277.915,59	88,32
NOVACAP	310.935.062,62	1.444.940,23	312.380.002,85	99,54

Empresa	Tesouro	⁽¹⁾ Outras Fontes	Total	Id %
METRÔ	286.847.082,47	84.261.230,28	371.108.312,75	77,29
TCB	10.826.320,34	8.352.779,45	19.179.099,79	56,45
CODEPLAN	98.383.734,07	8.222,65	98.391.956,72	99,99
CODHAB	32.573.938,66	68.183.777,29	100.757.715,95	32,33
Total	838.211.023,46	167.753.442,25	1.005.964.465,71	83,32

(1) diretamente arrecadados e/ou recursos de convênios

O comportamento dos Índices de dependência (Id) do triênio 2008/2009/2010 demonstra que a autonomia financeira do conjunto das empresas dependentes evoluiu no período de 11,95% para 16,68%, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Evolução dos Índices de Dependência (Id)

Empresa	Id %		
	2008	2009	2010
EMATER	95,52	93,4	98,28
BRASILATUR	72,19	87,7	88,32
NOVACAP	98,95	99,6	99,54
METRÔ	76,07	77,4	77,29
TCB	79,67	53,6	56,45
CODEPLAN	92,17	99,9	99,99
CODHAB	85,11	47,9	32,33
Id total	88,05	86,9	83,32
Índice de autonomia	11,95	13,1	16,68

Fonte: SUTES/DIDAH

Houve o monitoramento das despesas e receitas de “outras fontes”, o acompanhamento, controle e elaboração do índice de dependência das empresas públicas incluídas no orçamento fiscal do Distrito Federal.

No que diz respeito ao Programa de Ajuste Fiscal- PAF, em cumprimento à Lei nº 9496, de 11/09/1997, elaboramos a Nota Técnica de Instrução ao PAF/2010, versando sobre os indicadores fiscais / financeiros das Empresas Públicas dependentes do Distrito Federal, e a supramencionada Nota Técnica foi apresentada à equipe técnica da Secretaria do Tesouro Nacional – STN em maio do corrente.

4.5. Gestão Contábil e Patrimonial

4.5.1. Gestão Contábil

Principais atividades desenvolvidas no exercício de 2010:

- Coordenação das ações de manutenção, disciplinamento e ordenação das demandas corretivas, evolutivas e adaptativas do SIGGO, bem como do desenvolvimento de transações e alterações das suas partes lógicas com acompanhamento da sua evolução.

- Junto a Subsecretaria da Receita – SUREC:

- Acompanhamento dos registros de receita tributária via Boletim de Arrecadação
- Registro e acompanhamento das Dívidas Ativas
- Registro e acompanhamento dos parcelamentos de dívidas
- Registro de bens apreendidos.

- Acompanhamento dos registros contábeis da Dívida Fundada Interna e Externa conforme demonstrativos encaminhados pela SUTES.

- Acompanhamento das conciliações bancárias do Governo do Distrito Federal.
- Acompanhamento, inscrição e baixa dos processos de regularização contábil, relativo ao lançamento das contas de responsabilidade.
 - Informação sobre a adimplência de entidades.
 - Apuração do superávit financeiro das contas vinculadas das unidades da administração direta e indireta, e, posterior lançamento, no Sistema de Administração Financeira e Contábil – SIAC.
 - Acompanhamento e orientação dos registros patrimoniais, financeiros e orçamentários executados pelas unidades gestoras do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal que efetuam sua contabilização no SIGGO/SIAC.
 - Contabilização das integralizações no SIGGO/SIAC, das participações minoritárias e majoritárias das empresas de cujo capital o Governo do Distrito Federal tem participação.
 - Acompanhamento mensal junto a CLC (Câmara de Liquidação e Custódia e BRB/DTVM S/A, agente financeiro) da posição acionária atualizada das participações societárias do GDF nas empresas de capital aberto e no seu exercício de direito (recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio e subscrição) e do acompanhamento das cotações acionárias pelas bolsas de valores.
 - Acompanhamento e controle dos precatórios emitidos pela Procuradoria Geral do Distrito Federal contra o Distrito Federal.
 - Coordenação da Prestação de Contas do Governador e elaboração do Balanço Geral do Governo do Distrito Federal referentes ao exercício de 2009.
 - Implantação do Sistema de Custos conforme determina a LRF LC nº 101, de 4 de maio de 2000, § 3º do Art. 50º, onde manterá o sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
 - Acompanhamento, classificação, reclassificação e especificação de Custos, através de relatórios gerados pelo sistema.
 - Mensuração dos custos dos projetos e atividades, bens e serviços gerados pelas Ações Governamentais.
 - Orientação aos gestores públicos na atualização da composição de insumos e custos das ações desenvolvidas nos programas de governo.
 - Propositura de ações e medidas visando à integração dos Sistemas de Controle Interno (SIGGO, SIGMA, SAG E SIGRE).
 - Adequação e melhoria dos processos pertinentes à Gestão de Custos e Metas Físicas.
 - Definição das regras de custos e sua escrituração contábil.
 - Reestruturação e atualizações das contas, eventos e planos de contas, pertinentes aos custos governamentais.
 - Criação dos demonstrativos e planilhas de custos.
 - Conciliação das contas de custos, em nível gerencial.
 - Acompanhamento da gestão orçamentária e financeira por ações e produtos dos bens e serviços gerados das Unidades Orçamentárias.
 - Elaboração e publicação de relatórios e demonstrativos, em atendimento ao que estabelece a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto

à execução orçamentária e financeira da Administração Direta, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas, quais sejam:

- Demonstrativos bimestrais
 - Balanço Orçamentário
 - Demonstrativo Consolidado da Execução da despesa Por Função e Subfunção
 - Demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida
 - Demonstrativo das Receitas e despesas Previdenciárias dos Servidores Públicos
 - Demonstrativo do Resultado Primário
 - Demonstrativo do Resultado Nominal
 - Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão
 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e despesa de Capital
 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
 - Demonstrativo das Transferências de União
 - Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB
 - Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços de Saúde
 - Demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária
 - Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação, conforme decreto nº 17.256 de

28/03/96 e Art. 241 § 2º da LODF.

- Demonstrativos quadrimestrais – Relatórios de Gestão Fiscal:
 - Demonstrativo da despesa com Pessoal – Poder Executivo
 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
 - Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores
 - Demonstrativo das Operações de Créditos
 - Demonstrativo dos Limites
 - Lançamento de dados junto ao SISTN – Sistema Informatizado de Coleta de dados Contábeis, gerenciado pela Caixa Econômica Federal, conforme demonstrativos anteriormente discriminados, com exceção do demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação.
 - Cadastro e controle de servidores abrangidos pela Resolução nº 105/98 – TCDF.
 - Treinamento e organização das Tomadas de Contas dos Ordenadores de despesas da

Administração Direta e Fundos Especiais.

- Registro de responsáveis em Tomadas de Contas Especiais.
- Gestão e execução da coordenação técnico-operacional do portal de transparência do

Distrito Federal.

Dados Estatísticos

Evolução anual de 2007 a 2010

Atividades	2007	2008	2009	2010
Análise da prestação de contas de Convênios	304	404	447	403
Análise da prestação de contas de Subvenções Sociais	760	580	1.126	250
Informação sobre a adimplência de entidades	220	232	224	93
Comunicação trimestral ao TCDF de conformidade do rol dos ordenadores de despesa e responsáveis por dinheiro, valores e bens públicos.	4	4	4	5
Atualização diária do Sicarjur/TCDF dos ordenadores de despesa e	Diária	Diária	Diária	Diária

Atividades	2007	2008	2009	2010
responsáveis.				
Análise de concessão e prestação de contas de Suprimento de Fundos.	638	867	983	809
Análise e registro de processos de Tomadas de Conta de Agente de Material	56	24	57	59
Registro de responsáveis em Tomada de Contas Especiais	246	210	244	378
Organização das Tomadas de Contas dos Ordenadores de despesas da Administração Direta e Fundos Especiais	91	80	93	93
Avaliação das prestações de contas de Vales-Transportes	201	400	200	-
Processo de acompanhamento das inscrições responsabilidades oriundas de TCEs	54	218	244	376
Análise e registro de processos de Inventários Patrimoniais	63	15	59	60
Análise e emissão de pareceres contábeis em processos de ordenador de despesa	91	80	93	93
Análise de Processos de Superávit	-	-	-	298
Análise e Emissão de Pareceres Contábeis em Processos de Ordenadores de despesas	91	80	93	96
Análise de Processo de IPTU-TLP	-	-	-	1
Análise de Processo de Inventário Patrimonial - TCDF	-	-	-	1
Elaboração de Manuais Técnicos (iniciados)	-	-	-	10
Elaboração de Manuais Técnicos (Finalizados)	-	-	-	1
Instruções Técnicas de Procedimentos Contábeis (Emitidas)	-	-	-	8
Realização de Seminário Sobre Execução Orçamentária e Financeira	-	-	-	2
Atualização de Normas Contábil (Iniciadas)	-	-	-	6
Validação de Consultas no Portal de Transparência	-	-	-	15
Cadastro/Alterações Credor	-	-	-	5891
Cadastro/Alterações de UG	-	-	-	106
Cadastro/Alterações de Inscrição Genérica	-	-	-	168
Cadastro/Alterações Domicílio UG - Convênios	-	-	-	170
Demandas de Atualização e Melhoria do Sistema SIGGO-Módulo SIACC	-	-	-	40
Cadastro e Gestão de Usuários-Estimado	-	-	-	4068

4.5.2. Gestão Patrimonial

Registro das Operações Patrimoniais

Compreende as atividades de análise dos documentos referentes aos bens patrimoniais de propriedade do Distrito Federal e o registro, no Sistema Geral de Patrimônio – SisGepat, das operações de incorporação, baixa e transferência entre Unidades Administrativas, relativas aos bens móveis e semoventes e bens imóveis.

Sistema Geral de Patrimônio – SISGEPAT – registro analítico dos bens móveis e semoventes e de bens imóveis de propriedade do Distrito Federal. O Sistema foi desenvolvido pela Diretoria Geral de Patrimônio e Unidade de Administração Tecnológica/SEF com o objetivo de aumentar a eficiência no controle dos bens patrimoniais e facilitar o desenvolvimento dos trabalhos de administração patrimonial pelos Órgãos Setoriais de Patrimônio.

Os bens que compõem o patrimônio do Distrito Federal estão registrados nos Cadastros de Bens Móveis e Semoventes e de Bens Imóveis, compreendendo um total de 1.672.324 bens móveis e 2.599 bens imóveis incorporados – posição em 31/12/2010.

Demonstrativo das principais operações registradas Bens Móveis e Semoventes

Especificação	Qd de bens 2009	Qd de bens 2010 (*)
Análise da documentação e incorporação de bens	197.655	257.741 (**)
Análise da documentação e transferência de bens entre Unidades Administrativas	229.308	115.158
Análise da documentação e baixa de bens	91.671	205.702

(*) Posição em 31/12/2010

(**) totalizando R\$ 238.721.927,59

Bens Imóveis

Especificação	Qd / Terreno 2009	Qd / Terreno 2010 (*)
Análise da documentação e incorporação	39	59 (**)
Análise da documentação e transferência entre Unidades Administrativas	10	14
Análise da documentação e baixa	03	53

(*) Posição em 31/12/2010

(**) totalizando R\$ 86.327.514,57 – valor referente à incorporação de terreno e edificações.

Em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas do Distrito Federal e ao disposto no art. 7º, do decreto Nº. 16.109/94, a incorporação dos imóveis edificados pelo Distrito Federal é efetivada após a conclusão final da obra, à vista dos documentos encaminhados pelas Unidades Administrativas responsáveis pelos imóveis.

Assim, visando o controle das despesas realizadas e não incorporadas, foram criados 02 (dois) cadastros no SisGepat/Módulo de Bens Imóveis: um cadastro de registro dos bens imóveis incorporados ao patrimônio do Distrito Federal e o outro, relacionando os imóveis pendentes de regularização. Neste último, os seguintes Códigos evidenciam: Imóveis a Regularizar/Código 90 - registro das edificações que não possuem documento comprovante da propriedade do terreno e documentos da edificação; Obras em Andamento/Código 91 - registro das despesas realizadas nos Subitem 01 – Estudos e Projetos; 02 – Edificações e 05 - Instalações, que serão incorporadas ao final da obra, em atendimento a legislação. Valor registrado em 2010 (Código 90/91): R\$ 363.704.012,28.

Acompanhamento das despesas realizadas com obras e urbanização (Subitem 03); Obras rodoviárias (Subitem 04) e obras em imóvel de terceiros (Subitem 08), que não são incorporadas e totalizaram no Exercício de 2010: R\$ 183.023.010,14; R\$ 196.403.344,15 e R\$ 45.124.864,50 respectivamente.

Principais atividades realizadas

- Acompanhamento diário através do Sistema Integrado de Administração Contábil – SIAC/SIGGO da realização de despesas com aquisição de material permanente e destinadas à execução de obras e instalações, providenciando, junto às unidades administrativas, a correção de possíveis divergências na classificação da despesa e cobrando, quando da liquidação da despesa, o encaminhamento da documentação necessária para o registro da incorporação dos bens/investimentos ao patrimônio do Distrito Federal.

- Análise dos documentos referentes aos bens imóveis provenientes de aquisição e doação; dos investimentos realizados nos imóveis de propriedade do Distrito Federal; das solicitações de transferências de imóveis entre Unidades Administrativas e dos processos de alienação providenciando os registros de incorporação, transferência e baixa dos bens imóveis no SisGepat.

- Análise dos documentos referentes aos bens móveis e semoventes provenientes de aquisição, doação, produção, nascimento, captura, apreensão, reposição; dos processos de alienação e Tomada de Contas Especial e adoção de procedimentos visando o registro no SisGepat das operações de incorporação e baixa dos bens patrimoniais.

- Execução das atividades de processamento de dados no SisGepat e emissão de documentos pertinentes às operações realizadas – certificado de registro atribuindo responsabilidade aos Agentes Setoriais de Patrimônio pela guarda e uso dos bens patrimoniais incorporados ou transferidos.

- Acompanhamento da operacionalização do SisGepat pelos Órgãos Setoriais e adoção de providências junto à Unidade de Administração Tecnológica/SEF buscando sanar possíveis problemas e o desenvolvimento de novas rotinas.

- Elaboração de balancetes mensais e demonstrativo Patrimonial Anual - parte integrante do Balanço Patrimonial do Distrito Federal - detalhando as operações de incorporação, baixa e transferência de

bens móveis e semoventes e bens imóveis, por Unidade Administrativa, Fonte de Recurso e Subitem de despesa.

- Cumprimento de diligências determinadas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal; emissão de pareceres, ofícios e consultas sobre questões relacionadas à administração patrimonial; redistribuição de bens móveis ociosos e atualização de rotinas internas da Diretoria.

- Elaboração de instruções e procedimentos relativos à transferência ou baixa dos bens patrimoniais de unidades administrativas extintas: análise da documentação e registro no Sistema Geral de Patrimônio – SisGepat das operações requeridas (baixa/transferência).

- Elaboração e encaminhamento aos Órgãos Setoriais de Patrimônio de instruções sobre os procedimentos a serem adotados visando o encerramento do Exercício – OC Nº. 015/2010-DGPAT-SUTES/SEF, de 05.11.2010.

Atribuição de Responsabilidade e Supervisão da Gestão dos Bens Patrimoniais

Compreende as ações relativas à atribuição de responsabilidade aos Agentes Setoriais de Patrimônio das unidades administrativas pela administração, guarda e uso dos bens patrimoniais móveis e semoventes e bens imóveis de propriedade do Distrito Federal e atividades destinadas a verificar a utilização dos bens patrimoniais móveis distribuídos, bem como o cumprimento de normas e a documentação pertinente à gestão patrimonial.

Inspeções Realizadas em 2010

Nº. de Unidades Administrativas Inspeccionadas	Órgãos Usuários Vistoriados	Nº. de Bens Vistoriados
16	64	5.190

Principais atividades realizadas

- Controle da devolução dos certificados de registro referente às operações patrimoniais executadas – Carga Geral atribuindo responsabilidade ao Agente Setorial de patrimônio de cada Unidade Administrativa pela guarda e uso dos bens de propriedade do DF.

- Distribuição de plaquetas de tombamento a serem afixadas nos bens patrimoniais móveis.

- Análise dos documentos (Termo de Recolhimento/Termo de Movimentação) referentes a recolhimento e transferência de bens móveis entre Unidades Administrativas e adoção de procedimentos visando registrar essas operações no Sisgepat.

- Análise dos Inventários Patrimoniais referentes ao exercício de 2009 elaborados por **59** Unidades Administrativas supervisionadas pela Diretoria e encaminhamento à Diretoria Geral de Contabilidade para juntada ao Processo de Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de despesa e posterior remessa à Corregedoria-Geral do Distrito Federal/TCDF: emissão de relatório expondo a situação do trabalho apresentado pela Comissão Inventariante; solicitação de adoção de providências às Unidades Administrativas em caso de irregularidades; acompanhamento da regularização das pendências e posterior comunicação ao órgão detentor do Processo de Inventário.

- Elaboração e encaminhamento de instruções aos Órgãos Setoriais de Patrimônio para a realização do Inventário Físico Patrimonial referente ao exercício de 2009 - OC Nº. 013/2010-DGPAT-SUTES/SEF, de 09.09.2010.

- Realização de reuniões, no período de setembro-novembro/2010, destinadas aos titulares e servidores dos órgãos responsáveis pela execução das atividades de gestão patrimonial nas unidades administrativas sob supervisão da Diretoria Geral de Patrimônio para discutir os trabalhos a serem

executados na realização do Inventário Físico Anual e sanar dúvidas com relação à administração patrimonial.

- Realização de inspeção nas Unidades Administrativas, buscando verificar a utilização dos bens móveis; o cumprimento das normas e a documentação pertinente à gestão patrimonial. Os relatórios elaborados e os Termos de Ocorrências emitidos, em caso de irregularidades, foram encaminhados às Unidades Administrativas para adoção de providências.

4.6. Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – Atividades

Órgão colegiado, paritário, integrado por Conselheiros indicados pelo Governo do Distrito Federal, dentre servidores da Carreira de Auditoria Tributária e representantes dos contribuintes, indicados por entidades representativas da sociedade organizada.

Ao TARF compete julgar, em segunda instância, os processos administrativos fiscais de exigência de crédito tributário, em que o contribuinte exerce o seu direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório, sem qualquer ônus, por meio de duas câmaras e um pleno. Qualquer contribuinte insatisfeito com o lançamento tributário contra ele efetuado pode recorrer ao TARF, que não se limita a julgar as lides que envolvem os tributos indiretos (ICMS e ISS). Também o IPTU, o IPVA, o ITBI, o ITCD e a TLP podem ser contestados no TARF, se infrutífero o recurso à primeira instância (Subsecretaria da Receita).

Compete, ainda, ao TARF, julgar recursos de ofício, sempre que a decisão de Primeira Instância exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo ou multa superior ao valor de alçada. As realizações desenvolvidas no âmbito deste Tribunal foram:

Dados Estatísticos - 2008 a 2010

	2008	2009	2010
Quantitativo de processos para julgamento	291	375	421
Recursos negado seguimento	41	34	17
Recursos recebidos por espécie			
Recurso Voluntário	479	494	133
Recurso de Ofício	144	118	96
Recurso de Ofício Ao Pleno	10	14	13
Recurso Extraordinário	55	369	214
Recurso Contra a decisão Do Presidente	5	3	0
Pedido de Esclarecimento	88	40	250
Pedido de Avocação	-	-	-
Total	781	1.038	706

Dados Estatísticos - 2008 a 2010

	2008	2009	2010
Recursos pautados	609	1075	861
Recurso voluntário	302	593	244
Recurso de ofício	70	171	78
Recurso de ofício ao pleno	21	5	19
Recurso extraordinário	132	238	273
Recurso contra a decisão do presidente	28	1	2
Pedidos de esclarecimento apreciados	99	33	182
Pedido de avocação	1	0	0
Total	653	1041	798

Recursos julgados por câmara	2008	2009	2010
Primeira câmara	199	380	152
Segunda câmara	179	386	174
Pleno	275	275	472
Total	653	1041	798

	2008	2009	2010
Recursos adiados	15	11	22
Recursos sobrestados	6	2	0
Pedidos de vista	34	21	41
Total	55	34	63

Dados Estatísticos - 2008 a 2010

	2008	2009	2010
Recursos pautados	609	1075	861
Decisões			
Negado Provimento	479	818	392
Dado Provimento	50	72	111
Feito Anulado	30	10	21
Provimento Parcial	56	91	59
Pedido de desistência	2	0	1
Não Conhecido o Recurso	33	50	210
dec de Primeira Inst Anulada	2	0	2
Decisão Cameral Anulada	1	0	2
Total	653	1041	798

Dados Estatísticos - 2008 a 2010

Acórdãos Publicados	2008	2009	2010
1ª Câmara	111	302	114
2ª Câmara	133	315	115
Pleno	189	126	419
Total	433	743	648

Sessões Realizadas	2008	2009	2010
1ª Câmara	59	85	75
2ª Câmara	64	86	88
Pleno (Ordinária)	42	24	33
Pleno (Administrativa)	19	12	12
Total	184	207	208

5. Programa 0231 – Melhoria da Gestão Pública

Não houve execução orçamentária e financeira neste programa.

5.1. Gestão Estratégica

Compõe a estrutura da SEF a Assessoria de Gestão Estratégica, unidade orgânica de assessoramento, subordinada ao Secretário de Estado de Fazenda. dentre as realizações desenvolvidas, destacamos:

- a) Consolidação do Plano Estratégico da SEF – 2011/2014 – com informações do PROFISCO, PNAFM e do PLOA/2011 - em andamento – previsto para ser concluído até 30/11;
- b) Atualização da Rede de Interlocutores do Planejamento Estratégico – Portaria nº 116, de 27/05/2010;
- c) Participação de servidores da SEF nos cursos: “Gestão por Competências – Módulo I”; “Organização de Eventos, Cerimonial e Protocolo”; “Indicadores de Monitoramento e desempenho e Elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência”, oferecidos pela EGOV; bem como no curso de Gestão por Competências na Administração Pública, ministrado pelo IDEMP e no III Congresso de Gestão Pública do Conselho Nacional de Secretários de Administração Estaduais - CONSAD;
- d) Coordenação do Grupo de Trabalho Permanente Capacitação instituído pela Portaria SEF nº 340, de 27/08/2009, com o objetivo de estruturar, implementar, acompanhar e atualizar anualmente o Plano de Capacitação dos servidores da SEF/DF, que consolidou o Relatório da 1ª Etapa;
- e) Coordenação do processo de elaboração da proposta de regimento interno da SEF, concluída em 07/05/2010 e encaminhada para análise da Assessoria Jurídico-Legislativa - AJL/GAB/SEF;

f) Aprovação, no âmbito da UCP/MF, do projeto do Distrito Federal, elaborado pela Unidade de Execução Municipal – UEM, do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, aguardando, apenas, a assinatura do contrato entre o DF e a Caixa Econômica Federal;

g) Realinhamento institucional do PNAFM, entre as equipes da UEM/DF e da UCP/MF; bem como revisão e readequação dos produtos/componentes do projeto no âmbito da SEF;

h) Execução, no âmbito do PRODEFAZ/PROFISCO, das seguintes atividades, no exercício de 2010, em cumprimento ao Regulamento Operativo do BID - ROP:

- Aprovação de Carta-Consulta, dezembro/2009, com emissão da Recomendação nº 163, de 16 de dezembro de 2009, pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX;

- Elaboração do Questionário Macro Diagnóstico Institucional-Fiscal, janeiro/2010, a fim de subsidiar a Missão de Identificação e Orientação do Banco Interamericano de desenvolvimento – BID;

- 1ª Missão do BID – Missão de Pré-Identificação, março/2010, culminando na emissão de Relatório para subsidiar a Missão de Identificação e Orientação;

- 2ª Missão do BID – Missão de Identificação e Orientação, abril/2010, que promoveu a elaboração da “Matriz de Problemas, Soluções e Resultados”, a fim de subsidiar a definição dos produtos a serem financiados pelo PROFISCO.

- 3ª Missão do BID – Missão de Análise, maio/2010, com confecção do: Plano de Ação e Investimento – PAI; Arranjo Institucional; Marco de Resultados; Análise Financeira do Projeto; Quadro de Indicadores; Sistema de Monitoramento e Avaliação; Plano Operacional Anual – POA e Plano de Aquisições – PA;

- Homologação da Lei nº 4.483, de 07/07/2010, no âmbito do Distrito Federal, que autorizou o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o BID, até o limite de US\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados a financiar parcialmente a execução do Projeto de desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – PRODEFAZ, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO, cujo período de execução será de 5 anos;

- Abertura de Crédito Suplementar, julho/2010, pelo decreto nº 32.032, de 10/08/2008, no valor de R\$ 253.200,00, objetivando a inclusão, no orçamento do Distrito Federal de 2010, de parcela prevista a ser desembolsada no exercício, fonte de recursos 136 – operação de crédito externo;

i) Disseminação, no âmbito da SEF, de ações voltadas para o modelo de gestão por resultados;

j) Coordenação do Programa de Educação Fiscal do Distrito Federal – PEF/DF, que expandiu suas ações com a busca de parcerias, procurando cada vez mais consolidar seus objetivos de mostrar a função social do tributo, na busca constante pelo exercício da cidadania, em consonância com o Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. dentre as ações desenvolvidas pelo Grupo de Educação Fiscal do DF – GEF/DF, destacam-se:

- produção de 01 vídeo clipe da música do PEF/DF, 05 vídeos pedagógicos com temas de educação fiscal, 01 vídeo institucional do Programa e 01 CD com 32 Músicas temáticas;

- Projeto Construindo o Saber em parceria com a Receita Federal do Brasil e Alfândega de Brasília – atividades pedagógicas para 1.232 estudantes e 94 professores de 35 escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

- Projeto Cidadania Fiscal em parceria com a ESAF – atividades pedagógicas em 4 escolas, para 47 professores e 680 estudantes;
- Contação de História da revista em quadrinho do PEF/DF: *defenda Seus Direitos* na 29ª Feira do Livro de Brasília, além de outras 06 no mês de outubro/2010;
- Coordenação e tutoria do Curso de Disseminadores em Educação Fiscal, educação à distância – EAD, para 540 cursistas (professores e servidores públicos).
- Palestras envolvendo: Ética, Cidadania e Educação Fiscal, para mais 154 aprendizes no Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais;
- Atividades pedagógicas sobre a temática de educação fiscal para 310 estudantes do 6º e do 7º ano do Centro de Ensino Fundamental – CEF 06 de Brasília;
- Minicurso: Educação Fiscal no Brasil, para 20 estudantes da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Unidade de Formosa

Em 2010, destaca-se a elaboração do Programa de desenvolvimento Fazendário – PRODEFAZ, com linha de crédito junto ao Banco Interamericano de desenvolvimento – BID, por meio do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO, no âmbito da SEF, que contempla ações de modernização, desenvolvimento e sustentabilidade da gestão fiscal, a fim de que seja alcançado o aumento da receita e a otimização do controle do gasto público.

Outro fator relevante é que o Distrito Federal está aguardando, desde agosto de 2010, a aprovação da minuta do contrato a ser celebrado com o BID para dar seguimento à contratação da operação de crédito junto à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Senado Federal.

Neste sentido, o Distrito Federal vem cumprindo todas as exigências do BID, bem como do Manual para Instrução de Pleitos - MIP e, devido à previsão orçamentária do referido Programa, para 2011, no valor de R\$ 1.042.000,00 na fonte 100 e R\$ 8.843.000,00 na fonte 136, totalizando o valor de R\$ 9.885.000,00, vislumbra-se a celebração do contrato em 2011.

6. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa do SAG
2958-Formação Gerencial Permanente por Meio de Bolsas MBA	42.200	3.850	3.850	3.850	-
0003-Formação Gerencial Permanente por Meio de Bolsas MBA para os Servidores da Secretaria de Fazenda	42.200	3.850	3.850	3.850	0008
2975-Aperfeiçoamento Profissional dos Servidores nas Áreas de Conhecimento Afetas à Secretaria de Fazenda	42.200	87.680	87.226	50.502	-
0004-Aperfeiçoamento Profissional dos Servidores da Secretaria de Fazenda	42.200	87.680	87.226	50.502	0009
8504-Concessão de Benefícios a Servidores	4.642.489	2.402.489	2.372.879	2.372.879	-
6999-Concessão de Benefícios aos Servidores da Secretaria de Fazenda	4.642.489	2.402.489	2.372.879	2.372.879	010/ 012 e 013

Na “Ação 0003 - Formação Gerencial Permanente Por Meio de Bolsas MBA para os Servidores da Secretaria de Fazenda”, foi custeada a participação de um servidor no “V Curso de Especialização em Contabilidade Pública – Pós Graduação”.

Na “Ação 0004 - Aperfeiçoamento Profissional dos Servidores da Secretaria de Fazenda”, foi custeada a participação de 32 servidores em cursos/congressos/seminários.

Na "Ação 6999-Concessão de Benefícios aos Servidores da Secretaria de Fazenda, foram concedidos benefícios mensais, como auxílio creche, auxílio alimentação e auxílio transporte a servidores.

No tocante à área de desenvolvimento de Pessoas, podem ser destacadas as atividades inseridas no Projeto Bem Viver, que objetiva promover ações que proporcionem aos servidores a obtenção de melhor qualidade de vida. Foi possível dar continuidade a algumas ações, coordenadas pelo Núcleo de desenvolvimento de Pessoas/GEPAT/DIGEP, durante o ano de 2010:

- Atendimento Psicossocial: tem como objetivo proporcionar orientação psicológica aos servidores, realizado durante todo o exercício de 2010 por duas psicólogas do Quadro de servidores que estão inscritas no Conselho Regional de Psicologia – CRP. O serviço prestado reflete-se, principalmente, na melhoria das relações interpessoais. Foi realizada uma média de 435 atendimentos em 2010;

- Participação no evento Dia da Qualidade de Vida – Viver Bem Para Servir Melhor, realizado no dia 28/04/2010, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, como colaborador no stand referente à Responsabilidade Socioambiental.

- A 2ª Caminhada pela Qualidade de Vida na Secretaria de Estado de Fazenda foi realizada em 30/09/2010, no Parque da Cidade Sarah Kubitschek. Os servidores que compareceram puderam desfrutar de uma manhã saudável com caminhada, dança aeróbica, brincadeiras, distribuição de camisetas e café da manhã, oferecidas por patrocinadores.

- Coodenação da implementação das ações do Programa Saúde do Servidor, no âmbito da SEF. Este Programa, idealizado e realizado por profissionais da Coordenadoria de Acompanhamento de Procedimentos Médico-Periciais e de Saúde Ocupacional, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, foram voltadas para a saúde e a qualidade de vida dos servidores da SEF. Foram realizadas várias ações, executadas e coordenadas por aquela Coordenadoria, acompanhadas pela Comissão de Saúde Ocupacional/SEF, formada por representantes de todas as Unidades desta Pasta (GAB, UAG, SUREC, UAT, SUTES, TARF e COFAZ), entre as quais pode-se destacar:

- Pesquisa Sobre Licenças para Tratamento da Própria Saúde – estudo preliminar;
- Ginástica Laboral;
- Estudo técnico referente à segurança do trabalho;
- Aferição de parâmetros de saúde;
- Acupuntura;
- Palestras (Pressão Arterial e Acupuntura) e
- Enquete com vistas à coleta de informações acerca dos processos de trabalho na instituição (Foco: DIATE/ AGBRA, AGSIA, AGTAG, AGCEI, AGSOR e AGGAM).

Em 2010, no intuito de apresentar os resultados obtidos por meio das referidas ações, a mencionada Coordenadoria de Acompanhamento de Procedimentos Médico-Periciais e de Saúde Ocupacional, apresentou no dia 26 de maio de 2010, no auditório do Ed. Vale do Rio Doce, relatório detalhado aos dirigentes da SEF e ao representante do Gabinete do Secretário de Fazenda e às partes estudadas e beneficiadas.

No tocante à capacitação no exercício de 2010, foram encaminhados servidores para eventos de capacitação com e sem ônus. O quadro abaixo apresenta a lista de eventos para os quais os servidores desta Pasta foram encaminhados:

Nº	Curso	Número de Participantes
01	Abordagem por Competências Aplicada a Elaboração de Planos de Capacitação na Administração Pública	02
02	"Seminário – Análise Custo Benefício Eficiência na Política Pública"	24
03	"Gestão por Competências na Administração Pública"	03
04	"III Congresso Brasileiro de Controle Público"	01
05	"Novas Práticas Contábeis no Brasil"	01
06	Palestras: "Liderança – As 7 Forças Que Te Levam ao Sucesso" e "Coaching Ontológico – A Teoria da decisão"	05
07	"Seminário Boas Práticas da Administração Tributária"	08
08	"Seminário – Processo co TCU: Recurso defesa Perante o Controle"	01
09	"112th Regular Session on Financing Government, decentralization and development"	01
10	"Estratégias para Contratação em Tecnologia da Informação"	02
11	"Curso e Oficina Sobre Gestão por Competência"	03
12	"Programação VBA"	05
13	"Gestão nas Organizações Públicas"	01
14	Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	12
15	Da Burocracia à Corrupção – Estratégias de Prevenção	25
16	"Encontrarh" 2010	13
17	GT17 – Estudos e Informações Gerenciais	01
18	Treinamento Sobre Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	03
19	Seminário Contratação Direta Sem Licitação	10
20	VI Encontro Nacional de Secretárias da Administração Pública – 2010	04
21	Liderança e desenvolvimento Gerencial no Setor Público	02
22	Direito da Família	16
23	Sustentabilidade na Prática	07
24	Discoverer	11
25	Aspectos Fiscais de Serviços de Telecomunicações – Estudos de Casos Práticos	04
26	Processo Administrativo Disciplinar	30
27	Congresso de Auditoria de TI, Segurança da Informação e Governança – CNASI	02
28	Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas e Recursos Humanos	02
29	X Congresso Brasileiro de Direito do Estado	01
Total de Servidores Encaminhados para Curso		200

Eventos autorizados com recursos oriundos da Secretaria de Fazenda:

Nº	Evento/Curso	Nº de Participantes	Valor
01	Liderança e desenvolvimento Gerencial do Setor Público	02	3.500,00
02	V Curso de Especialização em Contabilidade Pública	01	1.650,00
03	Direito das Sucessões	10	4.331,25
04	Licitações e Contratos	02	866,25
05	Curso e Oficina sobre Gestão de Competências	02	3.600,00
06	Congresso de Auditoria de TI, Segurança da Informação e Governança – CNASI	02	1.214,00
07	Aspectos Fiscais dos Serviços de Telecomunicação. – Estudos de Casos Práticos	04	4.800,00
08	Seminário Especial as Novas Regras de Contratação de Serv. de TI	05	9.950,00
09	VI Encontro Nacional de Secretárias da Administração Pública	04	5.440,00
10	III Congresso Brasileiro de Controle Público	01	800,00
11	Elaboração de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade para a Administração Pública	06	8.500,00
Total		39	44.651,50

**Eventos autorizados com recursos oriundos do Fundo de Modernização e Reparelhamento da
Administração Fazendária – FUNDAF:**

Nº	Evento/Curso	Nº de participantes	Valor
01	Técnico em Contabilidade (*)	08	6.120,00
02	Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	12	8.160,00
03	Seminário Contratação Direta sem Licitação: Modalidades, Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	10	17.520,00
04	Seminário Internacional Análise Custo Benefício e Eficiência na Política Pública	24	4.800,00
05	Abordagem por Competência Aplicada à Elaboração de Planos de Capacitação na Administração Pública	03	5.220,00
06	Gestão por Competência na Administração Pública	03	3.267,00
Total		60	45.087,00

(*) Curso iniciado em 2009.

7. Programa 1459 – Programa de Pagamento e Compensação de Precatório

Não houve execução orçamentária e financeira neste programa.

8. Programa 1501 – defesa e Garantia dos Direitos Humanos

Não houve execução orçamentária e financeira neste programa.

9. Programa 3000 – Administrando Nossa Cidade

Não houve execução orçamentária e financeira neste programa.

10. Programa 3900 – desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

Não houve execução orçamentária e financeira neste programa.

11. Informações Complementares

	Categoria de Gastos	Despesa Autorizada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos Pagos
Ano 2008	1- Pessoal	498.441.853,00	459.279.300,76	446.872.855,21	446.835.184,80
	3-Custeio	78.614.789,00	27.440.877,09	45.465.198,36	45.408.511,27
	4-Investimentos	16.897.691,00	12.831.880,88	8.824.869,98	8.746.349,06
	Total	593.954.333,00	499.552.058,73	501.162.923,55	500.990.045,13
Ano 2009	1- Pessoal	317.821.220,00	304.592.048,90	304.592.048,80	296.553768,14
	3-Custeio	114.944.230,00	111.956.209,01	106.530.983,47	106.195.949,68
	4-Investimentos	1.147.285,00	247.700,81	184.633,73	181.733,73
	Total	433.912.735,00	416.795.958,62	411.307.666,00	402.931.451,55
Ano 2010	1- Pessoal	394.411.201,00	393.855.916,06	393.855.916,06	393.855.915,96
	3-Custeio	70.349.334,98	68.419.808,33	60.865.004,90	59.857.249,38
	4-Investimentos	20.433.891,96	4.150.017,88	3.629.795,00	3.629.795,00
	Total	485.194.427,94	465.970.531,99	458.278.230,59	457.270.513,17

Restos a Pagar

2009

Modalidade	Inscrito	Pago	Cancelado
Processados	135.208,01	135.208,01	
Não Processados	8.558.533,00	6.586.679,45	1.971.853,55
Total	8.693.741,01	6.721.880,46	1.971.853,55

2010

Modalidade	Inscrito	Pago	Cancelado
Processados	8.376.214,45	8.376.214,45	
Não Processados	2.849.231,80	2.019.298,07	829.933,73
Total	11.225.446,25	10.395.512,52	829.933,73

Convênios em Execução no Exercício de 2010

Empresa	Objeto	Valor do Contrato
Ministério da Fazenda-UCP	Repasse de recursos SINTEGRA — Convênio ICMS nº 20/2000	44.249,70
Tribunal de Justiça do DF e Territórios-TJDFT -- Convênio	Pagamento de Precatórios-RPV	7.300.000,00
Tribunal de Justiça Do DF e Territórios-TJDFT -- Convênio	Pagamento de Precatórios-RPV	180.000,00
Tribunal Regional do Trabalho	Pagamento de Precatórios trabalhista	19.000.000,00

11.1. Corregedoria Fazendária

A Coordenação de Controle Interno, no atendimento das tarefas constantes no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI/2010, realizou: acompanhamento de dados no SIGGO e no SIGRH; análise de processos; inspeções; visitas; verificações em registros funcionais; reuniões com executores de contratos e convênios e instruções prévias; além do atendimento de demandas extras.

As demandas extras efetuadas foram: participação na elaboração do planejamento estratégico da SEF; elaboração do regimento interno da Corregedoria Fazendária; auditoria interna sobre segurança dos sistemas da SEF; auditoria interna sobre os contratos do Inquérito da Polícia Federal nº. 650/2009; análise dos repasses dos recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento do CEAJUR/PROJUR; apuração de fatos em Processo Administrativo Sumário Específico; análise de processos e realização de visitas e inspeções, conforme quantificado a seguir:

Áreas de Atuação	Processos Analisados PAAAI/2008	Processos Analisados PAAAI/2009	Processos Analisados PAAAI/2010
Contratos e Convênios	22	24	20
Gestão de Pessoas	11	03	03
Gestão Fiscal e Financeira	12	12	10
Processo Administrativo Sumário Específico			04
Grupo de Auditoria			01
Total Geral	45	39	38

Atividades	2008	2009	2010
Realização de visitas e inspeções	204	196	170

Das Auditorias Internas

Auditorias internas realizadas nos contratos e convênios firmados pela SEF com empresas citadas no inquérito nº 650/DF, do departamento de Polícia Federal em trâmite perante o STJ sob nº 200/0188666-5, estabelecidas na Portaria nº 71, de 14 de abril de 2010, recepcionada pela Ordem de Serviço nº 110, de 14 de abril de 2010, publicada no DODF nº 12, de 15 de abril de 2010, a qual designa os membros do Grupo de Auditoria incumbido de cumprir as determinações da citada Portaria nos sistemas e equipamentos de informática utilizados na SEF e seus respectivos contratos, abrangendo: segurança dos sistemas, legalidade, legitimidade e economicidade dos contratos em vigor e recomendação para abertura de procedimento licitatório.

Deste trabalho foram produzidos 3 relatórios:

- Relatório Preliminar, contendo 15 recomendações;
- Relatório Preliminar de Segurança da Informação, contendo 13 recomendações; abertura de Sindicância e Recomendação de criação de prazo de 30 dias, de comitê Diretivo de Tecnologia de Informação CDTI;
- Relatório Final de segurança da Informação, contendo 23 recomendações, abertura de Processo Administrativo Disciplinar e abertura de Sindicância.

Com a publicação do decreto nº 31.795, de 11/06/2010, que cria regra e excepciona o seu artigo 2º e prescreve as providências administrativas a serem adotadas para auditar e sanear as contratações administrativas postas sob suspeitas de irregularidades pela Operação “Caixa de Pandora” da Polícia Federal, foram instituídas 3 Comissões de Processo Administrativo Sumário Específico, por meio das Ordens de Serviço da COFAZ nºs 176, 177 e 178, de 17 de julho de 2010, constantes, respectivamente, nos processos 126.000.013/2010, 126.000.014/2010 e 126.000.015/2010.

Das 34 recomendações destas Comissões, consta abertura de 4 Processos Administrativos Disciplinares.

Da Coordenação de Procedimentos Processuais

A Coordenação de Procedimentos Processuais desenvolveu suas atividades, no exercício de 2010, conforme descrito no quadro abaixo:

Procedimentos	Instaurados	Concluídos*
Processo Administrativo Disciplinar - PAD	16	16
Sindicância	29	26
Instrução Prévia	03	06
Incidente de Suspeição	-	-
Grupo de Trabalho	-	-
Total	48	48

* considerando saldo remanescente de exercícios anteriores.

Evolução Anual dos Procedimentos Administrativos:

Procedimentos	2007	2008	2009	2010
Instaurados	53	38	25	48
Concluídos	57*	41*	36*	48*

* considerando saldo remanescente de exercícios anteriores.

Punições Administrativas (expulsórias e não-expulsórias) Aplicadas a Estatutários por Ano:

Punições	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Demissão	-	-	-	3	2	-	-	-	5
Suspensão	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Advertência	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Total	-	1	1	3	2	-	-	-	7

Ressalta-se que se encontra em apuração na COFAZ 30 processos e, ainda, 28 processos a serem distribuídos.

No exercício de 2010, a COFAZ enfrentou vários desafios na persecução de seus objetivos, principalmente, pela peculiaridade política vivida no Distrito Federal, que no período inferior a um ano teve 04 Governadores.

Tal situação exigiu a participação da COFAZ em diversas apurações circunstanciais, dentre elas, medidas no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda para atender às demandas do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Tribunal de Contas Distrital – TCDF, Procuradoria Jurídica do Distrito Federal e do Secretário de Fazenda, que resultaram no deslocamento de Auditores de Controle Interno de suas atividades programadas para a realização de inspeções dirigidas à apuração das mencionadas demandas. Houve, inclusive, o direcionamento dessa força de trabalho para apuração de irregularidades referentes à segurança de sistemas de informática no âmbito desta Pasta.

Em razão desses aumentos na demanda, aliados à cessão de 04 (quatro) servidores ao Tribunal Regional Eleitoral – TRE-DF, alguns processos ficaram aguardando a indicação de servidores para composição de comissões apuratórias.

Em consequência, o Chefe da COFAZ descentralizou os trabalhos em Coordenações, a fim de dinamizar as atividades em áreas de competências, e mais, requisitou servidores para apoiar tecnicamente as comissões, bem como solicitou a outros órgãos a emissão de pareceres especializados visando subsidiar os trabalhos e decisões.

Assim, no exercício de 2010, apesar da grande quantidade de demandas extras e da necessidade de aumento do quadro de pessoal, ocorreram avanços na diminuição de demandas pendentes e de estoque de processos para apuração de irregularidades, houve melhorias na estrutura física e esta Corregedoria conseguiu realizar suas atividades com melhor qualidade.

Para o exercício de 2011, a Corregedoria continuará empenhada na implementação de novas práticas com o objetivo, entre outros, da criação de programa de prevenção à corrupção no âmbito da SEF, utilizando instrumentos de difusão de informações correicionais, com a promoção de palestras, eventos e debates com as diversas unidades da Secretaria.

Pretende-se, ainda, propor programa de formação continuada e de treinamento direcionado tanto aos servidores lotados na COFAZ, quanto aos demais interessados da SEF, com a disponibilização de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de maneira a capacitá-los para atuação em procedimentos apuratórios (sindicâncias e processos administrativos disciplinares).

A Corregedoria pretende, ainda, desenvolver novas práticas relacionadas a(o):

- definição, padronização, sistematização e normatização, mediante a edição de enunciados e instruções, dos procedimentos atinentes às atividades de correição e controle interno;
- aprimoramento de procedimentos relativos aos inquéritos e sindicâncias e controle interno;
- implantação de Termo Circunstanciado Administrativo – TCA, já utilizado em outras instâncias, como instrumento de apuração de responsabilidade disciplinar em casos de extravio ou dano a bem público de pequeno valor;
- criação e implantação de sistema de gestão de procedimentos disciplinares – SISGEPAD-COFAZ, que servirá como importante ferramenta na gestão de procedimentos disciplinares, de forma a propiciar:
 - a) o aperfeiçoamento do controle dos processos;
 - b) o desenvolvimento de indicadores de desempenho de Celeridade Processual – IDCP e de Índice de desempenho de Instauração de procedimentos administrativos disciplinares – IPAD, instrumentos que vem sendo utilizados em outras instâncias correicionais;
 - c) a implantação de políticas de prevenção e repressão à corrupção;
 - d) a identificação de pontos críticos e construção de mapas de risco;

11.2. Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS - REFAZ

A REFAZ é uma estrutura organizacional que visa, dentre outras atribuições, assistir e assessorar o Secretário de Estado de Fazenda nos assuntos de competência do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ; representar o Distrito Federal na COTEPE/ICMS; assessorar o Secretário de Fazenda nas questões tributárias nacionais junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo Federal. No ano de 2010, obteve os seguintes resultados:

I. Participação e assessoramento ao Secretário de Fazenda nas reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ – em 04 (quatro) reuniões ordinárias (140ª a 143ª) e 14 (quatorze) reuniões extraordinárias (143ª a 156ª);

II. Participação e assessoramento ao Secretário de Fazenda nas reuniões da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF em 4 (quatro) assembléias gerais ordinárias;

III. Participação e assessoramento ao Secretário de Fazenda na VI Reunião do Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENAT – para celebração de protocolos e convênio ENAT;

IV. Participação em reuniões da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS - para apreciação e discussões de propostas de convênios, protocolos, ajustes e atos COTEPE em 04 (quatro) reuniões ordinárias (140ª a 143ª) e 14 (quatorze) reuniões extraordinárias (138ª a 151ª);

V. Participação em 3 (três) reuniões da Câmara Técnica Permanente da ABRASF;

VI. Em decorrência das reuniões ocorridas durante o ano de 2010, no âmbito do CONFAZ e do ENAT, foram celebrados e publicados os seguintes atos:

- 199 Convênios ICMS (até o Convênio ICMS 199/10);
- 206 Protocolos ICMS (até o Protocolo ICMS 206/10);
- 01 Protocolo ECF (Protocolo ECF 01/10)
- 22 Ajustes SINIEF (até o Ajuste SINIEF 22/10);
- 01 Convênio ECF (Convênio ECF 01/10);
- 48 Atos COTEPE (até o Ato COTEPE 48/10);
- 24 Atos COTEPE/PMPF (até o Ato COTEPE/PMPF 24/10);
- 11 Atos COTEPE/MVA (até o Ato COTEPE/MVA 11/10);
- 531 despachos do Secretário Executivo (até o despacho 531/10);
- 14 Atos declaratórios (até Ato declaratório 14/10);
- 5 Protocolos e 1 Convênio ENAT.

Dentre as ações desenvolvidas em 2010, destacamos:

a) A celebração do Protocolo de Cooperação nº 4/2010 – VI ENAT, que possibilitará o débito do ICMS devido na importação de mercadorias do exterior na conta corrente bancária do importador, independentemente de onde ocorra o desembaraço aduaneiro;

b) As ações relacionadas à Nota Fiscal Eletrônica, cuja base normativa está sendo elaborada no âmbito da COTEPE/ICMS e do CONFAZ, em conjunto com o Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENAT;

c) As ações desenvolvidas no âmbito da ABRASF para possibilitar a implementação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

11.3. Ouvidoria Fazendária

A Secretaria de Estado de Fazenda dispõe de Unidade de Ouvidoria, com o objetivo de atender o cidadão em suas dúvidas, reclamações e sugestões, por meio do Sistema de Ouvidoria e Informações – SOI WEB.

O monitoramento sistemático dos atendimentos permite auxiliar o contribuinte na resolução de serviços prestados pela Secretaria de Fazenda do DF e, ainda, na emissão de diagnósticos que visam proporcionar melhorias nos processos de trabalho desta Secretaria.

Os números expostos são de atendimentos registrados no Sistema de Ouvidoria e informações em Ambiente WEB – SOIWEB.

Gráfico quantitativo demandas SOIWEB – 2006/2007/2008/2009/2010

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2006	282	227	160	97	164	132	105	119	132	120	108	97	3.749
2007	199	288	280	242	212	155	161	245	251	207	134	137	2.511
2008	951	361	378	322	364	238	222	191	214	232	205	200	3.878
2009	232	299	706	450	209	293	250	320	233	276	237	223	3.728
2010	255	237	313	433	394	238	279	256	265	263	226	252	3.411

Mensagens Portal Transparência – setembro a dezembro 2010

Portal da Transparência Fiscal do GDF	Set	Out	Nov	Dez	Total
Assuntos SEF	1	0	0	1	2
Assuntos outros órgãos GDF	16	2	4	3	25

Demandas encaminhadas pelo fale conosco www.fazenda.df.gov.br e/ou endereço eletrônico ouvidoria@fazenda.df.gov.br - Ano 2010

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
6	12	17	53	94	45	16	25	19	11	9	14	321

11.4. Assessoria Jurídico-Legislativo - AJL

Recebimento de demandas, entre documentos e processos – 1.427 documentos. Documentos referentes a pareceres, mensagens, exposições de motivos, ofícios, memorandos, despachos, atos declaratórios, projetos de lei, decretos e alterações de decretos, portarias e informações prestadas em ações judiciais e de mandado de segurança, no total de 1.161.

Foram, ainda, efetuados acompanhamentos de demandas junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, no total de 21 e junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, no total de 41.

11.5. Captação de Recursos Nacionais e Internacionais

Levando-se em consideração que a captação de recursos é um trabalho contínuo, a Subsecretaria de Captação de Recursos - SUCAP, visando atender ao desenvolvimento e implementação dos Programas Estratégicos delineados pelo Governo do Distrito Federal, promoveu a articulação entre organismos nacionais e internacionais, no intuito de captar recursos advindos de fontes governamentais ou privadas, descritas nas ações a seguir:

Recursos do Orçamento Geral da União (OGU)

A SUCAP atua na gestão dos processos de captação de recursos do OGU, que tem seu início na identificação dos recursos de interesse do GDF. São feitas gestões junto às Secretarias de Estados e demais órgãos do Distrito Federal, para verificar a existência de condições técnicas, ambientais e fundiárias necessárias para a remessa de projetos, que poderão viabilizar a assinatura de Contratos de Repasse ou de Convênios.

Em 2010, a SUCAP deu continuidade ao trabalho de gerenciamento do processo de captação especificamente dos pleitos vinculados ao CNPJ do GDF, observando os procedimentos do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV implantado pela União.

Os trabalhos desenvolvidos no exercício de 2010 apresentam-se resumidos nas tabelas a seguir:

Pleito de Recursos do Orçamento Geral da União em 2010* (valores em milhões de reais)

	OGU	Contrapartida	Total
Total 2010	R\$206,74	R\$22,97	R\$229,71

Fonte: SUCAP/SEF

Pleitos de Recursos do OGU em 2010

Área de Saúde	Foram apresentados 07 projetos no valor total aproximado de R\$ 5.511.000,00. O Ministério da Saúde selecionou 06 projetos, com um investimento total de R\$ 4.400.000, cabendo à Secretaria de Estado de Saúde do DF o registro das informações técnicas no SICONV e a remessa da respectiva documentação técnica e fundiária à Caixa Econômica Federal.
Área de Infraestrutura Urbana	Foram apresentados 09 projetos no valor total aproximado de R\$ 146.350.000,00.
Área de Infraestrutura Turística	Foram apresentados 02 projetos no valor total aproximado de R\$ 19.381.000,00.
Área de Infraestrutura Agropecuária	Foram apresentados 11 projetos no valor total aproximado de R\$ 8.153.000,00.
Área Social	Foram apresentados 08 projetos no valor total aproximado de R\$ 14.771.000,00.
Área de Esporte	Foram apresentados 02 projetos no valor total aproximado de R\$ 23.922.000,00.
Área de Ciência e Tecnologia	Foi apresentado 01 projeto no valor de R\$ 166.000,00.
Área de Meio Ambiente	Foram apresentados 03 projetos no valor total aproximado de R\$ 555.000,00.
Área de Justiça	Foram apresentados 02 projetos no valor total aproximado R\$ 577.000,00.
Área de Trabalho	Foi apresentado 01 projeto no valor de R\$ 102.000,00.
Área de Cultura	Foram apresentados 04 projetos no valor total aproximado de R\$ 10.222.000,00.

Recursos selecionados

Na área da saúde foram selecionados 07 projetos no valor total de R\$ 5.600.000,00.

Recursos de Exercícios Anteriores

Nesse contexto, durante o ano de 2010, foi dada continuidade ao monitoramento dos instrumentos contratuais de repasse de recursos da União para o Governo do Distrito Federal, que foram assinados nos exercícios de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, configurando-se a seguinte situação:

- Dos 24 Contratos assinados em 2004, 05 permanecem em andamento;
- Dos 24 Contratos assinados em 2005, 03 permanecem em andamento;
- Dos 09 contratos assinados em 2006, 05 permanecem em andamento;
- Dos 21 contratos assinados em 2007, 11 permanecem em andamento;
- Dos 37 contratos/convênios assinados em 2008, 27 permanecem em andamento;
- Dos 05 contratos/convênios assinados em 2009, 05 permanecem em andamento.

Mesmo depois de firmados os instrumentos contratuais, a SUCAP acompanha a execução dos Contratos e Convênios até que o órgão responsável pela execução informe a respeito da conclusão das obras ou serviços e da respectiva prestação de contas, já que procedimentos pendentes ou encerrados de forma inadequada podem inviabilizar o recebimento de novos recursos.

Recursos Nacionais e Internacionais

A SUCAP atua, também, junto a entidades financeiras nacionais e aos organismos multilaterais de crédito.

Nesse contexto, além de participar da preparação técnica do projeto ou programa, a SUCAP providencia toda documentação necessária ao atendimento do Manual para Instrução de Pleitos – MIP da Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, visando à obtenção da devida autorização para a operação de crédito e do aval da União, quando necessário.

A SUCAP também prepara toda documentação necessária para a obtenção da devida autorização legislativa para a operação de crédito junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Recursos Nacionais

Ao longo de 2010, a SUCAP manteve entendimentos com algumas entidades financeiras como a Caixa econômica Federal – CAIXA e o Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Nesse contexto, a SUCAP vem trabalhando na viabilização dos Contratos de Financiamento junto à CAIXA, relativos aos projetos selecionados no âmbito dos Programas de Aceleração do Crescimento

– PAC COPA 2014 e PAC SANEAMENTO, e do Programa PRÓ-TRANSPORTES do Ministério das Cidades. Os empreendimentos selecionados foram os constantes das tabelas abaixo:

Projetos Selecionados do Âmbito do PAC Copa 2014

Projetos	Financiamento	Contrapartida	Total
Execução do vlt trecho 1 aeroporto/terminal asa sul	R\$ 263.000.000,00	R\$ 13.842.105,20	R\$ 276.842.105,20
Ampliação da DF 047	R\$ 98.000.000,00	R\$ 5.157.894,80	R\$ 103.157.894,80

Cartas Consultas Apresentadas no Âmbito do Programa Pró-Transporte

Projetos	Financiamento	Contrapartida	Total
Túnel de Taguatinga/DF	R\$ 170.745.031,44	R\$ 8.986.580,60	R\$ 179.731.612,04
Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Condomínio Por do Sol - Ceilândia - DF	R\$ 67.289.193,33	R\$3.541.536,49	R\$70.830.729,82
Revitalização da Avenida Hélio Prates – Taguatinga/DF	R\$ 84.854.000,00	R\$ 4.466.000,00	R\$ 89.320.000,00
Revitalização das Avenidas Comercial e Samdu – Taguatinga/DF	R\$ 189.741.600,00	R\$ 9.986.400,00	R\$ 199.728.000,00
Revitalização da Estrada Indústrias Gráficas - EIG – Brasília/DF	R\$ 107.031.750,00	R\$ 5.633.250,00	R\$ 112.665.000,00
Sistema de Transporte de Passageiros Gama/Santa Maria/Plano Piloto - Projeto Eixo Sul - Trecho 1	R\$ 558.030.683,83	R\$ 29.370.036,00	R\$ 587.400.719,83
Implantação Doa Sistema de Transporte Público do Eixo Norte do DF	R\$ 668.783.500,00	R\$ 35.146.500,00	R\$ 702.930.000,00
Elab. Proj. Exec., Exec. Obras Cíveis e Fornec. de Sistemas P/ Expansão Linha 1 Metrô Complement. Asa Norte do PP	R\$ 1.330.000.000,00	R\$ 70.000.000,00	R\$ 1.400.000.000,00
Sistema de Transporte de Passageiros Gama/Santa Maria/Plano Piloto - Projeto Eixo Sul - Trecho 2	R\$ 165.294.031,15	R\$ 8.699.685,85	R\$ 173.993.717,00
Projeto de Revitalização dos Setores Centrais de Brasília - Obras	R\$ 25.325.100,00	R\$ 1.322.900,00	R\$ 26.658.000,00
Ciclovias - Plano Piloto – Lote 8 Licitado (Eixo Monumental, Torre de TV, Rodoviária, Esplanada Dos Ministérios, SAFN e SCES) - Obras	R\$ 4.822.675,07	R\$ 253.825,00	R\$ 5.076.500,07
Ciclovias - Plano Piloto – Lote 1 Licitado (SCS, SGAS 900, SHIGS 700, SGS 300 E CLS 100) - Obras	R\$ 6.758.489,11	R\$ 355.709,95	R\$ 7.114.199,06
Ciclovias - Plano Piloto – Lote 2 Licitado (CLS 200, CLS 400, SOS 400 e SGAS 600) - Obras	R\$ 6.175.069,55	R\$ 325.003,66	R\$ 6.500.073,21
Ciclovias - Plano Piloto – Lote 3 Licitado (Setor de Embaixadas Sul) - Obras	R\$ 2.505.789,78	R\$ 131.883,67	R\$ 2.637.673,45
Ciclovias - Plano Piloto – Lote 4 Licitado (SRTVN, SHCGN 700, EGN 300, CLN 100) - Obras	R\$ 5.760.622,10	R\$ 303.190,64	R\$ 6.063.812,74
Ciclovias - Plano Piloto – Lote 5 Licitado (CLN 200, CLN 400, SGN 400, Sem E SAFN) - Obras	R\$ 4.533.348,65	R\$ 238.597,30	R\$ 4.771.945,95
Ciclovias - Plano Piloto – Lote 6 Licitado (Setor de Embaixadas Norte) - Obras	R\$ 1.645.317,55	R\$ 86.595,66	R\$ 1.731.913,21
Ciclovias - Plano Piloto – Lote 7 Licitado (Campus da Universidade de Brasília – UnB e SGAS 600) - Obras	R\$ 3.303.116,80	R\$ 173.848,25	R\$ 3.476.965,05
Ciclovias - Plano Piloto – Lote 9 Licitado (SMU, SGO Sam, SSRPN) - Obras	R\$ 1.757.995,92	R\$ 92.526,10	R\$ 1.850.522,02
Revitalização da Estrada Do Setor Policial Militar – ESPM - Brasília/DF	R\$ 93.100.000,00	R\$ 4.900.000,00	R\$ 98.000.000,00
Reabilitação de Pavimento Com Melhoramentos E Adequação de Capacidade das Rodovias DF-001 (EPCF) e DF-075 (EPNB)	R\$ 150.855.530,06	R\$ 7.939.764,74	R\$ 158.795.294,80
Implantação de Infraestrutura Ciclovária em Rodovias do DF	R\$ 9.662.875,47	R\$ 508.572,39	R\$ 10.171.447,86
Reabilitação de Pavimento Com Melhoramentos e Adequação de Capacidade da Via Estrutural EPD (DF-095)	R\$ 228.031.696,31	R\$ 12.001.668,23	R\$ 240.033.364,54
Reabilitação de Pavimentos Com Melhoramentos e Adequação de Capacidade da Rodovia BR – 450/DF-003 (EPIA)	R\$ 115.214.842,47	R\$ 6.063.939,08	R\$ 121.278.781,55
Sistema Inteligente de Transporte de Brasília (Its)	R\$ 47.820.508,36	R\$ 2.516.868,86	R\$ 50.337.377,22

Projetos	Financiamento	Contrapartida	Total
Elaboração do Projeto Básico de Engenharia da Expansão da Linha 1 Metrô/DF - Plano Piloto /Ceilândia/ Samambáia	R\$ 2.850.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 3.000.000,00
Obras de Acessibilidade Em 700 Pontos de Parada de Ônibus do DF	R\$ 6.849.712,80	R\$ 360.511,20	R\$ 7.210.224,00
Reabilitação de Pavimento Com Melhoramentos e Adequação de Capacidade da Via EPTT (Estrada Parque Torto)	R\$ 81.344.700,00	R\$ 4.281.300,00	R\$ 85.626.000,00
Construção de 200 Baias em Pontos de Parada de Ônibus	R\$ 10.744.129,50	R\$ 565.480,50	R\$ 11.309.610,00
Construção e Implantação de 1.200 Abrigos Para Passageiros de Ônibus No DF	R\$ 8.843.401,80	R\$ 465.442,20	R\$ 9.308.844,00
Construção de Terminal de Ônibus Urbano do Itapoã	R\$ 3.727.928,15	R\$ 196.206,74	R\$ 3.924.134,89
Construção do Terminal de Integração Park Way	R\$ 13.039.942,04	R\$ 686.312,74	R\$ 13.726.254,78
Elaboração do Projeto Executivo, Execução de Obras Cíveis e Fornec. de Sistemas Para A Expansão da Linha 1 Metrô/DF – DF/Plano Piloto/Ceilândia/Samambaia	R\$ 656.450.000,00	R\$ 34.550.000,00	R\$ 691.000.000,00
Projeto de Requalificação da Via W2-Sul - Obras	R\$ 18.393.204,56	R\$ 968.063,40	R\$ 19.361.267,96

Cartas Consultas Apresentadas no Âmbito do PAC Saneamento

Projetos	Financiamento	Contrapartida	Valor Total
Elaboração de estudos, projetos e planos - elaboração estudo de concepção, projetos básico e executivo para o Sistema de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos do DF	R\$ 350.000,00	-	R\$ 350.000,00
Ampliação do SES de Brasília - setor habitacional São Bartolomeu / Jardim Botânico - rede coletora, interceptor com sifões invertidos e elevatória	R\$ 21.910.000,00	-	R\$ 21.910.000,00
Ampliação do SES de Santa Maria - Setor Ribeirão com implantação de EE	R\$ 1.750.000,00	-	R\$ 1.750.000,00
Ampliação do SES de Brazlândia - Setor Incra 8 - com implantação de rede coletora, ramais condominiais, ligações e ETE	R\$ 1.900.000,00	-	R\$ 1.900.000,00
Ampliação do SES de Sobradinho - Setor de Mansões e Nova Colina - implantação de rede coletora, EE e linha de recalque	R\$ 25.970.000,00	-	R\$ 25.970.000,00

Também junto à CAIXA, a SUCAP tem participado na captação de recursos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, no valor de R\$ 33 milhões.

Com relação ao BNDES, a SUCAP vem trabalhando na captação de recursos no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento – PEF II, no valor de R\$ 41,4 milhões.

Recursos Internacionais

Ao longo de 2010, a SUCAP manteve entendimentos com vários Organismos Internacionais, principalmente com o Banco Interamericano de desenvolvimento – BID, Banco Mundial – BIRD, Agência Francesa de desenvolvimento – AFD e Corporação Andina de Fomento – CAF.

Os principais programas/projetos em fase de captação são os constantes na tabela a seguir:

Captações Internacionais em Negociação

(Em Milhões)

Programa / projeto	Órgão financiador	Financiamento	Contrapartida	Total
Execução do VLT trecho 2 terminal asa sul – Brasília Shopping	AFD	€134,0	€131,4	€ 265,4
Execução do VLP (eixo sul)	CAF	US\$ 243,5	US\$ 151	US\$ 394,5
Programa de desenvolvimento Econômico do DF ADES	BID	US\$ 50,0	US\$ 21,4	US\$ 71,4
Projeto de desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – PRODEFAZ / PROFISCO	BID	US\$ 32,0	US\$ 4,7	US\$ 36,7

Quanto aos contratos de financiamento já firmados, a SUCAP acompanha a execução dos mesmos até que o órgão responsável pela execução informe a respeito da conclusão das obras ou serviços e da respectiva prestação de contas, já que procedimentos pendentes ou encerrados de forma inadequada podem inviabilizar o recebimento de novos recursos.

Nesse contexto, a SUCAP vem acompanhando a execução dos Programas abaixo relacionados:

- Programa Brasília Sustentável – Banco Mundial;
- Programa de Transporte Urbano do DF – BID;
- Programa Águas do DF – CAF.

12. Diagnóstico 2010 e Perspectivas para 2011

Em 2010, houve considerável rotatividade na força de trabalho. Com isso, houve diminuição da mão de obra qualificada, compensada pela chegada de outros servidores, igualmente qualificados e com vasta experiência em execução orçamentária e financeira, bem como em Administração Pública, como um todo.

Uma preocupação constante durante todo o exercício foi a adequação de rotinas, de modo a permitir ao servidor a execução apenas de tarefas que, de fato, são de sua competência.

No decorrer do ano, várias reuniões e estudos foram realizados com o intuito de rever e reformular o Regimento Interno da SEF, que agora aguarda aprovação superior.

Da mesma forma, diversos encontros foram realizados entre representantes das Unidades da SEF e servidores da Assessoria de Gestão Estratégica/GAB/SEF, em conjunto com representantes do Banco Mundial, para que fossem elencados projetos a serem implementados no próximo ano; os quais, em sua grande maioria, coincidem com as ações previstas no Planejamento Estratégico e que, caso sejam, de fato, realizados, trarão muitos benefícios a SEF, minimizando grande parte das dificuldades vivenciadas.

Desde o início do exercício, em face da divergência entre os valores estimados à época da elaboração da proposta orçamentária e os valores efetivamente disponibilizados na Lei Orçamentária Anual, esta Unidade tem solicitado constantemente a composição de seu orçamento, por meio de solicitações de créditos adicionais, muitas vezes não atendidas.

O decreto nº 31.692, de 18/05/2010, contingenciou todas as dotações orçamentárias, dificultando a execução, principalmente dos contratos de prestação de serviços contínuos e aquisição de bens. Entretanto, com o estabelecimento de prioridades e ação contínua por parte da Ordenadora de despesa desta Unidade junto à Comissão de Gestão Orçamentária - CGO, foi possível descontingenciar grande parte do orçamento. Na presente data, mais de 90% (noventa por cento) das despesas de caráter continuado já foram empenhadas.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG modernizou o Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMANET e, com isso, trouxe maior agilidade aos trabalhos de guarda e distribuição de materiais; tendo sido dispensado o uso do calendário específico para a entrega de material estabelecido anteriormente, ficando estabelecida a data limite até o quinto dia útil de cada mês para que seja solicitado o material pelos usuários da SEF.

Com a modernização do novo sistema, a UAG/SEF, por intermédio do Núcleo de Material, tem realizado a atualização dos cadastros e a inclusão de novos usuários para o SIGMANET, possibilitando aos mesmos a elaboração do Pedido Interno de Material - PIM com mais agilidade e, também, foi providenciado todo o suporte para a utilização desse sistema.

Na gestão financeira, o intuito para 2011 é: - fortalecer tecnicamente a SUTES, de forma a propiciar controle eficaz da gestão financeira, contábil e patrimonial: recomposição do quadro de pessoal; capacitação técnica e gerencial dos servidores; aquisição de material bibliográfico; - desenvolver módulos e ampliar o SIGGO; - remodelar o Sistema Geral de Patrimônio – SisGepat (Módulo de Móveis/Imóveis); -

realizar estudos que visem certificar a viabilidade da utilização de plaquetas de código de barras a serem utilizadas no tombamento dos bens patrimoniais do Distrito Federal.

E, ainda: - promover revisão e simplificação da Legislação Patrimonial, - disciplinar e uniformizar os procedimentos: levantamento e coletânea de toda legislação patrimonial; - realizar encontro com os órgãos setoriais de patrimônio e órgãos integrantes do Controle Interno para coleta de sugestões; - consolidar e elaborar anteprojeto de lei e minutas de decretos, portarias e outros atos administrativos; - realizar encontros, seminários e debates para disseminar conhecimento; - elaborar Manual de Administração Patrimonial.

Na gestão tributária, é positiva a avaliação dos resultados obtidos em 2010, apesar dos históricos problemas enfrentados pela SUREC. Questões como: - a defasagem de recursos tecnológicos, comprometendo a celeridade das respostas e o tratamento de informações pela área de tecnologia da informação – TI e como: - a falta da recomposição do quadro de servidores para absorver todas as atividades e questões que se apresentam no dia-a-dia, aliada à inexistência de maiores oportunidades de capacitação, constituem-se em grandes desafios para a gestão da SUREC.

Muitos dos projetos previstos, envolvendo recursos de TI, visando à modernização administrativa e fiscal, foram desenvolvidos em 2010, como é o caso da modernização do Agência@net, da automação e aprimoramento de diversos outros cadastros e serviços que impactarão diretamente na modernização do sistema de arrecadação e cobrança.

Neste sentido, o LANCDEBITO, em fase de testes, em muito melhorará o sistema de arrecadação. Além da manutenção de sistemas já existentes e continuidade do desenvolvimento dos projetos de TI apresentados neste documento, também foram entregues nesse ano o Sistema de Emissão de Notas Fiscais Avulsas – SENFA e o módulo de Benefícios Fiscais, além da operacionalização da leitura ótica dos dados da Nota Fiscal Eletrônica.

Com o fito de modernizar o sistema de fiscalização e arrecadação, com intuito de obter ganho de produtividade, beneficiando o contribuinte e liberando servidores para outras atividades de fiscalização, esperamos implementar projetos e ações em desenvolvimento, alguns já no início de 2011, a saber:

- a) O Rito Sumário, cobrança imediata de imposto declarado pelo contribuinte e não recolhido, conferindo maior agilidade na recuperação do crédito Tributário;
- b) A declaração Anual do Simples Nacional – DASN, para melhor acompanhamento das empresas optantes pelo Simples Nacional;
- c) O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFSe, disponibilizando-a a todos os prestadores de serviços do Distrito Federal;
- d) O Cadastro Sincronizado Nacional – CSN, que conferirá maior agilidade na abertura e fechamento de empresas e melhor qualidade na atualização da base de dados cadastrais;
- e) O LACDEBITO, que concentrará todos os créditos tributários em uma única base de dados, facilitando a cobrança, a inscrição de débitos em dívida ativa e a emissão de certidão de débitos;
- f) O Sistema de Cálculo de Impostos de Transmissão de Bens – TBE, que automatizará o cálculo, o lançamento e a emissão de guias de ITBI e ITCD, conferindo agilidade e garantindo a transferência automática da propriedade de imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal;
- g) O CTO, que permitirá ao contribuinte o pagamento de tributos utilizando cartão de débito em conta corrente, propiciando facilidade ao contribuinte e celeridade para promover a “baixa” do tributo;

h) O auto de infração eletrônico que, para sua finalização, depende apenas da conclusão da alteração no Processo Administrativo Fiscal;

i) Instalação de solução de análise investigativa, treinamento do pessoal na nova ferramenta e interligação dos Bancos de dados hoje existentes com a nova solução adquirida;

j) Promover maior intercâmbio com os demais fiscos estaduais quanto ao conhecimento das ações por estes desenvolvidas, bem como dos programas de trabalho e métodos aplicados, objetivando uma análise comparada entre as diversas atuações com possibilidade de uma programação fiscal mais fundamentada e tempestiva.

É importante destacar que as auditorias realizadas e as operações especiais mensais propiciaram o incremento na arrecadação tributária. As ações fiscais em diversos contribuintes dentro do projeto cartões de crédito/débito e “créditos podres”, alcançando os segmentos: atacadistas, comércio varejista de supermercados, alimentos/doces, calçados, confecções e presentes, bares/restaurantes, distribuidora de alimentos, churrascaria, prestação de serviços de ensino superior, hotel e agência de publicidade contribuíram, pelo seu alcance e pelo aumento da sensação de risco, com o crescimento do recolhimento espontâneo de ICMS no DF.

Persiste, ainda, o entendimento pelas diversas unidades que compõem a SEF a necessidade de, em 2011, criar novos mecanismos para aferição de indicadores de produtividade e desempenho distintos da sistemática atual; de recompor os quadros das carreiras atualmente pertencentes ao quadro de pessoal da SEF e, ainda, da intensificação da capacitação e desenvolvimento de pessoas. Estes fatores são estratégicos para o cumprimento da missão institucional desta Secretaria.

Permanece, também, a necessidade de adequação e modernização das instalações de Agências da Receita, do Edifício Vale do Rio doce e dos Postos Fiscais, tendo em vista que as obras realizadas neste ano tiveram aspecto mais corretivo e com foco em manutenção.

Diante deste cenário, verifica-se que, para o atendimento das demandas desta SEF, durante o exercício de 2011, vários recursos serão exigidos: contratação de consultorias, aquisição de bens e serviços, realização de obras de infraestrutura e intensificação dos programas de capacitação.

Far-se-á necessário que o orçamento da SEF correspondente ao exercício de 2011 disponha de recursos destinados à aplicação em investimentos, condição fundamental para o desenvolvimento dos projetos previstos e é de suma importância a concretização das ações que objetivam a contratação e implantação dos programas do PNAFM e PRODEFAZ, de forma a assegurar os recursos necessários ao sucesso da gestão do novo ano que se inicia.

11.1. BANCO DE BRASÍLIA S.A.

Banco de Brasília S.A. é uma Sociedade de Economia Mista, de capital aberto, criada conforme autorização contida na Lei Federal n.º 4.545, de 10 de dezembro de 1964, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo Estatuto Social e demais disposições legais aplicáveis.

O Banco tem por objetivo o exercício de quaisquer operações bancárias, inclusive câmbio, de que resultem incentivo econômico e/ou social às áreas de sua influência.

Na qualidade de agente financeiro do Distrito Federal, compete ao BRB:

I. Receber, a crédito do tesouro do Distrito Federal, as importâncias provenientes de arrecadação de tributos, subvenções, auxílio e quaisquer outras rendas;

II. Realizar os pagamentos necessários à execução orçamentária do Distrito Federal consubstanciada no orçamento aprovado e em créditos abertos, de acordo com as autorizações que lhe forem transmitidas pelo Secretário da Fazenda;

III. Receber, na qualidade de executor de serviços bancários do Distrito Federal, as disponibilidades de quaisquer órgãos ou entidades vinculadas ao Distrito Federal;

IV. Operacionalizar, como agente financeiro do Governo do Distrito Federal, o pagamento dos beneficiários dos programas sociais distritais.

O BRB poderá, na forma da lei, financiar obras públicas do Distrito Federal, de caráter produtivo ou de relevante interesse social, observadas, sempre, a viabilidade técnica do projeto e a segurança de retorno dos créditos concedidos.

Força de Trabalho

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Quadro do GDF	631	122	604	1037	2.394(*)
Contratados Temporariamente	-	3(*)	-	-	03
Estagiários	-	130	-	239	369
Subtotal (Força de Trabalho)	631	255	604	1276	2766
(+) Cedidos para outros órgãos	-	77(*)	-	-	77
Total Geral	631	332	604	1.276	2.843

*Este quadro contempla os empregados do Banco, Financeira e DTVM

(*) Quadro BRB = (2.394 + 77 + 3 = 2.474)

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Liquidado	N.º da Etapa no SAG
8502 - Administração de Pessoal				
6997 – Administração de Pessoal do Banco de Brasília	299.039.989,00	373.632.989,00	297.507.786,00	001
8517 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais				
6996 – Manutenção de Serv. Administrativos do BRB	273.090.442,00	273.090.442,00	299.008.676,46	002

Valores expressos em R\$

2. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Liquidado *	N.º da Etapa no SAG
8504-Concessão de Benefícios a Servidores				
6992-Concessão de Benefícios aos Servidores do BRB	23.660.446,00	23.660.446,00	20.423.346,00	003/004/005

Valores expressos em R\$

3. Programa 3000 – Administrando Nossa Cidade

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Liquidado *	N.º da Etapa no SAG
3045 – Instalação de Agência Bancária				
0005-Instalação de Agência Bancária PAB Câmara	270.000,00	270.000,00	205.243,00	007
006- Instalação de Agência Bancária Região I	1.350.000,00	1.350.000,00	566.326,00	008
007- Instalação de Agência Bancária Região II	1.350.000,00	1.350.000,00	227.008,00	009
008- Instalação de Agência Bancária Região III	1.350.000,00	1.350.000,00	0,00	010
3501 - Reforma de Agência Bancárias				
0019 - Reforma de Agência Bancária - Agência Bandeirante	2.137.500,00	2.137.500,00	0,00	017
0013- Reforma de Agência Bancária - PAB SES	765.000,00	765.000,00	0,00	011
0014- Reforma de Agência Bancária - PAB Buriti	1.740.000,00	1.740.000,00	0,00	012
0015 - Reforma de Agência Bancária - Agência Comercial Sul	3.375.000,00	3.375.000,00	0,00	013
0016 - Reforma de Agência Bancária - Agência Planaltina	3.150.000,00	3.150.000,00	0,00	014
0017 - Reforma de Agência Bancária - Agência Sobradinho	2.118.963,00	2.118.963,00	0,00	015
0018 - Reforma de Agência Bancária - Agência Taguatinga Centro	4.950.000,00	4.950.000,00	0,00	016

Valores expressos em R\$

4. Programa 3200 – Divulgação Oficial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Liquidado	N.º da Etapa do SAG
8505-Publicidade e Propaganda				
6974-Publicidade e propaganda do Banco de Brasília	24.000.000,00	24.000.000,00	14.714.952,00	006

Valores expressos em R\$

5. Informações Complementares

Rede de Atendimento

O BRB dispõe de 103 pontos de atendimento, assim divididos:

- Sessenta e duas agências, das quais 53 no Distrito Federal, 5 em Goiás: 1 em Goiânia e 4 no entorno do DF; 1 em Mato Grosso, 1 em Mato Grosso do Sul, 1 em São Paulo (capital) e 1 no Rio de Janeiro (capital).

- Quarenta e um postos de atendimento bancário, de arrecadação e pagamentos.

Além disso, conta com 714 terminais de autoatendimento.

O Banco conta também, com 95 correspondentes não bancários ativos, conhecidos como BRB Conveniência, e 25 em fase de inauguração. Dentre estes, 13 fazem parte do novo modelo implementado no ano de 2010, denominado “BRB vizinhança”.

Os correspondentes não bancários abrangem todas as regiões administrativas do Distrito Federal e do Entorno, os quais oferecem atendimento à população com maior comodidade, em horário diferenciado, além de efetuarem o pagamento dos programas sociais do Governo do DF.

O BRB gera, indiretamente, por meio dos correspondentes não bancários, aproximadamente 400 empregos e é o pioneiro na prestação de atendimento bancário em locais como Vila Estrutural, desde 2007 e Planaltina GO.

a. Comercial:

Novas linhas de crédito

BRB Consignado Empresa Privada – é um produto similar ao BRB Serv, por se tratar de crédito sem destinação específica, com parcelas mensais e sucessivas, consignadas em folha de pagamento. É destinado a funcionários de empresas privadas que efetuam o pagamento de sua folha através do sistema BRB Negócios, mediante convênio de consignação com o BRB.

Microfinanças PJ - linha de crédito para capital de giro, sem destinação específica, para empreendedores individuais e microempresas.

Hotmoney - linha de crédito para suprir necessidades emergenciais das empresas, ajustando o fluxo de caixa da empresa em até 29 dias.

Ampliação do prazo de antecipação de recebíveis de cartão de 180 para 360 dias.

Em maio/2010, implantou-se o projeto Pré-aprovado PJ, o qual agilizou o acesso das empresas às linhas de crédito progiro, cheque especial e *hotmoney*. Essas linhas de crédito podem ser solicitadas através do *banknet* ou autoatendimento.

Serviço: BRB Negócios

Em 2010, implantou-se o BRB Negócios, serviço destinado a empresas privadas. Esse canal de atendimento proporcionou a arrecadação de tarifas no valor de R\$ 753.883,06, que representou um crescimento de cerca de 38% em relação a 2009. Foram implementados 551 novos contratos, incrementando em 55% a base de contratos. A movimentação financeira do serviço de folha de pagamento alcançou o patamar de R\$ 232,3 milhões, o que representa um crescimento de cerca de 21,7% em relação a 2009.

Em 2010, foram implementados novos serviços ao sistema, entre os quais estão: pagamento de títulos em lote, operacionalização do produto de crédito consignado pela empresa privada e emissão de TEDs em lote.

No último trimestre verificou-se a evolução de 39,9% na renda de tarifas, 19,3% em valor movimentado (folha de pagamento) e 52,8% em contratos ativos (mês base nov./2009 e nov./2010).

Serviço: Cobrança Bancária

Em 2010, a arrecadação de tarifas atingiu a cifra de R\$ 8.992.244,34, o que representa um crescimento de 10,76% em relação a 2009, que foi o mais rentável da série história do serviço (crescimento de 21,59% em relação a 2008). Quanto à carteira de títulos liquidados, houve um crescimento de cerca de 12% em relação a 2009, alcançando 3,4 milhões de títulos liquidados. Essas liquidações foram responsáveis por créditos nas contas de nossos clientes/cedentes de cerca de 3,3 bilhões de reais.

Contrato único - Evolução da forma de contratação de produtos e serviços

A adesão aos serviços bancários de cobrança, BRB Negócios e custódia de cheques foi simplificada por meio da substituição do contrato específico para cada serviço pelo contrato único PJ o que resultou em maior simplicidade e agilidade para o cliente acessar os serviços BRB, proporcionando incremento nos resultados destes serviços.

Conta Única

Durante o segundo semestre de 2010, o BRB lançou a 1ª fase da conta única.

Com esse serviço, nossos clientes passaram a ter acesso a conta-corrente e conta de poupança integrada através de um único cartão e senha. Além disso, podem movimentar os recursos da poupança integrada nos terminais internos de autoatendimento do BRB, correspondentes não bancários e *banknet*.

Destaques no último trimestre:

Observou-se, no período, o crescimento de 0,29% de contas-correntes PF e 1,92% de contas-correntes PJ que passaram de 339.102 para 340.084 e de 23.096 para 23.540, respectivamente.

No último trimestre/2010, foi implantada a funcionalidade de cadastramento de senha no momento da abertura da conta. Com essa funcionalidade, o cliente pode cadastrar a senha no momento da abertura da conta, sem pegar outra fila no caixa, agilizando o atendimento e reduzindo o fluxo nos guichês de caixa.

b. Rural:

A carteira de crédito rural do BRB apoiou em 2010 os produtores rurais e as cooperativas do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento de Entorno e Distrito Federal – Ride, por meio da liberação de financiamentos de custeio, investimento e comercialização. A seguir, apresentamos alguns números além das atividades desenvolvidas pela carteira.

Período	Volume Contratado	Nº de processos
1º Semestre 2010	39.046.238,41	241
2º Semestre 2010	84.846.695,84	357
Total	123.892.934,25	598

Ações de divulgação da carteira de crédito rural:

- Atuação nos setores da economia ligados ao agronegócio: com o objetivo de alavancar a carteira de crédito rural, o BRB promoveu uma série de atividades, tais como participação em feiras e eventos relacionados ao agronegócio e visitas aos produtores rurais e cooperativas. Além disso, o Banco apoiou demandas sociais do Governo do Distrito Federal, por meio da participação nas câmaras setoriais do leite e de hortaliças.

- Agrobrásília: feira de destaque no ramo de vendas de máquinas e de equipamentos realizada no PAD/DF. Segundo a organização do evento, o número de visitantes ficou em torno de 45 mil pessoas. O volume de negócios propostos ao Banco girou em torno de R\$ 16.569.087,00, destinados à aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, custeio de produção e aquisição de sementes. Esse volume apresentou crescimento de 331% em relação ao ano anterior.

Créditos liberados:

Em 2010, foram financiados 31.840,62 hectares para o plantio de culturas de feijão, milho, soja, sorgo e trigo. Na bovinocultura foram financiados 10.160 cabeças de animais e ainda liberados recursos para aquisição de 62 máquinas/equipamentos agrícolas. Foram contratadas cerca de 500 operações de crédito rural, atendidas em sua grande maioria com recursos obrigatórios, porém algumas operações de investimento foram contratadas com recursos do BNDES, principalmente no BNDES PSI - Programa de Sustentação de Investimento, subsidiado pelo Governo Federal, com taxas que variaram entre 4,5% e 5,5% ao ano.

Sustentabilidade:

Nas análises dos projetos agropecuários, observou-se o cumprimento da legislação ambiental federal e estadual vigentes, por meio da exigência de comprovação de averbação de reserva legal nas matrículas dos imóveis explorados; licenciamento ambiental para empreendimentos potencialmente poluidores e para projetos com uso de recursos hídricos, foi solicitada a apresentação da outorga de direito de uso da água.

c. Industrial:

No crédito industrial, houve crescimento da demanda pelos recursos do FCO e do BNDES voltados ao fomento do segmento produtivo. A área passou por reestruturação de seus processos, qualificação da equipe de análise das propostas e treinamento da rede. A evolução na contratação e na

concessão dos créditos, entre 31/12/2009 e 31/12/2010, atingiu 179,60%, para investimentos de implantação, ampliação, realocação e modernização para os segmentos de comércio, serviços e indústria. Dessa forma, o crédito industrial tem cumprido o seu principal objetivo que é proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento de programas e de projetos que visem promover o desenvolvimento econômico e social da região. E, além disso, apoiar iniciativas que objetivem, entre outros, ampliar a capacidade produtiva da economia, mediante implantação, expansão ou realocação de empreendimentos.

d. Imobiliário:

Até dezembro/2010, foram 295 operações de financiamento imobiliário residenciais e comerciais no montante de R\$ 175,5 milhões, destacando-se entre esses produtos o Plano Empresário, com 10 operações e valor contratado de R\$ 135,4 milhões.

Ações para divulgação da carteira imobiliária:

- Participação na WImóveis - 5ª Feira de Imóveis de Brasília - de 24 a 28 de novembro, na qual foram realizados aproximadamente 697 atendimentos; prospectaram-se potenciais clientes e demonstraram os produtos desta carteira imobiliária;

- Parceria com as construtoras para efetuar o desligamento, que é o financiamento dos imóveis produzidos aos prováveis adquirentes.

Em 2010, o BRB através do Plano Empresário proporcionou a construção de 1.592 imóveis habitacionais e 40 comerciais.

Geração de empregos:

O BRB financiou a produção de empreendimentos habitacionais e comerciais, por meio do produto Plano Empresário e proporcionou a geração de 2.211.

Sustentabilidade:

Em 2010, o BRB priorizou a análise de projetos para construção de empreendimentos residenciais e comerciais, através do Plano Empresário, em conformidade com recomendações do Sindicato dos Construtores do Distrito Federal – Sinduscom. Essas recomendações visam:

- Reaproveitamento de águas pluviais nas principais áreas, como: banheiro (descarga), jardins e lavagem de áreas comuns;
- Uso de materiais recicláveis e madeiras de reflorestamento na construção;
- Alfabetização de operários que trabalham nos canteiros de obras.

Em R\$

Carteira de Crédito Comercial	Até dez/10	Até dez/09	Até dez/08	variação dez/09	variação dez/08
Pessoa Física	3.429.000.784,55	2.061.444.503,75	1.767.859.357,83	0,6633	0,9396
Pessoa Jurídica	1.656.061.016,15	1.536.707.318,69	1.063.803.177,24	0,0776	0,5567
Operações de Câmbio (**)	264.598.440,83	206.865.729,98	130.908.700,47	0,2791	1,0212
Carteira de Desenvolvimento	Até dez/10	Até dez/09	Até dez/08	variação dez/09	variação dez/08
Carteira do Desenvolvimento(*)	420.222.300,20	290.844.612,43	212.369.741,58	0,4448	0,3695

*Refere-se ao somatório das carteiras de crédito imobiliário, industrial e rural.

** os valores correspondem a todas as operações de câmbio contratadas e liquidadas, inclusive operações interbancárias

Gestão de Pessoas

A área de gestão de pessoas, em 2010, teve como foco a qualificação, a profissionalização, a valorização do corpo funcional e o fortalecimento dos controles internos. Para tanto, contou com o seguinte quadro:

a. Quadro de pessoal:

- 2.474 empregados;
- 646 terceirizados;
- 369 estagiários;
- 105 jovens aprendizes.

Para contribuir com o crescimento dos empregados e para a manutenção da qualidade das atividades executadas, foram realizadas as seguintes ações:

b. Encarreamento:

- Realizou-se a 1ª etapa do processo de identificação de perfil para todo o Conglomerado BRB, da qual participaram 1.543 empregados. Essa etapa constou de provas de conhecimentos específicos.

c. Qualidade de vida e bem-estar:

- Ampliação do projeto “Corredores de Rua do BRB” e Olimpíada BRB como parte integrante do Programa Vida Ativa, que promove a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos empregados do Conglomerado BRB.

- Realização do II Sarau Cultural do BRB, que contou com a participação de cerca de 300 pessoas. O objetivo desse evento foi promover a integração dos colaboradores, com o lema “cultura também é qualidade de vida”. O espaço foi destinado à apresentação dos talentos internos por meio da música, da poesia, da dança, da fotografia, da pintura, etc.

d. Ampliação do quadro de pessoal:

- No último concurso público realizado foram admitidos 212 escriturários, 2 médicos, 14 advogados, 1 escriturário com deficiência física e 1 engenheiro do trabalho.

- No primeiro trimestre de 2010, foram realizados dois processos de identificação de perfil para compor os quadros funcionais das agências Cuiabá e Campo Grande-MS e para a função de Especialista em Risco. Participaram dos dois processos 562 empregados. As vagas para as agências Cuiabá e Campo Grande foram distribuídas conforme segue:

Cargo/Fg/Ag	Vagas	
	Cuiabá	Campo Grande
Gerente-Geral 3	1	0
Gerente de Negócios 3	2	2
Gerente de Expediente	2	1
Caixa Bancário	2	2
Escriturário	4	4
Total	11	9

e. Benefícios:**Auxílio-idioma**

- Incremento de 50 vagas para inglês e espanhol e acréscimo do idioma francês.

Concessão de auxílio-instrução e bolsa de estudos para pós-graduação

Houve a ampliação do auxílio-instrução de forma que passou a contemplar cursos de pós-graduação para todos os empregados com quatro anos ou mais de Banco que detenham funções a partir de Gerente de Expediente/Supervisor de Processos.

Em R\$

	Bolsa-estudo	Auxílio-instrução
2009	96.409,43	623.636,58
2010	143.821,77	867.249,94

Capacitação

Com o objetivo de desenvolver profissionalmente seus colaboradores, o BRB mantém diversos cursos de treinamento, atualização profissional e cursos para aquisição de certificações fundamentais para o desenvolvimento das pessoas e essenciais à geração de resultados.

O auxílio-instrução passou a contemplar cursos de pós-graduação para todos os empregados com quatro anos ou mais de Banco que detenham funções a partir de Gerente de Expediente/Supervisor de Processos. O valor orçado para 2010 foi de R\$ 2,15 milhões.

Foram treinados 5.451 empregados do Banco cujas participações ocorreram em treinamentos internos e externos.

Sustentabilidade e Outras Ações Sociais

O Banco de Brasília busca ampliar ações e projetos sustentáveis em diversas áreas, em cumprimento à sua missão, visão e valores, com o objetivo de proporcionar benefícios cada vez maiores ao meio ambiente, à comunidade de Brasília e regiões de influência.

Em 2010, o Banco de Brasília promoveu uma gincana entre os seus empregados, para a qual foi estipulada uma meta solidária, que possibilitou arrecadar aproximadamente 7 toneladas de alimentos destinados a 25 instituições carentes.

O Banco participou do evento mundial denominado "Hora do Planeta", em 27-3-2010, a qual consistia no fato de os participantes apagarem as luzes de seus imóveis (residências, empresas, instituições) e monumentos importantes, por uma hora, como ato simbólico, cujo propósito era demonstrar aos líderes mundiais a preocupação das pessoas com o aquecimento global e a mudança climática.

Com o objetivo de evoluir os conceitos de sustentabilidade no BRB, promoveu-se a palestra sobre sustentabilidade nas instituições financeiras, com palestrante de renome internacional que discorreu sobre a sustentabilidade no cenário mundial e sua importância, assim como no cenário das instituições financeiras. O evento contou com a presença de 286 empregados entre diretores, gerentes executivos e empregados de diversas áreas do Banco.

As campanhas de voluntariado com a participação dos empregados como a Campanha do Agasalho e Campanha de Natal.

O Banco divulga e publica anualmente em veículo de grande circulação o Balanço Social com os destaques nesse segmento.

O BRB tem importante papel no desenvolvimento socioeconômico da comunidade do Distrito Federal e procura contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população carente e o acesso aos serviços bancários.

Patrocínios

Foram 108 patrocínios, desde 2008, que brindaram, além de eventos esportivos, outros de caráter social e cultural. O BRB também esteve presente nos aniversários de Brasília, com o patrocínio à Maratona, à exposição fotográfica, ao teatro infantil, e às apresentações de basquete ocorridas no dia. Destacamos o patrocínio ao time de basquete Universo/BRB - atualmente UniCeub/BRB - que conquistou o vice-campeonato em 2008/2009 e o campeonato nacional em 2009/2010. Cabe ressaltar também o patrocínio ao projeto Picasso não Pichava, ao Esporte à Meia-Noite, ao campeonato brasileiro de futebol e à Liga de Vôlei de Brasília.

Campanhas publicitárias

Desde 2008, foram realizadas mais de 100 campanhas publicitárias, que deram destaque aos produtos e serviços que compõem as metas do Banco. Isso foi determinante para o cumprimento das metas, e conseqüentemente para o alcance de lucros recordes recorrentes, em 2008, 2009 e 2010. Outro ponto positivo a se destacar nesse período é a valorização do lado técnico das campanhas, com a conquista de mais de 10 prêmios, destacando-se o prêmio "Anunciantes do Ano", em 2010. Merece destaque também o índice de recall conquistado com uma das campanhas, que chegou a 84%, e que é considerado altíssimo.

Outro índice bastante expressivo foi o alcançado na última pesquisa de opinião, que chegou a 94% de aprovação da última campanha do BRB.

Outros eventos

Merecem destaque, a WImóveis, que reposicionou o BRB no mercado imobiliário da capital; a Agrobrasília, que permitiu ao Banco o incremento no agronegócio; a Feicom e a Feira do Empreendedor, que destinadas aos micro e pequenos empresários, possibilitaram ao BRB melhor exposição de seus produtos e serviços nesse segmento.

Todas as ações citadas acima tornaram possível a modernização da marca BRB no mercado, bem como o aumento de sua credibilidade como instituição financeira.

Ações sociais

O BRB tem importante papel no desenvolvimento socioeconômico da comunidade do Distrito Federal e procura contribuir para melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população carente e o acesso aos serviços bancários.

f. Programas Sociais do GDF

O Banco, como agente financeiro do GDF, promoveu nos exercícios de 2008 e 2009 o pagamento mensal dos programas sociais: Auxílio Enfermagem, Bolsa Atleta, Bolsa Escola, Bolsa Social, LCD - Lares de Cuidados Diurnos, Mestre do Saber, Renda Universidade, Brasil Alfabetizado e Renda Solidariedade.

Além disso, novos programas foram incluídos em 2010: Jovem do Futuro, Mãezinha Brasiliense, Promotoras da Paz e Auxílio Vulnerabilidade. O Banco de Brasília realizou o pagamento mensal do programa federal Bolsa Família pactuada em parceria com o Governo do Distrito Federal apurando-se 589.577 benefícios pagos, no montante de R\$ 45,6 milhões.

Programa	Quantidade Ano 2008	Valor (R\$)	Quantidade Ano 2009	Valor (R\$)	Quantidade Ano 2010	Valor (R\$)
Agente jovem	2.257	194.030,00	-	-	-	-
Renda universidade	3.466	1.391.106,21	1.126	527.050,05	193	92.306,96
Renda minha	312.090	32.563.869,00	-	-	-	-
Mds/bf	479.515	31.997.184,00	-	-	-	-
Jovem do futuro	-	-	-	-	15.873	2.954.465,00
Auxilio enfermagem	158	20.540,00	1.325	138.190,00	676	85.670,00
Bolsa atleta	1.266	678.946,80	1.402	735.054,98	1.210	626.538,40
Bolsa escola pactuado	-	-	304.352	19.892.438,00	292.369	20.149.524,00
Bolsa escola puro	-	-	329.008	41.442.484,00	347.253	41.202.041,00
Bolsa familia pactuado	-	-	545.953	40.481.686,00	589.577	45.618.128,00
Bolsa social pactuado	-	-	241.601	14.587.592,00	297.208	16.975.960,00

Programa	Quantidade Ano 2008	Valor (R\$)	Quantidade Ano 2009	Valor (R\$)	Quantidade Ano 2010	Valor (R\$)
Bolsa social puro	-	-	127.536	15.736.880,00	191.073	24.210.455,00
Mãezinha brasileira	-	-	-	-	6.592	1.335.600,00
Lcd	3.232	380.020,00	2.682	662.495,00	3.006	2.408.200,00
Mestre do saber	-	-	1.163	-	1.787	742.850,00
Promotoras da paz	-	-	-	357.650,00	4.190	802.820,00
Auxilio vulnerabilidade	-	-	-	-	8.516	3.227.438,00
Sol/bf	198.123	13.444.012,00	-	-	-	-
Rm/bf	285.746	15.353.406,00	-	-	-	-
Renda solidariedade	107.304	12.659.041,00	-	-	-	-
Montante de Benefícios	1.406.045	112.766.164,24	1.573.196	140.675.707,12	1.759.523	160.431.996,36

g. Fundos Distritais de Desenvolvimento

As parcerias com as secretarias de estado do Distrito Federal, Setrab e Seapa, respectivamente gestoras do Fundo de Geração de Emprego e Renda - Funger/DF e do Fundo de Desenvolvimento Rural - FDR/DF, cujo gerenciamento dos recursos financeiros é realizado pelo Banco, beneficiam produtores rurais, trabalhadores autônomos, pequenos e microempresários do Distrito Federal.

A carteira ativa de operações do Funger em 31/12/2010 era de 5.361 contratos totalizando aproximadamente R\$ 52,0 milhões. Já a do FDR era de 106 contratos no montante aproximado de R\$ 2,8 milhões.

Ano	Nº Operações Contratadas Funger	Valor
2008	2.191	15.074.430,18
2009	1.816	13.140.108,83
2010	831	5.846.012,95
Total	4.838	34.060.551,96

Ano	Nº Operações Contratadas FDR	Valor
2008	32	1.068.605,24
2009	21	850.985,89
2010	11	569.623,02
Total	64	2.489.214,05

Informações Relevantes no Exercício de 2010

a) Para permitir maior controle dos dados cadastrais inseridos manualmente no Sistema Base Única de Clientes - BUC, foi implementado em abril de 2010 o processo "dupla assinatura", que permite identificar o empregado responsável por atualizar os dados cadastrais dos clientes, assim como do gerente responsável pela confirmação dos dados;

b) Com o objetivo de manter atualizados os endereços de correspondência dos clientes e reduzir o custo oriundo da devolução de correspondências emitidas pelo Banco, foi implementada em março de 2010 a atualização de endereços de correspondência pelos canais de autoatendimento e Banknet, permitindo a atualização, entre março e junho de 2010, de 37.682 endereços via Banknet, 37.037 via CRBRB e 193.830 via Autoatendimento.

c) Implantação de novos produtos na metodologia de pré-aprovação de crédito. Após a implantação de valores pré-aprovados nas linhas de crédito parcelado e rotativo para pessoas físicas, o primeiro semestre foi marcado pela inclusão dos produtos de antecipação de recebíveis. Além disso, os

clientes pessoa jurídica também começaram a contar com linhas de crédito pré-aprovadas. A metodologia de concessão dos créditos é resultado de estudos de comportamento e métricas de inadimplência. Com o cruzamento dessas informações, foram criados modelos de classificação de risco dos perfis dos clientes, nomeados como modelos de aptidão, que aferem a propensão à inadimplência do cliente e a decorrente mitigação do risco de concessão.

d) O BRB alcançou ganhos em sua rentabilidade com ressarcimentos oriundos do uso de seu Balcão pelas empresas Cartão BRB, no montante de R\$ 7,1 milhões e Corretora Seguros BRB, no total de R\$ 4,8 milhões. Ademais, o Banco de Brasília recebeu R\$ 7,8 milhões da Cartão BRB proveniente da utilização da Marca BRB.

6. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Em 2010, o BRB direcionou seus esforços para o aperfeiçoamento de técnicas negociais, ofereceu novas linhas crédito, treinou e desenvolveu seu corpo funcional e readequou seus pontos de atendimento, para satisfazer seus clientes e a comunidade do Distrito Federal, em sintonia com a sua missão e os seus objetivos estratégicos, bem como com os preceitos da boa governança corporativa.

11.2. BRB – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO FINANCEIRA BRASÍLIA

Os principais objetivos da Financeira BRB são:

I - Realizar todas as operações e serviços facultados às sociedades de crédito, financiamento e investimento, obedecidos os preceitos e as limitações da legislação em vigor;

II - Facilitar o acesso ao crédito aos não correntistas do BRB - Banco de Brasília S.A. e aos seus correntistas por intermédio de produtos não concorrentes.

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Liquidado	N.º da Etapa no SAG
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais				
8679- Manutenção de Serviços Administrativos Gerais da BRB Crédito Financiamento e Investimento S/A	6.700.000,00	6.700.000,00	1.695.655,00	001

2. Programa 3200 – Divulgação Oficial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Liquidado	N.º da Etapa no SAG
8505 – Publicidade e Propaganda				
6975 – Publicidade e Propaganda da BRB Crédito, Financiamento e Investimento S/A	5.300.000,00	5.300.000,00	1.017.103,00	002

3. Informações Complementares

A estratégia de crédito da Financeira BRB em 2010 foi intensificar sua atuação comercial com foco no varejo no DF e em Goiás, disponibilizando novos produtos para comercialização nos pontos de atendimento do Banco, conforme se segue:

O produto CDC Veículos - Financiamento de Veículos para Pessoas Físicas. A carteira de CDC veículos PF, que no 3º trimestre era de R\$ 7.810.379, com 238 contratos, encerrou o 4º trimestre com R\$ 21.677.724 e 664 contratos, registrando aumento de 178% comprado ao trimestre anterior.

Implantação do Crédito Pessoal com Garantia de Veículo.

Em novembro de 2010 iniciou-se a comercialização do CDCPJ nos Pontos de Atendimentos do BRB. A carteira em 30/11 foi de R\$ 776.037,38 com 14 contratos e encerrou o ano, em 31/12/2010 com R\$ 1.383.624,49 com 26 contratos, registrando um aumento de 78,29%.

A Gestão do Empréstimo Rotativo Cartão foi transferida para a Financeira BRB em 1º de novembro de 2010 incrementando a carteira da Financeira BRB. Encerrou 2010 com R\$ 45.337.195,07.

Outras realizações ocorridas em novembro e dezembro de 2010:

- Continuidade da implantação do Sistema de Gestão de Financeiras, que possibilitará maior agilidade negocial e avanços na gestão dos controles internos da empresa.
- Aprovação do Planejamento Estratégico com a nova realidade da empresa.

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Continuidade das ações estratégicas focando suas operações exclusivamente no segmento de varejo. A atuação conta com a utilização da estrutura das agências do BRB para comercialização dos produtos de Financiamento de Veículos Pessoa Física e Jurídica, Crédito Pessoal com Garantia de Veículo, atuando de forma complementar em relação ao portfólio de produtos do Banco e venda de produtos a não clientes.

11.3. BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

A BRB-DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A é uma empresa controlada pelo BRB Banco de Brasília S.A. e possui como atividade principal a administração dos fundos de investimento disponibilizados aos clientes do BRB. Além disso, também oferece serviços de liquidação e custódia de valores mobiliários, intermediação de títulos e papéis públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente Fundos de Pensão, Seguradoras e Administradoras de Fundos de Investimento.

Realizações

1. Programa 0100 – Apoio Administrativo

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8517-Manutenção de Serviços Administrativos Gerais				
8682-Manutenção de Serviços Administrativo Gerais da BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.	962.212,00	2.682.680,00	2.293.191,00	001

Valores expressos em R\$

2. Programa 3200 – Divulgação Oficial

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
8505 – Publicidade e Propaganda				
6976 – Publicidade e Propaganda da BRB DTVM	1.000.000,00	1.000.000,00	316.184,00	002

Valores expressos em R\$

3. Informações Complementares

No ano de 2010, com o início da prestação dos serviços de liquidação e custódia, a empresa aderiu aos novos códigos de melhores práticas da ANBIMA para Serviços Qualificados e de Fundos de Investimento, atestando mais uma vez ao mercado financeiro o compromisso da instituição de zelar pela transparência e confiabilidade no exercício de suas atividades.

Na prospecção de novos negócios foi identificada a oportunidade de empresa voltar a se inserir na captação junto a grandes investidores e para isso lançou dois novos fundos aderentes as resoluções nº 3.790 e 3.792 do Conselho Monetário Nacional, os fundos BRB IMAB e BRB Solidez.

3.1 Evolução anual no período de 2007 a 2010

Patrimônio Líquido da BRB DTVM:

2007	2008	2009	2010
R\$ 32.000.000,00	R\$ 34.270.000,00	R\$ 37.000.000,00	R\$ 39.700.000,00

Patrimônio Líquido Administrado:

2007	2008	2009	2010
R\$ 520.000.000,00	R\$ 800.000.000,00	R\$ 1.050.000.000,00	R\$ 1.220.000.000,00

Patrimônio Líquido Custodiado:

2007	2008	2009	2010
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.380.000.000,00	R\$ 5.460.000.000,00

Valores consolidados até dezembro/2010.

Lucro Líquido:

2007	2008	2009	2010
R\$ 2.380.000,00	R\$ 1.960.000,00	R\$ 3.500.000,00	R\$ 3.580.000,00

4. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

No ano de 2010, a BRB DTVM, para ganhar mercado solicitou a avaliação, por empresa de rating, de sua classificação de risco e obteve o indicador de boa qualidade de gestão e de controles internos, além de boa sinergia com o conglomerado BRB expresso na nota LFG-3 da LF rating. Esta avaliação remeteu à BRB DTVM maior credibilidade junto ao mercado financeiro, agregando credibilidade

tanto aos produtos lançados quanto aos preexistentes, gerando um crescente fluxo de recursos para gestão desta DTVM.

Compromissos no âmbito sociocultural e ambiental em linha com o plano geral do governo do País, a BRB DTVM lançou, em junho de 2010, o BRB Brasília FUNCINE, fundo voltado para o incentivo à indústria cinematográfica nacional, que além de fomentar o desenvolvimento cultural levando cinema às cidades que não existem salas e complexos de exibição e incrementando as produções de audiovisual, alinha investimento e incentivos fiscais. Estruturar um fundo desta natureza voltado sobretudo para investidores pessoa física foi uma experiência pioneira e bem recebida pelo mercado de capitais. No segundo semestre deste ano, foi registrado junto à Comissão de Valores Mobiliários, o BRB FIP ENERGIA, Fundo de Investimento em Participações que visa o investimento em Projetos Sustentáveis de geração de energia e de combustíveis a partir de fontes alternativas e renováveis. O produto, além de sua aderência às perspectivas de sustentabilidade do governo, aumentará o market share da empresa no setor colocando a BRB DTVM em posição de destaque no setor de energia no país, saindo de 7ª para a 3ª maior gestora de fundos dessa natureza.

Por fim, a BRB DTVM obteve, no final deste ano, o reconhecimento da revista *Você S/A* com dois de seus fundos de investimento eleitos entre os 380 melhores do Brasil para se investir, o BRB Mais e o BRB Federal Invest. Estes fundos foram destaque no ranking nacional por conta de seus desempenhos financeiros, qualidade dos serviços de atendimento e treinamento e atualização das equipes.

A viabilização dos recursos para fomentar a geração de energia e combustíveis a partir do tratamento do RSU (lixo) demonstra o compromisso do BRB através da BRB DTVM com a sustentabilidade ambiental.

Para o ano de 2011, a BRB DTVM continuará a viabilizar os recursos para o desenvolvimento sociocultural e ambiental, visto que os Fundos BRB FUNCINE e o BRB ENERGIA estarão em fase captação e de investimento nos projetos selecionados, com o tornar-se a maior provedora do Centro-Oeste em soluções financeiras para empresas públicas e privadas, fundações e instituições de previdência, e atuar de maneira pró-ativa com seus parceiros, inclusive na estruturação de operações customizadas, com objetivo de incrementar o fomento e o desenvolvimento da região central.

A nova área de atuação selecionada pela empresa foi a área imobiliária onde o objetivo é a viabilização dos recursos para desenvolvimento imobiliário para a construção de imóveis destinados à prestação de serviços e à redução do déficit habitacional. A estruturação de produtos de investimento dessa natureza além de trazer aos clientes do BRB uma alternativa de investimento competitiva em relação aos demais produtos existentes no mercado, promove a viabilização do desenvolvimento da região onde atua. Assim, estão em pauta os lançamentos do FIP - Fundo de Investimento em Participações - destinado a grandes investidores e do FII - Fundo de Investimento Imobiliário destinado aos clientes do BRB.

Em razão da BRB DTVM ser uma prestadora de serviço, a estratégia de concentrar esforços na área de estruturação de Fundos visa aumentar significativamente a lucratividade da empresa, gerando uma receita que só poderia ser alcançada desta maneira. Para atingir o resultado esperado e devido ao atual porte regional desta empresa, a distribuição destes produtos no mercado financeiro deverá ser auxiliada por agentes externos que divulguem e comercializem os produtos de investimento lançados por esta DTVM nas praças de abrangência dos mesmos.

11.4. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL – FUNDEFE

Instituído pelo art. 209 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, ratificado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989 e regulamentado pelo Decreto nº 24.594, de 14 de maio de 2004, tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da região geoeconômica do Distrito Federal, mediante apoio financeiro a empreendimentos produtivos, com projetos aprovados no âmbito dos programas de governo de desenvolvimento econômico e social. Utiliza-se da estrutura do Banco de Brasília S/A como agente financeiro, nas operações de financiamentos ou empréstimos ao setor privado, conforme preceitua o art. 6º do Decreto nº 24.594, de 14/05/2004.

Origem e Aplicação dos Recursos

Os recursos do FUNDEFE constituem-se das fontes elencadas no art. 2º do Decreto nº 24.594, de 14/05/2004, quais sejam:

- Dotações orçamentárias a ele destinadas;
- Dividendos recebidos pelo Distrito Federal, em virtude de participação acionária em empresas públicas ou sociedade de economia mista;
- Receitas decorrentes de aplicações no mercado financeiro;
- Retorno de aplicações no setor privado.
- Outros recursos.

Os arts. 3º e 4º do citado diploma legal preveem que estes recursos serão aplicados em projetos públicos ou privados, em conformidade com a programação estabelecida na lei orçamentária anual do Distrito Federal e observará as seguintes diretrizes programáticas:

I. os recursos serão destinados a:

Empréstimo a empreendimentos econômicos produtivos, de até 70% do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;

Empréstimo especial para o desenvolvimento, de até 25% do faturamento mensal de empresas, independente do ramo ou do setor de atividade da cadeia produtiva, de caráter estratégico, para o desenvolvimento econômico e social, sustentável do Distrito Federal;

Patrimônio

O ativo do FUNDEFE totaliza R\$ 1.318.326.082,99 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, trezentos e vinte e seis mil, oitenta e dois reais e noventa e nove centavos) até 31 de Dezembro de 2010, distribuído em:

- Aplicações financeiras num total de R\$ 5.694.686,60 (cinco milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos);
- Realizável a curto prazo no valor de R\$ 12.999.819,43 (doze milhões, novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e dezenove reais e quarenta e três centavos);
- Realizável a longo prazo no valor de R\$ 677.567.628,85 (seiscentos e setenta e sete milhões, quinhentos e sessenta e setemil, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta e cinco centavos);
- Investimentos representados por Participações Societárias no valor de R\$ 622.063.947,91 (seiscentos e vinte e dois milhões, sessenta e três mil, novecentos e quarenta e sete reais e noventa e um centavos).

1. Programa 3900 – Desenvolvimento econômico do Distrito Federal

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
9061-Financiamentos Vinculados a Incentivos Creditícios do ICMS	75.940.349	87.455.152	87.455.151	87.455.151	
0015-Empréstimo a empreendimento economicamente Produtivo - Distrito Federal	75.940.349	103.754.152	87.455.151	87.455.151	
9062-Empréstimo especial para o desenvolvimento	60.000.000	26.896.968	23.027.824	23.027.824	
0001-Empréstimo especial para o desenvolvimento	60.000.000	26.896.968	23.027.824	23.027.824	

A Lei nº 4386/2009, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010, estabelece que as operações com recursos do FUNDEFE serão realizadas em conformidade com a legislação que rege a matéria, nessa linha a Lei nº 4.461/2009-Lei Orçamentária Anual - e alterações destinou recursos aos Programas de Trabalho alocados ao FUNDEFE. No exercício de 2010 os recursos do FUNDEFE foram aplicados nos setores industrial e atacadista por meio da concessão de incentivos creditícios, a taxas de juros preferenciais, previstos nos programas de governo PRÓ-DF e PRÓ-DF II, tais incentivos são calculados com base em percentual sobre a arrecadação adicional de ICMS e geração de empregos advindos da instalação, ampliação ou modernização destes empreendimentos:

Comparativo Anual - Por Programa de Governo - 2007 a 2010

Programa de Governo	2007	2008	2009	2010
PRÓ-DF	67.579.147,05	0,00	0,00	
PRÓ-DF II	6.097.192,17	110.344.398,90	97.376.620,63	110.482.975,22
Total	73.676.339,22	110.344.398,90	97.376.620,63	110.482.975,22

2. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

Durante o ano de 2010 ocorreram mudanças na estrutura organizacional do FUNDEFE. Foi extinta a Secretaria Executiva do FUNDEFE, na Subsecretaria do Tesouro e foi criada a Gerência de Desenvolvimento Econômico, com dois núcleos subordinados, respectivamente o Núcleo de Desenvolvimento Econômico e Social e o Núcleo de Análise e Acompanhamento da Execução dos Fundos. Os núcleos criados têm, entre outras atribuições, o objetivo de analisar e acompanhar a execução financeira e orçamentária do FUNDEFE e outros fundos do DF e efetuar análise de custo benefício e impacto do FUNDEFE. Atualmente a estrutura do FUNDEFE na Subsecretaria do Tesouro conta com três servidores.

11.5. FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FUNDAF

Instituído pela Lei nº. 3.311, de 21/01/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 26.246, de 29/09/2005, o Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Administração Fazendária – FUNDAF tem por finalidade promover a modernização e o reaparelhamento da Administração Fazendária, além de propiciar a realização e o acompanhamento de projetos e programas de natureza intelectual que promovam a melhoria das condições necessárias ao exercício das atribuições fazendárias.

São objetivos do FUNDAF:

I - modernização e reaparelhamento das instalações da Secretaria de Estado de Fazenda;

II - implementação de programas de educação fiscal;

III - qualificação profissional dos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda;

IV - execução das ações previstas no Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária – PINAT;

V - desenvolvimento de ações integradas objetivando a eficiência na cobrança administrativa de débitos fiscais;

VI - aperfeiçoamento e manutenção das atividades de arrecadação, fiscalização, tributação, atendimento ao contribuinte, administração financeira, contabilidade, patrimônio, licitação e compras;

VII - realização de outras atividades que contribuam para o aumento da eficiência, efetividade, economicidade e eficácia da administração fazendária.

Legislação referente ao FUNDAF

- Lei nº 3.311, de 21/01/2004, que institui o Fundo de Modernização e Reaparelhamento da Administração Fazendária – FUNDAF;

- Lei Complementar nº 292, de 02/07/2000, que dispõe sobre as condições para o funcionamento de fundos;

- Lei nº 2.594, de 21/09/2000, que criou o Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária;

- Lei nº 3.152, de 06/05/2003, que instituiu o Programa de Estimulo à Implementação e ao Desenvolvimento do Setor Logístico do Distrito Federal – PRÓ – DF/Logístico;

- Decreto nº 26.246, de 29/09/2005, que aprovou o Regimento Interno do FUNDAF;

- Decreto nº 24.031, de 09/09/2003, que dispõe sobre as contribuições financeiras previstas na alínea “b” do inciso III do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 3.152 de 06/05/2003 e dá outras providências;

- Decreto nº 25.092, de 16/09/2004, que transforma os cargos que menciona e dá outras providências;

- Decreto nº 25.372, de 23/11/2004, que dispõe sobre o tratamento tributário para o segmento atacadista/distribuidor e dá outras providências.

- Decreto nº 28.984, de 23/04/2008 que introduz alterações no Decreto nº 27.782, de 15/03/2007, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e dá outras providências.

- Decreto nº 29.179, de 19/06/2008, que dispõe sobre Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA/ICMS e dá outras providências.

- Decreto nº 30.569, de 10/07/2009, que introduz alterações no Decreto nº 27.782, de 15/03/2007, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

Força de Trabalho

A estrutura do FUNDAF é composta por um cargo em comissão de Secretário Executivo (ocupado por servidora do Quadro da Secretaria de Fazenda até 31/12/2010); bem como um cargo em comissão de Assistente da Secretaria Executiva (ocupado por servidora sem vínculo até 31/12/2010), conforme Decreto nº 30.569, de 10/07/2009.

Realizações

1. Programa 0136 – Cidadania Tributária

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3667-Promoção do Programa de Educação Fiscal	1.529.402	514.701	149.690	149.690	
0002-Promoção do Programa de Educação Fiscal	1.529.402	514.701	149.690	149.690	0003
6066-Ação de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária - PINAT	752.858	135.496	0	0	
0002-Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária - PINAT	752.858	135.496	0	0	0004

A Ação “0002-Promoção do Programa de Educação Fiscal” contribuiu para melhor divulgação e alcance dos objetivos do Programa de Educação Fiscal do Distrito Federal - PEF/DF, institucionalizado pelo Decreto nº 19.734, de 28/10/1998 e concebido como um processo permanente de formação e de conscientização do indivíduo frente às questões fiscais para o exercício pleno da cidadania.

A aquisição de brindes para o Programa de Educação Fiscal (proc. nº 040-005.135/2009) dotou os integrantes do Grupo de Educação Fiscal - GEF/DF de ferramentas de suporte para divulgação e sensibilização da temática de Educação Fiscal, possibilitando a divulgação do Programa de Educação Fiscal do Distrito Federal de forma estruturada, profissional e de qualidade, alcançando seu público-alvo, para que este divulgue a importância da Educação Fiscal e desperte a consciência cidadã pela fiscalidade.

Da mesma forma, a contratação do serviço de produção e edição de CD de música do Programa de Educação Fiscal (proc. nº 040.004.995/2009) e do serviço de conversão de fitas VHS para DVD (proc. nº 040.004.999/2009) permitiu atualizar, modernizar e aprimorar instrumentos de comunicação midiáticos usados como suporte para divulgação e sensibilização da temática de Educação Fiscal e materiais didático-pedagógicos específicos disponibilizados às instituições educacionais para desenvolvimento de atividades pedagógicas.

Público Alvo beneficiado: Mais de 1912 estudantes e de 165 professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental foram beneficiados.

Além disso, foram executadas outras atividades, por meio de parcerias e outras iniciativas que garantiram a consecução dos objetivos do FUNDAF e do Programa de Educação Fiscal do Distrito Federal.

Cabe esclarecer que, não foi possível executar projetos/atividades na “Ação 0002-Programa de Incentivo à Arrecadação e Educação Tributária – Pinat”, em virtude de: contingenciamentos de dotações orçamentárias; de outras restrições orçamentárias; da não aprovação, em tempo hábil, de projeto de lei que previa remanejamento de recursos e de entraves legais e burocráticos em procedimentos licitatórios, cujos objetos poderiam ter sido atendidos por meio desta Ação.

2. Programa 0231 – Melhoria da Gestão Pública

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
3580-Modernização das Unidades Administrativas	5.254.821	6.726.451	5.034.590	2.188.734	
0002-Reaparelhamento da Administração Fazendária	5.254.821	6.726.451	5.034.590	2.188.734	0001

A Ação “0002-Reaparelhamento da Administração Fazendária” possibilitou a contratação de serviços de substituição de pavimentação no Depósito de Bens Apreendidos (proc. 040.003.705/2009); bem como, a aquisição de licenças de softwares na plataforma Microsoft (proc. nº 040.002503/09) e de licenças de software de análise investigativa (proc. nº 040.001834/05), que possibilitaram a legalização de licenciamentos e contribuíram para a modernização e padronização do parque computacional da SEF/DF, com a instalação de versões atualizadas dos softwares e acesso automático às novas versões, otimizando a utilização dos equipamentos adquiridos pela SEF/DF, sob vários aspectos. O software de análise investigativa, em particular, contribuirá para o melhor desempenho das atividades de inteligência da SEF e possibilitará melhorias nas ações voltadas para o combate à sonegação e à evasão fiscal.

Ainda por meio da mesma Ação 0002, foram adquiridos 30 veículos para uso da Fiscalização Tributária; cujo processo licitatório ocorreu em 2009. O respectivo empenho havia sido incluído em Restos a Pagar daquele exercício e foi pago em 2010, após a entrega dos veículos. E, está em execução a obra de reforma dos elevadores do Edifício Vale do Rio Doce, sede da Secretaria de Fazenda; cujo contrato foi assinado em agosto/2010 e cuja conclusão dos serviços está prevista para 31/12/2011, conforme processo nº 040.008356/05.

Além disso, foi possível a aquisição de diversos materiais, dentre os quais: aparelhos eletro-eletrônicos; eletrodomésticos; móveis; divisórias, etc., que permitiram dotar as Unidades da SEF/DF de recursos para o reaparelhamento dos ambientes de trabalho, de forma a oferecer melhores condições aos servidores e aos contribuintes, conforme quadro a seguir:

Materiais adquiridos com recursos do FUNDAF em 2010

Processo	Objeto
040.003.232/2009	Aquisição de cafeteira e refrigerador
040.003.232/2009	Aquisição de ventiladores de pedestal
040.001.640/2010	Aquisição de 02 fogões domésticos de 04 bocas
040.002.546/2009	Aquisição de camas beliche
040.002.543/2009	Aquisição de armários roupeiros
040.002.545/2009	Aquisição de calculadoras de mesa
040.002.651/2009	Aquisição de aparelhos telefônicos
040.002648/2009	Aquisição de 2 televisores para o GAB/SEF
040.005288/2009	Aquisição de persianas para o GAB/SEF e NUMAT/UAG
040.006663/2009	Aquisição de divisórias para a CAEMI, GAB/SUREC e UAT
040.005001/2009	Aquisição de 01 quadro branco e de 14 quadros de avisos
040.004524/2009	Aquisição de fogão industrial e de liquidificador industrial
040.004270/2009	Aquisição de tela de projeção para o Grupo de Educação Fiscal
040.005498/2009	Aquisição de balança portátil
040.001652/2010	Aquisição de 01 bebedouro elétrico para o Posto Fiscal STRC
040.001876/2010	Aquisição de botijões de gás
0125.000810/2010	Aquisição de divisórias para a Agência de Planaltina
040.001745/2010	Aquisição de 02 refrigeradores para a Corregedoria Fazendária
040.002383/2010	Aquisição de carrinho para transporte de bandejas
040.001354/2010	Aquisição de esterilizador de ar para o Tribunal Adm. de Recursos Fiscais - TARF
040.002379/2010	Aquisição de 02 aparelhos de microondas para o NUAPE/UAG
040.001.353/2010	Aquisição de armário alto com 02 portas
040.002588/2010	Aquisição de 13 pen drives de 8 GB p/ SUREC (AGSOR, DITRI, DIFIT)
040.001686/2010	Aquisição de 41 exaustores elétricos para banheiros do Ed. Vale do Rio Doce
040.001.353/2010	Aquisição de 22 armários de aço
040.001011/2010	Aquisição de 02 projetores multimídia e 01 equipamento de som
040.002407/2010	Aquisição de 03 suportes para TV LCD 42" (p/ GAB/SUREC e GAB/SEF)
040.002593/2010	Aquisição de 06 armários de aço

Processo	Objeto
040.002593/2010	Aquisição de 06 aparelhos de microondas
040.002593/2010	Aquisição de 01 TV LCD 42" para o Centro de Capacitação da SUREC
0125.000809/2010	Cadeiras para a Agência Planaltina
040.002593/2010	Aquisição de 01 forno elétrico
040.001654/2010	Aquisição de 02 aparelhos de ar condicionado (NUGIT/SUREC e SUTES)
040.002589/2010	Aquisição de 4 guilhotinas manuais para a SUREC (COPEM, AGSOR, NUTEC/DIFIT e NUAAD/DITRI)
040.002.356/2010	Aquisição de 04 cavaletes flip chart
040.001686/2010	Aquisição de balança
040.001.705/2010	Aquisição de microcomputadores para SUTES e NUENG/UAG
040.000.029/2010	Aquisição de acervo bibliográfico para o Programa de Educação Fiscal
040.002.584/2010	Aquisição de 03 cafeteiras industriais para a SUREC (DIATE e GEFMT) e 01 frigobar (GAB/SUREC)
040.002.584/2010	Aquisição de 05 frigobares para a SUREC (COTIN, COPEM, NUAOP E DIFIT)
040.002.591/2010	Aquisição de 01 hidro lavadora de alta pressão p/ o NUAOP/SUREC
040.001.686/2010	Aquisição de 02 cafeteiras elétricas
040.003.232/2009	Aquisição de purificadores de água
0125.000.808/2010	Aquisição de mobiliário para a Agência Planaltina
040.002.593/2010	Aquisição de 04 aparelhos de DVD
040.002.593/2010	Aquisição de 06 liquidificadores industriais
040.002.584/2010	Aquisição de 01 aspirador de pó (para NUAOP/SUREC) e 06 liquidificadores (para GEFMT; POSTOS 060, 180, 040 E NUAOP)
040.002.584/2010	Aquisição de 05 refrigeradores para a SUREC (DIATE e GEFMT)
040.002.589/2010	Aquisição de 3 perfuradoras gráficas para aspirais para a SUREC (DITRI, COPEM e GEFMT) e de 01 caixa registradora para a SUTES.
040.002.356/2010	Aquisição de gaveteiros para a DIGEC/SUTES e NUPAT/UAG
040-005.036/2010	Aquisição de 07 aparelhos de ar condicionado para a SUREC (05 para AGCEI, 01 para o NUCEL/DIFIT e 01 para o Posto de Atendimento da Receita de Santa Maria)
040.004.269/2009	Aquisição de livros técnicos para a SEF (TARF, AJL/GAB e DIFIT/SUREC)

Dessa forma, foi cumprida a meta referente a beneficiar 06 unidades da Secretaria de Fazenda, considerando que as unidades da SEF (UAG, UAT, SUTES, SUREC, SUCAP, GAB/SEF, TARF e COFAZ) foram direta ou indiretamente beneficiadas, tendo sido propiciado benefício maior ao público alvo, que são os servidores da SEF e os contribuintes que fazem uso dos serviços prestados por esta Secretaria.

3. Programa 0750 – Gestão de Pessoas

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dot. Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Nº da Etapa no SAG
2975-Aperfeiçoamento Profissional dos Servidores nas Áreas de Conhecimento Afetas à Secretaria de Fazenda	1.122.000	119.170	47.417	45.087	
0003 - Aperfeiçoamento Profissional dos Servidores da Administração Fazendária	1.122.000	119.170	47.417	45.087	0002

A Ação “0003 - Aperfeiçoamento Profissional dos Servidores da Administração Fazendária” possibilitou a capacitação de mais de 50 servidores, por meio da participação nos cursos: Técnico em Contabilidade: 04 servidores (proc. nº 040.004.116/2009), Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência: 12 servidores (proc. nº 040.003.537/2010), Gestão por Competências na Administração Pública: 03 servidores (proc. nº 040.004.175/2010); bem como, nos Seminários: Contratação Direta Sem Licitação: 10 servidores (proc. nº 040.004018/2010 e Análise Custo Benefício e Eficiência na Política Pública: 24 servidores (proc. nº 040.003.502/2010), dentre outros eventos.

Cabe esclarecer que, não foi possível concretizar a meta pretendida, que era capacitar 600 servidores, em virtude de: contingenciamentos de dotações orçamentárias; outras restrições orçamentárias; entraves legais e burocráticos nos procedimentos licitatórios e necessidade de remanejamento de recursos para atender despesas emergenciais de informática.

4. Informações Complementares

Todas as ações realizadas pelo FUNDAF foram custeadas com os recursos orçamentários distribuídos nos programas já elencados e contribuíram, sobremaneira, para o atendimento das demandas das diversas unidades da SEF, propiciando melhorias na infraestrutura de diversas áreas.

5. Diagnóstico do Desenvolvimento da Unidade

O FUNDAF, cujo principal objetivo é a criação de receita direcionada à complementação dos recursos financeiros destinados aos programas e projetos de modernização, desenvolvimento e aperfeiçoamento da administração fazendária e de capacitação de recursos humanos; bem como, de ampliação e reaparelhamento tecnológico, foi responsável pela concretização de importantes projetos para o melhor desempenho das atividades da Secretaria de Estado de Fazenda no exercício de 2010, como pode ser observado nas realizações já elencadas.

Em 2010, cabe destacar a melhoria da efetividade do FUNDAF, principalmente na Ação “0002-Reaparelhamento da Administração Fazendária”, conforme demonstra a execução dos projetos anteriormente elencados, e que foi propiciada pela atuação bastante efetiva da Unidade de Administração Geral da Secretaria de Fazenda – UAG/SEF, bem como da Secretaria Executiva e do Conselho de Administração do FUNDAF. Foram realizadas 09 reuniões do citado Conselho, nas quais foram aprovados mais de 40 projetos apresentados pela UAG/SEF, oriundos de demandas das diversas unidades da SEF. Destes, mais de 20 foram concluídos neste exercício. Do total restante, alguns não puderam ser executados em tempo hábil por atrasos nos processos licitatórios e/ou por outros entraves legais e burocráticos. Contudo, outros ainda estão em andamento e serão executados no exercício de 2011. Como exemplo, temos o projeto de reforma dos elevadores do Edifício Vale do Rio Doce, cuja obra foi empenhada com recursos do FUNDAF, no valor de R\$ 1.689.014,00 e está em execução, com previsão de término em 31/12/2011.

Com o firme propósito de alcançar a eficiência e eficácia no setor público, a SEF/DF vem se modernizando, de forma continuada, consistente e transparente. Nesse sentido, o FUNDAF em muito contribuiu em 2010. Neste exercício, o orçamento da SEF praticamente não contemplou dotações para investimentos. Assim, as demandas neste sentido foram direcionadas para o FUNDAF, por meio do qual foi possível a aquisição de diversos materiais para reaparelhar a administração fazendária.

As rotinas adotadas em 2008 e em 2009, no âmbito da UAG, tiveram continuidade e favoreceram o acompanhamento e a melhor utilização dos recursos orçamentários e financeiros do FUNDAF; sobretudo, com a prática de reuniões periódicas com os demais setores da SEF, nas quais são rotineiramente discutidos os projetos prioritários, contrapondo tal prioridade com a disponibilidade orçamentária e financeira do momento.

Quanto à execução orçamentária e financeira propriamente dita, numa análise superficial, os resultados podem parecer baixos, uma vez que, apenas 28% do total da despesa autorizada foi liquidado. Entretanto, conforme quadro a seguir, o total da despesa empenhada demonstra que poderia ter havido uma execução de mais de 60% da despesa autorizada. Contudo, por entraves administrativos, legais e burocráticos, principalmente relacionados a atrasos nos processos licitatórios, alguns empenhos tiveram que ser cancelados pela não entrega do produto e/ou serviço até 31/12/2010 e outros, obedecidos os dispositivos legais, foram incluídos em Restos a Pagar Não Processados.

Execução Orçamentária e Financeira

Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Empenhos incluídos em Restos a Pagar Não Processados	Empenhos Cancelados
8.640.569,00	5.231.697,42	2.383.510,84	2.848.186,58	41.207,60

Além disso, outros grandes projetos aprovados, em face de sua complexidade e da dependência de outros órgãos, não foram concluídos em tempo hábil e não puderam ser executados em

2010, como é o caso do projeto de modernização dos elevadores do Edifício Vale do Rio Doce, autorizado desde 2009, estimado em R\$ 1.689.014,00.

Para maior clareza, segue quadro demonstrativo da situação dos principais projetos aprovados:

Projeto	Aprovação	Situação	Processo
Aquisição de purificadores de água	09/02/2010	Materiais recebidos	040.003232/2009
Aquisição de persianas para o GAB/SEF e para a UAG/SEF	09/02/2010	Instaladas	040.005288/2009
Aquisição de divisórias para a CAEMI, a SUREC e a UAT	09/02/2010	Instaladas	040.006663/2009
Aquisição de 01 quadro branco e de 14 quadros de avisos	09/02/2010	Materiais recebidos	040.005001/2009
Aquisição de 02 (dois) televisores para o GAB/SEF	09/02/2010	Materiais recebidos	040.002648/2009
Aquisição de fogão industrial e liquidificador industrial p/ GEFMT	09/02/2010	Materiais recebidos	040.004524/2009
Aquisição de tela de projeção para o Grupo de Educação Fiscal	09/02/2010	Material recebido	040.004270/2009
Aquisição de ventiladores de pedestal para a SUTES/SEF	09/02/2010	Empresa não entregou material.	040.004293/2009
Aquisição de projetores multimídia (para SUTES e UAT)	02/03/2010	Material recebido	040.001011/2010
Contratação de serviços para migração, customização e implementação da plataforma <i>Oracle</i>	02/03/2010	Processo na Central de Licitações	040.002.251/2010
Aquisição de licenças de <i>software</i> na plataforma <i>Microsoft</i>	02/03/2010	Licenças entregues.	040-002503/2009
Contratação de empresa para prestação de serviços de treinamento e suporte a produtos na Plataforma <i>Microsoft</i>	02/03/2010	Empenhado	040.007.195/2009
Aquisição de solução de armazenamento de dados composta por <i>Storage</i> e <i>switches</i> SAN	02/03/2010	Empenhado com recursos da SEF.	040-007446/2009
Aquisição de 04 (quatro) microcomputadores e de 01 (um) <i>notebook</i> , para equipar a Diretoria Geral de Contabilidade/SUTES/SEF	02/03/2010	Entregues os computadores. Licitação do <i>notebook</i> fracassada	040.001705/2010
Aquisição de 01 projetor multimídia para o Grupo de Educação Fiscal e de 01 equipamento de som para a UAT/SEF	13/04/2010	Material recebido	040.001011/2010
Aquisição de 09 (nove) microcomputadores, sendo 06 (seis) para a SUTES e 03 (três) para a UAG (Núcleo de Engenharia)	13/04/2010	Materiais recebidos	040.001705/2010
Aquisição de 41 (quarenta e um) exaustores elétricos, a serem instalados nos sanitários do Ed. Vale do Rio Doce	13/04/2010	Material recebido	040.001686/2010
Aquisição de 02 aparelhos de ar condicionado, tipo <i>split</i> , sendo 01 p/ NUGIT/GEGAR/DIRAR/SUREC e 01 p/ SUTES	13/04/2010	Material recebido	040.001654/2010
Aquisição de 01 (uma) balança pesadora portátil digital	13/04/2010	Material recebido	040.005498/2009
Aquisição de 01 transpaquete; 01 empilhadeira elétrica retrátil e 01 balança de piso contadora/pesadora/ verificadora	13/04/2010	Adquirida a balança. A licitação dos demais itens foi fracassada	040.001686/2010
Aquisição de 01 (um) bebedouro elétrico; 02 (duas) cafeteiras elétricas; 01 (um) sofá cama; 03 (três) fogões domésticos; 02 (dois) refrigeradores; 38 (trinta e oito) botijões de gás.	13/04/2010	Materiais recebidos	040-001652/2010; 040-001653/2010; 040-001693/2010; 040-001640/2010; 040-001745/2010; 040-001876/2010
Contratação de empresa para ministrar o Curso "Processo Administrativo Disciplinar", para servidores da Corregedoria Fazendária.	11/05/2010	Na COFAZ, para ajustes, após parecer da PGDF.	040.002.512/2010
Aquisição de livros para a Subsecretaria da Receita	11/05/2010	Processo na COPEM para ajustes	040.002414/2010
Aquisição de divisórias e cadeiras para reaparelhamento das instalações da Agência de Atendimento da Receita de Planaltina	16/06/2010	Material entregue	0125.000810/2010, 0125.000809/2010
Aquisição de mobiliário para reaparelhamento das instalações da Agência de Atendimento da Receita de Planaltina	16/06/2010	Materiais entregues	0125.000808/2010
Contratação da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP para ministrar o Curso de Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia, para 25 servidores da SUTES	12/07/2010	Transferido para 2011	040-003501/2010
Contratação de 12 vagas no Curso "Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência" para servidores da SEF	12/07/2010	Executado	040.003.537/2010
Contratação de 24 vagas no Seminário Internacional "Análise Custo Benefício e Eficiência na Política Pública", promovido pela Universidade de Brasília, para servidores da SUTES	12/07/2010	Executado	040-003.502/2010
Aquisição de 02 esterilizadores de ar para o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais	17/08/2010	Material recebido	040-001.354/2010
Aquisição de persianas para a Gerência da Despesa Pública da Diretoria Geral de Gestão Financeira da SUTES	17/08/2010	Empenhado	040-003.884/2010
Aquisição de equipamentos de sonorização para o auditório do Edifício Vale do Rio Doce	17/08/2010	Processo na COPEM para adequação	0125-000.234/2010
Contratação de 03 vagas no Curso "Abordagem por Competências Aplicada à Elaboração de Planos de Capacitação na Administração Pública	17/08/2010	Executado	040-004.029/2010
Contratação de 03 vagas no Curso "Gestão por Competências na Administração Pública	17/08/2010	Executado	040.004.175/2010
Contratação de 08 vagas no Seminário "Contratação Direta Sem Licitação", para servidores da SEF	14/09/2010	Executado	040-004018/2010

Projeto	Aprovação	Situação	Processo
Contratação de 05 vagas, para servidores da SEF, na Palestra "Liderança", oferecida pela empresa N Produções	14/09/2010	Executada	040-004.467/2010
Aquisição de mobiliário e de divisórias, para adequação das futuras instalações da Assessoria de Gestão Estratégica e da Ouvidoria Fazendária	14/09/2010	Empenhado	040-004429/2010
Aquisição de retroescavadeira para o Núcleo de Administração do Depósito de Bens Apreendidos da Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Subsecretaria da Receita	14/09/2010	Processo restituído pela CELIC para ajustes	125.001.462/2010
Aquisição de equipamento de teleprompter, tipo púlpito profissional, para o auditório do Edifício Vale do Rio Doce	14/09/2010	Processo na Central de Licitações	0125-001491/2010
Aquisição de 50 leitoras de código de barras a laser, tipo pistola, com gatilho, para uso das Agências de Atendimento da Subsecretaria da Receita	14/09/2010	Processo na Central de Licitações	0125-001512/2010
Aquisição de 10 aparelhos de telefone celular, do tipo smartphone, para atender o Gabinete/SEF	14/09/2010	Processo na Central de Licitações	040.004.503/2010
Aquisição de mobiliário e de divisórias para readequação das instalações do Núcleo de Arquivo da Unidade de Administração Geral e da Subsecretaria de Captação de Recursos	1º/10/2010	Empenhado	040-004429/2010

Fonte: UAG/SEF – atualizado em 31/12/2010

No mais, continuamos nosso processo de adequação das rotinas, para que todas as demandas dos setores da SEF sejam atendidas, o mais prontamente possível.

Assim, ao longo de 2011, outras medidas serão tomadas com vistas a cumprir nossa missão de incrementar a receita e subsidiar os meios de controle da despesa, contribuindo para o desenvolvimento do Distrito Federal, pois, o FUNDAF e a SEF/DF programam suas ações para caminhar *pari passu* com a política governamental.